



Prêmio
CTCH

Precariedade e resistência:
a metrópole como palco das lutas sociais

Carolina Salomão Corrêa

EDITORA
PUC
RIO

**nu
ma**
EDITORA

Precariedade e resistência:
a metrópole como palco das lutas sociais



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Álvaro Mendonça Pimentel SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

Carolina Salomão Corrêa

Precariedade e resistência:
a metrópole como palco das lutas sociais



© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225, Casa da Editora PUC-Rio
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucrio

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio
Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira e Sergio Bruni.

Projeto gráfico: Design de Atelier
Capa: Design de Atelier/Fernanda Soares

Numa Editora e Produções Artísticas Ltda
Av das Américas, 700/306 - Riode Janeiro Cep:22640-100
Fone: 5521 2527-3906 | 55 21 98131-8461
www.numaeditora.com

Foram respeitadas, nesta edição, as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Todos os direitos em língua portuguesa reservados à Numa Editora
www.numaeditora.com

Corrêa, Carolina Salomão

Precariedade e resistência : a metrópole como palco das lutas
sociais / Carolina Salomão Corrêa. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio :
Numa Editora, 2018.

1 recurso eletrônico (294 p.)

Originalmente apresentado como tese da autora (doutorado-
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento
de Psicologia)

Inclui bibliografia

ISBN Numa Editora (e-book): 978-85-67477-31-2



Criado em 2017 pelo Decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, o Prêmio CTCH de Teses tem como objetivo laurear e dar reconhecimento e visibilidade para as melhores teses de Doutorado defendidas em 2015/2016 nos Programas de Pós-graduação em Design, Educação, Estudos da Linguagem, Filosofia, Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Psicologia Clínica e Teologia, e para a melhor dissertação de Mestrado em Arquitetura.

Os critérios de premiação consideraram a originalidade dos trabalhos e sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação. Os Programas de Pós-graduação selecionaram internamente os trabalhos premiados, verificando a adequação das pesquisas ao patamar elevado de qualidade exigido.

A publicação deste livro é resultado da parceria entre o Decanato do CTCH, os Departamentos do Centro, a Editora PUC-Rio e a Numa Editora, com apoio da Vice-Reitoria Acadêmica.

Rio de Janeiro, setembro 2018

Júlio Diniz
Decano do CTCH

Monah Winograd
Vice-decana de Pós-graduação e Pesquisa do CTCH



**Decanato do
CTCH**

Para os meus amigos.

Agradecimentos

À minha orientadora, Solange Jobim e Souza, pelo apoio e confiança durante todo processo da tese e pela orientação precisa que conjuga perfeitamente liberdade e amparo.

Aos meus pais, pelo amor, amparo e paciência.

À minha mãe, especialmente, pelas leituras dos textos e revisão atenta e carinhosa.

Ao Luís, pelo amor e parceria.

Aos familiares queridos, Cadu, Dani e Pedro, por estarem por perto e dessa maneira deixarem as coisas mais fáceis.

Ao professor Giuseppe Cocco, pela interlocução generosa e preciosas indicações bibliográficas. Ajuda imprescindível para as reflexões dessa tese.

Aos amigos que acompanharam e apoiaram durante todo o processo: Lelê, Bárbaras e Julia.

À Beibe, especialmente, pelas leituras, sugestões e entusiasmo com o texto.

Ao CNPq e Faperj, pelos auxílios concedidos para realização dessa pesquisa.

Caros leitores

Estamos atravessando um momento de muitos questionamentos sobre os rumos das produções acadêmicas no campo das ciências humanas. Não é por acaso que este texto se oferece como uma opção para pensarmos alternativas para a produção do conhecimento crítico e responsável. Isto porque ele coloca em evidência a capacidade do pesquisador ousar duvidar de suas certezas e assumir durante o seu processo de criação que a verdade é uma construção provisória, inerente aos discursos que produzimos, ainda que pautados em sólidas e consistentes investigações. Esse tema nos leva diretamente ao problema do texto na escrita acadêmica e o compromisso ético do pesquisador com a produção do conhecimento. O processo de produção de uma pesquisa está intrinsecamente relacionado às estratégias metodológicas que deverão ser criadas ao longo da investigação. Isto significa levar em conta o desafio de produzir um modo de pesquisar articulado com uma escrita que faça justiça ao tema e ao método utilizado.

O que está em pauta neste modo de produzir conhecimento em ciências humanas é a consciência de que “método é desvio”, é “caminho indireto” e que as estratégias metodológicas da pesquisa em humanidades não devem ser decididas a priori, ou seja, antes do pesquisador se deixar afetar pelas demandas do próprio campo onde se desenrola a cena da pesquisa. Essa opção faz da pesquisa uma prática inventivo-criativa que não se conforma a critérios e normas estipulados à revelia das intensidades vividas pelo pesquisador no encontro com os atores sociais, que compartilham um mesmo momento histórico específico e que, portanto, exige o compromisso ético de ambas as partes com a questão a ser investigada.

Neste contexto de reflexões sobre o ato de pesquisar, Carolina optou por realizar uma investigação em que o método foi sendo construído no contato direto com o campo e foi sendo forjado por ele. No entanto, produzir dessa maneira implica também em admitir o “aspecto cambiante da investigação, seu funcionamento por contágio e seu campo movediço”. Embora seu objetivo geral tenha sido amparado pelas transformações do trabalho, essa reflexão não está alheia aos acontecimentos da vida e às questões que as interações com o campo instauraram ao longo do caminho. Dito de outro modo, os acontecimentos na vida tiveram influência direta nos caminhos e nas reflexões propostas pela pesquisa. Que intenções respaldam a transformação do pensamento em palavras e atos? O que os discursos proferidos no âmbito das ciências humanas fazem existir

no mundo? A que interesses o conhecimento que produzimos está a serviço? Eis algumas questões que devem estar sempre em pauta quando nos propomos a assumir a tarefa do pesquisador. Narrar uma pesquisa não é só registrar os acontecimentos, mas consiste em um trabalho político de afirmação de algumas verdades em detrimento de outras.

O tema que se impôs inicialmente para Carolina diz respeito a sua condição de jovem protagonista da sua época e, desse modo, a autoria do texto coincide com o seu papel como autora dos rumos da história contemporânea. Como decorrência desse fato concreto, o foco de seu interesse se voltou para aprofundar as reflexões sobre as condições da precarização do trabalho dos jovens e seus modos de subjetivação no contexto do capitalismo mundial integrado. Este assunto que vem se mostrando da maior relevância na atual conjuntura internacional apresenta suas especificidades no contexto brasileiro.

Carolina, formada em jornalismo, é o exemplo do espírito inquieto. Logo após terminar a graduação em Comunicação na PUC-Rio, saiu em busca de instrumentos conceituais que permitissem ampliar o horizonte de suas indagações para além das fronteiras de sua formação inicial. Deste modo foi buscar no campo da psicologia social e política as ferramentas conceituais necessárias para elaborar uma compreensão crítica dos modos de subjetivação da juventude, levando em conta a liderança que esse segmento social assume no contexto das transformações conjunturais em cada momento histórico. De modo específico, Carolina se dedicou a investigar as características e dispositivos próprios do regime de acumulação pós-fordista que determinam as condições de precariedade do trabalho. Contudo, esse tema, tomado à luz dos acontecimentos sociais e políticos no Brasil atual, enfrentou o desafio de acolher desvios para alimentar uma pesquisa que se alicerça no encontro com o mundo, questionando os contínuismos artificiais.

A conclusão a que se chega com base em suas indagações iniciais é a de que existe uma relação entre as transformações do universo do trabalho e o ciclo global de lutas recentes. Este ciclo, aberto pela Primavera Árabe, primeira onda de protestos democráticos do mundo árabe no século XXI, espalhou-se por diversos países, revelando o teor das reivindicações do trabalhador contemporâneo por democracia política e direitos humanos. Embora nem todos os movimentos tenham tido a crise econômica como estopim, em última instância, todos os movimentos são reivindicativos de oportunidades igualitárias de acesso à cidade e à qualidade de vida. No Brasil, de modo específico, o levante conhecido como jornadas de junho de 2013 se estendeu pelas questões da violência e do estado de direito e na contestação às intervenções na cidade por conta dos

megaeventos e das lutas trabalhistas. Sendo a metrópole o espaço de trabalho pós-fordista, as mobilizações são também lutas de resistência à condição precária do trabalho e por novos direitos apropriados à realidade laboral contemporânea.

Vale destacar que a produção contemporânea se dá, portanto, extrapolando os espaços de confinamento fabris de outrora, difundindo-se por todo tecido social, numa cooperação entre redes e ruas. Diante da condição de vida e trabalho na cidade, cada vez mais precária, a metrópole constitui-se também como terreno de disputa entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que desejam explorá-la.

O que se constata ao final dessa trajetória é que este é um trabalho de fôlego, competente e rigoroso, pois, além da atualidade do tema propriamente em pauta, cujos resultados colocaram em destaque a contribuição da psicologia social e política em interlocução com a sociologia do trabalho e a filosofia crítica, propõe também uma reflexão crítica sobre os imperativos da produtividade acadêmica. Carolina chama a atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que a produção é o imperativo na vida acadêmica, a validação do conhecimento produzido fica restrito a determinados espaços, sendo os periódicos científicos um deles, cujo tempo de produção é anacrônico quando comparado aos acontecimentos da vida cotidiana, além do acesso ser restrito, tornando a produção acadêmica demasiadamente enclausurada.

Com base em sua formação em jornalismo, além de sua preocupação com o rigor de um pensamento crítico e responsável, Carolina nos convence de que a socialização da informação amplia a visibilidade do debate e, em última instância, contribui para produção coletiva de conhecimento e busca de soluções para as questões urgentes que esta pesquisa evidencia. Por fim, enfatizo que a divulgação deste trabalho suscita novas questões e fornece referências teóricas e práticas para futuras investigações, que como bem assinala a autora, “permita uma releitura permanente da história em curso, cultivando uma cultura moral e política que impeça que as atrocidades dos poderes ilegítimos, o desrespeito à democracia e aos direitos humanos tomem conta do cenário político e social, transformando o estado de exceção em regra”.

Rio e Janeiro, 15 de fevereiro de 2018.

Solange Jobim e Souza
Professora do departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Sumário

Apresentação	17
1. Introdução	19
I. Desvio: método é caminho indireito	29
2. Walter Benjamin e o problema do texto na escrita acadêmica	33
II. As contribuições da escola operaísta para as reflexões sobre o universo do trabalho	57
3. Sobre as transformações do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo	61
III. Homo faber: o projeto propositivo de Richard Sennett	81
4. Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett	83
IV. Richard Sennett: limites e possibilidades	107
V. Uma chamada para pensar precariedade no contexto do capitalismo cognitivo	113
5. Inventar novos direitos: sobre precariedade e o reconhecimento da dimensão produtiva da vida	115
VI. Negociações: entre contribuições e embates ideológicos	137
VII. Desvio: Junho de 2013	141
6. Subjetividade indignada: os movimentos jovens em rede e a afirmação da democracia	145
VIII. O encontro das lutas: jovens, trabalhadores e precários	165
IX. A multidão e a hidra: a composição heterogênea das lutas contemporâneas	169
X. Não vai ter copa e o estado de exceção	175

7. Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho	179
XI. O discurso do pesquisador como ato responsável	195
XII. Desvio: uma demanda oportuna	201
8. O que será o amanhã: expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho	203
XIII. A importância do senso de vitória	215
XIV. O exercício da crítica no diálogo entre autor e parecerista	221
9. Análise dos pareceres: um olhar a partir das “Afinidades Eletivas de Goethe”	223
10. Conclusões do que permanece inconcluso	233
11. Referências Bibliográficas	239
12. Anexos	249

Apresentação

Carolina Salomão nos propõe uma série de reflexões que são ao mesmo tempo clássicas e de uma inestimável importância nesse fim da primeira década do novo milênio. As redes de trabalho e, podemos dizer, as redes (os networks) em geral são hoje nossa condição ontológica, envolvem ao mesmo tempo nossa maneira de trabalhar e de ser. O trabalho se tornou cada vez mais um agir, uma ação que precisa de um público, de um certo nível de virtuosismo e de uma dinâmica de colaboração. O trabalho e a política se tornaram cada vez mais próximos e reciprocamente determinados. Paradoxalmente, essa relação íntima entre ação e trabalho, entre política e produção, é o grande determinante de uma crise do político e da representação que hoje se desdobra, ou é atravessada, pela crise da governança da globalização. As reflexões e a literatura que Carolina mobiliza com originalidade e criatividade são duplamente urgentes: por um lado nos levam, mobilizando autores diversos e abordagens diferentes, para navegarmos nos mares dos novos paradigmas; pelo outro, esses mesmos autores nos permitem entender que não há atalhos, não há volta atrás que não seja reacionária, como os novos populismos (o Brexit, o Trump, o Putin) estão nos mostrando.

Antes de mais nada, o livro de Carolina se propõe metodologicamente como um desvio repleto de desvios: o que interessa na reflexão filosófica, sociológica e política é o clinamen que faz chocar os átomos, criando e multiplicando encontros. Assim, Walter Benjamin é o ponto de partida para a discussão do método da escrita, e seu anjo da história é mobilizado para apreender o evento divino do levante de junho de 2013. Com base numa sólida reflexão filosófica e literária, entramos na análise material das transformações do capitalismo contemporâneo, do trabalho e da produção de subjetividade. Se trata de uma leitura fundamental que, com leveza e precisão, mobiliza uma vasta literatura sobre capitalismo cognitivo, fordismo e pós-fordismo e novas formas de trabalho. É uma reconstituição importante essa que Carolina propõe. As dimensões cognitivas do valor, a governança financeira da globalização nos abrem para as reflexões sobre trabalho e subjetividade, entre liberdade e nova escravidão. Não se trata de nenhuma apologia do “novo” enquanto tal e tampouco nenhum saudosismo pelos antigos paradigmas. O novo é a nova condição ontológica do mundo onde a diferença é feita pelas lutas e por um novo arcabouço de direito: melhor uma nova relação entre direitos e trabalho. Chegamos assim da melhor das maneiras possíveis à discussão sobre o último grande ciclo de lutas globais,

de uma multidão que se levantou nos países árabes e na indignação espanhola para depois protestar na Turquia e de novo levantar-se no Brasil, abrindo uma primeira grande brecha democrática. A genealogia do trabalho das redes, da arte nas redes virtuais e metropolitanas nos permite apreender a nova composição de classe mobilizada pelo passe livre nas metrópoles, a potência da precariedade na luta por novas formas de proteção social. Ao mesmo tempo que a crítica radical da representação na prática da democracia direta indica o caminho necessário para produzir novos direitos e como esses devem alimentar-se da crítica da ideologia desenvolvimentista que o neoliberalismo e a esquerda em geral alimentam. Mais uma vez, é Walter Benjamin a referência da crítica da ideologia do progresso, essa armadilha que levou à perda as experiências socialistas do início do século passado e destruiu miseravelmente o ciclo dos governos progressistas na América do Sul, em particular no Brasil. A leitura desse livro de Carolina Salomão é uma das poucas atividades produtivas que podemos ter nessa fase marcada pela crise definitiva do neodesenvolvimentismo e da globalização neoliberal.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro, 2018

Giuseppe Cocco
Professor na UFRJ

1

Introdução

Quando Marx empreendeu a análise sobre o modo de produção capitalista, esse modo de produção ainda estava em seus primórdios. Marx orientou suas investigações de forma a dar-lhes valor de prognósticos. Remontou às relações fundamentais da produção capitalista e, ao descrevê-las, previu o futuro do capitalismo. Concluiu que se podia esperar desse sistema não somente uma exploração crescente e mais aguda do proletariado, mas também, em última análise, a criação de condições para a sua própria supressão (Walter Benjamin, 2012, p.179)

Podemos – para facilitar a apreciação da tese que segue – sugerir diferentes imagens. Recomendo pensar como uma viagem. Um passeio de carro. Como numa viagem, nos preparamos na medida do possível, traçamos rotas, temos a pretensão de um destino, elegemos nossas companhias, abastecemos o tanque, equipamos o porta-malas com o que suspeitamos que iremos precisar. Mas como em toda viagem, há os imprevistos. Um desvio, uma paisagem no caminho que não se pode passar sem parar para apreciar, uma carona que muda o caminho, sugere sua rota e, eventualmente, auxilia-nos quando nos julgamos perdidos.

Deste modo, concebendo-a como um deslocamento, a presente pesquisa tem como destino original a análise das transformações do universo do trabalho, com foco especial, nas implicações subjetivas das mutações das dinâmicas produtivas na vida dos trabalhadores. No entanto, no meio da viagem, desvios, caronas e paisagens, influem na direção da tese. Em 2013, os acontecimentos que tomam de assalto o cenário sociopolítico brasileiro embarcam na viagem e, a partir dele, um novo itinerário se estabelece e com ele novos companheiros de viagem. De fato, ao longo do caminho, os passageiros nunca desembarcam, mas cedem o espaço do carona para que outros viajantes nos indiquem o trajeto. Cada novo copiloto oferece à jornada suas direções, seus atalhos, seus mirantes de contemplação da paisagem. A cada desvio, recalculamos a rota, reorganizamos a tripulação, acessamos nossas bagagens, teóricas e práticas e traçamos um novo caminho.

Assim, aliando investimento teórico – na identificação e compreensão das literaturas que nos auxiliam na interpretação dos acontecimentos – com imersão prática e empírica – que permite vivenciar acontecimentos, experimentar realidades: observando, participando, dialogando com pessoas e literaturas – o presente trabalho de investigação dedica-se à identificação e à análise das relações que são possíveis de estabelecer entre as transformações no universo do trabalho e o ciclo global de lutas recentes. Referimo-nos especialmen-

te à passagem ao modelo de produção pós-fordista e aos levantes metropolitanos ao redor do mundo.

Ao longo da tese, autores, escolas literárias, fontes empíricas e teóricas se revezam no banco do carona, fornecendo, cada um à sua maneira, suas contribuições para os destinos da tese.

Para a análise das transformações no universo do trabalho, a tese tem como copiloto a escola operaísta. Essa corrente de pensamento italiana – ao aliar reflexões intelectuais com prática ativista – ajuda-nos a pensar as transformações nos modos de produção e acumulação capitalista a partir do protagonismo do trabalhador.

Conforme expõe César Altamira, em *Marxismos do novo século* (2008), “o operaísmo evitou toda teorização e abstração em favor da apreensão dos conceitos que dessem conta essencialmente da totalidade concreta da luta” (p.127). Assim, embora, enquanto escola de pensamento conte com a participação de intelectuais, o movimento em si tem suas origens na tradição do movimento operário italiano – marcado pela permanente confluência e fusão com o movimento estudantil – e sua matriz está intimamente ligada às lutas de fábrica.

Oriundo da Itália dos anos 1960, o operaísmo italiano pode ser pensado com uma matriz de pensamento que em cada fase de sua evolução oferece conceitos e perspectivas que, nesse trabalho de tese, orientaram nosso olhar na análise das transformações do trabalho e sua relação com os movimentos sociais e lutas metropolitanas. Conceitos como Multidão, co-pesquisa, composição de classe, trabalho imaterial e capitalismo cognitivo são importantes contribuições para a interpretação que empreendemos acerca das mutações do trabalho e do capitalismo na passagem ao novo século. Mais que uma corrente de pensamento teórica, o operaísmo adota uma prática ativista que conjuga produção intelectual e ação política e, desse modo, fornece métodos e conceitos que são úteis para nossa análise.

Uma vez que parte do nosso esforço gira em torno da articulação entre produção e política no contemporâneo, a ênfase que a abordagem operaísta confere ao trabalhador e sua ação política no processo de transformação das dinâmicas de trabalho é uma das mais relevantes contribuições que essa literatura fornece à tese. Igualmente pertinente é a concepção do método como pesquisa-militante que ajuda-nos a conceber nossos interlocutores como co-autores da pesquisa. A compreensão de composição classe ampara-nos na identificação dos processos constituintes da composição social do trabalho metropolitano e seus modos de resistência.

Essa investigação aposta na relação entre atividade produtiva e prática política; deste modo, se por um lado esse trabalho se debruça sobre as análises

das dinâmicas produtivas contemporâneas, por outro ele busca identificar e entender a interlocução entre formas produtivas e ação política, identificada nesse trabalho nos levantes globais recentes, com foco especial nas manifestações populares de junho de 2013 no Brasil e nos movimentos que esse animou.

É seguindo essa trilha reflexiva que tecemos as relações entre trabalho e ação política a partir de uma observação das dinâmicas de colaboração e articulação em rede tanto das ações políticas como das dinâmicas espaçotemporais da organização produtiva. A compreensão defendida na tese é de que os levantes globais recentes têm íntima relação com as mutações do universo do trabalho. Do mesmo modo, apostamos numa correlação entre as formas de produção e as formas de lutas. Segundo Hardt e Negri (2004) “a atual recomposição global das classes sociais, a hegemonia do trabalho imaterial e as formas de tomada de decisões baseadas em estruturas em rede modificaram radicalmente as condições de qualquer processo revolucionário” (p.104).

É nessa perspectiva que a genealogia dos ciclos de lutas globais, iniciados na Tunísia, em 2011, evidencia uma luta de formação e pela formação de outras formas de vida na metrópole. Os movimentos expressam fundamental indignação e recusa à violência física e simbólica cotidiana.

Deste modo, esse trabalho tem como diretriz reflexiva as mutações do trabalho contemporâneo, suas características e a luta por condições de vida. Essa investigação tem como campo empírico as implicações políticas e sociais dessas transformações nas lutas metropolitanas recentes.

Nesta pesquisa, a interlocução entre argumentações teóricas e campo prático é orientada por desvios que foram determinados pelos eventos de junho de 2013 e seus desdobramentos. De acordo com o pensamento de Mikhail Bakhtin (2011), podemos afirmar que o campo de investigação não foi determinado por uma deliberação metodológica *a priori*, mas pelo encontro das reflexões que foram sendo tecidas, ao longo do processo, com o mundo da vida. Nesta perspectiva, a estratégia metodológica adotada só pode ser narrada e, portanto, compreendida como um *a posteriori* das reflexões em desenvolvimento.

Assim, metodologicamente, trata-se de um trabalho do pensamento que se dedica a uma reflexão sobre como o texto se alimenta de um encontro com o mundo. Se até o segundo ano do doutorado, vínhamos empreendendo reflexões acerca das transformações do universo do trabalho, com os eventos de junho de 2013 esse foco muda de direção. De fato, hoje numa análise retroativa, podemos afirmar que não se trata realmente de uma mudança, mas de uma reelaboração das questões relativas à investigação propriamente dita: as transformações

do trabalho permanecem centrais na pesquisa, no entanto, com as jornadas de junho ganha novo foco e viés. Fato é que, a onda de manifestação iniciada em São Paulo e que se expandiu para todo o país, capturou a atenção da pesquisa. Primeiro pela permeabilidade das manifestações em todos os aspectos da vida: nas redes sociais, nas mídias (tradicionais e alternativas), nas conversas cotidianas. Segundo, por perceber uma relação intrínseca entre o tema da pesquisa e os eventos que ainda tem seus ecos ressoando em outras lutas.

Deste modo, a partir do levante de junho, a pesquisa transforma-se também numa prática construtivo-inventiva. Isso quer dizer que a pesquisa passou a ser uma investigação simultaneamente teórica, prática e metodológica.

Há, portanto, uma relação inextrincável entre epistemologia e método: os modos de conhecer as questões sociais em pauta ganham centralidade e, em última instância, determinam os novos caminhos da pesquisa. Neste momento, a investigação se abre para as conexões que esse modo de investigar suscita. Isto é, concentra-se sobre os desafios metodológicos de uma construção fragmentária, aberta e, até certo ponto, contingencial.

O desafio posto é o de encontrar um modo de “explicitar através da escrita a articulação entre forma e conteúdo do pensamento, quando este pretende dar conta da experiência singular e expressar modos de vida e formas de pensar” (Albuquerque e Jobim e Souza, 2008, p.122). Os impasses metodológicos para apresentação do pensamento desenvolvido nesse trabalho fez com que o próprio trabalho se desdobrasse em dois temas e desafios. Isso significa dizer se por um lado a tese debruça-se sobre as questões das transformações do trabalho, por outro, ela é também uma prática inventivo-criativa de formas de apresentação desse pensamento.

Para Walter Benjamin, “método é desvio”. O autor afirma, “... é característico de o texto filosófico confrontar-se sempre de novo com a questão da apresentação” (1984, p. 49). Em acordo com tais provocações, este trabalho caminhou apostando na elaboração de um texto em fragmentos e, sobretudo, no inacabamento como forma de expressão do pensamento em busca da “verdade”. Para Michel Lowy (2005), toda sua obra se oferece como um manancial reflexivo sobre questões epistemológicas e metodológicas. Assim, para retornar à imagem da viagem, Walter Benjamin assume o banco de caronas auxiliando-nos a encontrar a melhor forma de compartilhar o trajeto com o leitor.

No seu itinerário, é o conceito de desvio que imediatamente desponta como chave de análise para o método adotado nesse trabalho. Vale destacar que tal conceito ampara uma reflexão acerca da construção de uma metodologia que

admite a ideia do fragmento como estratégia epistemológica para ascender ao conhecimento. Ao longo de toda obra do autor encontramos imagens e conceitos que substanciam a ideia de uma escrita que obedece aos desvios do pensamento provocados pelo contexto da própria investigação.

Nessa pesquisa, os desvios foram estabelecidos pelo compromisso de, diante de acontecimentos que capturaram a atenção da investigação, acolher o que, a princípio, poderia “perturbar” a rota da pesquisa, tornando-o também objeto da investigação. Nesse sentido, os desvios no itinerário investigativo convertem-se no aspecto mais autêntico da pesquisa, bússola para os próximos passos.

A inclusão de um novo tema instaura também uma reflexão epistemológica que diz respeito à questão da problemática do texto nos relatos em pesquisa acadêmica. O desafio que o desvio lança é o de, diante dos achados da pesquisa, encontrar uma forma de apresentação do que seja capaz de mostrar o percurso de construção do pensamento.

Ao apresentar um modo de dispor o pensamento que privilegia os desvios, as surpresas e os percalços, Benjamin nos oferece uma contribuição fundamental para se refletir sobre o problema do texto na escrita acadêmica. Se o conceito do desvio enquanto caminho indireto ampara a reflexão sobre a construção de um pensamento que se alimenta do encontro com o mundo e que a ele não é indiferente, imagens como coleção, mosaico e constelação nos ajudam a pensar “o sentido” que é possível construir a partir desses desvios e a melhor maneira de dispor o pensamento em texto. Trata-se de recursos epistemológicos e metodológicos que colocam em xeque a lógica sistemática do positivismo que nos impõe continuidades artificiais.

Assim, o encontro com as contribuições metodológicas de Benjamin, amparou a opção por construir a tese em artigos. Essa opção decorreu da percepção das possibilidades que essa estratégia metodológica favorece.

Em primeiro lugar, desenvolver a pesquisa em artigos permitiu, diante de cada tópico, formular questões mais específicas e buscar respondê-las de forma precisa com metodologia própria e bibliografia afinada com as questões. Assim, o caminho metodológico da pesquisa é definido por etapas, e não *a priori*, buscando meios de investigação que façam justiça às questões que a tese pretende responder. Nesse sentido, o método é sempre posterior ao campo e é forjado por ele. No entanto, produzir dessa maneira implica também em admitir o aspecto cambiante da tese, seu funcionamento por contágio e seu campo movido. Embora tenha seu objetivo geral e sua reflexão principal amparados nas

transformações do trabalho, essa reflexão não está alheia aos acontecimentos da vida e às questões que as interações com o campo instauram. Dito de outro modo, o que acontece fora da tese – os desvios, já citados – influi diretamente nos caminhos e reflexões propostas pela mesma. Em segundo lugar, produzir em artigos permite uma divulgação e socialização mais rápida do conhecimento produzido a partir da publicação em revistas científicas. No entanto, antes mesmo da publicação do manuscrito, o processo de submissão, revisão e aceite do texto envolve uma comunicação entre autor(es) e parecerista(s) que é extremamente rica para a produção da tese. Isso porque, enquanto leituras críticas do nosso trabalho, os pareceres nos impelem à revisão das nossas colocações e pontos de vista. Em consequência, promove uma renovação do conhecimento, que se dá na negociação entre as partes.

Deste modo, essa opção metodológica fez com que a interlocução com as revistas constituísse não apenas o método da produção da tese, mas também colocou o processo de publicação como um das questões da tese. Nesse sentido, a construção em artigos determina uma discussão não apenas metodológica, mas também epistemológica uma vez que fala da própria produção do conhecimento que se estabelece no diálogo entre autor(res) e revista.

Essa estratégia de produção aposta também nos caminhos promissores que a abertura do texto à contestação produz. O resultado dessa interlocução – determinado pelas tentativas de publicações dos artigos produzidos em periódicos científicos – está sistematizado no anexo da tese. Tendo como base as etapas do processo de avaliação dos manuscritos para a publicação, o ensaio *Análise dos pareceres: um olhar a partir de Afinidades eletivas de Goethe* intenta, na parte final do trabalho uma análise sobre esse processo à luz dos conceitos de comentário e crítica, fornecidos por Benjamin.

Por fim, produzir dessa forma, relaciona-se também com nossa compreensão de que o conhecimento só tem sentido quando compartilhado, assim acreditamos que a socialização da informação amplia a visibilidade do debate e, em última instância, contribui para produção coletiva de conhecimento e busca de soluções para as questões sociais e políticas que a pesquisa evidencia. Finalmente, a divulgação do trabalho suscita novas questões e fornece referências teóricas para futuras investigações.

Deste modo, todos os artigos contidos na tese foram submetidos para algum espaço de publicação. No momento da defesa, temos quatro artigos publicados. Há ainda outros três artigos submetidos aguardando avaliação. Todos os pareceres recebidos ao longo do processo de publicação dos textos estão disponíveis em anexo, acompanhados das respostas aos questionamentos.

No capítulo 2, que abre a tese, “Walter Benjamin e o problema do texto na escrita acadêmica”, nos dedicamos a apresentar as questões epistemológicas e a analisar as estratégias metodológicas desenvolvidas na presente investigação. Fragmento, desvio e coleção são imagens que nos auxiliam a pensar o modo de disposição desse trabalho de pensamento que se alimenta do encontro do pesquisador com suas experiências no contexto da investigação em curso. O autor fornece o arcabouço teórico para a concepção de um método que tem compromisso com as questões da pesquisa e que, por essa razão, deve estar atrelado às intenções do pesquisador. Uma metodologia que é, portanto, construída em simultaneidade com a pesquisa. Com base nas ideias de Benjamin o texto propõe argumentos sólidos que amparam a ideia de uma escrita que obedece aos desvios do pensamento provocados pelo contexto da própria investigação.

Os próximos capítulos dedicam-se a uma periodização e detalhamento das transformações do trabalho na passagem ao pós-fordismo. O capítulo 3, se refere ao artigo “Sobre as transformações do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo”. Esse texto representa um esforço de mobilização de bibliografia que nos permite entender as mutações do universo produtivo a partir dos elementos que a constitui. A centralidade dos elementos afetivos, comunicacionais e a articulação em rede são analisadas à luz do regime de acumulação do capitalismo cognitivo.

Vale mencionar que, em um primeiro momento, essa pesquisa se apoiou nas reflexões teóricas de Richard Sennett sobre as transformações do trabalho no mundo de hoje. Tendo como foco a centralidade dos conceitos de colaboração e flexibilidade no contexto das transformações do trabalho, o autor nos permitiu analisar como os imperativos e características próprias das novas dinâmicas produtivas eram percebidas nas experiências narradas pelos trabalhadores. Deste modo, o capítulo 4, “Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett” adotou como estratégia metodológica, entrevistas com jovens inseridos no mercado de trabalho. Trata-se de um diálogo entre a pesquisadora e os jovens, em que as experiências são comentadas a partir das reflexões teóricas apresentadas por Richard Sennett. Nesse texto, estão contidos ainda de forma embrionária, conceitos que irão passar toda a investigação. Iluminados por outras bibliografias, os conceitos de precariedade, flexibilidade e colaboração ganham posteriormente novos sentidos e dimensões.

Os termos reaparecem no contexto do ciclo global de lutas recentes. A partir de junho de 2013, esses conceitos vão ganhar nova centralidade e sentido na pesquisa. De fato, eles são ampliados. A precariedade não aparece como mera

característica do trabalho, mas expande-se para toda vida. Do mesmo modo, a colaboração deixa de ser mera retórica empresarial para ser caráter central das formas contemporâneas de produção e ação e política.

O capítulo 5, “Inventar novos direitos: sobre precariedade e o reconhecimento da dimensão produtiva da vida”, debate a questão de precariedade concebendo-a como condição existencial do trabalho contemporâneo. No capitalismo cognitivo o trabalho é caracterizado por ambivalências que se expressam em novas formas de controle e exploração e pela superação de diversas distinções que marcaram o trabalho industrial fordista (Morini e Fumagalli, 2010). A partir da análise dos elementos constitutivos das formas laborais contemporâneas, o texto convida à reflexão sobre a necessidade de pensar e por em prática novas formas de remuneração e proteção, não só do trabalho, mas da vida como um todo.

Os capítulos 6 e 7 correspondem aos primeiros artigos produzidos à luz dos desvios da tese, isto é, construídos a partir dos acontecimentos de junho de 2013. O capítulo 6, “Subjetividade indignada: movimentos jovens em rede e a afirmação da democracia”, propõe uma análise dos eventos que mudaram o cenário social e político do Brasil. Desenvolvido em simultaneidade com o evento que relata, o artigo tem como base para seus argumentos os relatos nas redes sociais, notícias da mídia tradicional e alternativa, além da vivência diária da pesquisadora com os acontecimentos e manifestações. Esse capítulo investiga a emergência de uma nova subjetividade, indignada, com anseios democráticos e libertadores que, organizada em rede, promove micro revoluções com reivindicações diversas. Assim, esse trabalho propõe uma breve análise dos movimentos juvenis dos últimos anos destacando seus processos constituintes, modos de organização e produção de subjetividade. A pesquisa parte da compreensão de que o levante de junho compõe um ciclo mais amplo de lutas – simultaneamente locais e globais – que tem as condições de vida e trabalho na metrópole como questões centrais.

Nessa perspectiva, o capítulo 7, “Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho”, é uma continuação das questões levantadas no capítulo anterior. Os megaeventos e o estado de exceção vividos pela população brasileira são centrais para análise proposta na tese. O conceito de experiência é mobilizado para observar os múltiplos discursos empreendidos a respeito das manifestações de junho e determinar as implicações políticas dessas posturas. No artigo, a crítica ao progresso de Benjamin é retomada na análise do modelo neodesenvolvimentista adotado pelo Estado. Com base no pretexto dos megaeventos que o país e a cidade do Rio

de Janeiro irão sediar, a lógica do progresso tem sido empreendida em favor de interesses imobiliários e econômicos em detrimento de demandas reais e urgentes. Deste modo, a crítica apresentada por Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de história proporcionou a chave de leitura necessária para entender o momento presente, no que diz respeito à recepção do movimento popular e a problematizar a noção de progresso que serve de pretexto à barbárie do Estado.

No capítulo 8, “O que será o amanhã: expectativas jovens sobre política, futuro e trabalho”, abordamos outro momento instigante de encontro do pesquisador com as contingências da pesquisa em curso. O texto parte de uma demanda externa, mas que foi prontamente assimilada para o contexto da tese por propor uma análise da percepção da juventude acerca do contexto político atual e as implicações para as narrativas sobre futuro. Convergindo dados e depoimentos, percebemos que o futuro narrado pelos jovens é permeado por incertezas e o momento da inserção profissional é vivenciado entre tensões e dúvidas. Somado a isso, há um contexto sociopolítico que não inspira confiança e um sentimento difuso de descrença na política e nas instituições.

A tese conta ainda com breves textos entre os artigos que têm como propósito auxiliar o leitor na compreensão do movimento de pensamento. Trata-se de recursos metodológicos, mas antes de tudo reflexivos que buscam dar conta dos acontecimentos que determinam e alimentam a construção dos artigos. Nesse sentido, têm como proposta fornecer informações sobre o contexto da produção dos textos, além de relatar as tentativas de publicação, resposta aos pareceres, tempo de publicação, êxitos e percalços do processo. Como os artigos cobrem eventos e um tempo bastante específicos, em alguns há também atualizações sobre os acontecimentos que ensejaram o texto e até mesmo revisões do ponto de vista. Esses textos foram elaborados com o propósito de produzir um elo narrativo para a tese, que permite ao leitor acompanhar o movimento de construção e divulgação do texto, assim como participar das reflexões que permeiam a produção do conhecimento.

Produzir e concretizar a tese em artigos nos colocou frente a diversos questionamentos e desafios próprios desse modo de apresentação do pensamento. Assim, esses textos são recursos narrativos que têm como propósito fundamental tornar inteligível para o leitor o processo de produção do texto.

Trata-se, portanto, de relatos individuais que podem ser lidos autonomamente, sem ordem cronológica ou casual. No entanto, se individualmente, os artigos dão conta de questões específicas, juntos eles evidenciam a atmosfera em que esse trabalho se desenvolve: num momento paradigmático que

tenciona velhas estruturas de produção e política e um radical desejo por mudanças. Em comum, os textos têm a problemática do trabalho e da produção como questão fundamental das reflexões, como ator central a figura do trabalhador contemporâneo, nas suas diversas formas (precário, informal, desempregado, contratado) e o sentimento de insatisfação frente a um contexto sociopolítico complexo.

I

Desvio: método é caminho indireto

Rio de Janeiro, junho de 2015

Quando, no último ano do doutorado, Solange sugeriu uma disciplina para pensarmos nos desafios metodológicos da pesquisa, me pareceu oportuno iniciar esse esforço que é final e processual ao mesmo tempo. A disciplina nomeada “Políticas de pesquisa em Psicologia: desafios metodológicos”¹ teve como autores de referência Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin e, de modo geral, visava instaurar questões que favorecessem uma reflexão sobre nossas práticas como pesquisadores.

A disciplina intercalou leituras de textos específicos de Benjamin e Bakhtin, artigos de comentadores e apresentação de pesquisadores que utilizaram os autores nas suas metodologias e os estudam nos seus grupos de pesquisa atuais. A proposta era que cada pesquisador relatasse sua apropriação dos conceitos e teorias dos autores em suas pesquisas e, com bastante liberdade, destacasse o que achava mais interessante no pensamento dos autores.

Foi depois da apresentação da professora Rita Ribes que esse artigo foi desenvolvido. Na conversa Rita apresentou Benjamin como um autor interessante para pensarmos questões contemporâneas. Crítico da ciência positivista, Benjamin desenvolveu e pôs em prática, ao longo de toda a sua obra, uma metodologia compromissada com as questões do seu tempo. Como introdução à sua fala, Rita enviou à turma o texto “Um pequeno mundo próprio inserido num mundo maior”,² onde ela trata da tensão dialética entre o fragmento e o todo a partir da experiência da infância. No artigo ela defende que os artefatos que compõe o universo infantil – brinquedos, livros etc. – são compreendidos como estilhaços que nos permitem vislumbrar a esfera cultural mais ampla na qual estão inseridos. Pego emprestada uma citação do texto para ilustrar a ideia desenvolvida em aula.

(...) uma época não se deixa capturar por seus contemporâneos a partir dos grandes movimentos, haja vista que a realidade social e cultural é

1 Disciplina eletiva ministrada pela professora Solange Jobim e Souza, no primeiro semestre de 2015, na PUC-Rio.

2 PEREIRA, R.R. Um pequeno mundo próprio inserido num mundo maior. In: PEREIRA, R.R. e MACEDO, N.M. *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

sempre mais ampla que a perspectiva de visada possível à compreensão humana. O que se torna acessível, então, são os fragmentos constitutivos do cotidiano, pequenos detalhes que, de forma miniaturizada, são estilhaços das grandes transformações.

Rita explica que Walter Benjamin desenvolve uma teoria do conhecimento que, ética e esteticamente, procura “fazer justiça ao que é pequeno e supostamente sem importância”. Assim, as tensões dialéticas entre o fragmento e o todo, símbolo e alegoria servem ao propósito de revelar a dinâmica onde o fragmento é chave para construção de unidades de sentido. Isso significa dizer que o fragmento não é uma coisa em si, mas, de modo inverso, tem seu significado revelado numa perspectiva relacional.

Naquela altura do processo de pesquisa, depois de quatro artigos produzidos (entre submetidos e publicados) me preocupava a construção de uma unidade para tese. Na realidade, não necessariamente unidade, mas um elo narrativo para esses achados da pesquisa. Foi a partir da explicação da ideia do fragmento como unidades de sentido que comecei, ainda em aula, a cogitar a possibilidade dos eventos que inspiraram a tese – e logo os artigos que derivam da experiência da análise desses acontecimentos – serem compreendidos como fragmentos que em perspectiva com o todo da tese revelam o sentido da pesquisa.

Em sua fala, Rita contemplou algumas imagens desenhadas por Benjamin. As imagens ocupam lugar especial na epistemologia do autor, uma vez que ajudam a tornar visível uma reflexão que se deseja compartilhar. A imagem da coleção apresentada em aula me pareceu especialmente útil para pensar a disposição fragmentada das reflexões da tese. Rita apresentou o conceito com uma indagação: quando um conjunto de coisas se constitui como coleção?

“Quando se tem um só, ainda não é”. Quando se tem dois pode ser que ainda não seja (...) Podemos dizer que uma coleção é um todo formado por muitas partes. Uma coleção nunca acabou, portanto esse todo nunca é fechado, a gente não sabe precisar mesmo quando começou – fato que nos ajuda a fazer a distinção entre os conceitos de origem e gênese – a origem se diferencia da gênese, porque ela não é um ponto zero, mas um ponto de salto: e de repente, fez-se a coleção. Quando as coisas cobram a exigência de serem postas juntas, de procurar semelhanças, de procurar fazer sentido um com o outro, ou seja, quando um fragmento começa a dar sinais de querer fazer parte de um todo, a gente começa a perceber que algo

se forma, uma coleção. Uma coleção se inicia, tem origem, quando ela suscita no colecionador uma questão”.³

A partir das reflexões suscitadas pela fala da Rita escrevi, para trabalho final da disciplina, um ensaio, “A pesquisa enquanto coleção: contribuições de Walter Benjamin para construção de uma tese em artigos”, que tentava dar conta dos desafios envolvidos na tarefa de dispor em artigos a concretização de um trabalho de pesquisa. As considerações tecidas nesse texto orientaram minha fala no IV simpósio da pós-graduação da PUC. No evento, destaquei as vantagens e os desafios de construir a tese em artigos, dando ênfase ao conceito de coleção como imagem que ajuda a tecer as conexões entre os artigos. O artigo “Walter Benjamin e o problema do texto na escrita acadêmica” é um desdobramento dessas reflexões.

³ Trecho retirado da transcrição da aula gravada.

2

Walter Benjamin e o problema do texto na escrita acadêmica⁴

Como este trabalho foi escrito: degrau por degrau, à medida que o acaso oferecia um estreito ponto de apoio, e sempre como alguém que escala alturas perigosas e que em momento algum deve olhar em volta a fim de não sentir vertigem (mas também para reservar para o fim toda majestade do panorama que se lhe oferecerá) (Benjamin, 2006, p.503-503 [N 2,5])

Sobre as intenções metodológicas da escrita do texto acadêmico

Esse ensaio tem como objetivo identificar alguns conceitos de Walter Benjamin que amparam uma reflexão acerca da construção de uma metodologia que admite a ideia do fragmento como estratégia epistemológica para ascender ao conhecimento. Neste trabalho nosso objetivo será explicitar a perspectiva do fragmento através da construção de um texto maior – a tese – que vai se constituindo, paulatinamente, com base em artigos que foram sendo publicados em periódicos ao longo do processo.⁵ Os artigos, compreendidos como fragmentos no sentido conferido por Walter Benjamin, têm a intenção de colocar em discussão o próprio processo da construção da escrita do texto maior – a tese –, mostrando as tensões provocadas por uma experiência de escritura que se permite ser contestada e, mais do que isto, que dialoga com as contestações de seus interlocutores.

O fragmento textual em Walter Benjamin se expressa ao longo de toda sua obra como uma opção epistemológica para transmitir para a forma escrita as imagens de pensamento constitutivas do modo como o pesquisador persegue seu objeto de pesquisa. No conjunto de textos de sua extensa obra encontramos, lado a lado, aqueles que expressam conceitos filosóficos, a partir de reflexões densas sobre teoria do conhecimento, junto a textos que transmitem imagens de pensamento, convocando nosso olhar para a experiência cotidiana ou para citações diversas de outros autores.⁶ Os diferentes estilos textuais estão obsti-

4 O artigo foi submetido para a *Revista Mnemosine* (UERJ) em 4 de abril de 2016.

5 De 2012 a 2016 desenvolvemos a pesquisa *Redes de trabalho e ação: colaboração, produção e política no contemporâneo*. Durante este período foram elaborados oito artigos cujos temas acompanhavam o processo de construção do próprio objeto de pesquisa. Estes artigos foram submetidos para avaliação de revistas científicas e posteriormente publicados (ver bibliografia neste texto). A intenção deste texto é analisar, do ponto de vista teórico e metodológico, o processo de criação de uma tese construída em artigos, assim como explicitar o que tal processo revela em termos de contribuição para uma epistemologia das ciências humanas.

6 Como exemplo, podemos citar o livro *Rua de Mão Única*, Brasiliense, 1987, e o livro *Passagens*, UFMG, 2006.

nadamente em busca da melhor forma para expressar as ideias ou as imagens de pensamento, trazendo para a superfície da escrita o encontro do leitor com a crítica da cultura, através do que podemos caracterizar como uma montagem filosófico-literária.

Para dar conta desta tarefa, Benjamin busca em Leibniz a ideia da mônada, conceito fundamental, do qual se apropria de uma maneira particular. Melhor dizendo, o autor encontrou na ideia da mônada de Leibniz, o conceito filosófico que, a partir de uma imagem de pensamento, expressa, com clareza e exatidão, a articulação entre o geral e o particular, ou, dito de outro modo, entre o fragmento e o todo. Em *Monadologia*, obra que nomeia a teoria, Leibniz (1974) explica que a mônada é um ponto de vista sobre o mundo e é, portanto, todo o mundo sob um ponto de vista (p. 64). Nesse sentido, os fragmentos, enquanto mônadas, não podem ser vistos simplesmente como partes isoladas, mas como unidades indivisíveis que guardam relação com o todo. Rita Ribes Pereira (2012) explica que “no dizer de Leibniz, a mônada não é uma parte do todo, mas uma ‘parte-todo’, indivisível, uma condensação da diversidade na unidade. A mônada é, simultaneamente, o fenômeno particular materializado em fragmentos do cotidiano e, também, indício das dimensões sociais que o transcendem.” (p. 28). Essa concepção permite vislumbrar um mundo inteiro em pequenos detalhes do cotidiano, conforme defende a autora.

Benjamin explicita essa ideia em textos como “Rua de Mão Única” e “Infância em Berlim”, onde placas de sinalização, uma cortina ou um armário são lugares que situam seu leitor num contexto temporal e espacial que, sendo íntimo e particular é, ao mesmo tempo, revelador do nosso pertencimento a uma época e contexto mais amplos, ou seja, da cultura que circula em um dado momento histórico. Da mesma forma, as passagens, cafés e bulevares parisienses são espaços que revelam uma época e as transformações que as compõe. Em síntese, a ideia da mônada, na epistemologia benjaminiana, é retomada de Leibniz para expressar a tensão permanente que existe entre o fragmento e o todo. Benjamin, a partir da ideia da mônada, apresenta o historiador/pesquisador como um detetive que busca nos rastros da vida cotidiana as pistas que o conduz ao entendimento crítico da cultura de uma época.

Trata-se, conforme enuncia Cláudia Castro (2011), de uma filosofia obstinada. “Os mesmo motivos, os mesmos conceitos insistentemente se repetem, ainda que modificados, reenviando um ensaio a outro e de forma que os textos se relacionem entre si” (p.12). Nesta obstinada montagem textual, o leitor da obra de Benjamin vai, pouco a pouco, compreendendo como se encaixam os conceitos de fragmento, coleção, constelação, alegoria e desvio. De modo espe-

cífico, a intenção aqui é mostrar como esses conceitos integram a arquitetura reflexiva do tema em pauta. Nosso objetivo maior é transformar em palavras os acontecimentos que nos cercam e dos quais participamos, para submeter ao leitor as citações deste texto que, embora invisível, estão inscritos em nossa experiência. Podemos comparar a tarefa do pesquisador com a do historiador, e sintetizar a intenção do presente texto com a seguinte citação de Benjamin:

Os acontecimentos que cercam o historiador, e dos quais ele mesmo participa, estarão na base de sua apresentação como um texto escrito com tinta invisível. A história que ele submete ao leitor constitui, por assim dizer, as citações deste texto, e somente elas se apresentam de maneira legível para todos. Escrever a história significa, portanto, citar a história. Ora, no conceito de citação está implícito que o objeto histórico em questão seja arrancado de seu contexto (Benjamin, 2006, p.518 [N 11,3]).⁷

A obra de Walter Benjamin é construída em torno de tensões dialéticas entre ideias e conceitos que têm como propósito permitir o permanente compromisso do pesquisador/historiador com um pensamento sem fronteiras, oposto às estruturas reflexivas totalizantes que podem nos conduzir a unidades falsas e aprisionadoras. Seus escritos, sendo permeados por imagens, citações e alegorias visam, conforme expõe, Lowy (2005) uma “nova compreensão da história humana” (p.14). Benjamin recusa a concepção instrumental da linguagem, revogando seu uso pragmático. Assim sendo, de modo inverso, o autor concebe a linguagem como campo para pensar e explicitar o próprio processo de construção do pensamento, ou seja, seus bastidores.

Dizer algo sobre o próprio método da composição: como tudo em que estamos pensando durante um trabalho no qual estamos imersos deve ser-lhe incorporado a qualquer preço. Seja pelo fato de que sua intensidade aí também se manifesta, seja por que os pensamentos carregam de antemão um télos em relação a esse trabalho. É caso também desse trabalho que deve caracterizar e preservar os intervalos da reflexão, os espaços entre as partes mais essenciais deste trabalho, voltadas com máxima intensidade para fora (Benjamin, 2006, p.499 [N 1,3]).

⁷ A obra *Passagens* de Walter Benjamin é um livro que apresenta uma escrita em fragmentos. Tal texto, construído a partir de anotações e citações, seria a base para outros possíveis textos. Todos os capítulos desta extensa obra estão organizados segundo uma simbologia particular criada pelo autor. Composto por fragmentos, que são anotações, citações e transcrições que Benjamin reuniu ao longo de sua vida, ordenados em arquivos alfabéticos, o livro *Passagens* constitui-se como um dispositivo para pesquisar o fenômeno da metrópole moderna, bem como questões epistemológicas para uma crítica da cultura mais amplamente. O capítulo “N” reúne um conjunto de excertos sobre teoria do conhecimento e do progresso.

O pensamento em Benjamin é, portanto, permeado pelos eventos, acontecimentos e memórias que o cercam e que ele preserva, consciente de seu valor e do papel que cumprem na narrativa, ainda que aparentemente isolados ou a princípio sem conexões explícitas com o todo. O pensamento carrega sempre consigo, de antemão, um tólos, ou seja, intenções e intensidades que devem ser passo a passo reveladas na escrita. Entretanto, deve-se ressaltar o respeito cuidadoso aos intervalos, às pausas reflexivas, bem como a recusa aos continuísmos automáticos. Em outras palavras, o pesquisador consciente de sua tarefa deve preservar cuidadosamente seu compromisso com as intenções e com a intensidade do que pretende revelar na linguagem, ou seja, para fora.

Em síntese, conceitos como mosaico, constelação, coleção servem como imagens que nos auxiliam compreender a natureza fragmentária do pensamento de Walter Benjamin e, ao mesmo tempo, evidenciam o esforço metodológico de apresentação e organização desse pensamento. O trabalho das *Passagens* é exemplo emblemático de sintonia entre forma e conteúdo. Esta obra que tem como objetivo construir uma historiografia do século XIX, a partir das transformações arquitetônicas na cidade de Paris, constitui-se como um ensaio imagético, em que a forma da escrita está inerentemente comprometida com as intenções do autor. Bolle observa que “de fato, a ‘constelação’ de fragmentos, ligada ao procedimento estilístico da ‘enumeração caótica’ é muito apropriada para expressar o fenômeno da Grande Cidade contemporânea enquanto fonte de estímulos, simultâneos, polifônicos” (2006, p.1145). Trata-se, segundo o autor, de “construtivismo fragmentário” adaptado ao cenário urbano. A epistemologia benjaminiana é marcada por uma sintonia entre forma e conteúdo, em que o modo de mostrar é tão importante quanto o que se deseja mostrar e com ele deve estar afinado.

Portanto, esse artigo busca em Benjamin contribuições tanto epistemológicas quanto metodológicas para subsidiar a construção de uma tese em fragmentos. Obras clássicas do autor amparam as reflexões teóricas e metodológicas do texto, em especial o capítulo N, intitulado “Teoria do conhecimento, teoria do progresso” do livro das *Passagens* que traz um conjunto de fragmentos acerca do método da construção da escrita de uma obra com pretensões ensaísticas. Diniz (2009) observa que ali “estão acentuados tanto a planta teórica da obra por vir quanto o núcleo epistemológico do pensamento benjaminiano, fulguralmente amalgamados numa colagem material acerca da idealização do projeto em torno das passagens parisienses”.

Contribuem ainda para essa investigação, estudiosos e comentadores (Willi Bolle, 1994; Michael Lowy, 2005; Leandro Konder, 1999; Cláudia Castro,

2011; Jean Marie Gagnebim, 1980; Sérgio Rouanet, 1987) do autor que, com seus olhares e aproximações diversas, desdobram e ampliam o legado fundamental e sempre atual de Walter Benjamin.

Questões relativas ao texto nos relatos de pesquisa

Na construção de uma tese há uma pretensão que é logo abalada de que iremos desenvolver um único tema. A realidade da pesquisa mostra que os temas se desdobram em subtemas, assuntos relacionados, informações que não podem ficar de fora e, logo, nos encontramos diante de uma multiplicidade de questões das quais não desejamos abrir mão. Ao mesmo tempo, não abrir mão implica no risco de não abordar adequadamente nenhum deles. Quem fica com muitos temas, não fica com nenhum.

Frente à diversidade de questões que uma investigação suscita, a metodologia constitui uma etapa desafiante da pesquisa. Produzir a tese em artigos possibilita formular questões mais específicas e buscar respondê-las de forma precisa com metodologia própria e bibliografia afinada com as questões. No entanto, é verdadeiro também que esse modo de construção pode incorrer no risco de uma produção excessivamente fragmentada, incipiente nas conexões, nesse caso, os fragmentos podem nunca chegar a um todo.

A partir das contribuições de Benjamin encontramos a concepção de um método que tem um compromisso com as questões da investigação. Nogueira (2004) convida-nos a ampliar nossa compreensão de método, concebendo outras maneiras de pensar os caminhos e modos de fazer da pesquisa. O autor nos fala, particularmente, de um método atrelado às intenções daquele que investiga, seja o pesquisador, seja o filósofo.

Cabe por isso mesmo ao filósofo encontrar uma via estilística onde possa trafegar, reconhecendo que há métodos possíveis, construídos a partir da sistematização de suas ideias, relacionados a uma coesão e coerência textuais. Esse método para a filosofia deve ser reconhecido como instrumento de trabalho que vai além de um instrumento, torna, ele mesmo uma questão filosófica, onde só é tecido a partir do próprio ato de pensar, do próprio ato da escrita. (p.38)

Assim, o caminho metodológico da pesquisa é definido por etapas, e não *a priori*, buscando meios de investigação que façam justiça às questões que a tese pretende abordar. Ou, conforme formula Benjamin:

Um método científico se distingue pelo fato de, ao encontrar novos objetos, desenvolver novos métodos – exatamente como a forma na arte que, ao conduzir a novos conteúdos, desenvolve novas formas. Apenas exteriormente uma obra de arte tem uma e somente uma forma, e um tratado científico tem um e somente um método (2006, p. 515, [N 9,2]).

Deste modo, o método é sempre posterior ao campo e é forjado por ele. No entanto, produzir dessa maneira implica também em admitir o aspecto cambiante da tese, seu funcionamento por contágio e seu campo movediço. Embora a tese tenha seu objetivo geral e sua reflexão principal amparados em questões fundamentais, a reflexão não está alheia aos acontecimentos da vida, dito de outro modo, o que acontece fora da tese influi diretamente nos caminhos e reflexões propostas pela mesma. Na atividade de pesquisa somos tocados por questões particulares, próprias do tema eleito e dos nossos interesses de pesquisa, no entanto, não há como olhar pra elas sem pensar nas suas dimensões social, cultural e histórica. A construção de uma tese em artigos, ainda que fragmentária, se dá exatamente em nome desta aparente precariedade do texto em processo. É exatamente no compromisso com o particular que se expressa no fragmento que encontramos a força reveladora da escrita final, cuja pretensão é incluir nela os movimentos de busca do pensamento intermitente, provisório e inacabado.

Sobre desvios, resíduos e farrapos

A partir da compreensão do método como *desvio*, Walter Benjamin oferece um caminho para adoção de um tema sem a necessidade de abrir mão dos outros. A preocupação dele é justamente não perder as relações entre as muitas dimensões que um tema tem e o conceito de *desvio* pretende explicitar essa preocupação.

O autor dirá, “método é caminho indireto, é desvio” (Benjamin, 1984, p.50). Isto significa que o novo itinerário aqui adotado para a escrita da tese tem como ponto de partida o texto escrito no formato de artigos, o desvio se dá no campo da linguagem e, ao incorporar a ideia do fragmento, nos conduz a uma redefinição dos paradigmas do texto acadêmico. O ponto de chegada é a formulação de uma epistemologia da escrita do texto acadêmico que, ao apostar na renúncia de um pensamento previsível, ousa o contato com a liberdade de diálogo entre a verdade e o erro, o conteúdo e a forma, a ciência e a ficção, a paixão e a razão. Assim dizendo, vale recuperar o seguinte fragmento de Benjamin, em “Rua de Mão Única”:

Sinal secreto. Transmite-se oralmente uma frase de Schuler. Todo conhecimento, disse ele, deve conter um mínimo de contra-senso, como os antigos padrões de tapete ou de frisos ornamentais, onde sempre se pode descobrir, nalgum ponto, um desvio insignificante de seu curso normal. Em outras palavras: o decisivo não é o prosseguimento de conhecimento em conhecimento, mas o salto que se dá em cada um deles. É a marca imperceptível da autenticidade que os distingue de todos os objetos em série fabricados segundo um padrão. (Benjamin, 1987, p.264)

Nesta passagem, através de uma imagem alegórica Benjamin nos conduz a uma reflexão filosófica, criticando o conhecimento que se constitui por acumulação linear e cronológica de conceitos, apostando, em contrapartida, na imprevisibilidade de uma revelação que atravessa o curso do pensamento, conduzindo-o a outros itinerários possíveis no mundo das ideias.

A concepção do desvio como método parte da compreensão de que é possível chegar a um tema sem se começar por ele. E é possível que se toque em temas que não se tenha originalmente pensado, justamente quando estamos atentos aos elos que os temas podem, eventualmente, apresentar entre si. No âmbito da pesquisa, quando se inicia uma investigação há idealmente um caminho que se aspira trilhar, cumprindo objetivos, verificando suspeitas, comprovando ou refutando hipóteses. Entretanto, verdadeiramente, esse percurso é menos previsível do que se supõe. E isso não é necessariamente ruim.

Em *Passagens*, no capítulo N sobre a teoria do conhecimento, teoria do progresso, Benjamin afirma que “o que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota. – Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as ‘grandes linhas’ da pesquisa” (2006, p.499). Nesse fragmento é possível extrair duas compreensões que estão presentes em toda obra do autor: a recusa ao historicismo consequente e linear e a concepção de desvio como método.⁸

Deste modo, acolher os desvios é admitir que “o decisivo não é o prosseguimento de conhecimento em conhecimento, mas o salto que se dá em cada um deles”. Nesse aspecto, a crítica à concepção historicista/positivista da história que perpassa toda a obra de Benjamin é especialmente pertinente. Em suas “Teses sobre o conceito de história”, Benjamin contrapõe radicalmente o

⁸ Nessa pesquisa, os desvios foram acolhidos a partir do compromisso de, diante de acontecimentos que capturaram a atenção da investigação, acolher o que, a princípio, poderia “perturbar” a rota da pesquisa, tornando-o também objeto da investigação. O primeiro desvio que determinou nova rota para tese foi as manifestações populares que aconteceram em junho de 2013, no Brasil. O movimento teve como estopim o aumento das tarifas dos transportes públicos em diversas capitais do país, mas converteu-se numa ampla revolta contra as péssimas condições de vida nas cidades, contestação às arbitrariedades do governo e violações de direito pelo Estado.

materialismo histórico ao historicismo. No texto de 1940, o autor incita-nos à compreensão da história como “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de tempo de agora” (Benjamin, 2012, p.249). Dito de outro modo, ao vazio do tempo historicista, Benjamin contrapõe, o tempo-agora que “preenchido pelas significações do passado, torna-se denso, visível, descontínuo por sua qualidade de interpolar passado e presente, criando um desvio no curso da história, provocando um salto para fora do tempo e da história”.

Narrativa e rememoração

No primeiro apêndice de “Teses sobre o conceito de história”, Benjamin (2012) faz uma crítica à compreensão linear da história, aprisionada ao jogo das causas e consequências. Diz o autor:

O historicismo se contenta em estabelecer um nexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico (p.252).

Nesse fragmento podemos observar a crítica do autor ao determinismo historicista, que concebe a história como sucessão linear, consequente e irrefreável de acontecimentos. De outro modo, o historiador consciente, compreende que a ligação entre passado e presente nada tem a ver com uma relação de mera causalidade, tampouco de progresso. Assim, as metáforas de salto e desvio cumprem o papel de estabelecer uma nova relação entre os tempos. Do mesmo modo, os estilhaços do tempo messiânico falam de outra relação entre passado e presente. Lowy (2005) explica que “os estilhaços do tempo messiânicos são os momentos de revolta, os breves instantes que salvam um momento do passado e, ao mesmo tempo, efetuam uma interrupção efêmera da continuidade histórica, uma quebra no cerne do presente” (p.140).

Diante do exposto, é possível afirmar que uma tese construída entre saltos, pausas e desvios aproxima-se da concepção de história própria do materialismo histórico apresentado e defendido por Benjamin. É comum, e até certo

ponto prático, narrar o desenvolvimento da pesquisa em sua ordem cronológica. No entanto, com frequência, o exercício de rememoração dos acontecimentos mostra-nos como o percurso de construção do pensamento é mais sinuoso do que supomos. Sobretudo, quando narra eventos em desenvolvimento, quando se abre a interlocução, se permite contestar. Nesse contexto, relatar os acontecimentos da tese é “articular o passado historicamente não como ele de fato foi”, mas sim “apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no instante do perigo”. Lowy (2005) esclarece que “o momento de perigo para o sujeito histórico é aquele em que surge a imagem autêntica do passado”. O perigo a que se refere o autor diz respeito à narrativa dos vencedores que triunfa quando nos acomodamos “na visão confortável e preguiçosa da história como ‘progresso’ ininterrupto” (p.65). Nesse sentido, é dever do historiador, no momento do perigo, “salvar” a história dos vencidos, rememorando-a. Em Benjamin, rememoração e redenção são termos complementares e inseparáveis.

Nessa perspectiva, aquele que narra abre mão de qualquer pretensão neutralidade, sabendo que seu olhar e sua rememoração já interferem na “verdade” da narrativa. Essa é mais uma distinção pertinente entre o investigador historicista e o materialista histórico. A perspectiva historicista está atrelada também a um paradigma de cientificidade que se pretende neutro e imparcial. Conforme coloca Stela Penido (1989) “o investigador historicista deve despojar-se de todos os conhecimentos e pressupostos e de seu momento atual”. Assim, “esse historiador, para ser científico, deve ser imparcial e por isso deve esquecer tudo aquilo que for posterior ao período analisado” (p.61). Na perspectiva materialista, o historiador que negligencia o peso do seu tempo, narra a história como espetáculo. O historiador que se ausenta da história que narra acaba por reproduzir a versão dos vencedores.

Deste modo, o acolhimento do desvio no percurso demonstrou a necessidade de encontrar um método capaz de lidar não só com o caráter fragmentário e aberto da pesquisa, que admite a não neutralidade do pesquisador, mas também a participação de seus leitores. Vale sublinhar que, Benjamin, em seu método historiográfico zela por uma abertura que visa permitir a participação do leitor. Willi Bolle (1994) acredita que “em sua postura como crítico-escritor, Benjamin mostrou que da arte combinatória dos leitores depende a sobrevivência das obras na posteridade” (p.61). Desse ponto de vista, a participação do leitor não é só desejada, mas fundamental para continuidade da obra.

Sobre o método historiográfico: tratado filosófico, imagens dialéticas e montagem literária.

Tratado filosófico

Em *Origem do drama barroco alemão*, Benjamin tece uma crítica à forma como a ciência positivista constrói seu conhecimento. Um modo de pensar muito mais aprisionador do que fomentador de reflexão, isso porque, na ânsia por sistematizar, explicando fatos e fenômenos, ela esvazia todas as indagações possíveis. Ao método sistemático (o sistema), Benjamin contrapõe o *tratado filosófico*. Rouanet (1984) expõe a distinção entre sistema e tratado recorrendo a citações do autor:

O tratado não procede pela justaposição de objetos e conhecimentos isolados, construindo uma unidade fictícia, e sim pela imersão, sempre renovada, em cada objeto singular, nos vários estratos de sua significação, obtendo assim “um estímulo para o recomeço perpétuo, e uma justificação para a intermitência do seu ritmo” (p. 50). O tratado é um mergulho, incessantemente repetido, na imanência de cada objeto, enquanto o sistema “corre o risco de acomodar-se num sincretismo que tenta capturar a verdade numa rede estendida entre vários tipos de conhecimento, como se a verdade voasse de fora para dentro” (p. 50). O sistema se baseia na continuidade, na coerência ininterrupta dos seus vários elos, ao passo que a descontinuidade é a lei do tratado. O tratado é comparável ao mosaico: ele justapõe fragmentos de pensamento, do mesmo modo que o mosaico justapõe fragmentos de imagens, e “nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da verdade” (p. 51).

Enquanto o sistema tem a pretensão de apreender a verdade, o tratado reconhece que a verdade não é algo que se pode ter a posse. A verdade, enquanto objeto, é busca, é procura. Sérgio Rouanet resume:

Enfim, o sistema visa a apropriação: ele quer assegurar-se, pela posse, do seu objeto. O tratado, ao contrário, procede pela representação: descrição do mundo das ideias, que não as violenta, já que nessa descrição é a própria verdade que se auto-representa, e construção de conceitos, não para dominar as coisas, mas para redimi-las (p.22).

A recusa à narrativa cronológica e à linearidade temporal é bastante oportuna na concepção da narrativa de uma tese em fragmentos que, no entanto, tem o compromisso em expressar uma totalidade, sem perder, contudo, a tensão permanente que os fragmentos devem manter com a construção desta totalidade. Assim, a totalidade não se cristaliza e continua se renovando através de

indagações que se apresentam ao longo do processo de investigação, sem deixar de sustentar ambições provisórias de ser, contudo, uma nova totalidade. Nesse sentido, podemos afirmar que os artigos que compõem a tese não estão pautados pela linearidade histórica dos fatos. Livre do compromisso com uma construção cronológica, tal como o tratado, a organização do trabalho converte-se numa experiência construtiva, uma *obra em progresso*, que não comporta uma narrativa linear e rejeita uma unidade fictícia.

As imagens no pensamento benjaminiano

Sérgio Rouanet, na apresentação que faz de *Origem do drama barroco* (1984), ciente da dificuldade da compreensão do texto de Walter Benjamin sistematiza em tópicos as questões centrais da obra e elucida conceitos fundamentais com comentários e citações. Diz o tradutor que ao fazê-lo ambiciona um “duplo resultado: tornar inteligíveis as abstrações e de mostrar como elas se relacionam com o tema central”. O esforço generoso do autor evidencia que estamos de fato diante de uma obra complexa,⁹ mas, ao mesmo tempo, superadas as dificuldades, fundamental para o estudo de uma teoria do conhecimento. No primeiro tópico “as ideias e as coisas”, Rouanet explicita o papel mediador dos conceitos, diz o tradutor que através dele “a empiria pode penetrar diretamente no mundo das ideias” (p.13). Benjamin recusa o uso dos conceitos pelo conceito, mas defende a pertinência dos mesmos como imagens que auxiliam na compreensão das ideias. Benjamin aposta na capacidade mimética do ser humano, isto é, na possibilidade das imagens transmitirem ideias de modo tão ou mais eficaz que os conceitos. Por isso as imagens são fundamentais na construção do pensamento benjaminiano. Willi Bolle (1994) fala da arte de escrever a história com imagens. Diz o autor que:

A “imagem” é a categoria central da teoria benjaminiana da cultura: “alegoria”, “imagem arcaica”, “imagem de desejo”, “fantasmagoria”, “imagem onírica”, “imagem de pensamento”, “imagem dialética”. (...) A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mágica e mítica. Por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época (p.42-43).

⁹ Walter Benjamin apresentou o texto *Origem do drama barroco* para sua habilitação de Livre-Docência na Universidade de Frankfurt. Tanto o Departamento de Literatura Alemã quanto o de Estética recusaram o ensaio. Conta Sérgio Rouanet (1984) que “um dos professores confessou ingenuamente não haver compreendido uma linha do livro” (p.12).

Bolle prossegue explicando que nada fica de fora da análise de Benjamin: a superfície, o cotidiano, os resíduos tem importância equivalente às “grandes coisas” e às obras consagradas. “Decifrar as imagens e expressá-las em imagens dialéticas coincide, para ele, com a produção do conhecimento da história”. (p.43) Assim, as imagens dialéticas constituem categoria central na historiografia de Benjamin.

A imagem dialética pode ser compreendida como um ponto de confluência de teorias da história, do conhecimento e da imagem, desenvolvido pelo filósofo, ao mesmo tempo em que é um poderoso instrumento de recorte da produção e cognição imagética moderna tendo a vivência na metrópole moderna e a produção artística como elementos privilegiados de investigação. Nesse sentido, não é propriamente um conceito instrumental, mas um campo reflexivo no qual a imagem possui uma amplitude cognitiva, histórica e de pensamento (Costa, 2010, p. 71).

O capítulo N, do livro das *Passagens* (2006), é constituído de fragmentos que explicitam a compreensão do autor sobre a operação dialética. De fato, Bolle nos conta que a primeira menção do termo *imagens dialéticas* aparece nos primeiros rascunhos dessa obra, retomados na obra “consolidada” exatamente no capítulo dedicado à Teoria de conhecimento, Teoria do progresso. Nesse contexto, as imagens dialéticas aparecem como instrumento para o “despertar” de um saber ainda não consciente do passado (Bolle, 1994, p. 61). O termo despertar remete a imagem dos sonhos que Benjamin pega emprestado da psicanálise e dos surrealistas. De modo sucinto, os “sonhos coletivos” são expressões do inconsciente social que dizem respeito a um determinado tempo e, nesse sentido, são depósitos de um saber inconsciente ao qual o historiador tem acesso a partir de uma operação dialética que consiste num despertar. A esse respeito, o autor elucida que “o saber é obtido através de uma operação dialética: do ‘ainda não-consciente’ à consciência despertada e vice e versa”. Deste modo, as imagens dialéticas são o método pelo qual o historiador materialista “desperta” traduzindo uma linguagem inconsciente para o conhecimento consciente (p.62).

Benjamin formula uma historiografia centrada na questão imagética. Isso quer dizer que, a fim de encontrar formas alternativas para representar o que, muitas vezes, escapa às categorias e procedimentos autorizados pela ciência, Benjamin se vale de recursos como a técnica da montagem, a metáfora ou a alegoria. Esses recursos e imagens têm como meta a possibilidade da construção de um pensamento essencialmente plástico, não linear, composto de pequenos fragmentos significativos agrupados segundo uma lógica imprevisível – como os mosaicos góticos ou as colagens dadaístas.

A montagem é recurso através do qual organizamos as ideias tornando-as imagens. E, é também a partir da montagem que as ideias estão sempre passíveis de reconfiguração, isto é, de uma nova organização que lhe altera o sentido. Assim sendo, as imagens são o meio pelos quais podemos acessar um conhecimento que de outro modo permaneceria inconsciente.

Montagem literária

Método desse trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrúpiei coisas valiosas, nem me apropriei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os. (Benjamin, 2006, p.502)

Na citação acima, Benjamin fala sobre o método de construção do projeto das *Passagens*. Bolle refere-se ao projeto das passagens parisienses como um ensaio imagético, referindo-se a forma de construção, espírito e método dessa obra. No posfácio à edição brasileira (2006), o autor defende que “a forma de apresentação do saber histórico nessa obra é entrelaçada com a proposta de um novo método historiográfico” (p.1141). Construída como uma montagem – ou como ele mesmo formula como um painel com milhares de lâmpadas – a estrutura em fragmentos não é mera arbitrariedade, mas reflete o modo mesmo do pensamento de Benjamin e a afinidade entre forma e conteúdo.

Assim, a montagem literária como forma de apresentar o trabalho relaciona-se com a proposta de um novo método de contar a história. Em uma tese construída em torno de acontecimentos, a montagem constitui-se num método que, diante dos achados da investigação (*farrapos e resíduos*), nos ajuda a encontrar formas de apresentação e organização que os façam justiça.

Como é possível observar numa breve revisão da obra de Benjamin, significativa parte da empiria do autor se dá no campo da literatura. Nas obras de Goethe, Proust, Baudelaire, Kafka e tantos outros, o pensamento de Benjamin encontra abrigo para suas reflexões tanto epistemológicas quanto metodológicas. Da mesma forma, estilos literários como o romance e o barroco têm especial centralidade em sua obra. Benjamin ao se dedicar ao estudo da literatura acaba por incorporá-la como mediação para suas reflexões epistemológicas. De fato, a literatura é tão presente em seus escritos que amigos, comentadores e leitores o têm na conta de crítico literário. Michel Lowy (2005) conta que Hannah Arendt considerava Benjamin como “um crítico literário, um ‘homem

das letras' e não um filósofo" (p.13). Seu amigo Scholem pensava-o "como um filósofo, mesmo quando escrevia sobre arte e literatura". Lowy coloca que a obra de Walter Benjamin pode ser entendida como filosófica literária, comprometida com o conhecimento. De fato, conforme coloca o autor, o pensamento benjaminiano não pode ser limitado ao campo filosófico ou literário.

É preciso reconhecer o alcance muito mais amplo do seu pensamento que visa nada menos que uma nova compreensão da história humana. Os escritos sobre arte ou literatura só podem ser compreendidos em relação a essa visão de conjunto a iluminá-los de seu interior (p.14).

Natural, portanto que a literatura componha parte importante de sua historiografia e que a montagem literária seja seu método. Em *Fisiognomia da metrópole moderna*, Bolle (1994) reconhece a montagem literária como uma das categorias centrais da historiografia benjaminiana. O autor esmiúça e mostra como as montagens dadaístas, surreais, cinematográficas, teatrais e jornalísticas convergem na ensaística benjaminiana (p.92).

Em Benjamin, o método de montagem relaciona-se diretamente com a natureza fragmentada. Nesse sentido, o projeto das *Passagens* é um ensaio-montagem por excelência. Franco (2010) destaca que

Benjamin cultiva a arte de elaborar fórmulas. Elas são frases concisas e plenas de sentido, cuja estranheza instiga o pensamento, pois guardam significações ambíguas e paradoxais. São imagens que podem ser, sempre, lidas e reescritas em novas construções, como novas ideias que emergem na história. A construção dessas fórmulas envolve também a atividade de encontrá-las em outros textos, deslocá-las e citá-las, em um movimento violento "de reconhecimento e reprodução" no interior da linguagem (p.239).

Para uma tese constituída em fragmentos tal método é igualmente pertinente, uma vez que, como destaca o autor "os procedimentos de montagem sublinham o seu caráter de 'obra aberta', fazendo com que o leitor se torne co-autor do texto, efetuando a montagem por conta própria" (Bolle, 1994, 88). Assim, o método de montagem relaciona-se com o caráter fragmentário do texto, pressupondo uma liberdade de construção e interpretação do conteúdo. Enquanto a narrativa linear, espacialmente dividida, própria do historicismo, pretende uma unidade de compreensão, a montagem intenta o exato oposto, ou seja, a possibilidade de reorganização ilimitada do pensamento. Jean Marie Gagnebin (1980) afirma que "a montagem benjaminiana parece, frequentemente não depender senão do acaso feliz das associações e, portanto, do arbitrário que as reúne" (p.224).

Sérgio Roaunet (1984) diz que Benjamin “quer ser lido como um mosaico, mas até certo ponto esse mosaico tem que ser construído pelo leitor” (p.22). Por essas características e possibilidades, o método de montagem literária serve à construção de uma tese em fragmentos e, deste modo, é apropriado para uma tese que comporta *desvios*.

Interessa-nos nesse instante, mostrar como as imagens benjaminianas e a forma de organizá-las a partir da montagem literária amparam a explicitação da uma tese que se pretende *coleção*.

A escrita enquanto coleção, constelação e alegoria

Walter Benjamin é um autor multidisciplinar. A pluralidade dos temas que aborda o inscreve na bibliografia fundamental de diferentes áreas de conhecimento. Benjamin é lido nas artes, na comunicação, na história e nas letras. Nesse sentido é revelador buscar entender como um autor com interesses tão diversos organiza seus estudos e sua forma de pensar.

Conforme já exposto, Benjamin oferece configurações imagéticas que ajudam a compreender a ideia que deseja transmitir com seus conceitos. O autor recorre a uma escrita que põe em cena lugares, objetos, costumes, afetos, indagações, enfim, constrói narrativas que ajudam a tornar visível uma reflexão que deseja compartilhar. Três imagens/conceitos são particularmente interessantes no contexto deste ensaio: *coleção, constelação e alegoria*.

A partir do relato da constituição de sua biblioteca, Walter Benjamin (1987) convida-nos a compartilhar com ele “a disposição de espírito que os livros despertam no autêntico colecionador”. O autor prossegue esclarecendo que sua “intenção é de dar uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador com os seus pertences, uma ideia sobre a arte de colecionar mais do que sobre a coleção em si” (p.227). No texto Benjamin fala dos diferentes critérios que se pode adotar para iniciar uma coleção; escrevendo os próprios livros, tomando-os emprestados sem devolver, comprando-os. Do mesmo modo, é possível estabelecer critérios para a aquisição de um novo item.

Datas, nomes de lugares, formatos, donos anteriores, encadernações, etc.: todas essas coisas devem ter significado para ele (o colecionador), não só como fatos isolados e áridos, mas devem harmonizar, e, pela qualidade e intensidade dessa harmonia, o comprador deve ser capaz de reconhecer se um livro lhe convém ou não (p.231).

O colecionador, nos diz Benjamin, tem “uma relação com as coisas que não põe em destaque o seu valor funcional ou utilitário, a sua serventia, mas que as estuda e as ama como o palco, o cenário de seu destino” (1987, p.228). Deste modo, a coleção é o modo que o colecionador tira do mundo pragmático e utilitário os objetos e convida-os a falar de um outro lugar, o lugar do sagrado, ou seja, o de uma revelação que nos causa espanto pela intensidade do que é revelado.

Cada novo objeto que chega para a coleção faz repensar a coleção como um todo. De fato, nos diz Benjamin, “toda paixão confina com o caos, mas a de colecionar com o das lembranças” (p.228). Assim, o novo objeto sensibiliza a memória que, ao buscar a origem da lembrança por ele desencadeada, mostra outras possíveis narrativas despertadas pela presença do objeto que acabara de chegar. O que dá sentido a cada elemento da coleção, o fragmento, é a configuração de uma nova totalidade reveladora. O todo não existe sem as partes, assim como as partes só ganham sua majestade e intensidade reveladora no interior da coleção.

A imagem da constelação – que Benjamin mobiliza em *Origem do drama barroco* para explicitar a relação entre conceitos, ideias e fenômenos – conserva em si uma operação construtiva que se dá na leitura das estrelas. A contemplação, na imagem que Benjamin constrói, justapõe “elementos isolados e heterogêneos” que se iluminam reciprocamente revelando a afinidade entre as partes: *a constelação*.

Otte e Volpe (2000), lançando “um olhar constelar ao pensamento de Benjamin”, recuperam a tradução do latim *Konstellation* para o alemão *Sternbild*, ‘imagem de estrelas’, expressão esta que se caracteriza por um maior grau de transparência. Segundo as autoras, “não se trataria apenas de um conjunto (con-stelação), mas de uma imagem, o que significa, em primeiro lugar, que a relação entre seus componentes, as estrelas, não seja apenas motivada pela proximidade entre elas, mas também pela possibilidade de significado que lhes pode ser atribuída”.

Deste modo, a constelação também nos mostra, assim como a coleção, uma peculiar relação entre o todo e as partes. O que existe, de fato, são as estrelas dispersas no universo. O desenho que criamos ao contemplá-las é uma construção estética e subjetiva. Adivinhamos determinadas formas e damos sentidos a elas contemplando as estrelas. Benjamin fala da ação de contemplar como um movimento contínuo do pensamento.

Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência do seu ritmo. Ela não teme, nessas interrupções, perder sua energia, assim como o mosaico, na fragmentação caprichosa de suas partículas, não perde sua majestade. Tanto o mosaico como a contemplação justapõem elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da vontade. O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde. (Benjamin, 1984, p.50-51)

Otte e Volpe (2000) defendem que a contemplação constituiu-se numa espécie de programa para a própria escrita. Caberia ao leitor “contemplar” os textos e ver – à maneira do observador de estrelas – quais os elementos que se destacam e quais as ligações que poderiam ser estabelecidas entre esses pontos. Diz as autoras:

Se retomarmos as considerações de que as constelações não são formações naturais, mas ‘imagens culturais’, diferentes segundo as épocas, que eram projetadas sobre a disposição das estrelas em relativa proximidade, a leitura do texto constelar se caracterizaria pela liberdade de estabelecer ligações entre partes dispersas. Ao contrário da lógica da progressão do texto linear, que, constantemente, acrescenta elementos novos, o texto constelar se distingue por “interrupções” e pelo “recomeço perpétuo”. A repetição das mesmas coisas em contextos diferentes, na verdade, não é repetição, pois trata-se de considerar os “vários estratos de sua significação”; ao procedimento ‘horizontal’ do texto linear, Benjamin opõe a ‘verticalização’ de determinados tópicos (p.39).

Benjamin fala que a construção de relações que permite visualizar constelações se dá de modo semelhante à forma que constituímos, a partir de um conjunto de objetos, uma coleção. Isto é, na constituição de uma nova totalidade reveladora. Assim, tanto a constelação quanto a coleção são imagens que se referem à construção de um sentido a partir da organização de elementos singulares que integram um todo sem, contudo, nele se dissolver.

Os próprios escritos de Walter Benjamin, em especial na sua forma de organização dão prova dessa operação. Bolle observa que a organização de fragmentos já permite antever a figura emblemática do Colecionador, que Benjamin irá dissertar no volume H, das *Passagens*.

O colecionador é um grande ‘fisiognomista’ do mundo dos objetos; ele sabe que estes são a chave para entender sua própria história e sua coletividade, e possui o dom mágico de manejar e interpretar os objetos (fragmentos) como peças de uma ‘enciclopédia mágica’ (2006, p.1145)

Escrever uma tese em artigos assemelha-se ao processo de constituição de uma coleção, ao modo como explicita Benjamin. De fato, uma coleção começa a existir quando ela suscita no colecionador uma questão. A origem da coleção está nesse ponto, na questão que lança o colecionador no movimento da busca do conhecimento.

Os conceitos de origem e gênese são fundamentais para darmos continuidade às nossas reflexões sobre a figura do colecionador como estratégia metodológica para a construção de uma tese em fragmentos. A gênese, compreendida a partir de uma concepção clássica deste termo, seria o ponto zero, o começo de tudo. Entretanto, Benjamin retoma este conceito para abjurá-lo, argumentando que seria impossível para a humanidade determinar um ponto zero, o início de todas as coisas. Em contrapartida, o autor prefere o conceito de origem. A origem se diferencia da gênese porque ela não é um ponto zero, ela é um ponto de salto, diz o autor que “o termo origem não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção” (Benjamin, 1984, p.67).

Na construção de uma coleção desconhecemos o ponto zero, entretanto, podemos constatar, em um dado momento, a presença de alguma coisa que emerge como um “vir-a-ser” de algo que até então não existia. Ainda que se possa ter um conjunto de coisas (ideias), elas não são necessariamente reconhecidas de imediato como uma coleção. Somente quando as coisas (ideias) cobram a exigência de serem postas juntas, de buscar semelhanças entre si, de procurar fazer sentido quando postas lado a lado, ou seja, quando um fragmento começa a dar sinais de fazer parte de um todo, percebe-se que algo está se formando – a origem de uma coleção. Vale sublinhar, que os objetos de uma coleção, assim como os fragmentos em forma de texto, guardam relação com o conjunto da coleção, mas cada um tem uma história única e particular. Esta particularidade que começa a fazer parte de um todo maior, deve estar sempre na mira do colecionador, pois representa a memória de um caso único que, exatamente por ser único, devolve ao conjunto a sua potência de se renovar a partir da inserção de sua singularidade.

Em uma tese, o conjunto de textos constitui uma coleção. No processo de escrita, à maneira do colecionador, o que se buscou foram critérios para as

formas de narrar, explicitando as tensões presentes nos artigos, que apontavam questões particulares fundamentais, e que foram sendo articuladas com o tema central da tese. Cada nova reflexão cobra relação com as demais ideias produzidas. Assim, conforme explicita Benjamin, a coleção tem sempre um movimento: não é fixa e não é limitada.

Na tese, essa abertura se expressa também no convite ao uso e manuseio dos objetos da nossa coleção – os textos – a partir da apreciação crítica dos comentadores. Em *Livros infantis antigos e esquecidos*, Benjamin (2012) apresenta-nos Karl Hobrecker, colecionador de livros infantis. O autor inicia o texto diferenciando-o dos colecionadores cultos e bem-sucedidos que, no entanto, esnobes, zelam pela coleção intocada, protegida “de mãos infantis pouco asseadas”. O colecionador de livros infantis – e só pode verdadeiramente sê-lo aquele que “se manteve fiel à alegria que experimentou quando criança, ao ler esses livros” – valoriza os rastros e resíduos depositados por aqueles que em algum momento se apropriaram do objeto. De tal modo, “não é com pompa e dignidade profissional que esse primeiro arquivista [Hobrecker] dos livros infantis aparece em público. Ele não visa ao reconhecimento pelo seu trabalho, mas à participação do leitor na beleza que ele revelou” (p.255). Da mesma forma, o processo de submissão, revisão e aceite do texto, quando se submete um artigo para ser avaliado pela comissão editorial de um periódico, envolve uma comunicação entre autores e comentadores que é também convite à participação na construção daquele pensamento. Isso porque, enquanto leituras críticas do texto em progresso, os comentários nos impelem à revisão das nossas colocações e pontos de vista. Em consequência, promove uma renovação do conhecimento, que se dá na negociação entre as partes.

O colecionador e o alegorista

Depois de discorrermos sobre o papel da imagem no pensamento de Benjamin, cabe aqui uma introdução ao conceito de alegoria, tão presente quanto fundamental na teoria da linguagem do autor. A alegoria relaciona-se com o papel da imagem, mas Benjamin reserva especificidades ao conceito. Em *A origem do drama barroco*, o autor busca recuperar a força da intenção alegórica, resgatando-a do espaço que lhe foi designado pelo “veredicto preconceituoso classicista”. O autor deseja esclarecer que “alegoria não é frívola técnica de ilustração por imagens, mas expressão, como a linguagem, e como a escrita (Benjamin, 1987, p.84).”

Franco (2010) explica que a alegoria é “categoria estética, essencialmente histórica, onde as ideias podem ser expressas sem a mediação dos con-

ceitos, pois, de acordo com a posição em que as palavras são dispostas, surge a imagem capaz de mostrar, imediatamente, a dialética cuja intensidade estrutura uma ideia” (p.282)

A alegoria contrapõe-se ao símbolo e remonta, nessa tensão dialética, o princípio construtivista que perpassa a concepção de história presente em toda obra de Benjamin. Enquanto o símbolo tem a pretensão de fixar um sentido, a alegoria ressalta o caráter provisório das significações. Através da alegoria “dizemos uma coisa sabendo que ela significa outra; remetemo-nos com frequência a outros níveis de significação, distintos daquele em que nos situamos” (Konder, 1999, p.35).

Assim, a alegoria traz em si o índice de abertura que encontramos na montagem enquanto método, e no tratado enquanto forma filosófica de escrita. Todas essas categorias, fundamentais em Benjamin, se opõem a interpretações fechadas e totalizantes; e, de modo inverso, afirmam o inacabamento, a descontinuidade e abertura que favorece, na historiografia, a pluralidade de significações.

Contudo essa abertura e inacabamento não devem ser interpretadas como falta de rigor, sem eficácia crítica ou analítica. Conforme elucidada Penido (1989), o rigor maior é não considerar o real em uma totalidade, mas na fragmentação que lhe é característica (p.68).

No livro das *Passagens*, no capítulo sobre o colecionador (H), Benjamin dirá que o motivo secreto de um colecionador pode se resumir ao fato de que ele se engaja na luta contra a dispersão. O grande colecionador, originariamente, não aceita conviver com a dispersão das coisas tal como elas se apresentam no mundo. Em contrapartida, o alegorista é, por assim dizer, o polo oposto do colecionador, uma vez que ele renuncia a elucidar as coisas pela via de uma análise de suas propriedades e afinidades. Enquanto o alegorista isola as coisas de seu contexto original e se dedica, desde o início, a perseguir e elucidar sua significação mais profunda, o colecionador sai, exatamente, em busca dos elos que reúnem as coisas por suas afinidades. Contudo, Benjamin, conclui, para surpresa do leitor, dizendo que cada colecionador tem um alegorista dentro de si, assim como cada alegorista esconde um colecionador, e isto, diz ele, é mais importante do que toda a diferença que eles possam ter entre si.

Para o colecionador, sua coleção é sempre incompleta e ele estará em permanente busca de um novo elemento para alcançar uma configuração renovada do todo. Para o alegorista as coisas são rubricas de um dicionário secreto que revelará suas significações quanto mais ele se dedique a uma única e

mesma coisa em busca de sua pluralidade de significações. Por isto, o alegorista, em seu modo barroco de existir, não acumula objetos porque acredita que uma coisa em particular não se esgota em si mesma, e que o elo com o significado é fruto de uma laboriosa construção intelectual que remete a uma pluralidade de possíveis interpretações.

Em Benjamin, a tensão entre o *coleccionador* e o *alegorista* é uma estratégia metodológica para criar uma imagem dialética que visa expressar o modo como as particularidades revelam as leis do todo. Em *A origem do drama barroco*, Benjamin (1984) diz que “a relação entre o trabalho microscópico e a grandeza do todo plástico e intelectual demonstra que o conteúdo da verdade só pode ser captado pela mais exata das imersões nos pormenores do conteúdo material”. (p.51)

Assim, no contexto das ideias benjaminianas, a verdade está na tensão entre o universal e o particular e a sua busca pauta-se na leitura do particular. Contudo, a leitura do particular só é possível porque este comporta uma dimensão alegórica, quer dizer, não se esgota em si mesmo, pois ao falar de si fala também de outra coisa que não ela mesma. A alegoria ressalta a impossibilidade de um sentido eterno e a necessidade de perseverar para construir significações transitórias. Benjamin esclarece que é o choque entre o desejo da eternidade e a consciência aguda da precariedade do mundo que constituem a fonte principal da inspiração alegórica.

Ao longo de toda a sua obra, Benjamin oscila entre alegorista e coleccionador. O empreendimento das passagens, na sua configuração fragmentária e aberta, contém em si uma dimensão alegórica, mas também a presença do espírito do coleccionador. Nele Benjamin renuncia a interpretações explícitas, deixando a significação emergir através da montagem operada pelo leitor. Em *A origem do Drama Barroco*, Benjamin apresenta essa ideia da seguinte forma: “o objeto é incapaz, a partir desse momento de ter uma significação, de irradiar um sentido; ele só dispõe de uma significação, a que lhe é atribuída pelo alegorista. Ele a coloca dentro de si, e se apropria dela não num sentido psicológico, mas ontológico” (1984, p.205).

Contudo, exemplificando a simultaneidade dos papéis, Benjamin porta-se também como um coleccionador. Gagnebin destaca que a coleção de fragmentos e citações se apresentam como objetos de uma coleção que Benjamin, num exercício de triagem e montagem, salva do seu “contexto funcional” (Gagnebin, 1980, p.224).

Do mesmo modo, a construção de uma tese em artigos mobiliza no pesquisador tanto seu papel de alegorista quanto de coleccionador. A tese é antes

uma alegoria: os achados, os caminhos e encontros não têm, a princípio, sentido e relação com o todo da pesquisa. Os textos, a princípio, estão dispersos e se mantêm ligados por um fio frágil de conexão que é a suposição de relação que o pesquisador faz deles. Isso porque, como o alegorista, o trabalho de pesquisa guia-se primeiro pela sensibilidade, mais do que pela razão. Assim, as afinidades, semelhanças e sentidos que irão fazer do conjunto de achados uma coleção são construídos posteriormente, no exercício de colecionador. O desafio que se apresenta ao pesquisador-colecionador é o de encontrar a forma que melhor convém para a apresentação de sua coleção. No campo da pesquisa acadêmica, vale destacar a necessidade de se reabilitar os farrapos e resíduos do cotidiano como peças preciosas de uma coleção, nelas reconhecendo os signos de uma situação histórica e cultural mais ampla. A escrita é a revelação das imagens de pensamento que contemplam a coleção que o pesquisador-colecionador construiu ao longo de seu percurso, e que agora ele ousa mostrar ao leitor de sua obra.

Em síntese...

Ao apresentar um modo de dispor o pensamento que privilegia os desvios, as surpresas e os percalços, Benjamin nos oferece uma contribuição fundamental para se refletir sobre o problema do texto na escrita acadêmica. Nem sempre o percurso de uma determinada pesquisa cabe em uma narrativa tradicional, linear e conseqüente que, com frequência, os textos acadêmicos exigem. Diante do impasse narrativo, o pesquisador, assim como o historiador, se vê diante de uma escolha, qual seja: constranger suas reflexões de modo a fazê-la caber no formato institucional ou abraçar os desvios, admitindo as exigências de singularidade de seu trabalho como pesquisador. Aos que desejam narrar suas descobertas mantendo-se fiel aos percursos labirínticos da sua busca pelo conhecimento, Benjamin oferece através de conceitos como alegoria, montagem, desvio e coleção, recursos epistemológicos e metodológicos que colocam em xeque a lógica sistemática do positivismo. Neste texto, nossa intenção foi apresentar o modo como nos apropriamos destes conceitos tornando-os instrumentos de reflexão para a elaboração da escrita acadêmica.

Conforme define Lowy (2005), a obra do autor “fragmentada, inacabada, às vezes hermética, frequentemente anacrônica” (p.13) ocupa um lugar singular e único no panorama intelectual e político do século XX. Trata-se, portanto, de identificar nas reflexões tanto epistemológicas quanto metodológicas do autor, pistas e estratégias que sirvam ao pesquisador que deseja expor um

relato de pesquisa cujo único compromisso é com a produção do conhecimento. Para nós pesquisadores imbuídos do pensamento benjaminiano, o importante é encontrar a forma adequada para expressar com fidedignidade as revelações que foram se apresentando ao longo da pesquisa. Ao buscar definir suas próprias leis internas e novos critérios de exatidão para uma epistemologia das ciências humanas, Benjamin nos permite recuperar para o âmbito da escrita o compromisso e a responsabilidade com o sujeito, a linguagem e a história. Para ser fiel ao pensamento de Benjamin é preciso, antes de tudo, saber renunciar à previsibilidade, transitar no interior do movimento incessante das ideias, usufruir da plasticidade do pensamento e acreditar na permanente insuficiência do conhecimento. A obra de Benjamin nos coloca frente à urgência de se pensar as questões contemporâneas a partir de formulações teóricas que considerem a linguagem como ponto de partida e desvio para se apreender a complexidade, cada dia maior, da experiência do homem num mundo em permanente transformação. O autor nos convida a enxergar que a complexidade da experiência humana não pode se esgotar no interior de sistemas teóricos acabados, pois o que está em jogo é a formulação de um estilo de escrita comprometido com o rompimento definitivo com as abordagens teóricas enrijecidas pela influência da racionalização científica.

No itinerário benjaminiano a ideia de fragmento não se encerra na simples construção intermitente e fracionada do conteúdo, mas diz respeito à relação dialética que o fragmento estabelece com o todo. Conforme exposto, em Benjamin os detalhes do cotidiano, as imagens e as memórias fornecem pistas que auxiliam na compreensão mais ampla de uma época. Assim, as memórias de infância, os sonhos, a arquitetura de uma cidade, as placas e cartazes das ruas da cidade, enfim as iluminações presentes na vida cotidiana são, na obra do autor, fragmentos imagéticos que funcionam como pistas no labirinto das ideias para dar forma a um pensamento que se revela posteriormente na escrita do texto filosófico-literário. O fragmento tem, por assim dizer, uma dimensão monodológica, i.e, apresenta-se como a miniatura de uma ideia maior. A distinção entre o alegorista e o colecionador empreendida na parte final do texto, evidencia de forma exemplar essa relação entre o fragmento e o todo. Enquanto o alegorista ocupa-se das pequenas coisas, buscando extrair delas um sentido mais amplo, o colecionador obstina-se na organização das mesmas, confiante da força expressiva do conjunto. Deste modo, as atividades do colecionador e do alegorista se complementam tal como as imagens dialéticas.

Importante destacar que a filosofia obstinada de Benjamin convida-nos, a partir das suas configurações imagéticas e métodos historiográficos, a pensar

uma nova perspectiva filosófica, inovadora e original, conscientes de que cada época coloca problemas que exigem categorias que, com frequência, precisam ser inventadas, numa recusa a métodos pré-concebidos que mais engessam do que expandem o pensamento. A vontade consciente, que observamos na obra de Benjamin, em apresentar uma variedade de estilos textuais é a revelação do compromisso fecundo com o conteúdo propriamente das ideias que ele quer exprimir e que precisa encontrar sua compreensão e expressão no pensamento do outro. Em síntese, o legado de Walter Benjamin é o da compreensão do nosso compromisso com a densidade do texto acadêmico, ou seja, as transformações da condição humana na vida cotidiana devem estar presentes na própria forma como se pretende expressar tais transformações. Assim sendo, o texto acadêmico deve fazer justiça à complexidade dos conteúdos inscritos na vida cotidiana e, portanto, ir ao encontro do estilo textual que melhor dê conta desta tarefa.

II Contribuições da escola operaísta para as reflexões sobre o universo do trabalho

Rio de Janeiro, setembro de 2013

Na ocasião da banca de qualificação,¹⁰ fui orientada a ampliar as leituras sobre as transformações do trabalho elegendo um recorte de abordagem e análise. Naquele momento, a tese se constituía a partir de dois artigos¹¹ – com temáticas, a princípio, bastante distintas – e buscava encontrar uma chave interpretativa que auxiliasse a diminuir a fragmentação da tese a partir de uma literatura que permitisse construir a relação entre as manifestações globais e o universo produtivo contemporâneo.

É nesse contexto, que a abordagem amparada na bibliografia da escola operaísta se oferece como relevante contribuição para as reflexões da tese. A partir de conceitos que atravessam os âmbitos econômicos, político e filosófico, essa corrente de pensamento fornece as chaves de análise para uma possível articulação entre produção e política no contemporâneo.

Assim, “Sobre as transformações do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo” é fruto do encontro das reflexões da tese com a bibliografia operaísta (Cocco, 2012; Virno, 2003; Hardt e Negri, 2000, 2004; Boutang, 2007, Negri e Lazzarato, 2003) sugerida na banca de qualificação pelo professor Giuseppe Cocco. Trata-se, portanto de uma revisão bibliográfica que tem como propósito fundamental introduzir as ideias dessa literatura e propor uma interpretação acerca das mutações a partir dessa bibliografia.

O texto converge leituras feitas a partir das sugestões da banca e anotações de disciplinas dedicadas à temática das transformações do universo produtivo¹² e, nesse sentido, é bastante referenciado pelo diálogo que estabeleci com o professor Giuseppe Cocco ao longo do processo de construção da tese e pelas tentativas de interpretação da literatura sugerida.

10 A Banca de qualificação aconteceu em setembro de 2013, na PUC-Rio, e contou com a presença do professor Giuseppe Cocco e da professora Márcia Moraes.

11 “Subjetividade indignada: movimentos jovens em rede e a afirmação da democracia” e “Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett”.

12 Refiro-me especificamente as disciplinas ministradas pelo professor Giuseppe Cocco, na UFRJ: “O levante da Multidão” (2014.1); “As metrópoles e a Comunicação no Capitalismo Cognitivo - A Produção do Corpo Maquínico” (2014.2); Capitalismo Criativo, Aceleracionismo e Produção de Subjetividade (2015.1)

O operáismo alia reflexão intelectual – na produção de conceitos e métodos – e prática ativista na atuação e análise concreta das lutas. Assim, olhar as transformações a partir dessa escola de pensamento justifica-se pelos elementos que constituem sua estrutura teórica e prática.

Conforme expõe César Altamira, em Marxismos do novo século (2008), “o operáismo evitou toda teorização e abstração em favor da apreensão dos conceitos que dessem conta essencialmente da totalidade concreta da luta” (p.127). Assim, embora, enquanto escola de pensamento conte com a participação de intelectuais, o movimento em si tem suas origens na tradição do movimento operário italiano – marcado pela permanente confluência e fusão com o movimento estudantil italiano – e sua matriz está intimamente ligada às lutas de fábrica.

Oriunda da Itália, em 1960, o movimento operaísta identificou nas fábricas fordista com milhares de operários o terreno fértil para um projeto revolucionário. Bologna (2008) se refere ao investimento político e militante dos operaístas no chão de fábrica como uma tentativa de capturar o capitalismo na sua “própria casa”. A partir do método de co-pesquisa ou pesquisa militante, “intelectuais e ativistas penetraram no interior das grandes formações industriais promovendo entrevistas, enquetes, encontros e articulações de textos e debates, sem mediações institucionais entre uns e outros” (Cava, 2012). Nessa perspectiva, o operário não é sujeito da pesquisa, mas co-autor de uma investigação coletiva acerca da própria realidade. A imersão militante nas fábricas permitiu aos operaístas conhecer táticas e mecanismos de resistência internos às dinâmicas de fábrica: recusas, sabotagens, interrupções na linha de produção.

Esse exercício teórico e prático no interior das fábricas caracteriza o primeiro momento do operáismo. Nessa etapa do movimento, a composição de classe é centrada na figura do operário-massa e na concepção da fábrica como espaço primordial das lutas. Mezzadra (2009) destaca que, “a falta de identificação do trabalhador sem qualificação com o conteúdo do trabalho” – característica atribuída à atividade do operário-massa – “longe de ser descrito em termos de “alienação”, era considerado pelos operaístas italianos como a raiz da recusa ao trabalho e lutas políticas por um salário independente do trabalho produtivo”.

Bologna (2015) argumenta que, de fato, o operário-massa é resultado do desenvolvimento de uma subjetividade revolucionária que tem a linha de montagem fordista como campo de treinamento.

O trabalhador (e suas lutas), na perspectiva operaísta, é a força substantiva das mudanças sociais. A categoria composição de classe, formulada pela operaísmo, dá conta do movimento dialético entre luta operária e reestruturação capitalista. Altamira (2008) esquematiza da seguinte maneira:

Quando os assalariados, no seu processo de questionar o controle e domínio do capital, se mobilizam e alcançam um certo grau de unidade, ou seja, algum grau de composição de classe, o capital responde mediante inovações tecnológicas, organizacionais e políticas, desenhadas para decompor esses movimentos, seja por cooptação, seja por eliminação. Como o capitalismo é essencialmente um sistema de dominação de uma classe por outra, o capital, enquanto dependente do trabalho assalariado, não pode, pura e simplesmente, eliminar o sujeito antagonista, ele precisa constantemente recriar um novo proletariado, cujo o desenvolvimento e o movimento virão a ameaçar, por sua vez a dinâmica capitalista, mediante processos de ataque e resistência parciais e conjunturais, no marco de surgimentos de novos modos de resistência (p.68).

A composição de classe é, portanto, um movimento dinâmico e as transformações dos processos produtivos têm como motor um processo de composição, decomposição e recomposição de classe. Nessa ótica, a classe é determinada pela relação entre a estrutura material da classe operária e seu comportamento como sujeito autônomo. Nesse sentido, como elabora Cocco (2001), a classe “não é uma forma abstrata, nem uma categoria da relação salarial”, mas é determinada na luta. A luta antecede, portanto, a composição de classe. Dito de outro modo, “a classe não luta por que existe, mas existe porque luta” (p.17). Essa perspectiva obriga as teorias a se confrontarem com a materialidade da luta.

A partir das ofensivas do capitalismo às lutas operárias e o declínio do fordismo, o operaísmo parecia destinado ao fim (Bologna, 2008). No entanto, o movimento se desdobra em uma segunda etapa¹³ o operário massa das linhas de montagem, cede progressivamente lugar ao operário social, cujo espaço de trabalho não se restringe aos limites fabris, mas se estende para todo o tecido social, numa “fábrica difusa”. Altamira (2008) destaca que “o mundo do operário social é um mundo onde o capital impregna toda a vida”. (p.77) Esse deslocamento corresponde à tentativa de apreensão das mudanças do trabalho na passagem ao pós-fordismo. Antônio Negri

13 No início dos anos 1970, há uma divisão entre os intelectuais que compunham o movimento. Mario Tronti e outros decidiram continuar sua atividade política e intelectual no PCI, uma vez que estavam convencidos que as lutas dos trabalhadores estruturalmente precisavam de um “suplemento” apolítico, de maneira a multiplicar e consolidar a sua força. Antonio Negri e outros, por outro lado, estavam convencidos que o nível de poder autônomo exprimido pelos trabalhadores no “outono quente” punha diretamente o problema da ruptura revolucionária (Mezzadra, 2009).

é o principal teórico dessa segunda etapa que ficou identificada como autonomismo. Assim, o autonomismo deve ser entendido não apenas como busca da independência operária diante dos sindicatos e partidos, mas também como resultado da extensão da fábrica na sociedade.

Bologna (2008) observa que embora o operaísmo tenha uma “data de nascimento” determinada, é difícil precisar seu fim – o autor observa que nunca houve um esforço de periodização histórica que abrangesse um desfecho para o operaísmo. No entanto, o autor defende que “uma teoria política, que também é uma metodologia cognitiva, nunca morre enquanto houver alguém que considera úteis os seus instrumentos analíticos e suas consequências práticas”. Assim, mais que uma corrente de pensamento teórica, o operaísmo adota uma prática ativista que conjuga produção intelectual e ação política, desse modo, fornece métodos e conceitos que são úteis para nossa análise e nela se mantém vivos e potentes.

3 Sobre as transformações do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo¹⁴

Introdução

A partir da década 1970, o modelo de produção fordista/taylorista, até então hegemônico começa a dar sinais de esgotamento. Determinações *objetivas*: relacionadas à crise socioeconômica e política da década; e *subjetivas*: que dizem respeito aos aspectos sociais e culturais concorrem progressivamente para a construção de um novo paradigma produtivo.

Assim, na passagem do fordismo aos modelos de produção pós-fordista, novos processos de trabalho emergem e irão determinar a condição das dinâmicas produtivas dali em diante. Em busca de novos padrões de produtividade e devido à necessidade de adequar a produção à demanda do mercado, novos processos de trabalho concorrem e substituem o modelo fordista de produção. A partir da década de 1980, os elementos constitutivos desse modelo produtivo – produção em série em linhas de montagem, controle de tempo, produtos homogêneos, trabalho massificado fragmentado – começam a dividir espaço com novos processos de trabalhos que têm como máxima a flexibilização da produção e a adequação da produção à lógica de mercado. Nestes novos modelos que se constituem a partir da crise estrutural do fordismo, a produção ganha novos imperativos.

Conforme já dito, *flexibilidade* é uma delas. Desde o processo de produção – que passa a obedecer à demanda do mercado – até o trabalhador deve ser flexível. Isso significa uma produção variada, diversificada e comandada pelo tempo do consumo. A fabricação *just in time* garante o melhor aproveitamento do tempo da produção e a possibilidade de se manter um estoque mínimo. A relação homem/máquina que fundamenta a linha de montagem fordista é substituída pela *polivalência* do trabalhador flexível que passa a operar com várias máquinas.

Outra transformação ocasionada pela crise do fordismo é movimento de *descentralização das unidades produtivas*. As grandes fábricas com milhares de operários vão aos poucos sendo desmontadas dando lugar a organizações de “produção enxuta” (*lean production*), organizadas em redes de fornecimentos. A

¹⁴ Artigo publicado no site do Laboratório Território e Comunicação – UFRJ, em 5 de maio de 2016. Disponível em: <http://labtecufrj.net/atualidades/2016/04/26/sobre-as-transformacoes-do-trabalho-da-passagem-do-fordismo-ao-capitalismo-cognitivo/>

redução drástica de funcionários é um impositivo da crise, mas também uma das maneiras de desarticular as relações conflituais de fábrica.

Nas “fábricas enxutas”, a *comunicação* passa a desempenhar um papel fundamental nos processos de produção. Os movimentos repetidos e mecânicos da linha de montagem fordista são substituídos por processos dinâmicos que demandam a comunicação constante não apenas entre os operários, mas também entre os setores de gestão e execução, ou seja, entre a empresa e os funcionários. A centralidade da comunicação se expressa também nas mutações das prestações de trabalho que, segundo Marazzi (2009), tendem a se desenvolver privilegiadamente no âmbito das “relações” entre pessoas, o profissionalismo se define cada vez menos em termos industriais e cada vez mais em termos de “serviços à pessoa” (p.52).

Nesse novo arranjo, exigente de flexibilidade, estruturado em rede, onde a comunicação desempenha papel central, a *subjetividade* do trabalhador antes ausente, passa a ser requerida na execução dos processos. Conforme explicita Peter Pal Pelbart (2011), o trabalho pós-fordista “solicita não seus músculos e sua força física, mas sua inteligência, sua força mental, sua imaginação, sua criatividade” (p.132). Na verdade, na passagem ao pós-fordismo, o trabalho mais do que apenas demandar a subjetividade, ele é também produtor de subjetividade.¹⁵

Todas essas transformações correspondem a uma reestruturação do capitalismo que diante da crise age no sentido de resgatar os níveis de acumulação do período fordista. No âmbito do trabalho, novos modelos de produção são empreendidos como alternativas ao modelo em crise. Nos processos produtivos pós-fordistas, o trabalho passa por uma transformação sem perder sua centralidade, de fato, de modo inverso, ele tem sua centralidade renovada pela transformação. Conforme enuncia Giuseppe Cocco (2012):

O regime de acumulação pós-fordista determina uma difusão social do trabalho. Longe de desaparecer, o trabalho não para de se difundir no tempo e no espaço: nos territórios desenhados pelas redes sociais de cooperação, em um tempo definido pela recomposição do tempo de vida e tempo de trabalho. (p.58)

15 Conforme explicitam Guattari e Rolnik (1999), “a subjetividade constitui matéria prima de toda produção” (p.28). Trata-se, portanto, de pensar um trabalho que produz a partir da mobilização da subjetividade do trabalhador desejos, afetos, comunicações e formas de vida. Miranda e Soares (2009) formulam a produção de subjetividade da seguinte forma: “tudo aqui que concorre para produção de um “si”, um modo de existência, um estilo de existência” (p.416).

De modo geral, diante dessas considerações iniciais, esse trabalho busca traçar uma apresentação das determinações tanto objetivas quanto subjetivas do processo de reestruturação do capitalismo na passagem ao pós-fordismo. Essa abordagem busca apresentar os eventos e determinantes que criaram as condições para emergência de novas formas industriais e posteriormente pós-industriais. De modo específico, esse trabalho pretende-se uma introdução às reflexões sobre as transformações do trabalho a partir de uma bibliografia que nos permite compreender a mutação do universo produtivo a partir de uma centralidade renovada do trabalho.

Para tanto, esse texto se divide em dois momentos. No primeiro, empreendemos um esforço de sistematização das transformações do trabalho nas últimas décadas. A crise do modelo de produção fordista é o ponto de partida para uma reflexão das transformações das dinâmicas produtivas na passagem ao pós-fordismo. Apontando as determinações da crise do fordismo e observando o surgimento de novos processos produtivos pretendemos mostrar o modo que as inovações características desses novos regimes de produção e acumulação introduzem elementos que irão contribuir e em, alguns casos, determinar a condição do trabalho contemporâneo. Nossa análise situa-se, portanto, nessa passagem e gira em torno dos processos de flexibilização, da articulação em rede das unidades produtivas e da entrada da comunicação nas dinâmicas de produção. Nossa compreensão é que as mutações no universo do trabalho se relacionam com transformações do próprio modo de ser do capitalismo e, nesse sentido, correspondem à passagem de um capitalismo industrial para um capitalismo que chamamos cognitivo.

Assim, em um segundo momento, buscamos caracterizar esse capitalismo, identificando as especificidades do trabalho e das relações nesse novo paradigma. Cocco (2012) fala que o capitalismo cognitivo é reorganizado em torno de três vertentes. Em primeiro lugar, ele se articula em rede. Ou seja, trata-se de um capitalismo integrado globalmente e, deste modo, simultaneamente territorializado e des-territorializado. Em um segundo plano, o valor que ele acumula é do tipo intangível ou imaterial. Isso significa dizer que, ainda que os bens materiais continuem sendo produzidos no chão da fábrica, seu valor, a determinação do preço passa por tudo que acontece fora da fábrica. Por essa razão, Maurizio Lazzarato (2006) afirma que mais do que produzir bens, o capitalismo cognitivo produz mundos. Por último, esse capitalismo tem como característica a centralidade das finanças no seu modo de existência e governança. No capitalismo cognitivo “as finanças não são o fruto de nenhum desvio ou esfera fictícia. Pelo contrário, elas constituem o modo de ser do capitalismo contemporâneo” (Cocco, 2013, p.7).

Sobre as transformações do trabalho

Refletir sobre as recentes transformações ocorridas no universo de trabalho exige, invariavelmente, uma ponderação sobre a nova configuração do capitalismo contemporâneo. Diversos autores (Rullani, 2000, Boutang, 2007; Corsani, 2003; Cocco, 2012; Negri e Hardt, 2004) assinalam uma transição de um modelo capitalista industrial, baseado em um espaço de produção facilmente delimitado e controlado, para um modelo de capitalismo que esta literatura chama de cognitivo. Este último caracteriza-se por uma deslocalização do espaço de produção e pela “integração produtiva dos consumidores como produtores”. Este trabalho parte da compreensão de que as transformações no universo do trabalho correspondem à passagem do modelo de produção fordista ao pós-fordista e que essa transição é paradigmática não só das formas de produção, mas de reprodução e socialização do trabalho.

Desde as últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando significativas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção produtiva, na sua estrutura organizacional, na sua materialidade e, sobretudo na esfera da subjetividade. Dentre os vetores de mudança, é possível identificar o ciclo de lutas civis que se inicia na década 1960 nos Estados Unidos e, a partir de 1968, na Europa; o grande salto tecnológico e as políticas de austeridades neoliberais ao longo dos anos 1980.

A partir da década de 1970, o modelo de produção fordista que tem como elementos constitutivos a produção em massa, serializada em linhas de montagem, marcado por controle rigoroso de tempo e em grandes plantas industriais começa a dividir espaço com novos processos de trabalhos que têm como máxima a flexibilização da produção e a adequação da produção à lógica de mercado. Em *O lugar das meias* Christian Marazzi (2009) analisa a passagem do modelo de acumulação fordista ao pós-fordista a partir da observação da “mobilização produtiva da comunicação”.

O autor compreende a entrada da comunicação nos processos de produção como um dos paradigmas mais fundamentais da passagem ao pós-fordismo. Marazzi explica que, diante da saturação do mercado devido à limitação do poder aquisitivo, a produção tem que se adequar à situação, isto é, se estruturar de modo a poder aumentar a produtividade sem aumentar excessivamente a quantidade produzida (p.15). A comunicação passa a ser fundamental para esse alinhamento entre produção e demanda. Nesse sentido, os trabalhadores “mudos” das fábricas fordistas dão lugar aos trabalhadores comunicativos pós-fordistas. A comunicação lubrifica, para usar um termo do próprio autor, todo o

processo produtivo, permitindo ajustar demanda e oferta. Para o autor, na base das transformações radicais do modo de produção pós-fordista se encontra a sobreposição entre produção e comunicação.

No entanto, Marazzi, destaca a insuficiência das abordagens meramente econômicas para explicar a crise do fordismo e a emergência de outros modelos de produção. Segundo o autor, as determinações econômicas e técnicas são importantes, mas são completamente insuficientes para o entendimento do processo de transição de um modelo ao outro. Nesse sentido, embora a robotização e automação sejam aspectos importantes para compreensão das transformações, o autor nos convida à observação aos aspectos sociopolíticos e, sobretudo, às dimensões subjetivas da transição.

Enquanto as políticas de austeridade neoliberais no início da década de 1980 levam a inviabilidade do modelo no nível econômico, o ciclo de lutas civis e por direitos de 1968 são fundamentais para minar definitivamente o fordismo enquanto “modelo cultural”. Marazzi destaca que as inovações técnicas ou o surgimento de uma nova “função de produção” por si só não são suficientes para explicar a transição de um modelo a outro. Os precedentes históricos, os sistemas de relações sociais e de poder são determinantes fundamentais para qualquer inovação social, produtiva e política. Nesse sentido, nossa abordagem busca apresentar os eventos e determinantes que criaram as condições para emergência de novas formas industriais e posteriormente pós-industriais.

Em *Trabalho e Cidadania*¹⁶ (2012) Giuseppe Cocco fala de duas determinações fundamentais da crise do fordismo: uma objetiva, interna à lógica capitalista e outra subjetiva, que se relaciona com as determinações da autonomia de classe. Dito de outro modo, a crise é orientada por razões próprias às transformações do trabalho que são tanto de ordem econômica quanto geográfica e pela organização dos trabalhadores em torno de uma luta *contra o trabalho*. Buscaremos desenvolver uma breve sistematização da transição entre os dois modelos, observando as determinações da crise do modelo fordista e as características do novo paradigma.

Focar nas determinações subjetivas não significa conferir menor importância aos aspectos econômicos e técnicos que fomentam a mudança. É evidente que a crise do modelo de produção fordista teve fortes determina-

16 A sistematização das transformações do trabalho desenvolvida nesse texto tem como referência principal as reflexões desenvolvidas nesse livro. Lançado em 1999, *Trabalho e Cidadania* dedica-se a uma reflexão intensiva sobre as transformações do trabalho a partir da mudança do paradigma fordista ao pós-fordista. Nas palavras do autor, a proposta do livro é “apontar para a fenomenologia da metamorfose de um trabalho que – tornando-se imaterial – passa a ser explorado segundo novas modalidades” (p.48).

ções econômicas. Trata-se apenas de reconhecer que elas, por si só, não são capazes de elucidar as mudanças do universo do trabalho. A globalização econômica que promove uma deslocalização do trabalho do chão de fábrica e a estruturação tecnológica são antes de tudo respostas do capital à crise que se inicia a partir da década de 1960 e essa crise converge elementos econômicos, sociais e políticos.

Entre as determinações econômicas da crise podemos reconhecer a crescente internacionalização da economia que implica numa queda dos ganhos da produtividade e o repasse dos custos do salário para os produtos; o “constrangimento” exterior a partir da abertura para concorrência internacional fruto do esgotamento do regime de acumulação autocentrado. “As políticas econômicas e monetárias de regulação, por definição de caráter nacional, acabaram não alcançando mais as dinâmicas de produção e consumo paulatinamente internacionalizadas” (Cocco, 2012, p.122). O autor cita ainda a desterritorialização ligada à internacionalização do mercado (produtos e insumos); e, por último, o princípio da flexibilidade. Modelos baseados na rigidez e na verticalidade das operações como fordismo e taylorismo encontram um esgotamento. “As organizações produtivas que conseguem manter-se no contexto da nova competitividade são as que alcançam um certo nível de flexibilidade” (p.123).

Nessa transição, o capitalismo age no sentido de se reestruturar e manter seus padrões de acumulação, nesse sentido, a mudança do modelo de produção acarreta também transformações na forma do capitalismo. A passagem do fordismo ao pós-fordismo coincide, dentro dessa lógica, com a passagem de um capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo.

A crise do fordismo: sobre desarticulação, flexibilização e a fuga da fábrica

Conforme exposto anteriormente, ainda que as determinações econômicas sejam importantes para a compreensão da crise do modelo fordista, elas por si só, não dão conta de elucidar a complexidade do processo, uma vez que ele é resultado da confluência de fatores e eventos que faz com que o pós-fordismo seja mais do que uma “nova etapa” de uma evolução no contexto de fábrica. Ocorre que “a heterodoxia econômica não consegue definir e apreender a mudança de paradigma, senão de um ponto de vista meramente interno aos padrões fabris” (Cocco, 2012, p.125).

Nesse sentido, o autor propõe fugir das compreensões meramente econômicas incapazes de ver no pós-fordismo algo além de uma etapa evolutiva ao longo da linha de progresso “fabril”. Em contrapartida, sugere uma abordagem

subjetiva da crise do modelo fordista que contemple o processo de desarticulação das dimensões espaços-temporais desse modelo.

Cocco (2012) fala de dois fenômenos sincrônicos e cruzados que ajudam a elucidar a crise do fordismo na perspectiva da desarticulação das dimensões espaço-temporais do modelo. O primeiro diz respeito à “flexibilização defensiva”. Lipietz e Leborgne¹⁷ (1994) a definem como busca de reequilíbrio competitivo a partir de “anulação de conquistas sociais que rigidificam o contrato salarial, pelo desenvolvimento de contratos temporários, a flexibilização da legislação do trabalho”. Trata-se, segundo os autores, de uma visão “a curto prazo da adaptação às exigências da concorrência e às novas tecnologias, para defender os mercados ameaçados” (p.236). Cocco salienta que a estratégia da *flexibilização defensiva* se desdobrou em dois caminhos: a descentralização e a robotização.

A descentralização se dá pela externalização dos segmentos produtivos caracterizados pela alta concentração de trabalhadores. Isto é, pela deslocalização dos trabalhadores através do recurso às redes de fornecedores. Nesse movimento, as empresas terceirizam suas atividades, deixando de realizar todos os serviços em sua linha de produção e transferem certas atividades para um conjunto de fornecedores descentralizados e até espalhados por vários países. Em *Roger and me* (1989), filme documentário produzido por Michael Moore, é possível ver esse movimento de deslocalização e as consequências drásticas da política neoliberal do governo Ronald Reagan, a partir da experiência de Flint, cidade natal de Moore. Enquanto tenta contato com Roger Smith, presidente da General Motors, o documentarista mostra a pujança da cidade promovida pela instalação das fábricas da GM na década de 30 até a desolação da cidade com o fechamento sistemático das fábricas de 1983 a 1989, em virtude da deslocalização das fábricas para o México, onde a mão-de-obra é mais barata.

A robotização refere-se aos investimentos em novas tecnologias dos segmentos mais complexo e conflituais das linhas de produção. Assim, ambos os caminhos têm como propósito fundamental neutralizar uma crescente conflitualidade derivada de uma tomada de consciência dos trabalhadores. Segundo o autor, a *flexibilização defensiva* parece ser determinada pelos níveis de “saturação social” da organização do trabalho.

Isto é, por uma conflitualidade que não podia mais ser adequada à dinâmica do desenvolvimento, seja por influenciar negativamente o nível dos

¹⁷ Os autores sistematizam uma distinção interessante entre a flexibilidade ofensiva e flexibilidade defensiva.

ganhos de produtividade, seja pelo surgimento de resistências sociais cada vez mais fortes à ordem corporativa fordista. Uma conflitualidade que se tornava insuportável mais pela novidade de suas determinações subjetivas do que pela sua difusão quantitativa (Cocco, 2012, p.126).

O segundo fenômeno revela-se na crescente recusa ao trabalho fabril por parte das forças de trabalho mais qualificadas e dos militantes sindicais. O autor fala de uma “fuga da fábrica” e da reivindicação social dos movimentos decorrentes de maio de 1968 pela extensão das políticas de bem-estar desvinculando-as da relação corporativa. As lutas sociais são particularmente importantes para análises das transformações do universo do trabalho porque é respondendo às lutas que o capitalismo se reestrutura. O capitalismo se transforma buscando organizar o processo de acumulação com base na capacidade de apreender os ciclos de lutas contra o trabalho industrial. A partir da década de 1960, se adensam as lutas civis do movimento negro, movimento feminista e gay, por direitos civis dos operários fordistas contra o trabalho. Inicialmente nos Estados Unidos, e posteriormente, em 1968, na Europa. Esses movimentos anteciparam a luta operária e são decisivos no processo de crise fordista, uma vez que o modelo se baseia na subsunção de toda sociedade embaixo das normas e dinâmicas da relação salarial do tipo fordista. Dito de outro modo, a crise do fordismo é “a crise das formas e legitimação políticas estruturadas em torno dos grandes corpos sociais: operariado e elites empresariais” (p.127). Assim, as lutas operárias articuladas com as lutas contra a sociedade disciplinar obrigam o capitalismo a se reestruturar para recuperar seu padrão de acumulação.

O capitalismo responde a essas lutas reorganizando a produção diretamente na sociedade. Deste modo, o capitalismo que se afirma a partir da década de 1980, busca destruir as relações de classes hiperconflituais que caracterizavam as grandes fábricas, e com isso, vai destruindo as próprias fábricas. Como já dito, esse processo começa pela reestruturação em termos de automação, robotização, isto é, pelo enorme investimento em tecnologia e pelo esforço de deslocalização das unidades fabris hiperconflituais.

O fordismo, conforme explicita Marazzi (2009), sucumbe primeiro como “modelo cultural”, a partir das lutas operárias contra aquele tipo de trabalho. E, em seguida, desmorona como modelo hegemônico de produção e organização.

Assim, durante a crise socioeconômica e política dos anos 1970, desmoronam os modelos produtivos e organizacionais, mas também sociais e culturais que estavam na base do fordismo (...) a organização de um trabalho com conteúdo intelectual mais elevado e a “fuga” da condenação perpé-

tua ao trabalho assalariado; tudo isso concorrerá progressivamente para a construção do novo paradigma produtivo, rumo ao novo modelo de desenvolvimento (p.22).

A transição para o pós-fordismo é, portanto, um processo aberto, situado entre a reestruturação tecnológica das grandes fábricas e a difusão social das lutas operárias (Cocco, 2012, p. 59). Esses são os primeiros momentos de uma transformação geral, que implicou o fato que nós passamos depois de uma fase de transição do pós-fordismo para um regime de acumulação fundamentalmente pós-industrial.

Da passagem do fordismo a outros modelos: um novo pacto, organização em rede e a centralidade da comunicação

Mudanças no cenário internacional, queda nos ganhos de produtividade causada pelas lutas operárias conduziram ao esgotamento do modelo fordista de produção. Lipietz e Leborgne (1988) falam de duas soluções diametralmente opostas quanto à solução da crise de oferta. Diz os autores que:

Certos países, em vez de inovarem em matéria de organização do trabalho, reconstituíram os lucros e eliminaram a inflação atacando o estatuto e as regalias dos assalariados. (...) outros, pelo contrário, souberam aliar a revolução eletrônica à superação do taylorismo: foi, sobretudo, o caso do Japão e da Europa do Norte (p.227).

Como já abordamos de modo sintético, a partir da década de 1980, o trabalho estruturado em grandes fábricas, verticalizadas, com milhares de operários, mudos, executando trabalhos repetitivos começa a ser substituído por novas dinâmicas produtivas ensejando novas formas de trabalho. Nesse contexto, um conjunto de estratégias é adotado e posto em prática com o objetivo conter as dificuldades que o esgotamento do projeto fordista já vinha acenando. A fábrica pós-fordista é caracterizada por uma reconfiguração das tarefas, inovações na produção, organização e gestão das empresas.

Nesse sentido, o toyotismo é a experiência mais emblemática no emprego da flexibilização nos processos de gestão da produção. Marazzi (2009) discorre sobre as origens japonesas do trabalho pós-fordista. Segundo o autor, há no Japão uma especificidade socioeconômica que favorece a implementação das técnicas que caracterizam o modelo de produção que sucede o fordismo. Marazzi cita o mercado restrito do país como elemento de impossibilidade de

adoção das técnicas fordistas de produção e consumo em massa. Como segundo aspecto, faz referência à crise financeira, à Guerra da Coréia e às lutas operárias representada por sucessivas greves como elementos que conduzem a Toyota a uma crise financeira que a obrigará a repensar sua organização.

Taiichi Ohno é o responsável pela reengenharia da fábrica Toyota que irá determinar o modo de produção japonês. Em “Pensar pelo avesso”, Benjamin Coriat demonstra como as mudanças implementadas na fábrica japonesa é, de fato, o avesso da produção fundamentada no taylorismo e no fordismo. Coriat acolhe o conselho do próprio Ohno que adverte que a plena compreensão do modelo japonês só é possível se nos dispusermos a *pensar pelo avesso* os modelos ocidentais. A oposição central entre o modelo toyotista e o fordista se expressa de forma mais clara no objetivo de cada modelo: enquanto o fordismo buscava produzir grandes séries de produtos rigorosamente idênticos, o toyotismo tinha como objetivo produzir séries restritas de produtos diferenciados. O enigma de Ohno era, portanto, buscar um método que permitisse elevar a produtividade sem aumentar as quantidades. Sua reengenharia atua no sentido da busca de outro mecanismo de ganhos de produtividade.

Enquanto no modelo fordista a produção era anterior ao consumo, ou seja, os produtos eram produzidos para posteriormente serem vendidos, no modelo Toyota a produção é guiada pela demanda e o crescimento (ou retração) do fluxo do mercado. Para tanto, um conjunto de regras, valores e dispositivos organizacionais é implementado. A flexibilidade é o ritmo que rege o modo de produção japonês que ficou conhecido, por esta razão, como *especialização/acumulação flexível*.

Não é propósito desse texto expor detalhadamente o fenômeno toyotista.¹⁸ Interessa-nos, contudo identificar o modo como esses elementos de inovação no conjunto de regras, valores e dispositivos organizacionais que os arranjos pós-fordistas ensejam, se relacionam com as dinâmicas produtivas contemporâneas. Conforme exposto, a flexibilidade, que no modelo japonês se reflete nas formas de organização produtiva e gestão do estoque; a desespecialização dos operários que passam a desempenhar múltiplas atividades na fábrica, envolvidos em operações em um conjunto de máquinas; a comunicação e reestruturação em redes e, por fim, o envolvimento subjetivo dos trabalhadores constituem elementos próprios do modelo japonês que se firmam e persistem no trabalho contemporâneo.

¹⁸ Para esse propósito, o livro de Benjamin Coriat é excelente referência. CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

Diante das transformações, há os que defendam que a superação do modelo fordista tenha acarretado em maior liberdade criativa para os trabalhadores, que, envolvidos em atividades menos mecânicas e mais complexas, passam a participar de maneira mais dinâmica (e ativa) no processo produtivo. Michel Piore e Charles Sabel (1984) são os principais representantes dessa visão. Em *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*, os autores inauguram a interpretação que vê na especialização flexível a possibilidade de superação das contradições básicas da sociedade capitalista. Para os autores, ao aliar práticas “artesaniais” de trabalho a formas de organização cooperativa, esse novo modelo permite aos trabalhadores subverter aspectos repressivos da dinâmica fordista. Os autores debruçam-se sobre experiências alternativas de modelos de desenvolvimento econômico, com foco na flexibilidade produtiva e social.

Há, contudo, uma literatura muito crítica da especialização flexível. Essa crítica aponta que por trás do discurso da especialização, da qualificação e do dinamismo do trabalho toyotista o que existe é:

um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando em muito tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. (Antunes, 2009, p.55)

Nesse sentido, nessa literatura (Antunes, 2009; Alves,2000), todos os aspectos de inovação servem ao único propósito de intensificação da exploração, precarização das condições de trabalho e neutralização das possibilidades de resistência através da destruição do sindicalismo de classe, convertido em sindicalismo de empresa.

O que Coriat destaca, no entanto, é uma relação baseada em novo contrato social que conjuga uma série de novos compromissos sociais dentro e fora da fábrica que se expressa em elementos como a implicação subjetiva do trabalhador, estabilidade no emprego e a fuga de contratos sociais conflitivos.

As primeiras páginas de *Pensar pelo avesso* podem passar a ideia de um entusiasmo do autor com o modelo japonês. No entanto, não há ingenuidade nas observações de Coriat. O autor reconhece que a reengenharia de Ohno tem como objetivo e resultado a intensificação do trabalho. A especialização flexível, um dos pilares do toyotismo é de fato uma *desespecialização* que segundo o próprio Ohno foi recebido com resistência pelos trabalhadores que viram no movimento “um ataque ao seu exercício profissional e ao poder de negociação

que esse mesmo exercício autorizava”. O sindicalismo japonês, representado no lema da família Toyota, tem como objetivo defender os interesses da empresa. No entanto, o autor vê na base desse acordo, um pacto social entre trabalhadores, sindicatos e empresa. Existe nesse sentido “um conjunto de contra partidas verdadeiras, sutis e essenciais” que buscam substituir o modelo fordista e suas relações hiperconflituais. De acordo com Coriat, o modelo japonês introduziu mudanças significativas no método de produção industrial, com níveis de integração entre escritório, fábrica e consumidor.

Nesse sentido, para além das interpretações que só vêm na reestruturação toyotista a quebra sistêmica de direitos trabalhistas, que é verdadeira, há algumas abordagens que vêm no toyotismo uma tentativa de busca de um novo pacto que poderia substituir o fordismo. Assim, o que essas abordagens teóricas (Coriat, 1994; Piore e Sabel, 1984; Marazzi, 2009) buscaram tematizar é que para além da reestruturação em termos de robótica e automação e a sucessiva perda de direitos, o modelo japonês e os distritos industriais baseiam-se em um novo pacto que conjuga uma reorganização em rede, a centralidade da comunicação no processo produtivo e a mediação das relações conflituais de fábrica a partir de acordos firmados entre empresa e empregados.

Nossa compreensão é que os elementos de inovação da reengenharia de Ohno são os primeiros momentos, ainda no contexto industrial, da transição do fordismo ao pós-fordismo. Do mesmo modo, que a reestruturação em rede dos distritos industriais antecipa as formas de organização da produção contemporânea. Dito de outro modo, tanto o toyotismo quanto a experiência dos distritos industriais da Terceira Itália, carregam elementos de inovação que buscam responder aos desafios que a crise do fordismo impõe. Nesse sentido, não se trata de comemorar ou demonizar as inovações, mas de reconhecer que esses elementos de inovação que compõem a organização toyotista anteciparam e permanecem centrais hoje no modo de produção e acumulação do capitalismo cognitivo.

Nesse sentido, cabe reiterar que nossa compreensão é que o toyotismo ocupa um duplo *locus* na transição do capitalismo industrial ao pós-industrial. Em relação ao regime fordista, o modelo japonês constitui uma etapa sucessiva ainda industrial, mas com elementos de inovação que o caracteriza também como uma antecipação ao regime para o qual passamos e no qual estamos, qual seja, ao capitalismo que do ponto de vista do trabalho não é mais industrial. Entretanto, como já dissemos, dizê-lo pós-industrial não é negar suas dimensões industriais, mas relativizar sua hegemonia.

A respeito da transformação, Paolo Virno (2013) destaca que o pós-fordismo é a convivência dos mais diversos modelos produtivos, diz o autor que

“o pós-fordismo reedita todo o passado da história do trabalho, desde as ilhas de operário-massa a enclaves de operários profissionais; desde um trabalho autônomo extenso ao restabelecimento de formas de dominação pessoal” (p.111). Reiterando essa ideia, Cocco identifica o pós-fordismo como um “regime de acumulação que implica a copresença de diferentes configurações produtivas, desde as formas de tipo proto-industrial ao toyotismo” (2012, p.143).

Desta maneira, conforme já exposto, este processo é interpretado como um fenômeno aberto, situado entre a reestruturação tecnológica da grande indústria e a difusão social das lutas operárias (Cocco, 2012, p. 59), apontando-se, num primeiro momento, a própria tomada de consciência operária e mais tarde, a reação capitalista, como tendo desempenhado um papel fundamental neste processo.

Assim, de modo geral, o ciclo das lutas civis e operárias, a crise fordista, a deslocalização, as políticas de austeridade neoliberais e as inovações toyotista compõem os primeiros momentos de uma transformação geral, que implicou o fato que nós passamos depois de uma fase de transição do pós-fordismo para um regime de acumulação fundamentalmente, pós-industrial.

Sobre o capitalismo cognitivo

Nem o fim, nem sempre o mesmo: sobre a centralidade renovada do trabalho

Sobre a hipótese de um capitalismo de outro tipo, Antonela Corsani (2003) argumenta que “as transformações em curso não constituem mutações no âmbito do paradigma do capitalismo industrial. Elas põem em evidência a passagem de um capitalismo industrial a algo que poderíamos chamar de capitalismo cognitivo”. (p.15) A enunciação de Corsani, em consonância com a literatura (Cocco, 2012; Negri e Lazzarato, 2001; Marazzi, 2009; Boutang; 2007) que utilizamos para nossa análise, busca fugir das leituras que procuram interpretar a mudança sempre dentro do paradigma fabril. Nessas abordagens (Antunes, 2011; Alves, 2011; Braga e Antunes, 2009), as reflexões sobre as transformações do trabalho são limitadas porque ancoradas a uma visão de continuidade de uma realidade sempre industrial e, portanto, falha em reconhecer as eventuais especificidades de um novo modelo.

Cocco (2012) atenta para o fato de que, de modo geral, a literatura sobre as transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo se divide em duas vertentes. Uma que afirma o fim do trabalho, a partir da perda de sua relevância e centralidade; e outra que defende sua continuidade, como trabalho de fábrica,

composto por uma classe trabalhadora, “classe-que-vive-do-trabalho”, imutável. O que o autor defende é que entre a apologia e a negação, “apreendemos a centralidade do trabalho renovado pela sua transformação” (p.15). Assim, a compreensão que esse artigo compartilha é de que ambas as hipóteses se equivocam na medida em que não fazem justiça à materialidade do que existe.

Na realidade, defende o autor, o que vigora é um novo paradigma que altera as dinâmicas do trabalho e sua forma de valorização. Nesse capitalismo, o trabalho se transformou radicalmente e no centro da mudança, encontra-se a figura do trabalho imaterial. Dizer que o capitalismo contemporâneo é pós-industrial não significa dizer que não tem indústria, dizer que o trabalho se tornou imaterial, não implica na extinção do trabalho material, do tipo industrial, tradicional. Trata-se de reconhecer que a valorização do que acontece na indústria, seu processo de valorização, passa por fora do chão de fábrica. Nesse sentido, ainda que o chão de fábrica persista, as atividades que constituem a maior parte do valor são desenvolvidas fora da fábrica.

Cocco esclarece que o novo paradigma não marca nem o fim do trabalho, tampouco dá conta da perpetuação de um trabalho que é sempre do mesmo tipo. Assim, entre os discursos que afirmam o fim do trabalho e aqueles que insistem na sua continuidade enquanto trabalho industrial, nossa intenção é mostrar que nós estamos diante de uma nova centralidade do trabalho, mas essa centralidade vem do fato que esse trabalho é totalmente diferente. Nesse sentido, não se trata do fim do trabalho, mas de uma transformação profunda nas suas dinâmicas e formas de valorização.

O perigo de afirmar uma continuidade é que as soluções acabam condicionadas a um retorno ao trabalho de fábrica, do tipo fordista. Como se a única possibilidade de garantir direitos e proteção fosse dentro do paradigma da grande indústria. Nesse sentido, acaba por clamar pelo retorno de um tipo de trabalho que o ciclo de lutas da década 1960 lutou contra (explorado, massificado e condenado perpétuo da fábrica). É preciso reconhecer, portanto que esse novo trabalho tem especificidades que precisam ser reconhecidas para que direitos, também específicos, possam ser reivindicados.

Cognitivo, global, financeirizado

Como vimos anteriormente, o capitalismo cognitivo não se apresenta como uma nova etapa do capitalismo industrial, convergindo atividades materiais e imateriais, tampouco diz respeito à abolição do trabalho. No capitalismo cognitivo,

o trabalho tem sua centralidade renovada a partir da sua transformação. Nessa etapa, pretendemos apresentar os elementos que caracterizam o capitalismo cognitivo, e faremos isso a partir da forma que ele se apresenta, organizando-o em torno de três vertentes. De modo sistemático e em síntese, podemos afirmar que o capitalismo contemporâneo é global, cognitivo e financeirizado.

Como primeira característica, temos o fato dele ser organizado em termos globais, a partir de uma estruturação em rede. Conforme Negri e Hardt (2000) apresentam em *Império*, a soberania hoje tem nova forma, “composta de série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica e regra única” (p.12). Isso implica dizer que, na atualidade, não é mais possível falar de um capitalismo nacional, mas sim de um capitalismo integrado globalmente, que circula e organiza suas redes de fornecedores no nível local e global. Deste modo, o capitalismo cognitivo é ao mesmo tempo *territorializado* e *desterritorializado*. “O processo de desterritorialização pode ser pensando como algo que se alimenta da reorganização produtiva de territórios desenhados por novas formas produtivas” (Cocco, 2012). Ocorre que “o local de produção é cada vez menos capaz de concentrar o conjunto de funções complexas de um processo integrado de concepção, inovação, criação e consumo amplamente socializado” (p.128). Isto é, as metrópoles e as redes convertem-se em terreno privilegiado de produção.

A segunda característica desse capitalismo é que o valor que ele acumula é do tipo intangível, mais do que produzir bens, conforme explicita Maurizio Lazzarato (2006), ele produz mundos, “a empresa que produz um serviço ou uma mercadoria cria um mundo” (p.99). Afirmer que o capitalismo cognitivo produz mundos significa dizer que quando a gente compra um bem material, que tem que ser construído no chão de fábrica, o valor, a determinação do preço passa por tudo que acontece fora dessa fábrica. Existe o bem material, mas ele é o suporte de elementos cognitivos e comunicativos, do ponto de vista de como ele é produzido e de como ele é valorizado. Lazzarato (2006) explica que “a empresa não cria um o objeto (a mercadoria), mas o mundo onde esse objeto existe. Tampouco cria o sujeito (trabalhador e consumidor), mas o mundo onde o sujeito existe”. O autor conclui: “no capitalismo contemporâneo, devemos distinguir necessariamente a empresa da fábrica” (p.98). Enquanto a fábrica se incumbe de fabricar o produto, a empresa responsabiliza-se pela produção de mundos.

A composição do valor de um bem de consumo auxilia-nos a entender essa distinção. Tomemos como exemplo a composição de valor dos chinelos

Havaianas. Cocco¹⁹ argumenta que, do ponto de vista material, o chinelo, enquanto calçado, é um produto indiferenciado. Na linguagem tradicional, significa dizer que ele possui pouco valor agregado, uma vez que sua composição é borracha e plástico. No entanto, os mundos que as *Havaianas* “carregam” (a praia de copacabana, o verão, a seleção brasileira de futebol) convertem os chinelos em produto de luxo, para exportação, comercializada nos aeroportos ao redor do mundo. Cocco atenta para o fato de que o valor que alça os calçados ao status de produto de luxo não deriva dos custos logísticos ou de produção, ou seja, da sua dimensão material, mas pelo trabalho imaterial acrescido à mercadoria: o marketing, a criação dos mundos onde aquele produto é desejado, isto é, dos elementos cognitivos. Em termos materiais, as *Havaianas* continuam sendo pedaço de plástico e borracha. No entanto, ela agrega valor porque consegue vender um mundo. O que era específico de alguns setores produtivos, aqueles ligados ao universo criativo ou cultural, passa a ser a realidade da produção geral contemporânea.

Lazzarato (2006) destaca que “mesmo uma indústria tradicional, como a automotiva, produz apenas carros que já foram vendidos. E vendê-los significa construir um consumidor, uma clientela, em outras palavras, um público (p.102). O investimento no que o autor chama de *máquinas de expressão*, que são responsáveis por construir o mundo que será vendido, ultrapassa amplamente os investimentos em “trabalho” ou “meios de produção”.

Dito de outro modo, o conteúdo tangível do valor é uma parcela ínfima quando comparado às dimensões imateriais da composição do produto, isto é, ao mundo que ela carrega. Nessa perspectiva, o que o capitalismo cognitivo precisa produzir, capturar e explorar é, em última análise, a produção de subjetividade. Deste modo, nós passamos de uma fase na qual o capitalismo se organizava em torno do trabalho material, da sua dimensão material, que tendia a excluir a subjetividade, isto é, onde a subjetividade do trabalhador aparecia apenas na luta contra o trabalho a uma situação na qual o capitalismo explora a dimensão imaterial do trabalho.

Essas novas características do trabalho, sua imaterialidade e intangibilidade do valor, conduzem ao terceiro aspecto próprio do capitalismo cognitivo, o fato dele ser financeiro.²⁰ Cocco (2014) explica que isso significa dizer que

19 Exemplo retirado de uma apresentação no programa Café Filosófico, sobre a nova composição do trabalho, o vídeo está disponível no site da CPFL Cultura no endereço: <http://www.cpflcultura.com.br/wp/2015/04/22/a-nova-composicao-do-trabalho-com-giuseppe-cocco-versao-tv-cultura/>

20 Para uma explicação mais ampla e detalhada dessa questão sugerimos a leitura dos artigos que compõem o livro “A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos”, organizado por Sandro Mezzadra e Andrea Fumagalli.

as finanças, no capitalismo cognitivo, não são um desvio, mas são o seu modo de existência e governança. No entanto, o autor ressalta que as finanças preexistem ao capitalismo contemporâneo, isto é, elas já existiam no capitalismo mercantil. No entanto, as já citadas características do trabalho no capitalismo cognitivo alteram o papel desempenhado pelas finanças. Conforme ressalta Andrea Fumagalli (2011), “os mercados financeiros são, hoje, o coração pulsante do capitalismo cognitivo”. Uma vez que regime de acumulação do capitalismo cognitivo se estrutura em torno da exploração da cooperação comum e do controle dos espaços externos à empresa, são os mercados financeiros que garantem o financiamento da atividade de acumulação (p.323). Dito de outro modo, as finanças se tornaram o principal mecanismo de criação monetária. Conforme explicita Cocco (2013) as crises e desequilíbrios que as caracterizam são do capitalismo como um todo, isto é, “a ‘ficção’ não diz respeito às finanças em si, mas a ilusão de que eles poderiam ser capazes de assegurar uma regulação do regime de acumulação cognitiva do capitalismo atual” (p.7).

Por esta razão, prossegue o autor, a crise das finanças não se traduziu por uma pujança do capitalismo industrial, mas muito simplesmente pela crise na qual estamos mergulhados. A crise do *subprime* norte-americana é emblemática da crise. “Os trilhões de dólares despejados em 2008 e 2009 para evitar o colapso do crédito mundial levaram para mais um episódio da crise do capitalismo global, aquele das dívidas soberanas dos Estados Unidos e União Europeia”. O autor ressalta que dois aspectos acerca do caráter financeiro do capitalismo cognitivo são especialmente ilustrativos do papel das finanças na caracterização do capitalismo cognitivo.

O *primeiro aspecto* diz respeito a uma crise da métrica do valor no capitalismo cognitivo. A medida de valor do capitalismo clássico baseado no excedente do tempo de trabalho não serve mais para mensurar o valor dos produtos uma vez que, como vimos, as dimensões imateriais da produção constituem a maior parte do valor. Conforme expõe Fumagalli:

O processo de valorização perde a unidade de medida quantitativa ligado à produção material. Tal medida era de algum modo definida pelo conteúdo de trabalho necessário para produção de mercadoria, mensurável com base na tangibilidade da própria produção e do tempo necessário para a produção. Com o advento do capitalismo cognitivo, a valorização tende a atrelar-se a formas diversas de trabalho, que ultrapassam o horário de trabalho efetivamente formal para coincidir sempre mais com o tempo total de vida (2011, p. 324-325).

Assim, o regime de acumulação cognitivo é caracterizado por um descompasso estrutural. “O trabalho colaborativo em rede implica na expansão sistêmica da gratuidade. O enigma da métrica constitui um verdadeiro quebra-cabeça para a construção de novos modelos de negócio e acumulação a partir das redes” (Cocco, 2014, p.86). Ocorre que a valorização do produto depende da sua circulação, mas a exploração desse valor depende da contenção e regulação dessa mesma circulação. O autor nos recorda que o valor da moeda (base das finanças) é relacional, isto é, é ligado a instituições e relações sociais que legitimam esse valor.

No capitalismo cognitivo, a valorização não pode prescindir do comum. Nesse contexto, “o trabalho realmente é produtivo e inovador na exata medida em que é livre” (Cocco, 2012, p.45). Inovações jurídicas como *copyleft* e *creative commons* são exemplos de tentativas de adaptação ao novo paradigma da produção de valor; enquanto, num movimento paradoxal, empresas de intermediação de conteúdos e de produção de *software* recorrem ao Estado para impor leis de proteção de propriedade intelectual.

Assim, no capitalismo contemporâneo, “a colaboração é condição da exploração e por isso ela pode acontecer por fora da relação de emprego, na precarização da relação salarial, no terreno da empregabilidade” (Cocco, 2014, p.39). Temos assim como *segundo aspecto* do caráter financeiro do capitalismo cognitivo o fato de que a relação salarial foi substituída pela relação de *débito* e *crédito*. Trata-se, segundo Cocco, de um *dever-renda do salário*.

Assistimos ao tornar-se renda do salário: a remuneração do trabalho passa a ser cada vez mais composta de um conjunto de fontes diversificadas (no marco de uma crescente fragmentação e precarização, a remuneração salarial se articula com uma multiplicidade de formas – transferências monetárias, contratos por projetos – que encontram sua curva de estabilidade na expansão do crédito, ou seja, no endividamento). O que antes era legado da informalidade e do subdesenvolvimento, agora se transforma em nova regra (Cocco, 2014, p.8).

Deste modo, ao mesmo tempo que o valor, mesmo o da produção industrial, passa a depender dos serviços e das relações sociais envolvidas nessa (re)produção, o próprio trabalho passa a ser uma “relação de serviço”. Embora a relação salarial continue a existir, ela não remunera todas as atividades envolvidas na concepção de um produto ou serviço. Isso significa dizer que esse trabalho organizado entre as redes e as metrópoles, que o valor que ele produz deriva de atividades relacionais e cognitivas não cabe mais na relação salarial tradicional.

Conforme a periodização empreendida nas primeiras páginas desse texto, passamos da fase na qual o capitalismo explorava estritamente as dimensões materiais do trabalho e, portanto, tendia a excluir a subjetividade do trabalhador, para uma situação em que o trabalho produz e explora essa subjetividade. No capitalismo cognitivo produzem-se formas de vida por meio de formas de vida (Cocco, 2014, p.78).

Considerações finais

Diante da caracterização das transformações dos processos produtivos na passagem do modelo industrial ao cognitivo é possível afirmar que aspectos objetivos e subjetivos contribuem para o esgotamento do modelo fordista de produção. De modo sucinto, a transição para o pós-fordismo é orientada por uma reestruturação que conjuga um processo de automação, isto é, num investimento em tecnologia que tinha como objetivo enfraquecer as relações conflituais fabris e um processo de deslocalização que exterioriza para rede de fornecedores o trabalho vivo que não é passível de ser substituído no processo de automação.

Assim, a partir da década de 1980, diversos modelos sociais e produtivos antecipam a superação do fordismo. O toyotismo e os distritos industriais são organizações, ainda no contexto industrial, que se apresentam como novos pactos e que tem como característica mobilizar um outro tipo de trabalho diferente e, ao avesso, do modelo de produção fordista. Conforme exposto no texto, essas organizações têm como especificidades a flexibilização dos processos produtivos, a organização em rede e a comunicação como aspecto central da produção. Trata-se, portanto, de outros tipos de trabalho, territórios e instituições. Esses modelos situam-se como uma etapa da passagem de um regime de acumulação industrial a um regime fundamentalmente pós-industrial. Nesse contexto, esses modelos carregam elementos que antecipam o que nomeamos aqui capitalismo cognitivo (Boutang, 2007).

Marcado pela centralidade de aspectos comunicacionais, afetivos e relacionais na geração direta de valor, o capitalismo cognitivo é caracterizado por ambivalências que se expressam em novas formas de controle e exploração e pela superação de diversas distinções que marcaram o trabalho industrial fordista, sobretudo, a distinção entre tempo de vida e tempo de trabalho. As atividades nesse regime de acumulação demandam do trabalhador atividades e elementos antes restritos à esfera particular. É por isso que podemos falar de um biocapitalismo, uma vez que se trata mesmo da vida inteira posta a trabalhar

através da mobilização da subjetividade do trabalhador não apenas no processo de produção, através da sua capacidade de criar, imaginar, intervir; mas também nas dinâmicas de circulação (Morini e Fumagalli, 2011).

Nessas dinâmicas, a cidade enquanto território de produção passa a desempenhar papel privilegiado no processo de circulação e, portanto, valorização do trabalho. Dito de outro modo, no pós-fordismo a cidade é o espaço de produção por excelência, conforme formula Negri numa entrevista a Federico Tomasello.²¹ O autor defende que apesar das especificidades de cada espaço é possível afirmar que a metrópole é a “fábrica” contemporânea. É no espaço da cidade e na cooperação entre redes e ruas que o trabalho adquire seu valor. Dito de outro modo, a valorização do trabalho no capitalismo cognitivo depende da circulação e, nesse sentido, não pode prescindir da liberdade. Nesse contexto, o dilema do capital é o de depender da liberdade e da circulação para valorização, mas garantir a restrição e o controle para exploração.

Conforme o texto tentou brevemente apresentar, a crise das finanças como modelo de governança do capitalismo expõe as contradições internas ao capitalismo cognitivo que por um lado investe toda a vida e, pelo outro não reconhece como produtivo o tempo de vida. Fumagalli (2011), acerca das contradições internas ao capitalismo cognitivo, defende que – uma vez que o trabalho se dá por fora da relação salarial através de vínculos precários, em relações fragmentadas e precárias, por fora dessa relação – a remuneração do trabalho deve se traduzir na remuneração da vida. Nesse sentido, complementa o autor, a crise convoca à luta não por altos salários, mas, em vez disso “a luta por uma continuidade de renda que prescindida da atividade laborativa formal de algum contrato de trabalho” (p.337).

²¹ Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-metropole-esta-para-a-fabrica-como-a-multidao-esta-para-a-classe-operaria/> Acessado em 17 fevereiro de 2015.

III

Homo faber: o projeto propositivo de Richard Sennett

Rio de Janeiro, dezembro de 2012

“Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett” foi o primeiro artigo desenvolvido na tese. O texto foi construído no âmbito da disciplina “Cotidiano Digital”,²² no primeiro ano de pesquisa. O curso, conforme informa sua ementa, tem como proposta uma discussão de questões contemporâneas em diferentes áreas da vida cotidiana, trabalho, educação formal e informal, profissionalização, empregabilidade, relações afetivas, vida privada, segurança, saúde, cidadania, etc. e do papel que as mídias digitais nelas desempenham. Naquele momento inicial da pesquisa, eu estava especialmente interessada no papel da internet como possível espaço de inserção profissional mais autônoma. O levantamento bibliográfico feito para construção do anteprojeto de pesquisa indicava transformações estruturais no universo do trabalho a partir do paradigma das redes e da tecnologia. Enquanto parte da literatura comentava com entusiasmo as transformações, buscando identificar possibilidades fomentadas pelas novas tecnologias, alguns autores destacavam aspectos negativos das transformações, sendo Richard Sennett e Zygmunt Bauman os mais representativos desse último grupo.

Nas aulas a professora comentou do incômodo que Bauman e Sennett causavam nela. Pessimistas e datados, nas palavras dela, não conseguiam em suas análises enxergar os aspectos positivos das inovações. Na ocasião, Sennett tinha acabado de publicar Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação e eu estava envolvida com leituras do autor, uma vez que acabara de desenvolver o anteprojeto que tinha ele como um dos referenciais teóricos. Para o projeto havia me dedicado à leitura de A corrosão do caráter e a Cultura do novo capitalismo, obras em que o autor debruça-se sobre os conseqüências da transformação do capitalismo na qualidade de vida e possibilidade de estruturar o futuro dos trabalhadores. No entanto, já estava folheando Juntos, sobretudo pelo conceito de cooperação sobre o qual o autor se debruça. Juntos é o segundo livro de uma trilogia nomeada Homo Faber, onde Sennett tem como proposta abordagens mais otimistas e propositivas, ainda que conserve o tom crítico que lhe é próprio. Assim, me propus na disciplina

22 Disciplina ministrada pela professora Ana Maria Nicolaci, no segundo semestre de 2012, na PUC-Rio.

a apresentar o que me parecia uma significativa mudança de abordagem do autor sobre as questões presentes.

A opção por apresentar essa nova bibliografia de Sennett a partir de uma interlocução com jovens inseridos no mercado de trabalho decorreu das conversas que já vinha estabelecendo com amigos sobre o tema. Por a tese girar em torno das questões do trabalho, este era um assunto recorrente, no entanto, a disciplina ajudou a determinar um objetivo e um formato para esses encontros.

Assim, o artigo cumpriu um duplo objetivo: para pesquisa, foi a oportunidade de uma primeira aproximação com um campo de investigação empírico, no contexto disciplina foi uma tentativa de apresentar um Sennett reformulado.

4

Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett²³

Da crítica à proposição: restaurando o caráter

Richard Sennett está cansado de ser pessimista. Em entrevista²⁴ sobre o seu recente projeto *Homo Faber*, o professor da New York University, da London School of Economics e da Cambridge University, declarou seu desejo em buscar soluções, ao invés de apenas apontar os problemas. “É deprimente escrever somente sobre o que não funciona bem.”

De fato, na virada da década de 1990, motivado pelo apogeu do modelo neoliberal, Sennett se ocupou em denunciar os perigos do que nomeou *novo capitalismo*. Nesse período, o autor escreveu uma série de ensaios críticos ao capitalismo, expondo sua visão negativa em relação às consequências da lógica capitalista nos diferentes aspectos da vida humana. Seu trabalho mais marcante dessa época é, sem dúvida, *A corrosão do caráter*; eleito pela revista *Business Week* o melhor livro de 1998, a obra se debruça sobre as consequências pessoais do capitalismo no trabalho e na vida das pessoas. Sennett defende a tese de que o imperativo da flexibilidade imposto por uma nova configuração econômica – o *novo capitalismo* – é nocivo ao caráter pessoal. O lema “não há mais longo prazo” da nova economia coloca em xeque as noções de compromisso, confiança e lealdade. O autor argumenta explicando que determinados valores, tais como os citados, só podem ser construídos e fundamentados através de “laços fortes que dependem da associação a longo prazo” (p.25). Nas publicações posteriores, *Respeito* (2004) e *A cultura do novo capitalismo* (2006), Sennett reitera sua crítica à nova configuração do capitalismo e os impactos dessas mudanças nos nossos valores sociais e culturais. Opondo o novo ao velho, Sennett soa saudoso na comparação entre o capitalismo industrial do século XIX e o novo capitalismo global do século XX. Embora, reconheça os aspectos opressivos do modelo de produção “militarizado” das indústrias, Sennett argumenta que as rígidas estruturas burocráticas e o tempo rotinizado permitiam a construção de uma narrativa pessoal, ao passo que a fluidez das instituições contemporâneas deixa os indivíduos à deriva, para usar expressão do próprio autor. É, portanto, com pessimismo que Sennett vê as transformações que retrata.

²³ Artigo submetido para *Revista Fractal* em 17 de março de 2015.

²⁴ <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512802-juntos-agora>

No entanto, o autor reconhece que o momento é de nova transformação. O modelo neoliberal que o motivou a escrever os ensaios críticos entrou em crise, no que diz respeito à sua manutenção financeira e a sustentabilidade de suas fontes. O autor pondera: “hoje, eu diria que a ideia de encontrar uma alternativa não é um projeto utópico, mas algo que precisamos fazer porque esse sistema não funciona.”

Buscar soluções é a proposta do novo projeto de Sennett. A trilogia *Homo Faber* tem como temática central o que o autor considera as habilidades fundamentais para a condução da vida cotidiana. O título do projeto refere-se às reflexões propostas por Hannah Arendt (1958), em *A condição humana*. Nessa obra a autora sistematiza a condição humana entre labor, trabalho e ação, além de sugerir uma dicotomia entre trabalho manual (homem que faz) e intelectual (homem que pensa). Sua intenção é mostrar as limitações do pensamento marxista ao limitar trabalho à atividade produtiva. Em *Homo Faber*, Sennett recusa essa divisão e desenvolve suas argumentações nos três livros que compõem o projeto. Em *O artífice* (2009), Sennett estabelece um vínculo entre o fazer e o pensar, articulando a relação entre o trabalho manual e mental. Na tese do autor, é tão artífice um carpinteiro quanto um desenvolvedor de software, uma vez que para ambos os ofícios são necessários maestria técnica, colaboração e experimentação, além de uma compreensão mental daquilo que se produz. Em *Juntos* (2012), Sennett dá continuidade às reflexões iniciadas em *O artífice*, explorando a ideia de cooperação como uma habilidade fundamental na realização de tarefas práticas. Dividido em três partes, *Juntos* explora de que maneira a cooperação pode ser moldada, debilitada ou fortalecida nas relações sociais e profissionais. No terceiro livro, ainda em desenvolvimento, o autor buscará aplicar as reflexões dos dois primeiros livros numa reflexão sobre urbanismo e arquitetura. Sennett acredita que as cidades podem ser melhores do que são na atualidade. A trilogia *Homo Faber*, é, portanto um projeto propositivo que busca destacar aspectos mais positivos do trabalho. Em entrevista²⁵ ao jornal *O Globo*, Sennett explica sua motivação para realização do projeto:

Por longo tempo, escrevi sobre problemas do trabalho no capitalismo moderno, em geral de forma bastante crítica em relação à maneira como as pessoas trabalham. Mas era sempre questionado por leitores e colegas sobre o que eu considerava uma boa maneira de trabalhar. O novo livro tenta mostrar aspectos mais positivos do trabalho.

25 <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2009/06/05/o-trabalho-em-debate-192983.asp>

Assim, este artigo percorre esses dois momentos da bibliografia de Sennett buscando identificar consonâncias e divergências das argumentações do autor com realidades profissionais específicas. Para tanto, as reflexões bibliográficas são postas em diálogo com depoimentos de jovens profissionais de diferentes esferas produtivas.

Ao longo de dois meses, essa pesquisa se propôs a conversar com alguns jovens sobre os seus trabalhos. De modo mais específico, o objetivo foi conhecer suas práticas profissionais, cotidiano e percepções sobre o ambiente onde, a maioria deles, passa de 8 a 10h do dia. Para tanto, foram formuladas algumas questões que permitissem iniciar uma narrativa a respeito do tema. Não houve, *a priori*, nenhum traço distintivo que organizasse a seleção. As conversas foram quase sempre ocasionais, favorecidas pela proximidade e convivência estreita com as pessoas. No entanto, após reunidos os depoimentos, é possível afirmar que eles pertencem a faixa etária entre 26 e 33 anos, todos têm ensino superior e estão inseridos no mercado de trabalho há, pelo menos, cinco anos.

Estabelecer um diálogo sobre o assunto foi também uma tentativa de fugir ao reducionismo econômico que a ideia de um caráter formado pelo capitalismo pode evocar. Foucault (1996) afirma que uma sociedade não é definida pelo seu modo de produção, mas pelo seu regime discursivo, pelos enunciados que ela formula e pelas visibilidades que tais enunciados efetuam. Nesse sentido, as falas destacadas pretendem ilustrar os conceitos, valores e experiências que os entrevistados elegeram dar visibilidade nas suas narrativas.

Como já dito, nesse artigo, os depoimentos ouvidos nessas conversas irão amparar uma reflexão a partir da produção intelectual de Richard Sennett. As noções de flexibilidade, maestria, competição e colaboração, discutidas pelo autor, são confrontadas com os depoimentos dos entrevistados, percebendo o que se mostra pertinente e o que destoa.

Contribuições para investigações em subjetividade e trabalho

No meu outono, tornei-me mais esperançoso quanto o animal humano no trabalho (...) podemos alcançar uma vida material mais humana, se pelo menos entendermos como são feitas as coisas. (Sennett, 2009, p.18)

Ainda que não se defina como um sociólogo do trabalho, Richard Sennett é um interlocutor fundamental para quem deseja falar sobre o tema. Como analista social, Sennett sempre contemplou em suas investigações as influências das transformações sócio-econômicas no âmbito das dinâmicas de

trabalho. Embora *A corrosão do caráter* seja um marco da produção do autor sobre o assunto, seu trabalho inaugural sobre as implicações da nova economia na esfera do trabalho remete a 1972, quando em co-autoria com Jonathan Cobb, Sennett escreveu *The hidden injuries of class*, um ensaio sobre a realidade de operários norte-americanos. A hipótese dos autores é de que a própria dignidade humana é ameaçada quando se adota uma divisão arbitrária de valores e talentos representada pela estrutura de classes. Nesse livro, os autores focam nos impactos emocionais, mais do que econômicos da organização por hierarquia na sociedade norte-americana. Esse tipo de abordagem é distintiva da sociologia de Richard Sennett. Para desenvolver suas reflexões, o autor utiliza dados econômicos e teorias sociais, mas recorre com muita frequência a narrativas pessoais e à vida diária dos sujeitos. Em *Respeito* o autor lida com questões como auto-estima e compaixão em um universo de desigualdades; em *A cultura do novo capitalismo*, Sennett destaca os mal-estares causados pelas incertezas de um universo profissional cambiante. Em *A corrosão do caráter* é ameaça aos conceitos de lealdade, confiança e comprometimento que preocupa o autor. Essa ênfase nas implicações subjetivas das mudanças faz da bibliografia de Richard Sennett uma rica contribuição para os estudos da produção da subjetividade no universo profissional contemporâneo.

Tanto nas publicações iniciais e quanto nas produções mais recentes, o foco do autor pode ser resumido por uma busca de compreensão acerca dos sentidos que são construídos pelos sujeitos – individualmente – e pela sociedade, em contextos sócio-econômicos críticos. Na virada do século, o *novo capitalismo* alterou a rotina e a ética do trabalho, as relações de curto prazo, típicas dessa nova cultura, colocaram em risco o progresso coletivo. Hoje, o panorama não é mais animador; segundo o autor continuamos em condições econômicas e sociais desfavoráveis. No entanto, Sennett está mais esperançoso.

Assim, ainda que o projeto *Homo Faber* marque um novo momento no trabalho do autor, vale ressaltar que não se trata tanto de uma mudança de pensamento e sim de postura. Sennett permanece insatisfeito com o rumo das coisas, no entanto, ele acredita que trabalhando juntos à maneira do artífice: detectando e resolvendo problemas, somos capazes de redesenhar o cenário.

Embora essa breve contextualização teórica tenha se orientado por um paradigma temporal, esse artigo não percorre um caminho cronológico da obra autor. São os temas que criam a narrativa, fazendo pontes entre obras passadas e atuais. Ao longo de sua bibliografia, Sennett constantemente revisita tópicos essenciais, como autoridade, colaboração, flexibilidade e autonomia, enriquecendo suas análises com novos exemplos e aportes teóricos. Esse trabalho busca traçar um paralelo entre a

realidade apresentada por Sennett nas suas publicações e as experiências narradas pelos entrevistados; identificando pontos de convergências e dissonâncias.

Flexibilidade: liberdade ou armadilha?

A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se nas forças que dobram as pessoas. (Sennett, 1998, p.53)

Em seus ensaios críticos da virada do século, Sennett alerta: as novas maneiras de organizar o tempo, típicas do novo capitalismo, são nocivas e desestruturantes. Para autor o ambiente de trabalho moderno, com ênfase nos trabalhos a curto prazo, na execução de projetos e na flexibilidade, não permite que as pessoas desenvolvam experiências e construam uma narrativa coerente para suas vidas. Para ilustrar sua argumentação, no capítulo inicial de *A corrosão do caráter* (1998), Sennett relata um encontro com Rico, um jovem angustiado com o descontrole de sua vida pessoal e profissional. Rico é filho de Enrico, trabalhador, imigrante italiano, que Sennett havia entrevistado vinte anos antes, quando escreveu *The hidden injuries of class*. Na época, Enrico trabalhava como faxineiro e economizava para garantir ensino superior aos seus filhos. Ao encontrar Rico no saguão de um aeroporto, Sennett constata que Enrico foi bem sucedido no projeto, mas o relato não é feliz. A partir da oposição das trajetórias de pai e filho, Sennett busca demonstrar os impactos das mutações no universo de trabalho na vida emocional de Rico. O autor explica que enquanto Enrico vivia numa realidade marcada por uma ordem racionalista e estruturas burocráticas rígidas – a “jaula de ferro” de Max Weber – que lhe permitia criar uma narrativa para sua vida; “Rico vive num mundo caracterizado, ao contrário, pela flexibilidade e o fluxo a curto prazo; esse mundo não oferece muita coisa, econômica e socialmente, para a narrativa”(p.32). Sennett defende que “enjaulado”, Enrico foi capaz de planejar e concretizar suas metas, isso porque “a rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida” (p.49). As circunstâncias sócio-econômicas sempre cambiantes lançaram Rico de um emprego a outro. Constantemente obrigado a mudar de cidade, Rico lamenta a falta de laços comunitários e o alheamento em relação à educação de seus filhos. A angústia de Rico deriva, portanto, das condições do tempo no novo capitalismo.

A comparação entre as biografias de pai e filho ilustra a hipótese do autor de que embora a “jaula de ferro” weberiana tenha se quebrado, não estamos mais livres do que quando enjaulados. Eis a argumentação do autor:

Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível (1998, p.10).

Para o autor, passamos de um controle a outro, do medo do fracasso à ansiedade das incertezas. No entanto, embora Sennett acene com os efeitos nocivos e ilusórios da flexibilidade, nos depoimentos, flexível foi um atributo desejado em oposição a estruturas burocráticas engessadas. Nesse ponto, é preciso compreender o que está sendo entendido por flexibilidade nas falas dos entrevistados.

Motivada pela descrição de Sennett de seu encontro com Rico, numa manhã de novembro, encontrei Cláudia para um café e uma conversa sobre seu trabalho.²⁶ Embora sejamos amigas há algum tempo, nunca havíamos sentado para conversar especificamente sobre o assunto. Formada em desenho industrial, Cláudia já havia trabalhado autonomamente com assessoria de imprensa, consultoria e produção de moda. Há dois anos trabalha como assistente de edição numa editora de médio porte. Embora muito mais identificada com o trabalho atual, Cláudia lamenta a falta de liberdade imposta pela estrutura organizacional da nova empresa. Acostumada com flexibilidade de tempo e espaço que os trabalhos autônomos permitiam, Cláudia lamenta a rigidez da editora.

Ela explicou que como assistente de edição, suas atividades diárias consistem em fazer avaliações de originais, emitir pareceres, além de fazer produção editorial de títulos já comprados pela editora. Internet e computador são os únicos recursos que ela reconhece como fundamentais para a realização do seu trabalho diário. Sendo assim, ela acredita que poderia desempenhar suas funções de casa. No entanto, a editora não adota a prática de *home office*.

Cláudia: Eu tenho muita dificuldade de ficar presa a um lugar e um horário; a gente tem um cartão de ponto, e isso é uma coisa que me angustia, mesmo porque eu tenho um histórico de trabalho anterior que era muito mais livre, mais solto, de poder ir para rua e ver o dia. E eu acho, pensando em dinâmicas de editora em geral, que é um trabalho que eu não precisaria ir ao escritório todo dia, sabe? Eu tenho certeza, é um trabalho que eu tô lendo o dia inteiro. Eu poderia fazer isso em casa. E não tem essa política. Eu gostaria que tivesse, talvez não todos os dias, mas acho que é uma possibilidade, dentro do mundo de editora é muito possível porque em termos de material para trabalhar, eu preciso de um computador, internet e só. Mas essa flexibilidade não existe lá.

²⁶ Trechos narrados em primeira pessoa foram retirados do diário de bordo da pesquisa e refletem a dinâmica do encontro entre pesquisador e entrevistado.

A inflexibilidade da empresa no que se refere a horários e folgas também a aborrece. Para Cláudia falta um investimento numa estrutura física, mas também numa estrutura emocional.

Cláudia: Eu poderia te dar mil exemplos e você poderia pensar “ah, que bobagem, coisa mimada”, tipo agora, semana que vem, tem um feriado quinta e um feriado terça, a gente vai trabalhar sexta e vai trabalhar segunda, a gente trabalha quarta-feira de cinzas, a gente trabalha 24 de dezembro. É para aborrecer. (...) então eu acho que falta investimento numa estrutura física, mas falta investimento numa estrutura emocional, entre aspas, sabe? Mas eu acho que isso nunca vai ter porque o dono não está aberto a isso. A gente vê isso no dia a dia.

A esse tempo flexível reivindicado por Cláudia, Sennett nomeou flexitempo. O autor destaca que horários flexíveis são um falso privilégio uma vez que promete maior liberdade, mas envolve numa nova trama de controle. Em muitos depoimentos, a possibilidade de trabalhar de casa, apareceu como uma recompensa por uma confiança adquirida ou por uma garantia de produção igual ou até superior a do escritório, ainda que remotamente. Sennett lembra, no entanto, que essa recompensa causa grande ansiedade entre os empregadores, temendo perder o controle sobre os empregados, as empresas desenvolvem novos mecanismos de vigilância.

Em consequência criou-se um monte de controles para regular os processos de trabalho concreto dos ausentes do escritório. Exige-se que as pessoas telefonem regularmente para o escritório, ou usam-se controles de intrarrede para monitorar o trabalhador ausente; os e-mails são frequentemente abertos pelos supervisores. Poucas organizações que montam esquemas de flexitempo dizem a seus trabalhadores: “aqui está sua tarefa, faça como quiser contanto que seja feita” (...) Um trabalhador em flexitempo controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si. Vários estudos sugerem que a supervisão do trabalho muitas vezes é na verdade maior para os ausentes do escritório que para os presentes. (Sennett, 1998, 68)

O autor adverte ainda que se o flexitempo é recompensa para o empregado, também o põe no domínio íntimo da instituição. Ocorre que com a possibilidade de trabalho remoto viabilizada pelas tecnologias de comunicação, tempo de trabalho e não-trabalho constantemente se misturam. A facilidade de acesso fornece a falsa ideia de disponibilidade irrestrita.

Cecília estava chegando de São Paulo quando a recebi em casa para uma pizza e um bate-papo. Passava das 21h, e ela retornava de compromisso de tra-

balho na cidade. Gerente há três anos numa empresa de comunicação e entretenimento, com escritório no Rio de Janeiro e Los Angeles, viagens são frequentes em sua rotina. Aproveitando o gancho do horário, quis entender como o tempo de trabalho é estabelecido na empresa.

Cecília: a gente não tem uma cultura definida, porque tem empresa que já estabelece, né? “Você chega a hora que você quer e você sai a hora que você quer, é assim, é só entregar”. Acho que para uma empresa ter isso, ela precisa ter o mínimo de estrutura com outras coisas, sabe? Como, por exemplo, você saber exatamente qual o seu papel na empresa e sua entrega, é com isso que você tem que se preocupar; assim fica mais fácil dar uma liberdade maior para as pessoas. (...) mas de certa forma você tá trabalhando, você tem uma entrega para um cliente, você fica até duas horas da manhã, é difícil que seja esperado que você esteja no dia seguinte, no escritório, às 9h, né?

É possível perceber no depoimento de Cecília, que a falta de estrutura faz com que os acordos de tempo se estabeleçam tacitamente. Como na narrativa de Rico, existe pouca previsibilidade em relação às condições de trabalho. Seu horário é montado a partir de demandas do momento. Deste modo, as possibilidades de liberdade e autonomia ficam condicionadas a realidades sempre provisórias. Sennett (2006) explica que em ambientes como o descrito por Cecília, é preciso ter um “alto grau de tolerância com a ambigüidade” (p.52). Nas estruturas burocráticas, os empregados podiam contar com uma cadeia de comando que estabelecia exatamente a função que deveria ser desempenhada; nesse sentido, paradoxalmente, o trabalhador poderia criar e se organizar dentro desse universo, ainda que limitado. Em contrapartida, nas organizações flexíveis, “a estrutura não constitui um sólido objeto passível de estudo, seu futuro não pode ser previsto”, em empresas onde as estruturas não são suficientemente claras é preciso pró-atividade diante de situações ambíguas, nesses ambientes a sensibilidade substitui o dever.

O autor alerta que esse novo modo de operar gera graves déficits sociais, tais como: baixo nível de lealdade, diminuição da confiança e enfraquecimento de um conhecimento institucional. Esses déficits dizem respeito à redução do valor do capital social. O autor explica que “o capital social é baixo quando as pessoas consideram que seu envolvimento é de baixa qualidade, e alto quando acreditam que seus vínculos são de boa qualidade. Conforme narrado por Cecília é difícil trabalhar com liberdade e de forma autônoma quando não se sabe exatamente o que é esperado de você.

Desestruturados, os indivíduos ficam entregues a si mesmo, podendo recorrer apenas à sua própria capacidade para melhor reagir às ordens, objetivos e avaliações de desempenho que partem do centro. (...) Com isto, a empresa não precisa mais pensar de maneira crítica sobre sua responsabilidade em relação àqueles que controla. (2006, p. 62)

Assim, para o autor, o fim da burocracia e a flexibilidade “traí o desejo pessoal por liberdade” (...) Na revolta contra a rotina, a aparência de liberdade é enganosa. (p.69) Sennett (2006) destaca ainda que a crescente “casualização” da força de trabalho – próprias das organizações flexíveis – conduziu a uma intensificação do trabalho e a precarização das relações trabalhistas. O autor justifica a afirmação argumentando que a opção por contratação por trabalhos temporários permite que os empregadores se eximam de pagar benefícios que seriam próprios aos trabalhadores, como pensões e seguro de saúde. “Além disso, os trabalhadores vinculados por contratos de curta duração podem ser facilmente transferidos de uma tarefa a outra”. A estrutura flexível serve à empresa que, para atender as demandas volúveis, pode contrair-se ou expandir-se rapidamente. Para tanto a relação com o trabalho se estabelece em vínculos precários – hora extra, trabalho temporário, subcontratação.

Há cinco anos trabalhando numa empresa multinacional de consultoria na área de tecnologia da informação, Laura trocou o trabalho autônomo numa agência de publicidade pela segurança de um trabalho de carteira assinada na iniciativa privada. Para ela, os ganhos em liberdade não compensam a insegurança desse tipo de estrutura. A falta de direitos e as incertezas em relação ao salário e à própria garantia do emprego motivaram a mudança.

Laura: Eu trabalhava como PJ (pessoa jurídica), tinha que emitir nota fiscal, não tinha direito a nada, se tivesse uma doença eu não recebia, se eu ficasse doente e faltasse eu não ia receber, não tinha direito a nada, férias, 13º salário, então eu tava atrás de carteira assinada. Uma estabilidade entre aspas, que não é a mesma de um emprego público, mas é de uma empresa que te reconhece, que te dá um plano de saúde, um plano odontológico, que dá um seguro desemprego se você for demitida, FGTS, esse tipo de coisa, e eu estava atrás disso porque estava querendo casar, engravidar e queria a segurança de ficar com o meu filho quatro meses em casa.

O depoimento de Laura corrobora a hipótese de Sennett de que o fim da *jaula de ferro* não representou necessariamente conquista de liberdade. Assim como Rico, para traçar uma narrativa em relação ao seu futuro (casamento e gravidez), Laura recorreu a uma estrutura mais rígida que a permitisse planejar sua vida. Sennett lembra que no capitalismo social militarizado “tornou-se pos-

sível definir como seriam as etapas de uma carreira, relacionar um longo percurso de prestação de serviços numa empresa a passos específicos de acumulação de riqueza”. Embora, a empresa de Laura esteja longe do modelo militarizado, aspectos mais tradicionais de sua estrutura garantem aos seus empregados um senso de pertencimento e segurança que o trabalho autônomo nega. Sennett explica, com base nas suas pesquisas, que após alguns anos em trabalhos temporários, as pessoas tendem a considerar “mais importante participar de uma estrutura social do que dispor de mobilidade pessoal” (2006, p.75).

Entretanto, embora flexibilidade seja comumente atrelada à ideia de precarização – representada em perda de direitos trabalhistas, enfraquecimento das organizações sindicais, intensificação do trabalho – é possível encontrar interpretações que a desloque de uma condição meramente negativa. O próprio autor desenvolve argumentações onde a flexibilidade é bem-vinda. Em *Juntos* (2012), o autor explica que a colaboração no reino animal é antes de tudo um imperativo de sobrevivência. “Todos os animais sociais colaboram porque na solidão a abelha, o lobo ou o ser humano não são capazes de garantir a própria sobrevivência”. (p.90) Sennett pega emprestado conceitos da etologia para explicar que embora a cooperação seja uma condição vital para os seres, ela não acontece de forma simplesmente instintiva ou estática. Embora esteja inscrita em nossos genes, os estados de cooperação são instáveis, porque o ambiente natural não é fixo. Diante das mutabilidades é preciso uma organização flexível que dê conta das imprevisibilidades. As divisões de trabalho são o recurso adotado pela maioria das espécies para compensar nossa incompletude de competências. No entanto, essas divisões não podem ser rígidas, Sennett recorre ao exemplo das colméias e formigueiros para clarificar a afirmação. Nessas comunidades, em casos de crise, falta ou infortúnios, formigas e abelhas contam com um código genético que permitem que eles troquem de função e assumam tarefas temporárias para garantir o equilíbrio do sistema. “No formigueiro ou na colméia rigidez e eficiência não combinam; a cooperação é mais flexível” (p.90). O exemplo, tirado da biologia, parece distante da realidade do universo do trabalho humano. Sennett discorda, em ambientes onde não é possível garantir estabilidade, a flexibilidade é imprescindível.

Diante de considerações tão díspares é possível concluir que as mutações ocorridas no âmbito do trabalho no que se refere à flexibilização têm gerado mais dissensão que consenso. Flexibilidade é, portanto, conceito que pede recorrência a diversas unidades de análise, buscando conhecer as especificidades de cada contexto.

“Não há mais longo prazo” e a desvalorização da perícia

Outro aspecto negativo do novo capitalismo amplamente discutido por Sennett refere-se ao declínio das relações pessoais e profissionais de longo prazo. Para o autor as novas maneiras de organizar o tempo são as características distintivas do capitalismo da nossa época.

É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados high-tech, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho. Transposto para a área familiar, “Não há longo prazo” significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar.(SENNETT, 1998, p.25)

Sennett destaca que o lema “não há longo prazo” implica em duas grandes consequências (intimamente relacionadas) para o universo do trabalho. A primeira diz respeito aos prejuízos no campo da organização do tempo e na construção de sentido através de narrativa lineares. O autor destaca que a adoção crescente de vínculos por contrato, atendendo demandas específicas e, portanto episódicas colocou em xeque a noção tradicional de carreira, deixando os trabalhadores à deriva no que diz respeito ao planejamento de um futuro pessoal e profissional. Além disso, modelos de relacionamento a curto prazo enfraquecem laços sociais importantes nas esferas subjetivas do relacionamento. Como dito anteriormente, vínculos de confiança, lealdade e autonomia precisam de tempo e estruturas sólidas para serem desenvolvidos. Esse novo modelo nega a possibilidade de construção desses laços a partir de relações sempre pontuais e intermitentes.

O outro aspecto refere-se ao declínio da perícia como um valor no universo profissional atual. Sennett explica que as dinâmicas de trabalho no regime flexível levaram à extinção da capacitação e desvalorização da experiência. O sujeito inserido na lógica flexível e cambiante da nova economia se vê impelido a enfrentar diversos desafios para adaptar-se e, em termos mais dramáticos, sobreviver. Um desses desafios refere-se a lidar com a desvalorização da sua capacidade e o julgo do tempo. Sennett ressalta que a perícia, ou seja, a capacidade de fazermos algo com maestria não encontra espaço nas instituições do capitalismo flexível. E isso, para algumas pessoas, é conflitante. O autor explica:

Quanto mais sabemos como fazer alguma coisa bem-feita, mais nos preocupamos com ela. Todavia, as instituições baseadas em relações de curto prazo e tarefas que estão constantemente sendo alteradas não propiciam esse aprofundamento. Na realidade, a organização pode mesmo temê-lo; (...)

uma pessoa que mergulha fundo em determinada atividade simplesmente para fazer bem-feito pode parecer aos outros que está travada, no sentido que está fixada naquela coisa. (2006, p.100)

Em *O artífice*” (2009), Sennett recupera e aprofunda a questão da perícia. Enquanto nas publicações anteriores – *A corrosão do caráter* e *A cultura do novo capitalismo* – o autor analisa especificamente as relações de trabalho circunscritas nos espaços laborais, em *O artífice*, Sennett recorre à história, à biologia e à fisiologia, para demonstrar que o trabalho humano “pode ser enriquecido pelas capacitações e dignificado pela perícia artesanal”. (p.319)

Na obra, o autor resgata valores iluministas que pregavam “que todo mundo tem a capacidade de fazer bem algum trabalho, que existe um artífice inteligente na maioria de nós” (p.21), no entanto, essa habilidade não é honrada como deveria ser. O autor explica a habilidade do artífice.

Habilidade artesanal designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo. Abrange um espectro muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais; diz respeito ao programa de computador, ao médico e ao artista; os cuidados paternos podem melhorar quando são praticados como uma atividade bem capacitada, assim como a cidadania. (...) As condições sociais e econômicas, contudo, muitas vezes se interpõem no caminho da disciplina e do empenho do artesão: é possível que as escolas não proporcionem as ferramentas necessárias para o bom trabalho e que nos locais de trabalho não seja realmente valorizada a aspiração de qualidade. (p.19)

Esses aspectos parecem particularmente verdadeiros no depoimento de Pedro e Leila. Ambos são economistas numa empresa pública de distribuição de energia. Embora gostem do que fazem, narram com frustração suas atividades diárias. Leila se sente subutilizada em seus conhecimentos, Pedro não se sente ouvido pelos seus superiores.

Pedro: eu gosto de ficar ocupado, eu gosto quando tem um trabalho que eu possa pensar, entendeu? Mas o chato é que, às vezes, você faz um trabalho que precisa pensar, e o chefe vem e diz: “mas não precisava disso tudo”, entendeu? Esses dias eles fizeram uma projeção, mas eles erraram a tarifa, aí eu fui e calculei exatamente a tarifa, montei uma equação e calculei qual seria exatamente a tarifa correta a ser calculada, demorei o maior tempo, e na prática, o cara falou “é, pode fazer desse jeito, mas não vai dar muito diferença não” e no dia seguinte já até perdeu essa ideia de fazer a projeção, não vai nem mais fazer, entendeu, é legal quando você faz e a parada acontece, mas muitas vezes a gente faz e a parada não acontece.

Leila compartilha o sentimento de frustração de Pedro. A superficialidade do seu trabalho, que segundo ela está muito aquém da sua formação e a falta de exigência de seus superiores lhe dá a sensação de não estar contribuindo.

Leila: acaba que a gente faz um serviço muito técnico ali, acho que rola uma subutilização do nosso conhecimento.(...) nosso cargo é de analista, mas eu não me sinto analista, entendeu? Eu acho que a gente poderia contribuir mais, sabe? Ali todos fizeram faculdades boas, a maioria fez especialização, fez mestrado, o Pedro está no doutorado, pô, a gente poderia agregar muito mais.

Sennett observa que embora as organizações precisem de gente inteligente, o imperativo da velocidade não permite que os profissionais se aprofundem em atividades específicas apenas para fazê-la bem feito. O autor explica que um jovem recém saído da universidade precisa de tempo para entender o que realmente tem utilidade nas matérias que estudou e de prática para aperfeiçoar a habilidade. Contudo, as instituições precisam de indivíduos que façam muitas coisas de improviso, nesse sentido, o esforço para conquistar a maestria numa função é visto como obsessão indesejada.

Assim como Leila e Pedro, Marcelo, designer gráfico numa empresa de assessoria de comunicação de grande porte, também sofre quando sua capacidade de criação é tolhida pelas pressões de prazo. No seu depoimento, as características do artífice aparecem com muita clareza. No entanto, sua capacidade de criar, inovar e realizar seu trabalho com maestria encontra empecilhos no tempo. Respondendo sobre o que seria um bom dia de trabalho, Marcelo relatou:

Marcelo: Eu particularmente, me sinto realizado quando eu olho para um trabalho e tenho orgulho, eu digo “legal, eu consegui fazer algo diferente, eu consegui inovar de alguma maneira”. Seja num resultado estético, no aproveitamento de papel, na forma de entrega, entendeu? Quando eu consigo realizar alguma coisa diferente do habitual, porque eu sempre busco, né, porque os prazos e a prática, às vezes, te tolhe, porque você já sabe como aquele cliente funciona, já sabe as coisas que aquele cliente gosta, então quando você não tem muito tempo você faz o que vai resolver, entrego o que sei que vai resolver, vai funcionar, vai dar certo, e às vezes você se limita, você não ousa, não dá um passo a mais... mas quando você tem a liberdade de fazer algo novo, para mim o dia bom é isso, quando você consegue sair realizado.

Sennett desenvolve a ideia do consultor como a figura que melhor se adapta as novas configurações organizacionais. Diferente dos “peritos”, os consultores estão na empresa sem se estabelecerem, são convocados para so-

lucionar questões pontuais, sem se aprofundarem. A consultoria é o modelo paradigmático do trabalho contemporâneo. Enquanto o perito, assim como o “artesão”, se preocupa com a qualidade e recusa a superficialidade; o consultor, ao contrário, tem compromisso com a velocidade, e vínculos frágeis com as instituições e seus pares. Conforme já foi mencionado, a figura do consultor serve aos interesses flexíveis da empresa.

Confiando certas funções a terceiros em outras firmas ou outros lugares, o gerente pode livrar-se de certas camadas na organização. A organização incha e se contrai, empregados são atraídos ou descartados à medida que a empresa transita de uma tarefa a outra”. (p.50)

No entanto, alguns depoimentos destacaram vantagens na prática de contratações por projetos e demandas. Contrariando a ideia de Sennett, Cecília narra uma experiência onde a contratação por projeto aparece como uma opção mais criativa, que econômica. Ela acredita que esse tipo de contratação possibilita uma seleção mais específica de pessoa para o trabalho. Como exemplo, ela cita um projeto que sua empresa desenvolveu há alguns anos para uma marca de sucos que desejava estender seu conteúdo para diferentes plataformas, entra elas um livro.

Cecília: a gente faz uma escolha, não só por uma questão financeira, mas também criativa, é que isso faz muito sentido para o que a gente faz. No projeto do suco, por exemplo, a gente pegou o briefing com o cliente e a gente desenvolveu as premissas desse universo, os personagens e tal; na hora de sentar para escrever um livro que ia ser lançado em capítulos, a gente chamou uma roteirista que tinha experiência com literatura infanto-juvenil e que escrevia para televisão, então tinha experiência com narrativa seriada. A gente “brifou” ela para ela ajudar a gente a escrever essa história. Então ela não é uma contratada nossa full time, ela foi chamada para esse projeto, e para gente faz sentido isso, porque a gente acredita que a gente pode encontrar pessoas certas para determinados trabalhos e não ter as pessoas “in house” o tempo todo.

Sennett (2006) destaca que contratações episódicas como a citada por Cecília são uma característica da moderna estrutura institucional. (p.23) Para o autor essa dinâmica é extremamente nociva, visto que contratações esporádicas e de curto prazo inviabilizam o desenvolvimento de valores como lealdade e confiança, além impossibilitar o trabalhador de se qualificar em uma atividade específica, uma vez que é lançado de uma atividade à outra, à disposição de demandas mutantes. Paradoxalmente, é a própria Cecília que exemplifica a denúncia do autor. Embora identifique aspectos positivos nas contratações por projetos,

ao narrar sua trajetória na empresa, Cecília demonstra incômodo em não saber especificar sua atividade principal.

Cecília: Como a empresa é muito pouco estruturada, e é uma coisa que me incomoda, de certa forma, mas eu não tenho uma função definida. E pela estrutura da empresa, eu acabo conseguindo navegar tanto pela área de estratégia, tanto pela área de conteúdo, o que pode parecer ótimo, mas na verdade não é, porque eu fico um pouco indefinida. Acabo que eu não me especializo em nada específico, sabe? Eu gostaria muito que fosse algo específico, mas não é.

Sennett (2006) parece entender o sofrimento narrado por Cecília. Para o autor, o ser humano para prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias precisa enfrentar alguns desafios. Um deles refere-se ao talento: “como desenvolver novas capacitações e descobrir capacidades potenciais à medida que vão mudando às exigências da realidade”. (p.13)

Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas só pode ser encontrada – para colocar as coisas em termos simpáticos – em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nela vivem. (p. 15)

No entanto, mais uma vez o sentimento se mostra contraditório quando ouvimos o depoimento de Sofia. Sofia é professora de Artes numa faculdade, faz trabalhos freelancer como jornalista e integra um coletivo de arte, atividade que hoje ocupa maior parte de seu tempo. Ela me recebeu para um almoço em sua casa e se dispôs a me explicar suas diferentes práticas profissionais.

Sofia: (...) as pessoas tem uma dificuldade, hoje, no mundo, de entender isso (...) porque se você é uma coisa, você é uma coisa; mas você não é só uma coisa.

E: que coisa?

Sofia: tipo uma profissão, sou designer, sei lá, não existe isso de ser só designer, em um coletivo, existe um monte de designer que é atriz, mesmo, que faz peça, mas que trabalha de designer para ganhar dinheiro. Enfim, a gente faz coisas para além do que a gente gostaria de ser só.

E: mas você gostaria de ser só uma coisa?

Sofia: sei lá, acho que eu não gostaria porque acho que isso nem é viável, sabe?

Para Sofia, a idéia de uma carreira única, vitalícia além de inviável, é aprisionante. Ela destaca que a possibilidade de desempenhar diferentes funções e atuar em múltiplos espaços lhe dá liberdade para escolher seus projetos, referenciada pelos seus desejos, e não por necessidades externas. Ela explica:

Sofia: Eu sempre gostei de ter o meu dinheiro espalhado em vários lugares, porque aí você não se prende a lugar nenhum, sabe? Você fica sempre na borda; não quer? beleza, vai fazer outra coisa então (...) eu não quero ficar presa a alguma coisa que é para além da minha vontade de estar ali, sabe?

À primeira vista, Sofia pode parecer aquele ser humano nada comum a que Sennett se referia, ser humano disposto a abrir mão de experiências pré-teritas e indiferente a capacitações específicas. No entanto, essa interpretação é por demais simplista. Sofia valoriza relações pessoais, orgulha-se de suas experiências, mas como artista, encara a formação versátil como possibilidade de liberdade e aprendizado.

Bruno, marido de Sofia, faz parte de um outro coletivo que reúne atores, cineastas, filósofos, diretores, fotógrafos, médicos, artistas gráficos e produtores. Juntos eles realizam peças de teatro, intervenções no espaço urbano, festivais de música, entre outras ações coletivas. Participando da conversa, foi ele quem melhor explicou como a multiplicidade de formações e o hibridismo dos integrantes pode favorecer a colaboração e o aprendizado.

Bruno: a gente tá buscando um formato, uma estrutura que dê conta dessa formação transversal, que a gente pudesse dentro do coletivo fazer isso, já que design é só uma pessoa que faz, então cola uma pessoa com ela durante 6 meses para ser aprendiz dela, sabe? Para daqui a 6 meses essa designer poder se liberar dessa função que ela não gosta de fazer, que ela faz por necessidade, e poder assumir uma outra função ali dentro do coletivo que tenha mais afinidade com o desejo dela. (...) A gente pensou em 2 ou 4 graus de participação, não com esses nomes, mas para se entender: a função começaria sendo exercida por um mestre, entre aspas, e um aprendiz; e depois de, sei lá, 6 meses esse aprendiz vira mestre, e esse mestre se torna um consultor; e aí gira, e alguém que tá com outra função como mestre, se torna aprendiz de uma outra função e continua como consultor naquela outra.

O depoimento de Bruno sugere que a perícia e a maestria podem ser compartilhadas em grupos heterogêneos. Não se trata, portanto, de abrir mão da sua experiência, mas adicionar a ela outras experiências, multiplicando os saberes. No modelo proposto por Bruno, todos se beneficiam a partir da troca de conhecimentos. Em *Juntos'* (2012), Sennett buscou mostrar como esse in-

tercâmbio é vital para sociedade. Os depoimentos ilustram a importância e os desafios da prática colaborativa em seus espaços profissionais.

Colaboração enquanto habilidade

Em *Juntos* (2012), Sennett defende que a habilidade de cooperar é fundamental para a prosperidade da sociedade, e que embora esteja em nossos genes, ela precisa ser exercitada. Diz o autor no prefácio:

A cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode funcionar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada. (p.9)

Nos depoimentos, colaboração apareceu como um conceito central nas dinâmicas de trabalho. Todos, em menor ou maior grau, disseram depender ou desejar a ajuda de outros na realização dos seus trabalhos. A cooperação pode ocorrer de forma espontânea, pode ser solicitada ou até mesmo imposta, dependendo da estrutura da empresa. Nesse aspecto, o clima organizacional, o nível de afeto entre os pares e divisões hierárquicas são determinantes para a efetuação de uma prática colaborativa. Nos depoimentos, encontramos diferentes tipos de relações de cooperação.

Eliza é coordenadora de projetos numa fundação de educação e cultura. Atualmente ela é responsável por um projeto de habilitação profissional de jovens, que combina recursos de educação à distância e presencial. Ao descrever suas atividades diárias, Eliza cita uma equipe de quinze pessoas que precisa trabalhar em colaboração para o projeto ser concebido, efetuado e mantido.

Eliza: É muita gente envolvida. Equipe, consultores, pessoas que pesquisam e vêem demanda social, pessoas que pensam melhores metodologias para resolver uma determinada questão, é todo mundo.

Para Eliza o trabalho em colaboração é uma marca distintiva da sua empresa. O depoimento de Silvana, gerente de projetos na mesma fundação, corrobora a afirmação de Eliza.

Silvana: Geralmente eu tenho muito coisa para fazer e eu dependo muito de outras pessoas para resolver, para dar ok em um cronograma, (dependo) tanto de equipe interna da fundação, como de fornecedores e parceiros, e como eu tô numa posição de gerenciamento de projetos, 80% do meu tempo

é me comunicando com parceiros, com áreas “meio” da fundação, seja um jurídico, comunicação ou outra área, é pessoal da minha equipe e fornecedores, então 80% do meu tempo é me comunicando com as pessoas, eu preciso dessas pessoas para realizar o meu trabalho, para o meu trabalho, colaboração é fundamental.

Em seus depoimentos, fica claro o papel de colaboração como uma forma de suprir capacidades que nos faltam. De forma sucinta, Sennett define cooperação como uma troca em que as partes se beneficiam. O autor destaca que todos os animais sociais, aí incluindo os seres humanos, agem em apoio recíproco, no sentido de conseguir em conjunto o que não são capazes de alcançar sozinhos. (p.15) No entanto, a forma de se organizar varia de acordo com o ambiente.

Eliza: colaboração é assim: eu tenho uma ideia ou eu tenho um problema, ele é posto na mesa para trinta pessoas resolverem; então a gente trabalha em cima disso, fazemos reunião em cima disso, então colaboração é realmente complementar uma ideia e construir a melhor solução.

As empresas têm papel fundamental no desenvolvimento dessa habilidade. Como dito anteriormente, a estrutura das empresas foi fator decisivo para a experiência de colaboração narrada nas conversas. Eliza e Silvana acreditam que têm facilidade em colaborar e encontrar colaboração porque a empresa favorece essa prática e o encontro;

Eliza: vejo que é o modo de fazer da fundação. Para dar uma ideia, existe uma ação do próprio recursos humanos (RH), da própria estrutura da empresa, tem núcleos de inovação, núcleos de troca, tem reuniões de várias equipes, de várias pessoas de equipes que fundam essa conversa para solucionar problemas diversos, por exemplo, tem um grupo que a gente chama de grupo de inovação e comunicação e um dos desafios foi criar uma solução para divulgar o museu da fundação, então tá todo mundo colaborando, não é o projeto do fulano, fulano é de outro projeto, mas ele tá colaborando nisso. Eu acho isso muito legal na fundação. Essa cultura da colaboração existe. (...)Eu acho que especificamente, na área que a gente tem hoje existe um senso de colaboração muito grande, as pessoas se envolvem, mesmo que não seja responsabilidade delas, projeto delas.

Sennett utiliza a analogia da oficina para explicar como as dinâmicas de colaboração podem ser desenvolvidas e estimuladas nos espaços de trabalho. Traçando um paralelo entre as atividades manuais, o autor sugere que existe um ritmo para o desenvolvimento de qualquer aptidão humana, sendo o primeiro passo a “impregnação do hábito” (p.242). O autor explica que na oficina, depois

de adquirido, o hábito é revisto, aperfeiçoado até tornar-se um ritual. A hipótese de Sennett é que esse mesmo movimento é feito no desenvolvimento de relações colaborativas. Na experiência de Eliza, a empresa, ao promover espaço de encontros e estimular relações dialógicas favorece o desenvolvimento do hábito da colaboração. No entanto, Sennett reconhece que esse ritual mesmo que estabelecido, não é inabalável. Saber trabalhar com as resistências é fundamental para que o hábito se perpetue. Na oficina, a resistência pode ser física, como a dificuldade de lidar com determinado material ou insuficiência de ferramentas. Nas relações sociais, a resistência pode ser representada por dificuldades de comunicação, ambiente hostil, competitividade acirrada.

Marcelo experimenta a competitividade como resistência na empresa de assessoria de comunicação onde trabalha. Ele explica como a divisão da empresa em núcleos de atendimento prejudica a execução do seu trabalho.

Marcelo: eu acho que é um problema da empresa, da estrutura da empresa, que por ter núcleos de atendimento, porque tem diversos diretores e esses diversos diretores dividem os clientes da empresa então, tem gente que atende a área de hotelaria, outra que só atende a área de energia, óleo e gás, outras atendem a parte de bancos, área financeira, e a coisa funciona meio que de uma maneira um pouco egoísta, eu acho, de não compreenderem o cliente como um cliente da empresa, eles falam que o cliente é do fulano, do diretor tal, então existe um certo conflito de egos de não deixar que um outro núcleo chegue, por exemplo, de não deixar o design atender o cliente, porque aquele diretor tem medo de perder aquele cliente para outro núcleo, então eles incentivam uma competição interna, uma competitividade que eu acho burra.

Na fala de Marcelo é possível perceber como a competição aparece como empecilho para o trabalho colaborativo. Embora reconheça que a colaboração é imprescindível para o trabalho do departamento de design, Marcelo destaca as dificuldades que a rivalidade entre os conceitos pode gerar.

Marcelo: Para o design não existe trabalhar sem colaboração, entendeu? Tem que ter. Eu acho que a empresa quer até vender isso, mas acho que a própria estrutura, de diretorias divididas que brigam entre si, quem lucra mais, quem tem mais cliente, acho que a forma que tá dividido isso lá dentro aumenta a competitividade, quer dizer, eles falam muito de colaboração, mas acaba (essa estrutura) favorecendo a competitividade.

Sennett fala de duas estratégias comumente implementadas pelas empresas para obter resultados de qualidade: incentivo à concorrência e o estímulo ao coletivismo. A primeira aposta que a competição individual tem mais

chances de gerar bons trabalhos, enquanto a segunda espera que o trabalho em colaboração dê bons frutos. Embora Sennett seja um entusiasta do segundo modelo, ele observa que a estratégia não está livre de percalços. O que frequentemente ocorre é uma política pouco clara que busca unir ambas estratégias. O autor observa que quando a cooperação é imposta pela empresa, corre o risco de tornar-se mera performance.

Em princípio, muitas empresas adotam as doutrinas do trabalho em equipe e da cooperação, esses princípios são frequentemente uma farsa. Constatamos que as pessoas davam demonstração de comportamento amistoso e cooperativo sob o olhar controlador dos executores da vontade do patrão (2009, p.45).

A experiência de Laura é ilustrativa da dicotomia competição/cooperação. Na empresa de consultoria em que trabalha, a forma de avaliação entre pares faz com que os colegas de mesmo nível hierárquico se avaliem (o resultado da avaliação reflete na bonificação). Para Laura esse processo prejudica a confiabilidade da própria avaliação além de estimular uma competição.

Laura: existe um sistema de avaliação que faz com que os pares, indiretamente estão sempre competindo, porque no final você vai ser avaliado com o seu par, e se você for melhor que ele você ganha mais dinheiro (participação de lucros) então sempre existe uma competição entre os pares e ainda tem que existir um espírito de colaboração que nem sempre existe, é mais dito que praticado.(...) a empresa tem essa coisa de um ambiente colaborativo, de que a gente tem que trocar e nem sempre é assim, o mundo corporativo é meio assim, né, um querendo puxar o tapete do outro, você tem que se proteger um pouco, eu acho.(...) Eu sinto isso no geral, sabe? Poderia ser mais colaborativo, acho que a competição ainda é muito acirrada.

Sennett argumenta que recompensas individuais, como bonificações e promoções, podem com frequência enfraquecer laços de confiança e levar ao entesouramento de informações. Nesse sentido, ao invés de estimular a colaboração, esse modelo de avaliação acirra a competição. Entretanto, o autor argumenta que a competição não precisa necessariamente interpor-se no caminho da colaboração; segundo Sennett, existe uma íntima relação entre os dois conceitos. É preciso, contudo encontrar o equilíbrio. Ele recorre a exemplos do reino animal para amparar sua tese. Os macacos, as abelhas e os seres humanos são animais sociais que cooperam naturalmente pelo simples fato de não poderem sobreviver sozinhos. Assim, dividir trabalho e se organizar em equipes são formas de multiplicar nossos poderes insuficientes. No entanto,

essa relação é instável e está constantemente sujeita a desequilíbrios. As trocas e os rituais são formas de organizar essa relação.

Quem quer que tenha praticado esportes em equipe, fechado um negócio ou criado filhos sabe que a cooperação mútua e a competição podem combinar. A contracorrente da competição é agressão e raiva, sentimentos profundamente enraizados nos seres humanos. Ensaios, conversas, coalizões, comunidades e oficinas podem contrabalançar esse impulso destrutivo, pois o impulso da boa vontade também está gravado em nossos genes. Como animais sociais, precisamos descobrir pela experiência como encontrar o equilíbrio. (Sennett, 2012, p.85)

Para ilustrar, Sennett divide as trocas e os rituais em categorias, no entanto, o recurso de tomar o reino animal como exemplo dificulta um pouco a compreensão do que o autor quer dizer e, sobretudo, como traçar paralelos com a vida prática. De modo geral, Sennett nos deixa entender que o equilíbrio entre competição e cooperação não acontece naturalmente, sem vontade ou esforço das partes envolvidas. Para que a competitividade não anule os benefícios da colaboração é preciso desenvolver habilidades de negociação.

Frente a um colega que não estava disposto a cooperar, Cecília se viu tendo que desenvolver sua capacidade de negociação. Ela explica que ainda que não exista uma cultura estabelecida na empresa, a criação colaborativa acabou se configurando como uma prática. No entanto, ela ressalta que não é o perfil de todo mundo.

Cecília: eu tenho uma tendência a precisar de diálogo para desenvolver as coisas, eu não trabalho muito sozinha, eu naturalmente preciso de diálogo então, enfim, eu conto com a colaboração de todo mundo de alguma forma; não é o perfil de todo mundo. A gente está com um caso agora na empresa de um cara que não tem um perfil colaborativo, ele vem de uma empresa muito babaca e ele está tendo dificuldade de se adaptar, sabe, de dialogar com as pessoas, porque ele não tem essa experiência.

O medo ou recusa de se abrir a dinâmicas de troca é contemplado por Sennett; baseando suas reflexões em estudos do pós-guerra, o autor destaca que a ansiedade em gerir formas complexas e exigentes de envolvimento social pode levar os sujeitos a retirar-se. “Essa pessoa transforma-se em um “eu que não coopera”” (2012, p.219). O autor acredita que a sociedade moderna está gerando um novo tipo de caráter; empenhado em reduzir ansiedades e angústias neutralizando toda a diferença. A aversão social ao diverso inviabiliza o comportamento cooperativo. Na parte final de *Juntos*, Sennett sugere práticas que possam fortalecer a cooperação nos espaços onde ela é escassa; nesse sentido, o autor

retoma as reflexões iniciadas em *O artífice*, acerca das habilidades sociais necessárias para condução da vida cotidiana. Conforme já mencionado, oficina, enquanto ambiente de trabalho físico, pode favorecer um comportamento social dialógico. Nesse espaço, pessoas com diferentes qualidades e habilidades, que concordam, mas também divergem, trabalham juntas para construir, refletir e solucionar problemas comuns. Para o autor, esse é o desafio das modernas estruturas de trabalho.

Sobre as dinâmicas de trabalho: consonâncias e divergências

É evidente o esforço de Richard Sennett em buscar soluções para os problemas que foram, durante as últimas décadas, alvos de crítica do autor. Na virada da década de 1990, motivado pelo apogeu do modelo neoliberal, Sennett se ocupou em denunciar os perigos do que nomeou *novo capitalismo*. Nesse período, o autor escreveu uma série de ensaios críticos ao capitalismo, expondo sua visão negativa em relação às consequências da lógica capitalista nos diferentes aspectos da vida humana. A hipótese defendida pelo autor nesses trabalhos é de que as novas formas de organização do trabalho são nocivas ao caráter humano. Pesquisas realizadas com trabalhadores industriais, prestadores de serviço de tecnologia e classe operária de grandes cidades como Boston e Chicago, servem de ilustração para o cenário que o autor descreve. A transição de um capitalismo industrial militarizado para um novo capitalismo global, que Sennett chamou de “novo capitalismo”, deixou vários trabalhadores desestruturados nas esferas objetivas – desempregados, precarizados – mas, sobretudo no âmbito da suas subjetividades.

Em seu trabalho recente, Sennett buscou refletir sobre valores e práticas que possam fortalecer os laços sociais dissolvidos pela nova economia e estimular o trabalho de qualidade, enfraquecido pelas pressões do tempo e a fragmentação das estruturas. *Homo faber* não abre mão das críticas que constituíram os trabalhos anteriores do autor, mas diversamente, busca na história, na filosofia e até mesmo na biologia, exemplo de como os animais sociais são capazes de driblar adversidades através do trabalho bem feito e coletivo.

Este artigo buscou estabelecer um diálogo entre a bibliografia do sociólogo Richard Sennett e as experiências narradas de jovens profissionais de diferentes esferas produtivas. Os depoimentos trouxeram à tona questões amplamente discutidas por Sennett ao longo de quatro décadas de produção intelectual. Os conceitos de flexibilidade, perícia e colaboração foram privilegiados nessa discussão.

Na fala dos entrevistados, flexibilidade apareceu como um conceito intimamente ligado à ideia de autonomia e liberdade, e desejado em oposição a estruturas rígidas de trabalho. No entanto, assim como ressalta o autor, houve falas em que flexibilidade foi associada à ideia de desamparo e precarização. Do mesmo modo, a relação com o tempo do novo capitalismo e as consequências para a formação especializada foram problematizadas nos depoimentos. Sennett argumenta que a cultura a curto prazo das modernas estruturas de trabalho estão enfraquecendo a noção de carreira, levando a uma desvalorização da perícia na formação e nas práticas profissionais. Embora algumas experiências corroborem a hipótese do autor, o aspecto do tempo e a diversidade das capacitações apareceram como um aspecto paradigmático do nosso tempo, nesse sentido, houve discursos que destacavam vantagens de capacitações híbridas e funções polivalentes. Os depoimentos evidenciaram também a centralidade do conceito de colaboração nas dinâmicas de trabalho. Todos os jovens entrevistados, em menor ou maior grau, disseram depender ou desejar a ajuda de outros na realização dos seus trabalhos. A cooperação pode ocorrer de forma espontânea, pode ser solicitada ou até mesmo imposta, dependendo da estrutura da empresa. Nesse aspecto, o clima organizacional, o nível de afeto entre os pares e divisões hierárquicas são determinantes para a efetuação de uma prática colaborativa.

Os depoimentos trouxeram duas grandes contribuições para a reflexão sobre o tema: evidenciaram como a estrutura da empresa molda práticas profissionais individuais e demonstraram as diferentes compreensões dos conceitos em contextos laborais distintos. Nesse sentido, esses conceitos não podem ser interpretados *a priori*, uma vez que seus significados e valores são construídos no ambiente das organizações.

IV

Richard Sennett: limites e possibilidades

Embora Richard Sennett seja um autor com longa produção sobre as dinâmicas profissionais contemporâneas, a investigação do tema a partir de sua bibliografia não se mostrou o melhor caminho para tecer as relações que a tese, a partir de junho, ambicionou fazer.

A questão da precariedade dos vínculos de trabalho e a flexibilidade exigida aos empregados são problematizadas no texto a partir da bibliografia de Sennett. Naquele momento, ainda não havia me aproximada das discussões acerca das transformações do capitalismo cognitivo. Nessa reflexão inicial, a problemática da precariedade ainda é compreendida como exceção e não como regra. Deste modo, analisando retroativamente, me parece que as falas dos entrevistados poderiam ser mais bem aproveitadas se colocadas em diálogo com autores com enfoque mais específicos na condição precária do trabalho contemporâneo. Ademais, na ocasião, ainda me encontrava bastante distante das reflexões acerca dos direitos trabalhistas que a crise econômica pôs na pauta em nível global e que as eleições trouxeram à tona no plano nacional.

No entanto, a produção do artigo amparada por sua sociologia foi fundamental, uma vez que trouxe à tona diversas experiências que nos permitiram ir mais além. Além disso, a evidência da própria insuficiência dessa literatura foi promissora, na medida em que nos mostrou a necessidade de articular uma nova bibliografia, mais afinada com as questões sociais e políticas do contexto investigado. Outro aspecto interessante da pesquisa a partir de Sennett foi a aproximação com os estudos de sua esposa, Saskia Sassen, frequentemente citada por ele em suas publicações. Em suas investigações, Sassen se debruça sobre os temas da globalização e da estruturação e organização das cidades. É dela o termo cidade global. Nesse sentido, o encontro com os trabalhos da socióloga favorecem a aproximação com o tema que as jornadas de junho já haviam despertado na pesquisa, qual seja, a cidade como espaço de conflito, mas também de novas formas de ação política.

O artigo foi submetido a duas revistas. A primeira submissão aconteceu em julho de 2013 para a Revista (Cadernos de Psicologia Social do Trabalho). Passados seis meses cobramos um status à revista e o editor alegou uma dificuldade em encontrar pareceristas para o artigo em virtude da “temática”. Nove meses depois, em fevereiro

de 2014, recebemos tres pareceres;²⁷ dois aprovando com restrições e um reprovando a publicação. As principais ressalvas à publicação do texto eram de ordens que chamaram estruturais, referentes ao tamanho e formatação do artigo. Entretanto, linguagem e metodologia também foram alvo de críticas. Dizia o parecer que “em termos de narrativa, o texto apresenta uma linguagem jornalística em vários de seus trechos e parece ter mais o formato de um capítulo de livro livremente elaborado do que de um artigo científico”.

O conteúdo dos pareceres deixou claro que havia uma incompatibilidade de compreensão sobre metodologia. Os pareceres revelaram um pragmatismo metodológico expressados no entendimento de que conversa não é método, amigo não é sujeito, além de uma distinção e hierarquia entre linguagem acadêmica e jornalística.

Um dos pareceres cobrou “submissão a critérios éticos em pesquisas com seres humanos”, o que nos pareceu completamente despropositado. Preservamos o anonimato dos entrevistados e esclarecemos o teor e abrangência da pesquisa.

Em outubro de 2013, apresentei as reflexões do artigo no XVII Encontro da Abrapso, em Florianópolis. O texto foi inscrito no grupo de trabalho “Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos”, GT que parecia mais afinado com as questões abordadas no artigo. O trabalho teve uma boa recepção e suscitou muitas perguntas. A maioria referente ao método e a opção pela bibliografia mais recente do autor, desconhecida naquele contexto pela maioria. No entanto, embora o título do grupo sugerisse uma abordagem da psicologia social para os temas concernentes ao universo do trabalho, as comunicações orais tinham como proposta pensar a atuação do psicólogo dentro do ambiente de trabalho, saúde laboral e papel do departamento de Recursos Humanos nas empresas. Nesse sentido, os debates e métodos eram muito diferentes e isso inviabilizou uma troca mais profunda com os demais participantes. De fato, as contestações do GT eram bastante próximas daquelas expostas nos pareceres da primeira revista, explicitando, talvez, a necessidade de identificar as diferentes abordagens sobre a temática do trabalho, a fim de encontrar um periódico com uma perspectiva metodológica mais próxima a nossa.

27 Disponível no anexo 12.1 (p.243)

Tentamos nova submissão em maio de 2014 para Revista Interseções (UERJ). Dez meses depois, em (abril/2015), recebemos dois pareceres²⁸ favoráveis à publicação mediante alterações nos textos. Diferentemente da primeira revista, as considerações da revista não diziam respeito ao formato e incompatibilidade de métodos. Um parecer exaltou a estrutura, avaliando-a como “interessante” e “com bom rendimento analítico”. Aparentemente, havíamos encontrando uma revista que compartilhava nossa compreensão de estratégias metodológicas utilizadas. No entanto, um dos pareceres solicitava a inclusão de outras obras do autor e contribuições de outros autores na análise. O segundo parecer encontrou “problemas sérios na análise” e pediu uma “revisão geral do texto”. O parecerista cobrou informações omitidas no texto por não julgarmos relevantes para análise de seus discursos e posicionamentos como local de residência e estado civil dos participantes. O parecer solicitou ainda uma distinção entre sociedade brasileira (campo da pesquisa) e sociedade americana (perspectiva do Sennett) e, por fim, cobrou diálogo com outros autores.

Respondemos aos pareceres, acatando algumas sugestões e justificando nossas opções. Devido à limitação de espaço, muitas das solicitações não poderiam ser atendidas ainda que concordássemos. Diante das nossas considerações, a revista julgou as alterações insuficientes para publicação. Fizemos, então, nova tentativa para a Revista Fractal. O artigo foi submetido em março de 2015 e está em análise até a presente data.

Passados 3 anos de construção do artigo, Sennett esteve no Brasil com sua esposa Sassia Sasken, em agosto de 2015. Ambos vieram falar em um evento organizado pelo projeto “fronteiras do pensamento”, que tem como objetivo promover a partir do diálogo com pensadores e intelectuais uma análise do contemporâneo e das perspectivas para o futuro. Sennett e Sasken vieram falar, entre outros assuntos, sobre o futuro das cidades e colaboração.

Na conferência, sediada em Porto Alegre, o casal falou sobre a noção conjunta que tem sobre “o modo que vivemos e o perigo que corre nossa vida em sociedade”. Dois aspectos da fala dele chamaram especial atenção pela afinidade com as questões da tese e me fizeram refletir sobre minha própria leitura em relação ao autor. O primeiro refere-se ao seu posicionamento frente ao papel da tecnologia e das mídias sociais na vida das pessoas e o segundo diz respeito à sua leitura dos desdobramentos dos movimentos sociais ao redor do mundo.

28 Disponível no anexo 13.2 (p.251)

Para o autor, as mídias sociais reduzem a capacidade das pessoas de adquirir conhecimento externo e que a troca de informações na rede favorece controle e vigilância de governos autoritários. Ao falar sobre os recentes movimentos sociais ao redor do mundo, Sennett comentou que uma característica das revoltas recentes é que as pessoas estão perdendo a fé na ação colaborativa, em consequência das recentes crises e do colapso de instâncias como o sindicalismo organizado. No entanto, conforme nos conta Castells (2013) sobre as manifestações recentes, em todos os movimentos globais “as redes sociais foram fundamentais para o processo de comunicação dos eventos e das emoções a eles associadas”. A organização em rede, pela sua autonomia e horizontalidade, mostrou como as pessoas são capazes de se organizar, agir e colaborar umas com as outras de modo autônomo, sem a necessidade de instâncias mediadoras. De fato, na maioria dos lugares, organizações institucionais como sindicatos e partidos políticos foram rechaçados. Na Tunísia, a União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT) foi deslegitimada, pela associação que mantinha com o regime. Aqui no Brasil, as greves, gari e professores, se organizaram e negociaram com o Estado sem mediação dos sindicatos quando esses não representavam os interesses da maioria dos trabalhadores. Assim, o colapso das lideranças institucionais não pode ser utilizado como argumento de desânimo, mas de modo inverso, é combustível para as insurgências ao afirmarem a potência das organizações autônomas.

No que se refere ao controle e vigilâncias por parte de governos autoritários, a revolta egípcia deu talvez a melhor lição de como a articulação em rede é recurso poderoso frente à repressão. Nas revoluções árabes e no Egito houve repressão aberta, censura à mídia e bloqueio da internet; no Egito o governo chegou a “desligar” a internet por sete dias e mesmo assim foi incapaz de frear o movimento. Na verdade, é possível que o tenha fortalecido. Com as tecnologias mais avançadas bloqueadas, os militantes egípcios recorreram a canais de comunicação tradicionais, como máquinas de fax, radioamadores e modems dial-up (conexão discada) conectando-se com a comunidade internacional da internet. Conforme relata Castells, a comunidade global da web uniu-se para driblar o bloqueio: hackers, techies, empresas defensoras de direitos humanos, redes de militantes como a Anonymous e ativistas do mundo todo atuaram como elos comunicacionais que não deixaram que a revolta fosse silenciada ou censurada. A colaboração internacional foi fundamental; o autor conta que “quando o governo fechou sua conexão por satélite, outras redes árabes ofereceram à Al Jazeera o uso de suas frequências”. Assim, “a revolução nunca ficou incomunicável porque suas formas de comunicação eram multimodais”.(p.54)

Deste modo, se por um lado Sennett tem razão em temer as possibilidades de controle e vigilância que a tecnologia permite, sobretudo em governos autoritários, ele parece não levar em conta as estratégias de resistência, ao mesmo tempo cooperativas e criativas, que os cidadãos, em especial, aqueles envolvidos numa causa são capazes de engendrar.

Nesse sentido, embora o texto tenha tentado expor um lado mais otimista do autor, fica claro que a professora em aula tinha certa razão quando se queixava das limitações de Sennett em reconhecer os aspectos positivos de transformações e fenômenos do seu tempo. Sennett parece não acreditar no próprio guia que ele traça para uma vida melhor.

V

Uma chamada para pensar precariedade no contexto do capitalismo cognitivo

Rio de Janeiro, novembro de 2015

*Através do grupo de e-mail da disciplina da UFRJ, tomamos conhecimento de uma chamada de artigos para a Revista *Work organisation, labour and globalisation* para número especial com a temática “*The Precariousness of Knowledge Workers: hybridisation, marketisation and subjectification in global value chains*”.*

Atendendo a chamada, em agosto de 2015, submetemos um artigo estruturado em torno das transformações do trabalho, em parte bastante similar ao texto anterior “Sobre as transformações do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo”. Em setembro, recebemos resposta das editoras informando que o artigo havia sido pré-selecionado, no entanto pedia um esforço no sentido aprofundar o foco do texto em consonância com a proposta do número especial da revista, isto é, a relação entre trabalhadores do conhecimento e precariedade, e particularmente nos mecanismos de subjetivação nas sociedades terceirizadas globais.

Assim, o artigo “Inventar novos direitos: sobre precariedade e o reconhecimento da dimensão produtiva da vida” é fruto desse esforço de alinhar – o que afinal acabou virando uma reescritura – o texto já produzido com a temática específica da chamada da revista.

5

Inventar novos direitos: sobre precariedade e o reconhecimento da dimensão produtiva da vida²⁹

Introdução

Este artigo tem como objetivo observar como na passagem ao capitalismo cognitivo a precariedade constitui condição existencial do trabalho contemporâneo. Marcado pela centralidade de aspectos cognitivos, comunicacionais, afetivos e relacionais na geração direta de valor, o capitalismo cognitivo é caracterizado por ambivalências que se expressam em novas formas de controle e exploração e pela superação de diversas distinções que marcaram o trabalho industrial fordista. (Morini e Fumagalli, 2010). Os autores referem-se à separação entre “tempo de trabalho e tempo de vida”, “espaço de trabalho e espaço da vida” e separação entre as esferas da produção e reprodução, assim como a distinção entre produção, reprodução e consumo (p.240-241).

A hipótese defendida aqui é aquela compartilhada com uma determinada literatura (Cocco, 2012; Negri e Lazzarato, 2001; Marazzi, 2009; Boutang; 2007)³⁰ que defende que o que está no cerne da passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo é a produção de subjetividade. Ou seja, diferentemente da dinâmica fordista, o trabalho pós-fordista exige a participação subjetiva do trabalhador não apenas no processo de produção, através da sua capacidade de criar, imaginar, intervir; mas também nas dinâmicas de circulação. O trabalho nesse novo capitalismo, longe de ser extinto, longe de ser o mesmo, tem como característica fundamental o fato de investir toda a vida. Peter Pal Pelbart (2000) nos ajuda a recordar que “a subjetividade não é um conceito abstrato, mas diz respeito à vida, mais precisamente, às formas de vida, maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, mas também de habitar, de vestir, de se embelezar, de fruir, etc.” (p.37). Isto quer dizer que enquanto o trabalho industrial fordista concentrava-se em torno das dimensões materiais da produção e, nesse sentido, tendia a excluir a subjetividade do trabalhador, o trabalho no capitalismo cognitivo, de modo inverso, demanda a todo instante a subjetividade do trabalhador, dentro e fora das dinâmicas de produção. “O trabalho precisa da vida como nunca, e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes” (ibid.).

²⁹ Artigo submetido para publicação no *Revista Work Organisation, Labour and Globalisation* com o título “Inventing new rights: on precariousness and the recognition of the productive dimension of life”.

³⁰ Referimo-nos aqui a corrente de pensamento operáista italiana, escola de pensamento oriunda da Itália dos anos 1960 no contexto das lutas operárias. A escola dedica-se a uma análise materialista das lutas de fábrica com ênfase no papel do trabalhador como agente fundamental das mudanças sociais.

Nesse trabalho onde a subjetividade é constantemente mobilizada e, em última instância, é a principal geradora de valor, a relação é marcada por uma grande fragmentação social. Essa fragmentação se expressa no aumento das desigualdades, na multiplicação dos estatutos do trabalho formal, aumento do desemprego e do trabalho informal, precarização dos contratos e mais em geral da proteção social etc.

Cocco (2014) destaca como característica fundamental do trabalho no capitalismo contemporâneo a precarização da relação salarial e deslocamento das relações para o terreno da empregabilidade (Cocco, p.39). Nesse contexto, conceitos subjetivos, tais como: mobilização, implicação e comprometimento passam a compor os parâmetros de avaliação do trabalho, numa sujeição completa à lógica do mercado (Gorz, 2005; Morini e Fumagalli, 2010, Nicolas-Le Strat, 2004).

Vale destacar que as transformações descritas e o capitalismo caracterizado no texto devem ser interpretados a partir do método da tendência. Hardt e Negri (2004) adotam o método marxista da análise da tendência para observar as transformações do trabalho e as categorias sugeridas pelos autores. Os autores recordam que quando Marx empreendeu sua análise sobre o capitalismo e trabalho industrial, esse ainda representava uma parte pequena da economia inglesa. “Em termos quantitativos, a agricultura certamente ainda era dominante, mas Marx identificava no capital e no trabalho industrial uma tendência que funcionaria como motor das futuras transformações” (p.190). Marx previu, portanto, as condições que se tornariam hegemônicas. Do mesmo modo podemos pensar a produção contemporânea, em termos de sua imaterialidade. A partir do método da tendência podemos reconhecer que embora o trabalho imaterial não seja dominante em termos quantitativos – evidentemente há ainda mais trabalhadores implicados em tarefas materiais – ela se impõe como tendência a outras formas de trabalho e a sociedade. Nesse sentido, a hegemonia da imaterialidade do trabalho e afirmação de um capitalismo cognitivo deve ser interpretada a partir desse método.

Deste modo, se a precariedade, como buscaremos demonstrar nesse breve texto, não é nenhuma excepcionalidade ou desvio, nem mesmo restringe-se a determinados setores produtivos, mas corresponde hoje à realidade de todas as atividades no capitalismo contemporâneo, nos parece igualmente fundamental identificar modos de combater a precariedade que reconheçam o que é próprio do trabalho pós-fordista, sem saudosismos das formas tradicionais de produção. Dito de outro modo, o desafio é buscar soluções desancoradas das

relações sociais clássicas e das instituições que as representa e que, deste modo, sejam capazes de garantir direitos, proteção e cidadania fazendo justiça à natureza do trabalho contemporâneo.

Capitalismo Cognitivo, relacional, criativo, afetivo: sobre o trabalho produtor de subjetividade

É tão comum quanto equivocada a associação entre a concepção do trabalho imaterial com o declínio do trabalho industrial ou com extinção da produção de bens materiais. Conforme já exposto, afirmar que hoje o trabalho é imaterial não significa decretar o desaparecimento da indústria, mas reconhecer que as atividades que geram valor são aquelas cognitivas, relacionais, linguísticas e afetivas. Isto é, o valor material dos produtos que consumimos é apenas uma pequena e irrisória parte. Isso porque hoje o valor do produto não está associado aos seus custos de produção e logísticas de circulação, mas sim aos processos de comunicação. Cocco (2012) fala que a centralidade do trabalho imaterial se efetua a partir de um duplo movimento:

(...) ela diz respeito a um processo de valorização que tende a sair do chão da fábrica e espalhar-se pelas redes sociais de circulação e reprodução, para além da relação salarial; ao mesmo tempo o trabalho imaterial é o resultado da recomposição do trabalho material (manual) de execução com o trabalho (intelectual) de concepção. O trabalho imaterial não é sinônimo nem de trabalho abstrato, nem de trabalho intelectual: pelo contrário, trata-se de trabalho vivo, da rearticulação – nos corpos – da mente e da mão (p. 18).

Deste modo, é possível afirmar que o trabalho imaterial caracteriza-se não pela separação das funções intelectuais diante das funções manuais do trabalho, mas pela recomposição entre esses dois momentos.

Nos primeiros parágrafos de *Trabalho Imaterial*, Negri e Lazzarato (2001) falam da realidade do operário de fábrica que, diante das transformações nos processos produtivos, passa a ter a sua subjetividade demandada na execução das operações. Dizem os autores que “na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica sempre mais, em diversos níveis, capacidade de escolher entre diversas alternativas e, portanto, responsabilidade de certas decisões” (p.25). Ainda que exista uma variação entre níveis hierárquicos e funções, os autores apresentam o investimento na subjetividade como um processo irreversível.

No âmbito do trabalho imaterial, a questão da subjetividade relaciona-se com a transformação radical do sujeito na sua relação com a produção. Não

se trata mais de uma simples subordinação ao capital, mas de modo inverso, de uma “independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital” (p.30). Se esse aspecto pode converter-se em possibilidade de autonomia e liberdade, na forma de uma “capacidade produtiva, individual e coletiva, como capacidade de fruição”, é verdadeiro também que a exploração não cessa, mas se dá em outros termos.³¹ Enquanto no capitalismo tradicional, era preciso organizar a cooperação entre as forças produtivas para assim explorá-las, no capitalismo cognitivo a colaboração é a condição da exploração, porque o que este capitalismo explora é exatamente o comum. Dito de outro modo, “o comum é a condição prévia de toda produção” (Cocco 2012, p.50). Por *comum*, nos referimos à produção que resulta das interações e relações sociais, como conhecimento, linguagem, códigos, afetos. Uma produção que é, portanto coletiva e que o capital busca se apropriar e explorar.

Para evitar os mal-entendidos que o termo imaterial pode fazer incorrer e por ter como característica primordial o fato de investir a vida integralmente, Negri e Hardt (2004) sugerem o termo trabalho biopolítico,³² não como simples substituição, mas como sinônimo. Isto é, como termo complementar e elucidativo do primeiro. Nesse sentido, os autores esclarecem que o trabalho imaterial é um trabalho biopolítico, na medida em que “não cria apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social” (p.150).

E por essa razão também que, no contexto do capitalismo cognitivo, tempo de trabalho, tempo de produção e tempo de lazer (ou não-trabalho) não são facilmente distinguíveis. Em *A gramática da multidão* (2013), Paolo Virno desenvolve em dez teses asserções sobre o conceito de multidão e o capitalismo pós-fordista. Diz o autor que “para a multidão pós-fordista cada vez há menos diferença qualitativa entre tempo de trabalho e de não-trabalho” (p.81). Isso ocorre porque, diferentemente da produção fordista, o trabalho pós-fordista inclui a vida mental no espaço-tempo da produção. Virno formula a ideia da seguinte maneira:

31 Para uma análise mais consistente sobre o tema, sugerimos o texto “O comum e a exploração 2.0”, assinado pela Rede Universidade Nômade. Disponível em: <http://ununomade.net/tenda/o-comum-e-a-exploracao-2-0/>

32 Os autores fazem uma apropriação do conceito de biopolítica de Foucault para caracterizar a produção pós-fordista. No pensamento de Foucault, o prefixo bio propõe-se a designar um poder ligado à vida, característico das sociedades disciplinares. O termo funciona em oposição ao poder típico das sociedades de soberania. O autor explica que “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade [soberana], direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com privilégio de se apoderar-se da vida para suprimi-la (Foucault, 1999, p.127)”. No contexto das sociedades disciplinares, o poder, de modo inverso, incide diretamente sobre a vida e vai determinar uma regulamentação da vida e controle dos corpos.

Hoje o tempo social parece saído de suas dobradiças, pois já não há nada que distinga ao tempo de trabalho do resto das atividades humanas. Portanto, como o trabalho deixa de constituir uma práxis especial e separada, em cujo interior regem critérios e procedimentos peculiares, tudo é distinto dos critérios e procedimentos que regulam o tempo de não-trabalho. Não há mais um limite claro que separe o tempo de trabalho do de não-trabalho (2003, p.81).

No paradigma fordista, os operários produziam quase que exclusivamente no tempo confinado da fábrica. No entanto, o trabalho imaterial compreende atividades que tendem a expandir-se por todo o tempo de vida: trabalho criativo, afetivo, relacional. O autor prossegue na mesma tese:

Já que a cooperação do trabalho precede e excede ao processo de trabalho, o trabalho pós-fordista é sempre, além disso, trabalho invisível. Com esta expressão não se entende aqui um emprego não contratualizado, “in nero” [“ilegal”; N.do T.]. Trabalho invisível é, antes de tudo, a vida não paga, isto é, a parte da atividade humana que, homogênea em toda àquela vida trabalhadora, não é todavia computada como força produtiva. (ibid.)

A esse respeito Hardt e Negri (2004) destacam que o trabalho doméstico é emblemático dessa dinâmica. “A organização tradicional do trabalho doméstico das mulheres destrói claramente as divisões do dia de trabalho, expandindo-se até preencher toda a vida” (p.154). A rotina das trabalhadoras domésticas envolve tarefas materiais como lavar, passar e cozinhar, mas é constituída, sobretudo, por atividades relacionais e afetivas, de cuidados, cooperação, educação. E essas últimas não são desempenhadas em tempo e espaços claramente definidos e, portanto, exigem disponibilidade permanente. Dito de outro modo, são atividades que ocupam toda a vida daquelas que o desempenham, tenham essas mulheres atividades fora do âmbito familiar ou não. Nesse sentido, a indistinção entre tempo de trabalho e de não-trabalho vivenciada pelas trabalhadoras no âmbito doméstico, e de modo geral por todos os trabalhadores pós-fordistas, borra inclusive os limites entre desemprego e emprego.

Os devires da precariedade

Devir mulher do trabalho

Assim, as dimensões da precariedade no capitalismo cognitivo podem ser apreendidas também pela noção de *devir mulher do trabalho*. Isso porque, nesse capitalismo, o trabalho feminino serve de expressão paradigmática do trabalho

contemporâneo. Conforme explicita Cristina Morini (2008), características qualitativas e constitutivas do trabalho feminino passam a ser comuns à esfera do trabalho em geral, no contexto do capitalismo atual.

Vale ressaltar que o trabalho doméstico só obteve reconhecimento trabalhista³³ muito recentemente. A proposta de emenda à constituição 72 que tramitava na câmara e senado desde 2010 foi levada a sanção presidencial e aprovada em junho de 2015. A lei das domésticas estabelece o princípio da igualdade de direito entre trabalhadores domésticos e demais trabalhadores. Esse fato é especialmente interessante para as reflexões que propomos nesse trabalho porque uma das características desse trabalho que viemos tentando caracterizar nas últimas páginas diz respeito à generalização de características do trabalho feminino para outros âmbitos profissionais e sociais. Assim, enquanto o trabalho doméstico, desempenhado majoritariamente por mulheres, ganha status do trabalho tradicional, o trabalho dito tradicional vai ganhando cada vez mais contornos do trabalho feminino.

O *dever mulher do trabalho* refere-se à generalização dos aspectos afetivos que até recentemente faziam parte do universo feminino às atividades em geral. Conforme elucidam Lucia del Moral Espin e Manu Fernández García (2009) a noção de *dever mulher do trabalho* pode ser apreendida a partir de uma dupla acepção:

Por um lado, como generalização, na maior parte dos âmbitos profissionais e sociais, das condições de trabalho que caracterizavam as atividades desenvolvidas, de forma remunerada ou não, pelas mulheres – vulnerabilidade, invisibilidade, disponibilidade permanente, flexibilidade. Por outro lado, concebida como posicionamento central do componente afetivo, historicamente associado aos papéis femininos e à vida privada, na produção direta do benefício (p.81).

A respeito do caráter feminino do trabalho, Pelbart (2000) atenta para o fato de que o trabalho imaterial além das dimensões criativas e cognitivas que ele mobiliza, guarda a especificidade de ser também afetivo. O autor observa que “mesmo o entregador de pizza comporta um viés afetivo, num misto de cuidado, maternagem, trato e comunicação” (p.36). Dito de outro modo, até na prestação de serviço mais banal ou corriqueiro há componentes afetivos que não podem ser desprezados.

³³<http://oglobo.globo.com/economia/entenda-as-novas-regras-para-emprego-domestico-16328753>

Marazzi complementa a ideia ressaltando que:

Na esfera doméstica dá-se um tipo particular de trabalho que vem se tornando central no interior do regime pós-fordista. Trata-se do trabalho vivo, no qual “o produto encontra-se inseparável do produtor”. Esse trabalho que, encontra em si mesmo sua própria realização, caracteriza todos os serviços à pessoa e se estende cada vez mais no interior da esfera diretamente produtiva na forma de atividade relacional (Marazzi, 2009, p.85).

O papel central do afeto e a feminilização do trabalho, no entanto, não tornam as condições mais favoráveis para as mulheres. As atividades domésticas, de cuidado e relação continuam sendo desempenhadas majoritariamente por mulheres em posições subalternas. Marazzi observa que a expansão do mercado de serviços de atividades que anteriormente eram voltados para o interior da família (lavanderia, hospedaria, cuidado com crianças e idosos) “requeceu um exército de mulheres trabalhadoras e, cada vez com maior frequência de minorias étnicas ou imigrantes, ‘dispostas’ a ganhar pouco” (p.78).

O trabalho com alto teor afetivo é geralmente feminilizado, dotado de menos autoridade e mal remunerado. Não apenas aqueles circunscritos à esfera doméstica, mas também aqueles desempenhados fora do lar, mas que têm o caráter afetivo e relacional proeminentes. Hardt e Negri (2004) citam o trabalho das enfermeiras e assistentes jurídicas que “não só executam o trabalho afetivo de construir relacionamentos com pacientes e clientes e o de gerenciar a dinâmica do escritório como também se desdobram em cuidados e atenções com os patrões, os advogados e médicos, que em grande parte são homens” (p.153). Assim, ao contrário de benefícios, o componente afetivo com frequência implica numa sobrecarga para a mulher.

A centralidade dos componentes afetivo, relacional e de cuidado no universal do trabalho tem, portanto, efeitos ambivalentes. Negri e Hardt atentam para o fato que “quando a produção afetiva torna-se parte do trabalho assalariado, pode ser vivida de uma maneira extremamente alienante”, no sentido que o que está em jogo é “a capacidade de estabelecer relações humanas, algo extremamente íntimo, manipulado pelo cliente e o patrão” (p.53).

Em conjunto, esses elementos – alienação, vulnerabilidade, invisibilidade, disposição permanente implícita na indistinção do tempo de trabalho e tempo de vida – se relacionam com o conceito de precarização da existência em referência “ao fato de que no pós-fordismo, em virtude da configuração trabalho/vida, a precariedade já não é um estado encontrado exclusivamente no âmbito laboral, mas se estende a toda a vida” (Espin e García, 2009, p.92).

Empregabilidade: o *dever* renda do salário

A intermitência, flexibilidade, fragmentação típica de alguns setores produtivos como a cultura, trabalho doméstico ou portuário – caracterizados por trabalhos por contrato ou projetos, fragmentados, atendendo demandas intermitentes – no pós-fordismo são a condição do trabalho em geral. A relação salarial que vigorou durante o período industrial, atualmente é substituída pela relação débito-crédito. Trata-se, segundo Cocco, de um *dever-renda do salário*.

Assistimos ao tornar-se renda do salário: a remuneração do trabalho passa a ser cada vez mais composta de um conjunto de fontes diversificadas (no marco de uma crescente fragmentação e precarização, a remuneração salarial se articula com uma multiplicidade de formas – transferências monetárias, contratos por projetos – que encontram sua curva de estabilidade na expansão do crédito, ou seja, no endividamento). O que antes era legado da informalidade e do subdesenvolvimento, agora se transforma em nova regra (Cocco, 2014, p.8).

Embora a relação salarial continue a existir, ela não remunera todas as atividades envolvidas na concepção de um produto ou serviço. Isso significa dizer que esse trabalho organizado entre as redes e as metrópoles, que o valor que ele produz deriva de atividades relacionais e cognitivas não cabe mais na relação salarial tradicional. Nesse sentido, nesse capitalismo, a apropriação é feita por fora da relação salarial, não mais através do emprego, mas da *empregabilidade*.

Por fora da relação salarial “os excluídos são incluídos como tais (como excluídos)” (Cocco, 2014, p.101). Dito de outro modo, como a lógica da empregabilidade elimina a dinâmica salarial não há a necessidade de incluir para “empregar”, por esta razão é possível afirmar que o capitalismo cognitivo é inclusivo, no sentido, de que ninguém fica fora da sua exploração. Se no capitalismo industrial a exploração, e aí também a cidadania, estava condicionada a inserção na relação salarial, hoje o capitalismo explora por fora dessa relação, na relação débito-crédito.

Para criar as condições de trabalhar é preciso se endividar, uma vez que investimento é anterior à remuneração e a remuneração é sem garantias e continuidade. O recurso ao crédito é o modo que:

(...) diante de um salário que se precariza (tornando-se renda) e tendo suas dimensões indiretas – welfare – progressivamente reduzidas, a conectividade passa a depender da compensação dessas perdas pelo recurso gene-

realizado ao crédito como única maneira de pagar a educação permanente que foi privatizada, a saúde que virou “plano”, a aposentadoria que virou “fundos de pensão”, os telefones celulares que se encontram no bolso de todo mundo e que viram computadores (e vice e versa): diante de tudo isso, é preciso, enfim, de uma moradia que permita todos esses dispositivos “conectarem-se”, ou seja, agenciarem-se e ativarem-se (Cocco, 2012, p.35).

Cocco (2014) aponta que a crise norte-americana do *subprime*, em 2008, é ilustrativa dessa dinâmica. Ela “tem como mecanismo o fato de os trabalhadores “sociais” (imigrantes, precários, jovens, etc.) não terem a renda suficiente (e suficientemente estável) para pagar as dívidas que contraíram para investir em sua “empregabilidade”, chamada de “capital” social, intelectual ou humano” (p.9).

O termo empregabilidade refere-se, em linhas gerais, a “transação entre o capital, que compra a força de trabalho, e o trabalhador, que a oferece, que nunca garante ao “vendedor” um retorno e uma proteção estáveis. O vendedor deve estar em condições de ser “vendável”: empregável.” (Cocco, 2012, p.36). Nesse sentido, a empregabilidade traz consigo diversos elementos de precarização uma vez que, dentro dessa lógica, o desempregado é também responsável pelo seu desemprego, porque “não sabem nem onde, nem quem está procurando por eles ou não sabem o que deveriam saber para serem empregados”. (p.36)

Virno (2013) explicita de modo sucinto e claro, “a ‘profissionalidade’ efetivamente requerida e oferecida consiste nas qualidades adquiridas durante uma prolongada permanência em um estágio pré-laboral ou precário”. O que o autor expõe é emblemático porque reflete exatamente uma das especificidades do trabalho contemporâneo: o fato de o trabalho nunca de fato se concretizar em um vínculo seguro e estável, deste fato decorre que as capacidades exigidas sejam justamente essas adquiridas no campo da incerteza. Virno (2013) prossegue dizendo que nessa condição mesma de precário, intermitente, o trabalhador acaba por desenvolver aqueles “talentos genericamente sociais e aquele hábito de não contrair hábitos perduráveis, que funcionam, depois, umas vez que se encontrou trabalho, como verdadeiros ‘ossos do ofício’”. (p.65)

André Gorz (2005), na mesma linha de raciocínio, fala de um saber vivo, adquirido no “trânsito cotidiano”. A retórica empresarial chama de *motivação* o empenho individual do trabalhador na aquisição desses conhecimentos. Ainda segundo o autor, o nível de comprometimento que a *motivação* denota é subjetivo, no sentido de que não há critérios comuns para avaliá-lo e “sua valorização depende do julgamento do chefe ou dos clientes” (p.9). Nesse contexto, o

tempo de trabalho despendido deixa de ser a medida de valorização do trabalho e elementos subjetivos como motivação, implicação, disponibilidade passam a compor os critérios de valor do trabalho. E a partir da avaliação desses critérios que a continuidade do trabalho está condicionada. A relação tem modulações, a fragilidade ou solidez dos vínculos varia de contrato para contrato, mas em geral, o trabalho se dá por fora de uma relação formal de trabalho.

Recentemente, em 2011, os operários da fábrica Mirafiori³⁴ da Fiat, em Turim, se viram chantageados entre a possibilidade de abrirem mão de seus direitos ou perderem seu emprego. Diante da ameaça do fechamento e transferência das unidades fabris para os Estados Unidos e Canadá, os trabalhadores assinaram acordo que introduz a possibilidade da “fábrica funcionar 24 horas por dia, com a semana de seis dias e redução das pausas entre as horas trabalhadas, além de triplicar o número máximo de horas extras a 120 por ano. Estabelece, além disso, sanções, no caso de ausência “anormal” ou greve e proíbe a presença de delegados na fábrica”.

Sobre o caso da Fiat, Gigi Roggero (2011) fala de uma submissão a condições de trabalho semisservis.

“Por que os patrões deveriam preocupar-se pelas vidas dos operários se não são constrangidos a isso pela força?” Em segundo lugar, Marchionne indica claramente o plano do desafio: os trabalhadores não são reconhecidos como sujeitos coletivos, mas somente como indivíduos. E cada indivíduo deve reconhecer pessoalmente os próprios vínculos de solidariedade com a própria empresa, ou, de outra forma, renunciar à própria fonte de sustento. Aqui está o paradoxo, ou melhor, o desafio: no momento em que a empresa escolhe qualquer vínculo ou pacto com os trabalhadores, tenta-se impor aos trabalhadores um critério de fidelidade em relação à empresa. Em suma, os traços semisservis e de nua brutalidade do trabalho não são, de fato, contrários ao desenvolvimento do capitalismo, mas são, ao invés, uma de suas declinações. O capitalismo contemporâneo espalma ante nossos olhos o inteiro espectro das formas do trabalho e da exploração.

Assim, mesmo atividades mais tradicionais, historicamente marcadas por vínculos sólidos de trabalho, são constrangidas pela retórica da fidelidade e implicação, responsabilizando os trabalhadores pela manutenção não só do seu emprego individual, mas também pelo posto de trabalho coletivo, submetidos assim a uma dupla chantagem que conjuga suspensão dos direitos trabalhistas e intensificação da exploração. Nessa dinâmica, o trabalho não precisa apenas ser

34 Implementada em 1939, Mirafiori já foi a maior fábrica do mundo com mais de 100 mil operários em uma única planta. Hoje tem pouco mais de cinco mil e vive sob a constante ameaça de demissões e fechamento.

constantemente conquistado, mas também continuamente mantido. A “produção de si” torna-se também um trabalho ininterrupto.

Assim, mesmo quando se possui um contrato de trabalho, esse contrato é re-significado na medida em que implica uma mobilização permanente da subjetividade. A gerência consegue determinar essa mobilização através de conceitos como implicação, mobilização subjetiva. Técnicas de gestão, círculos de controle de qualidade (CCQ) e avaliação entre pares são formas de envolver o trabalhador constantemente na produção de si mesmo. Empresas privadas fazem avaliações verticais e entre pares que irão determinar bônus, promoções, participação no lucro e, em última instância, a própria permanência na empresa. No universo acadêmico, é preciso apresentar o tempo toda a produção intelectual; produção esta que será avaliada pelos órgãos responsáveis a partir de uma série de métricas. Nesse contexto, é preciso estar com o currículo atualizado, manter um número de publicações, selecionar revistas e editoras que também estão submetidas às métricas de produtividade.³⁵ Ou seja, mesmo quando há estabilidade, ela é atravessada pelo paradigma da empregabilidade. Isso significa que, mesmo empregado, há necessidade de reafirmar a condição empregável o tempo todo. Gorz (2005) tratou a empregabilidade como o “advento do auto-empregador” e a supressão da relação salarial.

Com o termo, o autor deseja expressar a ideia de que para se tornar empregável todo trabalhador deve tornar-se uma empresa. No sentido que “cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos” (p.24). O mesmo aspecto é explorado por Pascal Nicolas-Le Strat (2004) através do termo implicação. Trata-se da responsabilidade individual do sujeito de ser e manter-se empregado. Nessa dinâmica, o contrato tem uma natureza mais metafórica do que jurídica. Trata-se muito mais uma implicação do que uma obrigação. Na realidade, não há contrato legislando a relação de trabalho. O que existe, segundo o autor, é uma implicação pessoal na realização de uma determinada atividade. O conceito de implicação refere-se também aos processos: implicação no trabalho, na procura de emprego, no seu percurso de inserção, no seu projeto de formação. Por exemplo, à luz da nova abordagem contratual, os conceitos de trabalho e de emprego têm vindo a ser substituídos pela ideia de “empregabilidade”, remetendo o problema, deste modo, para a esfera da responsabilidade de cada indivíduo.

35 Ao mesmo tempo, diversos compromissos que fazem parte da vida acadêmica como participar de banca, dar pareceres em projetos e artigos, é trabalho não remunerado e não valorizado, isto é, não é considerado na pontuação do pesquisador para ascender na carreira docente.

Há uma gama de novos negócios especializados em explorar exatamente as brechas abertas pela dinâmica da empregabilidade. Entre as já mencionadas modalidades de flexibilização da legislação trabalhista, há ainda arranjos de trabalho que sob o verniz da colaboração e do compartilhamento escondem violações e desmanches de direitos trabalhistas. Esse mercado é representado majoritariamente por empresas de tecnologia que se apresentam como agenciadoras ou facilitadores de “encontros” entre demandas e ofertas. Controlam e exploram todas as transações sem, no entanto, empregar ninguém. No Brasil, recentemente, a *Uber* foi alvo de calorosos debates,³⁶ vale ressaltar que mais pelo péssimo serviço geralmente prestado pelos taxistas do que pelas questões legais relacionadas ao aplicativo em si. A *Uber* se afirma como uma empresa de tecnologia e não de transporte e que, nesse sentido, não pode ser a empregadora dos motoristas. Deste modo, todos os custos envolvidos na atividade – desde o veículo passando pelo seguro, manutenção, combustíveis e até os agrados como água e balinhas – são de responsabilidade do motorista. Além disso, embora cumpram normas impostas pela empresa, os motoristas não são empregados da empresa e, portanto, não contam com nenhum tipo de seguridade social.

No entanto, a prática não é exclusiva de empresas de tecnologia e inovação. Da mesma forma age a maior empresa americana de envio expresso de correspondência e logística. A FedEx utiliza o serviço de milhares de trabalhadores, mas não os reconhecem como empregados. Os motoristas da FedEx são, aos olhos da empresa, profissionais independentes. No entanto, a empresa “exige que eles paguem pelos veículos com a insígnia da FedEx que conduzem, pelos uniformes da FedEx que vestem e os scanners da FedEx que utilizam – além de todos os encargos como veículo, refeições quando estão na estrada, manutenção e seguro de indenização de trabalhadores. Se eles adoecem ou precisam sair de férias, precisam contratar seus próprios substitutos”.

Negócios desse tipo se inserem no que se convencionou chamar economia da partilha. Nesses empreendimentos, o empregador se traveste de uma simples plataforma/software que cumpre a tarefa de agenciar ou colocar em contato clientes e profissionais e dessa maneira se exime de qualquer responsabilidade legal com os empregados. Robert Reich, professor da Universidade da Califórnia, autor do documentário “Desigualdade para todos”,³⁷ adverte

36 Mais recentemente no Brasil, porque a Uber deixa um rastro de polêmicas por onde passa. Nos EUA, os serviços da empresa foram banidos do Estado de Nevada, da cidade de Portland e de cinco outras ao redor do país. E em todas as outras cidades onde ela atua, foi obrigada a obedecer regulamentações na área da segurança e dos direitos trabalhistas.

37 <http://inequalityforall.com/>

que esse modelo de negócio se pretende colaborativo, mas na suposta partilha reserva migalhas aos trabalhadores.

A empresa TaskRabbit³⁸ é outro emblemático exemplo desse tipo de negócio e radicaliza o que Gorz enuncia quando afirma que “toda produção, de modo cada vez mais pronunciado, se assemelha a uma *prestação de serviços*” (p.9). No site a empresa convida o cliente a “terceirizar o que não quer fazer”. Pela plataforma é possível contratar pessoas para serviços tradicionais como limpar sua casa, consertar aparelhos ou para tarefas menos convencionais como esperar numa fila de restaurante. “Nós faremos o que você não quer fazer, para você ter tempo de fazer o que você quer”, promete o site. Na verdade, o site não faz nada, apenas coloca em contato pessoas e fica com parte do valor da transação entre contratante e contratado. Sobre a TaskRabbit, a revista *Bloomberg Business Week*³⁹ afirma que a empresa aposta em um futuro em que o emprego parecerá mais uma sucessão de pequenos acordos entre empresas e mão de obra do que trabalho no sentido tradicional. Aparentemente esse futuro já chegou. E de forma dramática.

No Reino Unido são cada vez mais comuns os *contratos de zero hora*. Nesse regime de trabalho, o trabalhador não sabe quando, nem quanto irá trabalhar e, para tanto, deve estar disponível a todo instante. A intermitência é radicalizada, pois os períodos de ocupação e desocupação oscilam durante o dia de trabalho. Trata-se de “uma modalidade na qual o empregador não garante ao trabalhador um mínimo de horas de carga por mês e, portanto, tampouco um salário mínimo” (Sahuquillo, 2015). Os contratos zero hora refletem, mais uma vez, as palavras de Gorz (2005), quando afirma que “no mundo da empregabilidade, o melhor emprego é aquele que não acontece”.

Deste modo, o capitalismo pós-fordista ocupa (e desocupa) as pessoas sem efetivamente empregá-las. A retórica da empregabilidade é a representação perfeita da já mencionada mobilização do trabalho na sociedade que Gorz nomeia “pós-salarial” (p.26). Nos domínios dessa lógica, o indivíduo tem que estar sempre passível de ser empregável. Assim, características que antes eram próprias de alguns segmentos como produção cultural ou do setor portuário; que trabalham por projeto – um filme, um festival, uma peça – no caso da produção cultural; ou por demandas descontínuas, no caso do trabalho dos esti-

38 <https://www.taskrabbit.com/rz>

39 <http://www.bloomberg.com/bw/articles/2013-05-24/in-the-future-well-all-be-taskrabbits>
“Task Rabbit is betting on a future where employment will seem much more like a series of small-scale agreements between businesses and labor than jobs in the traditional sense”.

vadores no porto que dependem da presença intermitente de navios. Enfim, o que era específico de determinadas atividades, hoje é o paradigma do trabalho contemporâneo em geral.

Devir pobre do trabalho – devir trabalho do pobre

A precarização das formas de trabalho refletem um duplo movimento que pode ser caracterizado, por um lado, por um *devir pobre do trabalho*. O termo diz respeito às mencionadas e diversas formas de precarização do trabalho. Empregabilidade, contratos zero, terceirização, vínculos flexíveis, inexistência de contratos, *pejotização* configuram métodos que atestam um evidente empobrecimento em termos de direitos e proteção social. Essa fragmentação se expressa na multiplicação dos estatutos do trabalho formal, no aumento do desemprego e do trabalho informal, na precarização dos contratos. Ao mesmo tempo, esses artifícios corroboram o *devir trabalho do pobre*. Assim, a precariedade, ao mesmo tempo que “empobrece” o trabalho, favorece a proletarização do pobre, isto é, a possibilidade de inclusão para exploração. Cocco (2012) explica a ambiguidade por trás do termo:

Todo mundo é incluído e explorado o tempo todo e, por outro lado, essa mobilização produtiva se faz mantendo a precariedade dos que estavam fora do mercado formal do emprego e levando aqueles que estão dentro da relação salarial a uma precariedade crescente, inclusive do tipo subjetivo (p. 53).

Assim, o caráter biopolítico do trabalho traz nuances para a condição de exclusão. Negri e Hardt (2004) observam que “todos aqueles que se vêem ‘destituídos’ – sem emprego, sem comprovação de domicílio, sem casa – estão na realidade excluídos apenas em parte” (p.175). Os autores explicam que “a produção biopolítica – produção de conhecimento, informação, formas linguísticas, redes de comunicação e relações sociais colaborativas – tende a envolver toda sociedade, inclusive os pobres” (p.176).

Uma vez que hoje a produção pós-fordista é eminentemente biopolítica, é natural que sua condição precária exerça também influencia na vida como um todo. A precariedade marca a temporalidade dos nossos projetos, constantemente repensados em termos de ambiente de trabalho e a sob a insegurança de longos períodos de desocupação, determina nossas relações (e rupturas) com nossa atividade profissional (Sennett, 1998). Diante da centralidade do trabalho e da pauperização dos mecanismos de seguridade social, a precariedade opera

como um dispositivo de sujeição por excelência, e os pobres, os precários, os jovens e as mulheres estão mais vulneráveis.

Novos direitos para novas dinâmicas: arte, inovação, renda cidadã e valorização do comum

Em tempos de ajustes fiscais, políticas de austeridades e flexibilização dos direitos trabalhistas, a luta pela defesa dos direitos garantidos na Constituição é um passo importante e necessário. No entanto, diante das transformações e especificidades do trabalho contemporâneo limitar-se a manutenção de um *status quo* é fadar o trabalho a sua condição inerentemente precária.

Nesse sentido, fica claro que é preciso pensar e mobilizar esforços para construção de novos direitos, ou conforme coloca Cocco (2012) para fazer o “trabalho dos direitos” e não mais a mera luta pelo “direito do trabalho”. Ele explicita que “no regime de acumulação da grande indústria, a inclusão dos direitos era consequência da integração na relação salarial” (p.49). Assim, a cidadania era garantida pelo processo de assalariamento. De modo inverso, “no regime de acumulação do capitalismo cognitivo, a qualidade do trabalho (sua produtividade), seus níveis de remuneração e de proteção passam a depender do tipo de direitos aos quais os “cidadãos” têm acesso” (p.50). A dinâmica é completamente revertida. Isso evidencia a necessidade de encontrar formas de reconhecer a dimensão produtiva de toda a população e isso passa por exigir uma atualização das instituições.

Embora, as dinâmicas produtivas e reprodutivas tenham mudado radicalmente, todo o sistema de proteção social continua sob o forte paradigma da relação salarial; ou seja, a multiplicidade de condições de trabalho fica reduzida, no plano do acesso à proteção e direitos, a separação entre dentro e fora dessa relação. Isso implica na insegurança e desamparo de um número crescente e cada vez mais significativo de trabalhadores.

Na perda dos universais produzidos pela hegemonia social do padrão disciplinar da era da grande indústria, as dinâmicas dos conflitos sociais, por um lado, e da universalização dos direitos por outro, se tornam cada vez mais complexas. À dramaticidade das novas formas de exclusão sobrepõe-se a emergência de um novo tipo de poder que parece ter se emancipado da sociedade civil e de toda necessidade de construir sua legitimidade social (p.56).

Nesse mesmo sentido, Lazzarato (2006) propõe, diante dos desafios da condição precária, uma recusa a respostas já prontas. Ao invés de conduzir as questões que a precariedade suscita ao terreno conhecido das instituições constituídas e suas formas de representação e assim, culminar em soluções que passam pela figura do trabalhador assalariado e em direitos próprios a ele como o direito ao trabalho (emprego), o direito à segurança social atrelada ao emprego, à democracia paritária das organizações patronais e sindicais, o autor sugere:

(...) ao contrário, poderíamos inventar e impor novos direitos, que favorecem uma nova relação com a atividade produtiva, com o tempo, com a riqueza, com a democracia, que só existem virtualmente, e muitas vezes de maneira negativa, nas situações de precariedade (p.224).

Para autor, trata-se mesmo de inventar direitos. Diante da já mencionada “inclusão dos excluídos”, o reconhecimento da dimensão produtiva de todo indivíduo mostra-se cada vez mais urgente. Conforme explicitado no texto, na medida em que o trabalho é cada vez mais biopolítico, ou seja, produção de formas de vida por formas de vida, a existência é diretamente produtiva.

Diversos autores (Nicolas-Le Strat, 2004; Gorz, 2005; Lazzarato, 2006; Lazzarato e Corsani, 2008; Fumagalli 2015), oferecem contribuições para pensarmos a criação de direitos em um universo laboral marcado pela precariedade dos vínculos e direitos anacrônicos à realidade do trabalho contemporâneo. A condição intermitente e precária dos vínculos, a flexibilidade dos contratos, a restrição dos direitos, o recurso à terceirização são características típicas das atividades em geral, ao mesmo tempo em que, evidenciam os riscos e vulnerabilidades que essa realidade instaura, criam um terreno para novas possibilidades de resistência e criação.

Renda básica cidadã

Fumagalli (2015) argumenta que as políticas de *welfare* falham em oferecer proteção em virtude de “uma leitura analítica das transformações estruturais insuficientemente adaptadas às novas necessidades e exigências que surgiram desde a crise do paradigma fordista” (p.9). Nesse sentido, o autor fala da necessidade de pensar uma nova concepção de *welfare* que contemple os dois elementos que o autor concebe como característicos da fase atual dos países ocidentais: precariedade e endividamento como dispositivo de controle social e dominação; e a produção de riqueza que surge da cooperação social e do intelecto de massa.

A redefinição das políticas de *welfare* deve levar em consideração esses elementos. É necessário “remunerar a cooperação social por um lado e favorecer a produção social por outro” (p.11). Ambas as ações constituem os pilares de um *commonfare*.

No Brasil, o projeto de lei que inclui a Renda Básica da Cidadania,⁴⁰ é talvez o primeiro passo em direção ao reconhecimento do valor da existência para além da relação de trabalho. O projeto, defendido desde 1991 pelo ex-senador Eduardo Suplicy, pretende ser implantado gradativamente como uma evolução dos programas de transferência direta de renda, como o Bolsa-Família. No entanto, diferentemente desse último e de Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM), a Renda Básica Cidadã pretende-se livre de requisitos para obtenção do recurso. Segundo o autor, o projeto tem como objetivo garantir:

(...) o direito de todas as pessoas, incondicionalmente, receberem uma renda que, na medida do possível, será suficiente para atender as suas necessidades vitais. Não se trata de uma caridade ou uma assistência, mas de um direito de todos participarem da riqueza da nação (Suplicy, 2007, p.1623).

Embora, sua defesa baseie-se no combate à pobreza e na igualdade de direitos e acesso, o projeto da Renda Básica da Cidadania (RBC) vai ao encontro, senão na intenção, mas no efeito, do reconhecimento da dimensão produtiva de toda população. E, nesse sentido, aproxima-se do que Gorz (2005) chama de renda da existência. O autor defende que “todo mundo contribui para a produção social simplesmente por viver em sociedade, e merece, pois essa retribuição que é a renda da existência”. Gorz defende que

Libertando a produção de si dos constrangimentos da valorização econômica, a renda de existência deverá facilitar o desenvolvimento pleno e incondicional das pessoas além do que é funcionalmente útil à produção. São as capacidades que excedem toda funcionalidade produtiva, é a cultura que não serve para nada que torna uma sociedade capaz de cotejar questões sobre as mudanças que se operam nela; capaz de imprimir um sentido em si mesmo (Gorz, 2005, p. 27).

Similar à argumentação do projeto de lei de Renda Básica Cidadã, Gorz defende que a renda da existência não pode estar sujeita a nenhuma condicionalidade, na realidade, ela só tem sentido se não exige ou remunera nada. O que ela valoriza são as relações, interações, comunicações e afetos, isto é, ativida-

40 Embora o projeto de lei 10.385/04 tenha sido sancionado pelo então presidente Lula em 2004, os brasileiros ainda não gozam do benefício. Nos últimos dois anos, o ex-senador tentou vários encontros com a presidente Dilma Rousseff para tratar da implantação da renda básica, mas não foi recebido. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1646404-apos-dois-anos-de-espera-dilma-desmarca-em-cima-da-hora-reuniao-com-suplicy.shtml>

des cotidianas excluídas do paradigma de valorização econômica. “O direito a uma renda suficiente, incondicional e universal, equivale no final das contas à distribuição de uma parte do que é produzido em comum, por todos, conscientemente ou não” (Gorz, 2005, p. 73).

Por fim, a renda da existência é também recurso de proteção contra a precariedade e desamparo frente à intermitência da relação salarial.

Todos nós temos direito a uma existência social que não se esgota nessa relação e não coincide com ela; significa que nós contribuimos todos para a produtividade da economia de modo indireto e invisível, mesmo quando das interrupções e descontinuidades da relação de trabalho (p.73).

Vale ressaltar, que há diferenças entre programas de “renda mínima” e programas de “remuneração da existência”. A renda da existência reconhece explicitamente como critério social e produtivo a própria vida (a existência), isto é, defende que todos, empregados ou não, contribuem para a produção de valor e, portanto, devem ser remunerados por essa condição. Ao passo que a “renda mínima” responde a um critério moral que pode ser conquistado diante de situações sociais de exclusão de produção (do emprego) (Fummagalli, 2011, p.338).

Assim, a proposta do *Commonfare*, os programas de renda básica da cidadania, renda mínima e renda da existência guardam diferenças que são importantes salientar.

O *Commonfare* sugerido por Fummagalli (2015) é uma proposta de ajustar as políticas de welfare às novas características do trabalho, sobretudo, no que se refere as suas dinâmicas de produção de valor. Ao passo que o programa de renda básica da cidadania, proposta pelo ex-senador Eduardo Suplicy pretende ser uma evolução dos programas de renda mínima, desatrelando-os das condicionalidades. A argumentação de Suplicy tem um viés moral na defesa de que todos têm direito de participar da riqueza da nação. Os programas de renda mínima e de transferência direta de renda como o “bolsa família” e o RSA francês⁴¹ têm como propósito remunerar o trabalhador nos períodos de intermitência do trabalho e, nesse sentido, funciona como um auxílio-desemprego durante o tempo de ausência de renda.

Conforme exposto, a condição precária, hoje, não é particularidade de nenhum setor específico, mas a realidade laboral geral dos trabalhadores con-

41 *Revenu de Solidarité Active* é um benefício que o governo francês concede ao cidadão desempregado como forma de ajudá-lo a se reinserir no mercado. Funciona também como um complemento de renda àqueles que ganham menos que o benefício para que eles não ganhem mais quando desempregados do que quando empregados.

temporâneos. Entretanto, é verdadeiro que as experiências de precariedade são experimentadas de diferentes formas. E são múltiplos, portanto, os dispositivos de organização e resistência.

***EuroMayDay* e os intermitentes**

Barbara Szaniecki (2014) fala do modo criativo que profissionais precários ligados à indústria da moda e das artes em geral encontraram para problematizar sua própria condição. A partir do evento da *EuroMayDay*, o 1º de maio europeu, a autora relata experiências de uma resistência criativa. Numa espécie de carnaval em maio, trabalhadores precários, informais, desempregados, jovens, estudantes, ativistas e imigrantes desfilam sua condição precária de modo lúdico com um diálogo entre a cultura popular e digital. Os personagens, que podem ser super-heróis, cartas de baralho ou tarô, exibem com humor a multiplicidade de realidades no universo pós-fordista. As especificidades do trabalho pós-fordistas diferenciam esses trabalhadores do proletariado fordista. Absolutamente heterogêneo, o *cognitariado*, como alguns autores se referem ao proletariado do capitalismo cognitivo, é composto não só por grandes intelectuais ou por quem realiza trabalho intelectual como professores e pesquisadores, mas também por uma intelectualidade generalizada “que realiza um trabalho cada vez mais intelectual, investigativo, projetivo e informativo” (p.87). A *EuroMayDay Parade* constitui-se numa luta por liberdade contra apropriação capitalista da cooperação e encarceramento do saberes livres em patentes e *copyrights*. “O precariado contemporâneo mobiliza uma intelectualidade e uma criatividade gerais que desejam colaborar, cooperar e compartilhar seus saberes e fazeres, suas práticas e táticas em um mundo material e imaterial” (p.87).

O evento foi concebido pelo coletivo *Chainworkers Crew* baseado em Milão, que, em 2001, teve a ideia de organizar um evento alternativo ao *EuroMayDay*. Os ativistas conceberam o evento “como um renascimento das tradições bambas do 1º de maio e, conseqüentemente como uma ruptura com os compromissos das representações sindicais e social democrática que permitiram que a precariedade e a insegurança social se espalhassem sem controle atingindo níveis críticos em toda Europa” (Fumagalli, 2015, p.14). Em 2003, outros coletivos e ativistas de outros países da Europa integraram a celebração. Em 2004, amparados pelo *San Precario*, santo padroeiro da luta contra a precariedade, milhares de jovens precários celebraram a data. Nessa

edição, os Intermitentes e Precários franceses⁴² participaram como convidados de honra (p.15).

A Coordenação dos Intermitentes e Precários do espetáculo se oferece como outro exemplo de resistência criativa. Maurizio Lazzarato (2006) refere-se à iniciativa como um dispositivo que conjuga dois planos de ação: resistência ao poder e desenvolvimento da multiplicidade. Os intermitentes resistem à tentativa de abolição do estatuto do trabalho intermitente. Na França, a condição de intermitente dos profissionais das artes foi reconhecida em 1936, desde então os profissionais do espetáculo travam uma luta constante pela manutenção e extensão desses direitos. Assim, não se trata de uma simples denúncia das condições às quais os trabalhadores cognitivos estão submetidos, mas sobretudo uma convocação a uma revisão social e política afinada com a realidade desses profissionais.

Corsani e Lazzarato (2008) explicam que a “história do movimento intermitente não é apenas a de uma luta”. Trata-se também, segundo os autores, de uma problemática que coloca em questão a forma de reconhecimento e valorização dos saberes. Eles ressaltam que o que está em jogo é também a hierarquia entre os saberes acadêmicos e leigos, conhecimento da maioria e da minoria. Em suma, os intermitentes instauram uma reflexão sobre a política do conhecimento. “A experiência tem ajudado a aumentar o campo de conflito no terreno da produção de poder-saber. Esta experiência é a cena de um arranjo singular: a articulação de uma política de conhecimento e de uma luta para os novos direitos sociais”. (p.12)

A Coordenação busca fugir do consenso que tende a entender a condição dos intermitentes como uma “exceção da cultura”. De modo contrário, o movimento reconhece que a precariedade é realidade de uma parte cada vez maior da população e, portanto, exige novos direitos sociais, não só para os trabalhadores intermitentes da cultura, mas também para todos os trabalhadores submetidos a um mercado de trabalho descontínuo. “Essa é a riqueza e a singularidade do movimento: não há nenhum compromisso no terreno onde todos estavam esperando, o da cultura e políticas culturais” (p.13). Trata-se, nesse sentido, de uma luta por novos direitos para todos.

Similar à análise de Lazzarato e Corsani, Nicolas-Le Strat (2004) argumenta que as dinâmicas de intermitência que o capitalismo pós-fordista instaura não devem ser analisadas apenas sob o registro da crise ou da perda (de

42 A coordenação dos intermitentes e precários do espetáculo é formada por trabalhadores franceses da cultura que dispõe de um estatuto que reconhece a dimensão “intermitente” do seu emprego (Lazzarato, 2006, p.219)

direitos e seguranças), mas sim na totalidade de suas características. O autor observa que as formas de experimentar a intermitência não são homogêneas e abrangem diferentes relações. No caso do trabalho artístico, pode haver uma relação intermitente que o autor caracteriza como “humanizada”, em que o profissional das artes, obedecendo a critérios, tem acesso ao seguro desemprego garantido pelo *estatuto intermitente do espetáculo*; ou de modo inverso, a intermitência pode ser marcada por precariedade extrema, forçando o trabalhador a dedicar-se a atividades que fornecem condições econômicas da sua sobrevivência, em detrimento do seu trabalho criativo.

Para Lazzarato, e também segundo Nicolas - Le Strat, apenas uma análise que contemple as especificidades das atividades intermitentes pode garantir direitos e proteção. Nesse sentido, não se trata de (re)conquistar direitos preexistentes e próprios de campos produtivos tradicionais, mas sim criar e fazer efetivos direitos apropriados às dinâmicas de trabalho contemporâneas.

Considerações finais

Assim, se as iniciativas citadas, individualmente, têm propósitos e resultados particulares, em comum, todas compartilham a percepção de que há uma necessidade de uma transformação social e política referentes ao universo produtivo. Cada uma das ações, que representam apenas uma pequena parte do universo de movimentos e coletivos⁴³ que atuam nesse sentido, é propositiva de novas maneiras de lidar com a realidade do trabalho contemporâneo.

As reflexões desse texto não são um convite à interrupção e à desistência das lutas pela manutenção dos direitos adquiridos, mas decorrem da percepção de que alguns desses direitos já não asseguram o trabalhador nas condições reais das novas dinâmicas produtivas. Nesse sentido, é preciso lutar também por novas legislações e direitos que reconheçam as especificidades da natureza do trabalho no capitalismo cognitivo.

Reconhecer a natureza fragmentada, precária, intermitente das realidades produtivas contemporâneas é o primeiro passo para inventar novos direitos que favoreçam outra relação com a atividade produtiva. No contexto do capitalismo cognitivo, resistir e criar devem ser atividades sincrônicas, isso porque como expõe Lazzarato (2006) “a recusa não é mais do que o primeiro plano de uma luta que se trava simultaneamente sobre um segundo plano, onde ela é sempre resistência e invenção” (p.219).

43 <http://www.precaria.org/>; <http://www.precarios.net/>

VI

Negociações: entre contribuições e embates ideológicos

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2016

Em abril de 2016, recebemos dois pareceres⁴⁴ da revista recomendando a publicação mediante significativas alterações no texto. As considerações dos pareceristas ao artigo podem ser organizadas em torno de três pontos: primeiro uma revisão rigorosa do inglês. Por tratar-se de um artigo traduzido, além dos erros próprios da tradução, algumas ideias não ficaram suficientemente claras, inviabilizando a compreensão de conceitos e formulações. Lendo o parecer é possível suspeitar de que algumas críticas decorrem mais de um problema de compreensão do que, propriamente, de uma discordância ou equívoco. Como segundo ponto, ambos avaliadores sentiram falta de “evidências empíricas”. Nesse aspecto, o que os pareceres cobraram foram exemplos e experiências concretas que pudessem convencê-los da condição precária do trabalho. A percepção dos pareceristas é de que a precariedade é realidade de alguns setores específicos, mas eles recusam a generalização dessa condição para todas as esferas de trabalho. Como terceiro aspecto, o segundo parecerista questionou a adesão ao pensamento operaísta no desenvolvimento das reflexões do artigo. O avaliador deixou claro que sua discordância em relação à escola não influenciou sua avaliação, mas confessou seu “ceticismo” quanto às alegações da corrente italiana.

Ambos os pareceres transpareceram uma leitura muito precisa e cuidadosa do texto. Nesse sentido, as considerações trouxeram ricas contribuições para o artigo. Desse diálogo com os avaliadores, interessa-nos, especialmente, a possibilidade de expandir e aprofundar questões que não ficaram suficientemente claras ou, como apontou os pareceres, carecem de mais evidências, explicações e exemplos. Diante das solicitações, tentamos – apesar das limitações de espaço – incluir notas de rodapé e alguns parágrafos que tentam dirimir as dúvidas apontadas no parecer.

Os embates ideológicos, no entanto, pedem outro tipo de esforço. Nesses casos, a resposta ao parecer converte-se em espaço de negociação que impele à defesa dos nossos argumentos. No diálogo com o avaliador pode-se encontrar uma via de conciliação entre as demandas do parecer e as intenções do texto, ou de modo inverso, pode-se optar por refutar as sugestões, reafirmando e substanciando as opções teóricas, bibliográficas e metodológicas.

⁴⁴ Disponível para consulta no anexo 12.6 (p. 276)

Parte das críticas do pareceristas em relação à escola operáista pode ser respondida a partir do método marxista da análise tendência. Dito de outro modo, as transformações descritas e o capitalismo caracterizado no texto devem ser interpretados a partir do método da tendência. Hardt e Negri (2004) adotam o método marxista da análise da tendência para observar as transformações do trabalho e as categorias sugeridas pelos autores. Os autores recordam que quando Marx empreendeu sua análise sobre o capitalismo e trabalho industrial, esse ainda representava uma parte pequena da economia inglesa. “Em termos quantitativos, a agricultura certamente ainda era dominante, mas Marx identificava no capital e no trabalho industrial uma tendência que funcionaria como motor das futuras transformações” (p.190). Marx previu, portanto, as condições que tornariam-se hegemônicas. Do mesmo modo podemos pensar a produção contemporânea, em termos de sua imaterialidade. A partir do método da tendência podemos reconhecer que embora o trabalho imaterial não seja dominante em termos quantitativos – evidentemente há ainda mais trabalhadores implicados em tarefas materiais – ela se impõe como tendência a outras formas de trabalho e a sociedade. Nesse sentido, a hegemonia da imaterialidade do trabalho e afirmação de um capitalismo cognitivo deve ser interpretada a partir desse método.

Na ideia da tendência está implícita a ideia de uma periodização histórica. A cada dia que passa ocorrem efetivamente mudanças infinitesimais na história, mas também existem grandes paradigmas que por longos períodos definem nossos pensamentos, nossas estruturas, de conhecimento, o que parece normal ou anormal, o que é evidente e obscuro, e até mesmo o que é imaginável ou não, e que a certa altura muda drasticamente para construir novos paradigmas (p.190).

No contexto desse trabalho, analisar a partir da tendência envolve pensar o capitalismo, e também as dinâmicas produtivas, na sua forma mais avançada. Não se trata de negar as dimensões tradicionais ou mais arcaicas, mas analisarmos o processo na sua ponta. Nesse sentido, ainda que realidades fabris e mais tradicionais do processo de valorização perdurem mesmo em termos quantitativos, o fato é que o capitalismo caminha para uma produção de valor que não está mais associada às dimensões materiais da produção, mas sim aos componentes imateriais ligados a ela.

Do mesmo modo deve ser interpretado as afirmações sobre a precariedade como condição existencial do trabalho. A precariedade deve ser pensada na clivagem entre a hegemonia e heterogeneidade. Dito de outro modo, a condição é hegemônica em termos tendenciais, mas é vivida de forma heterogêna. O contexto que o artigo

tentou partilhar é da passagem de uma condição massificada, onde a maioria das pessoas compartilha o mesmo estatuto de trabalho, isto é, homogeneizada, para uma situação mais heterogênea. No artigo, essa passagem é destacada na mudança tendencial da dinâmica do emprego para o da empregabilidade.

No entanto, naturalmente, há modulações nesse estatuto. Há aqueles que estão, de fato, dentro da dinâmica da empregabilidade, na medida em que não são empregados contratados, mas prestadores de serviço, informais, freelancers e que tem essa condição reforçada na transformação fictícia da pessoa física para pessoa jurídica. E há aqueles que estão em condições mais formais de emprego, mas que tem seu emprego constantemente atravessado por avaliações, métricas e dinâmicas que fazem com que ele tenha que ser continuamente re-conquistado.

VII Desvio: Junho de 2013

Rio de Janeiro, junho de 2013

Apareceu assim na minha timeline, no primeiro de junho de 2013, uma foto de um cartaz: “e se eles tentassem demolir o Central Park, o Hyde Park ou Tiergarten para construir um shopping? Isso está acontecendo aqui”. Algum amigo compartilhou a imagem de um perfil de Istambul. Como se sabe, em 28 de maio, centenas de turcos acamparam no parque Gezi para impedir a remoção de árvores, primeiro passo para transformação daquele espaço em um canteiro de obras. A ocupação e a repressão violenta a ela foram o gatilho para o levante turco. Imaginei um equivalente próximo, Parque Lage? Jardim Botânico? “Eu ia ficar p...”, comentou uma amiga quando repliquei a imagem na minha página. Naturalmente, minhas atenções se voltaram para os eventos de Istambul. A página OccupyGezi e o site “what’s happening in Istambul” viraram as principais fontes de informação antes da mobilização turca tomar a mídia tradicional e espalhar-se com intensidade nas redes sociais.

No Brasil, o Movimento Passe Livre (MPL) já realizava atos pontuais nas periferias de São Paulo⁴⁵ reivindicando tarifa zero para todos os transportes coletivos, mas foi mesmo depois da sequência de atos em 6, 7 e 11 de junho, na capital paulista, que o movimento ganhou proporções nacionais. Em 13 de junho, houve atos em diversas capitais do país. Assim, a onda de manifestação iniciadas em São Paulo que se expandiu para todo o país, capturou a atenção da pesquisa. Primeiro pela permeabilidade das manifestações em todos os aspectos da vida: nas redes sociais, nas mídias (tradicionais e alternativas), nas conversas cotidianas. Segundo, por perceber uma relação intrínseca entre o tema da pesquisa e os eventos que a cada dia se adensavam mais.

Naquele momento, diante da efervescência das manifestações, suspendo a investigação que vinha empreendendo desde o início da pesquisa acerca das transformações do trabalho e novas dinâmicas profissionais e passo a escrever e participar do que hoje chamamos jornadas de junho.

Deste modo, o artigo “Subjetividade indignada: movimentos jovens em rede e a afirmação da democracia” é a consolidação da experiência de participação e análise

⁴⁵ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/09/13/primeiras-chamas-os-atos-regionais-que-inauguraram-as-jornadas-de-junho/>

desses eventos. O texto tem como método um relato manifestante, a observação dos modos de organização do levante e suas relações com o ciclo global de lutas.

Concomitante à produção do artigo, cursava Seminário de Doutorado II.⁴⁶ A disciplina, obrigatória no segundo ano do doutorado, tem como proposta auxiliar na preparação do projeto de qualificação. Nessa etapa, começamos a reorganizar nossos objetivos, estabelecer nossas interlocuções teóricas, definir campo e método. Nos encontros em aula, os alunos têm oportunidade de apresentar suas pesquisas e avanços na investigação. O que usualmente se entrega como trabalho final da disciplina é um capítulo, com uma breve introdução da pesquisa e uma possível estratégia metodológica.

No entanto, a entrada de um novo tema colocou todos esses passos em questão, sobretudo a definição metodológica. Até aquele momento tinha trabalhado com “entrevistas/conversa” como estratégia de aproximação do campo de pesquisa, no entanto, naquele instante estava envolvida com frequentações e observações, análise de notícias e sequer tinha uma bibliografia para amparar uma contextualização teórica. Isso porque a produção do conhecimento era simultânea aos eventos que a inspiravam. Nesse contexto, minhas questões eram: como definir uma metodologia que dê conta de investigação que parecia ter uma dupla temática? Como conciliar dois temas aparentemente distintos? E como fazê-lo a tempo de um projeto de qualificação que se aproximava?

Nas orientações, concordamos que o melhor seria apresentar os dois artigos, cogitando, mas sem definir ainda a opção por construir toda a tese em artigos. A professora da disciplina concordou em receber, como trabalho final, os artigos acompanhados de uma breve introdução e contexto metodológico. E foi deste modo que consolidamos o projeto de qualificação.

Assim, o texto que segue é o “desvio” da tese, no sentido benjaminiano do conceito. Em *Origem do drama barroco alemão* (1984), Benjamin tece uma crítica à forma como a ciência positivista constrói seu conhecimento. Um modo de pensar muito mais aprisionador do que fomentador de reflexão, isso porque, na ânsia por sistematizar, explicando fatos e fenômenos, ela esvazia todas as indagações possíveis. Ao método sistemático (o sistema), Benjamin contrapõe o tratado filosófico. O tratado diferentemente do sistema, tem a compreensão de que “método é caminho indireto,

⁴⁶ Disciplina obrigatória no Doutorado, ministrada pela professora Terezinha Féres Carneiro, no primeiro semestre de 2013, na PUC-Rio.

é desvio. A representação como desvio é, portanto, a característica metodológica do tratado. Sua renúncia à intenção, em seu movimento contínuo: nisso consiste a natureza básica do tratado” (p.50). É, portanto, a essa perspectiva metodológica que esse trabalho se afilia, e esse texto é o primeiro “desvio” de muitos outros que guiaram a construção da tese.

6

Subjetividade indignada: os movimentos jovens em rede e a afirmação da democracia⁴⁷

É primavera, mas nem tudo são flores

“Rio ou Istambul. A luta é global. Essa revolução é *copyleft*”⁴⁸

Na noite de 28 de maio de 2013, a prefeitura de Istambul iniciou a remoção de algumas árvores do parque Gezi, localizado no centro da cidade turca. A intervenção marcava o início de um projeto urbanístico apoiado pelo governo que prevê a destruição da praça Taksim e o adjunto parque Gezi para a construção de um *shopping center*. Em algumas horas, dezenas de pessoas se reuniram no parque para evitar novas remoções. A divulgação nas redes sociais fez com que o número de manifestantes aumentasse rapidamente. Às cinco horas da manhã, tropas policiais foram enviadas ao local para dispersar os manifestantes. Com canhões d'água e bombas de gás lacrimogêneo, tentaram dispersar os manifestantes, no entanto o uso excessivo de força policial para conter o protesto reforçou a resistência e ampliou a temática do movimento.

Embora o protesto vise a preservação do parque – uma das poucas áreas verdes restantes no centro histórico de Istambul – a ocupação da praça Taksim é muito mais que uma manifestação de cunho ambiental. *Occupy Gezi*, como ficou globalmente conhecido nas redes sociais, é o mais recente movimento político liderado por jovens que reivindicam maior participação nas definições governamentais de seus países. Nesse sentido, a manifestação na praça Taksim tem como estopim a tirania dos interesses da especulação imobiliária, mas os protestos revelam uma insatisfação política em relação ao governo do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan. As críticas referem-se ao autoritarismo do governo, à imposição de preceitos islâmicos nas leis – que ferem a laicidade do país – e ao excesso de violência das forças de repressão.

No segundo dia de resistência, mais de dois milhões de mensagens enviadas pelo *Twitter* referiam-se à ocupação. As *hashtags*⁴⁹ (#) *occupygezi*, *direngezipark* ficaram entre os tópicos mais comentados na rede social. Semelhante

⁴⁷ Artigo publicado no *Revista Polis e Psique* V.4, N.1; em setembro de 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/45725>

⁴⁸ Mensagem exposta na página do movimento *Occupy Brasil* no *Facebook* a respeito das manifestações no país e na Turquia.

⁴⁹ *Hashtag* é a definição dada para um tópico/discussão que se deseja fazer ser indexado de forma explícita pelo *Twitter*, composto da palavra precedida pelo caractere #. Recentemente, o *Facebook* incorporou o recurso à sua plataforma.

a palavras-chave, as *hashtags* funcionam como hiperlinks e facilitam a localização de informações sobre os movimentos. A expressiva circulação de informação na internet se refletiu nas ruas. No terceiro dia, a manifestação se espalhou para outras cidades do país, chegando à capital. Em sua primeira declaração pública sobre a ocupação do parque, o primeiro ministro turco culpou as mídias sociais pelo tumulto.⁵⁰

Submissa ao governo, a imprensa turca demorou a se manifestar. Quando os manifestantes saíram às ruas de Istambul e outras grandes cidades e foram atacados por forças de segurança com canhões de água, balas de borracha e gás lacrimogêneo, os principais canais de TV mantiveram a programação padrão: um programa de culinária, um documentário sobre a natureza e até um concurso de beleza. Inicialmente, as grandes mídias internacionais deram pouco destaque ao movimento. O *Twitter* e outras mídias sociais foram fundamentais para a divulgação do movimento; a página oficial do protesto no *Facebook*, criada dois dias após a ocupação, declara que “o parque transformou-se em símbolo de liberdade de expressão, violação dos direitos humanos e corrupção na Turquia”.⁵¹ Com mais de 60 mil integrantes, a mesma fornece informações atualizadas sobre a manifestação e é espaço para debates sobre futuras ações, além de convergir mensagens de solidariedade e apoio ao movimento. Assim, as redes sociais ocuparam o espaço negligenciado pela mídia tradicional, mostrando o que o jornal local omitia e de modo inverso, acabaram por pautar a mídia tradicional. Na ausência de informação através dos veículos instituídos, o movimento criou sua própria mídia, rompendo o monopólio da opinião e da informação. Em busca rápida no *Google*, é possível encontrar dezenas de sites e blogs que expõem relatos, fotos e fóruns sobre a manifestação. Por fim, a mídia livre agenciada pelas redes sociais ampliou o âmbito do movimento, tornando-o global.

Hardt e Negri (2004) explicam que a globalização tem duas faces. Numa delas, o que é disseminado são as próprias estruturas de poder e hierarquias que se perpetuam. Entretanto, “a globalização também é a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e continentes”. Ela permite que mesmo distantes e diferentes, descubramos pontos em comum que permitam que nos comuniquemos uns com os outros para que possamos agir conjuntamente (p.12). Nesse sentido, as redes sociais são a ferramenta fundamental para que esse contato se efetive. A articulação de movimentos locais em escala global comprova a face positiva da globalização.

50 <http://oglobo.globo.com/mundo/o-governo-turco-versus-twitter-8576388#ixzz2VGldTgan>

51 <https://www.Facebook.com/OccupyGezi>

As mídias sociais são responsáveis também por motivar, em escala global, manifestações semelhantes. A comunicação em rede permite que a indignação local ganhe uma força coletiva através de uma rede solidária à causa. Todos os movimentos dos últimos cinco anos dão prova do argumento. O movimento da Primavera Árabe teve início na Tunísia, em 2010, e através de mobilizações e manifestos solidários na internet se espalhou para o norte da África e para o Oriente Médio. O movimento *occupy wall street*, em sua página oficial, assume a inspiração na revolta árabe; as ocupações iniciadas em Nova York, por sua vez, se espalharam para outras cidades de mais de oitenta países. Em Madrid, o movimento dos Indignados se adensou da mesma forma. O efeito contagiante das manifestações revela uma insatisfação de ordem político-social que é global, embora acionadas por diferentes pretextos.

Ecos da Turquia: Manifestação passe livre no Brasil

Quando o primeiro grande ato contra o aumento de tarifas dos transportes públicos no país ocorreu em São Paulo,⁵² notícias sobre as manifestações na Turquia já eram recorrentes nos jornais brasileiros. Aqui como lá, a manifestação foi marcada por truculência das forças de repressão da polícia militar. Aqui como lá, as redes sociais foram responsáveis por divulgar o movimento e fornecer informações, enquanto os jornais relutavam em noticiar o ocorrido. Aqui como lá, as manifestações iniciaram-se por um motivo específico – aumento da tarifa do transporte aqui, destruição de parque público lá –, mas rapidamente outras reivindicações entraram na pauta. E por fim, aqui como lá, o sentimento era de indignação.

Em São Paulo, as manifestações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre, grupo que desde 2006 reivindica a adoção da tarifa zero para os transportes públicos da capital paulista. No resto do país, o movimento foi abraçado por grupos anônimos, que reunidos pelo *Facebook* convocavam passeatas e novos atos com a mesma pauta. Assim como em Istambul, houve severas críticas à cobertura dos eventos pela mídia tradicional. Na internet, proliferam-se páginas que defendem uma comunicação livre, sem censura, disponibilizando relatos de manifestantes, fotos e ações. A página do *Facebook* Occupy Brasil⁵³ virou espaço de convergência de informações dos atos que ocorriam em diferentes cidades. Nela, os integrantes compartilham notícias

⁵² <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>

⁵³ <https://www.Facebook.com/OccupyBrazil>

de jornais, artigos autônomos, relatos de manifestantes, fotos, charges e convocações para novos atos. O movimento da Turquia foi referência constante. Em uma ilustração, as bandeiras do Brasil e da Turquia aparecem unidas, com a frase “*together we are strong*”.

No quarto dia de grandes manifestações nas principais capitais do país, a página oficial do movimento turco publicou relatos do protesto no Brasil. Em uma das postagens um jovem brasileiro relatava os eventos e agradecia a inspiração vinda de Istambul. Na página turca, a ilustração das bandeiras juntas foi reproduzida.

Após duas semanas de protestos, os prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro convocaram uma coletiva e revogaram o aumento das passagens; os governos de Recife e Porto Alegre haviam recuado dias antes. No entanto, os protestos não cessaram. As manifestações instauraram questões que ultrapassam a questão da qualidade do transporte público e abriram um campo de reivindicações diversas. Vencida a luta pela redução das tarifas, outras demandas foram elencadas: rigor com crimes de corrupção; esclarecimento sobre os gastos excessivos com eventos esportivos que a cidade e o país irão sediar; participação na deliberação de propostas de emenda à constituição (PEC). O slogan “amanhã vai ser maior”, adotado nas ruas e nas redes sociais ilustra a disposição dos manifestantes para novas lutas.

O relato de ambos os movimentos é importante para elucidar o contexto da construção deste artigo. Há uma evidente incipiência nas reflexões que compõem este trabalho. Diante de um evento tão potente e imprevisível, como são essas manifestações, é preciso cuidado na análise e interpretação dos fatos. Adoto, portanto, a cautela sugerida pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares ao comentar os eventos das últimas semanas:

Não se sabe em que vai dar o movimento, não se pode saber, nem há garantias. E aí está o primeiro ponto sem cujo reconhecimento não produziremos as condições indispensáveis à futura compreensão do que o movimento significa. Neste momento, é necessário afirmar com humildade nossa ignorância ante um processo cuja natureza nos desafia intelectualmente. (2013)

Podemos apenas supor que vivemos um momento paradigmático cujo futuro e consequências não podem ser apreendidos ainda. Trata-se de um acontecimento, no sentido conferido por Deleuze (1992). Para o filósofo, o acontecimento não traz soluções para problemas, mas instaura novas possibilidades.

Maurizio Lazzarato (2006) comenta que movimentos como a resistência turca no parque Gezi, à semelhança dos “*occupies*”, Indignados e a Primavera

Árabe, evidenciam uma mudança de subjetividade, “ou seja, uma mudança na maneira de sentir: não suportamos mais o que suportávamos”, diz o autor (p.11). Amparado em Deleuze, Lazzarato explica que o acontecimento faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas faz também emergir novas formas de vida. “Todos são levados a se abrir ao acontecimento, ou seja, ao plano das novas perguntas e das novas respostas”. Nesse sentido, “o acontecimento insiste, quer dizer, ele continua a agir, a produzir seus efeitos” (p.23).

Esse artigo irá investigar a emergência de uma nova subjetividade que se organiza em rede promovendo mini-revoluções com reivindicações diversas. Comentando as recentes manifestações, diversos autores (Mafesolli, 2013; Cocco, 2013; Castells, 2013; Soares, 2013) concordaram que apesar das diferenças contextuais, os movimentos no Brasil e na Turquia têm grandes semelhanças com manifestações precedentes na Europa, no Oriente Médio e nos Estados Unidos. De maneira geral, são iniciativas mais emocionais que programáticas, pacíficas, de caráter apartidário, agenciadas em rede e exigentes de democracia. Assim, este trabalho propõe uma breve análise dos movimentos juvenis nos últimos anos destacando seus processos constituintes, seus modos de organização e conquistas.

Como os promotores desses movimentos são majoritariamente jovens, essa reflexão parte de uma breve contextualização do cenário socioeconômico atual dessa parcela da população. Diversos estudos mostram que esse grupo etário é o mais afetado pelas mudanças estruturais da economia, no entanto parece haver uma dicotomia positiva no contexto das possibilidades de reversão desse quadro. Isso porque, se de fato essa faixa etária tem seu futuro comprometido de modo mais severo pelas novas configurações do universo em questão, é ela também que se apresenta como potência revolucionária, capaz de criar novas formas de resistência. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa global de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos atingiu o número recorde de 81 milhões de indivíduos em 2009 em consequência da crise econômica. O relatório, intitulado “Tendências Globais do Desemprego”,⁵⁴ destaca ainda que esse índice cresceu duas vezes mais rapidamente que o relativo à população adulta.

O agravo notável que essas transformações suscitam na realidade desse grupo etário gera exclusão, insegurança e perda de referências de futuro, mas cria também forças criativas capazes de positivar o *lócus* de marginalidade desses jovens. Bourdieu comenta que para atenuar os efeitos da crise, esses su-

54 http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/jovens_2010_184.pdf

jeitos têm sido convidados a permanecerem “fora do jogo”, portanto, à margem do universo produtivo (in MONTEIRO, 2011). Em *A Invenção do Cotidiano*, a propósito de uma discussão sobre as formas de sobrevivência e de resistência de certos grupos, Michel De Certeau (1994) expõe o conceito de marginalidade de massa para se referir a um grupo, não necessariamente minoritário, que se vê impelido a invenções de “mil maneiras de caça não autorizada” (p.38). O termo parece apropriado para se referir a esses jovens que, inseridos num contexto desfavorável, reivindicam uma real democracia, organizados e unidos em rede.

Multidão, redes e wiki⁵⁵ referências

Teoricamente, essa investigação se ampara nas reflexões de Antonio Negri e Michael Hardt acerca do conceito de multidão desenvolvido por ambos. Os autores desenvolvem a ideia de multidão para representar um novo modo de organização da democracia, constituído por um conjunto de singularidades cooperantes, que existe para produzir diferenças, invenções, modos de vida. Negri e Hardt confiam à multidão o papel de uma ação política voltada para a transformação e a libertação. Neste artigo iremos contemplar as lutas de resistência em rede como produto da potência biopolítica da multidão.

As reflexões de Manuel Castells amparam a discussão sobre os agenciamentos em rede. Autor de *A sociedade em rede*, Castells é um dos mais relevantes autores para pensar os efeitos das revoluções das tecnologias de informação e comunicação na forma de agir e se estruturar da sociedade civil contemporânea. Para o autor, o paradigma tecnológico que viabiliza a rede, funda uma nova lógica de sociabilidade que se revela na maneira que nos relacionamos com o tempo, com os espaços e com os outros indivíduos. Assim, a rede é a infraestrutura de nossas vidas.

Em virtude da atualidade do tema, conforme exposto, os movimentos que o artigo pretende analisar se desenvolvem no instante em que tentamos apreender sua origem, contexto e futuro, este trabalho se ampara em relatos nas redes sociais, notícias da mídia tradicional e livre, além da própria vivência diária com os acontecimentos e manifestações. Na internet, *wiki* refere-se à reunião de informações construídas coletivamente em uma plataforma colaborativa que permite o livre acesso e edição do conteúdo. Deste modo, esse artigo contou com a contribuição coletiva de manifestantes, jornalistas, midialivristas, para referenciar as reflexões que ele se propõe.

⁵⁵ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>

O inédito viável: juventude e as perspectivas para o futuro

Nós, os desempregados, os mal pagos, os subcontratados, os precários, os jovens queremos uma mudança e um futuro digno. Estamos fartos de reformas antissociais que nos deixam sem trabalho...

Quem são os indignados?

O trecho acima refere-se à apresentação da plataforma *Real Democracia Ya*,⁵⁶ responsável pela convocação das manifestações dos Indignados espanhóis. Ao se apresentarem, eles também descrevem o que Cocco (2003) identifica como a nova composição social do trabalho formada por jovens precários, estudantes, migrantes e parcialmente empregados. É importante notar que embora nem todos os movimentos tenham a crise econômica como estopim, em última instância, todos os movimentos são reivindicativos de oportunidades igualitárias de acesso à cidade e a qualidade de vida. O movimento dos Indignados, de modo específico, tinha no cerne a crise econômica que eliminou quase 150 mil postos de trabalho e deixou mais de quatro milhões de espanhóis sem emprego, o equivalente a pouco mais que 20% da população economicamente ativa do país.⁵⁷ Entre os jovens, a taxa de desemprego superou os 50%. Os dados espanhóis embora evidentemente agravados pela crise, não diferem de maneira significativa da realidade do resto do globo. Nesse sentido, esses movimentos jovens reivindicativos não podem ser completamente desassociados das crises do universo econômico produtivo.

Estudos recentes sobre as novas configurações do mercado de trabalho constataam que embora ninguém esteja imune ao desemprego os jovens seriam os mais afetados. No Brasil, dos 7,1 milhões de desocupados, cerca de 4,2 milhões têm entre 15 e 29 anos, o que corresponde a 58,8% da força de trabalho nacional (IBGE, 2010). A taxa de desemprego nessa faixa etária (12,9%) equivale a quase o dobro da média do país (7,65%), de acordo com o último Censo, realizada em 2010.

Em termos internacionais a situação também é alarmante; segundo dados da pesquisa “Emprego entre os jovens - tendências para a juventude 2012”,⁵⁸ realizada pela OIT, a crise econômica pôs fim à tendência de declínio

⁵⁶ <http://www.democraciarealya.es/quienes-somos/>

⁵⁷ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/10/taxa-de-desemprego-na-espanha-sobe-para-215-no-3-trimestre.html>

⁵⁸ <http://www.oit.org.br/publication>

de desemprego entre os jovens que vinha se verificando entre 2002 e 2007. Desde 2007, o número de jovens sem emprego aumentou em mais de 4 milhões em todo o mundo. O índice mais recente, de 2011, foi de 12,6%, o equivalente a cerca de 74,5 milhões de pessoas. E a projeção para este ano é de que a cifra permaneça nessa faixa – um índice de 12,7%.

Diante dos dados é possível afirmar que esse grupo etário enfrenta obstáculos para além da mera exclusão. Korman esclarece que “as categorias ligadas ao conceito de exclusão remetem a posições sociais em que assertivamente possa haver uma localização como dentro ou fora.” Para a autora, no entanto, existiria entre a exclusão e a integração uma vasta zona de vulnerabilidade social (p.117).

Robert Castel (1998) defende que o estado de vulnerabilidade (de massa) é a nova questão social vivenciada no centro das sociedades salariais. Para o autor, mesmo aqueles que possuem uma aparente estabilidade nas suas relações de trabalho, estão eminentemente vulneráveis.

...antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados, mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente mas sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. Mas existe também uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. (...) Encontram-se desfiliados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. (p.569)

De acordo com Castel “trabalho é mais que trabalho e, portanto, não-trabalho é mais que desemprego”. Desta forma, o autor ressalta que o trabalho não pode ser tomado como simples relação econômica, mas como algo que insere o indivíduo na estrutura social e organiza uma parte significativa de suas redes de sociabilidade. Nas palavras de Claude Lévy-Leboyer, “os papéis profissionais representam um elemento capital do desenvolvimento da personalidade adulta e da socialização do indivíduo.(...) Os mais atingidos são os jovens que procuram um primeiro trabalho, exatamente aqueles que, sob o plano psicológico, também estão à procura da sua identidade”. (in Dowbor, 2001, p.28)

Os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção. No entanto – e paradoxalmente –, são também considerados como um dos segmentos com melhor qualificação média e grande flexibilidade para adaptarem-se ao surgimento de novas oportunidades. Portanto, podem ser considerados como um grupo potencialmente mais preparado a uma inserção positiva no mundo do trabalho e a uma interação sustentável nos processos de desenvolvimento. (Ponce de Leon, 2007, p. 268)

Neste ponto fica evidente a dicotomia positiva anunciada no início do trabalho, a precariedade fragiliza, mas aciona também ações criativas e coletivas que buscam driblar o contexto adverso. Marginais de massa, como denominou De Certeau, os jovens se organizam coletivamente para reivindicar direitos e construir soluções. As mobilizações ao redor do mundo mostram a força de vida e produção dos que estão excluídos do trabalho assalariado.

Diversos autores (BOFF, 2012; SINGER, 2012; BRAGA, 2011) veem nos movimentos dos Indignados da Espanha, nos *occupiers* estadunidenses e nos jovens da Primavera Árabe, a força-reação de uma juventude que reivindica uma democracia real. O professor Leonardo Boff que por ocasião do Fórum Social Temático de Porto Alegre⁵⁹ teve a oportunidade de ouvir o testemunho dos jovens envolvidos nesses movimentos, comenta que a democracia reivindicada pelos indignados caracteriza-se por vincular justiça social com justiça ecológica.

O que me deixou muito impressionado foi a seriedade dos discursos, longe do viés anárquico dos anos 60 do século passado com suas muitas “parolle”. O tema central era “democracia já”. Revindicava-se uma outra democracia, bem diferente desta a que estamos acostumados, que é mais farsa do que realidade. Querem uma democracia que se constrói a partir da rua e das praças, o lugar do poder originário. Uma democracia que vem de baixo, articulada organicamente com o povo, transparente em seus procedimentos e não mais corroída pela corrupção.

Para o professor trata-se de uma nova sensibilidade que, organizada em rede, reivindica outro modo de ser cidadão. “Cidadãos com direitos, com participação, com relações horizontais e transversais facilitadas pelas redes sociais, pelo celular, pelo twitter e pelos facebook”. Assim como Boff, o sociólogo Ruy Braga reconhece o papel das mídias sociais na articulação dessas manifestações e acredita que “a principal força impulsionadora destes movimentos é, sem dúvidas, o jovem precarizado global”.

⁵⁹ <http://forumsocialportoalegre.com/>

A inserção no mercado formal de trabalho tornou-se cada dia mais incerta, fazendo com que a juventude oriunda dos grupos sociais subalternos questionasse a promessa, inerente ao capitalismo, do progresso individual por meio do trabalho. A crise atual está funcionando como um catalisador desta interrogação, conduzindo milhares de jovens precarizados à ação direta. Além disso, estes movimentos estão construindo aquilo que podemos chamar de “poder simbólico”: buscam se apropriar de espaços públicos a fim de superar suas debilidades organizativas e mobilizar outros “indignados”. Para tanto, fazem uso das mídias sociais.

Nesse artigo, percebemos os movimentos sócio-políticos em rede, promovidos pela juventude, como alternativas para a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Hardt e Negri (2004) destacam que a produção contemporânea é cada vez mais biopolítica, ou seja, envolvem não só produção de objetos, mas também de conhecimento, comunicação, informação, formas de linguagem e relações sociais colaborativas. Nesse sentido, tende a envolver toda a sociedade, inclusive os excluídos de processos produtivos tradicionais. Em última análise, as mobilizações em rede são a produção biopolítica da composição heterogênea do trabalho nas metrópoles.

O uso do prefixo bio para referir-se ao poder imperial e a potência da multidão deriva das reflexões iniciadas por Michel Foucault, no entanto os conceitos apresentam distinções que cabem ser destacadas. Na obra de Foucault, o termo biopolítica surge na periodização que autor faz entre a passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com privilégio de se apoderar-se da vida para suprimi-la” (Foucault, 2009, p.148). Com a passagem para as sociedades disciplinares, a morte perde sua centralidade e o interesse do poder passa ser o de gerir a vida através dos corpos. Nesse novo regime, o poder é destinado a produzir forças e as fazer crescer e ordená-las, mais do que barrá-las ou destruí-las. Nesse sentido, ele situa-se na estratégia mais ampla do biopoder e dele faz parte. Esse poder sobre a vida desenvolve-se em duas formas principais: a primeira centrou-se no seu caráter produtivo. No seu adestramento, nas suas aptidões, na sua utilidade e docilidade, transformando o corpo em máquina. Na segunda, “centrou-se no controle da manutenção e reprodução da vida – taxas de mortalidade, nascimento, longevidade e saúde. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (Foucault, 2009,p.152).

Em Hardt e Negri (2004), o conceito de biopolítica é mobilizado para caracterizar a produção da multidão e, nesse sentido, tem um viés essencialmen-

te positivo. Os autores explicam que “o biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho” (Hardt e Negri, 2004, p.135).

Lutas em rede: resistência, indignação e esperança

Genealogia das resistências

Traçando uma genealogia das modernas resistências, Hardt e Negri (2004) destacam uma tendência para uma organização cada vez mais democrática, em rede e com relações colaborativas. Num exercício histórico, os autores recordam a maneira como as formas de rebelião, revolta e revolução mudaram ao longo do último século, “de estruturas militares centralizadas, para organização em guerrilha e finalmente para uma forma disseminada de rede, mais complexa” (p.97). Segundo os autores, as formas de resistências têm três princípios norteadores: 1) oportunidade histórica; 2) correspondência com os modelos dominantes de produção econômica e social; 3) anseios democráticos e libertadores. Deste modo, delinear uma genealogia dos movimentos de lutas e resistências, por fim, ajuda-nos a identificar maneiras mais adequadas de resistir no contexto contemporâneo.

A genealogia parte da evolução das revoluções camponesas para a organização em exércitos populares. Segundo os autores, todas as grandes lutas revolucionárias contra poderes coloniais, nas Américas, na Ásia e na África, envolveram “a transformação de forças rebeldes dispersas e irregulares num exército” (p.105). Conforme dito, a consonância entre modelos de resistência e formas de produção é uma das forças norteadores dos movimentos. Nesse sentido, a formação de um exército popular numa guerra civil moderna corresponde à transição de experiências camponesas para a dos trabalhadores industriais. Os autores citam a revolução promovida por Mao Tsé-tung, na China e o exército de camponeses Zapatistas, no México, como exemplos de união de forças guerrilheiras isoladas em exércitos populares unificados. Embora, eficaz, os exércitos populares não atendiam o anseio de democracia, uma vez que vitoriosos, davam origem ao governo nacional, hierárquico e centralizado. Deste modo, “a democracia nem de longe pode ser considerada garantida pelo exército popular” (p.108).

Na década de 1960, os autores ressaltam o renascimento dos movimentos de guerrilha em virtude de uma crescente rejeição do modelo centralizado

de exército. Os movimentos de guerrilha, embora mais democráticos que seus antecessores, ainda são débeis em democracia, sobretudo quando chegam ao poder. Ocorre que a aparente horizontalidade da organização em guerrilha não se efetiva, uma vez que existe a pretensão de uma unidade de autoridade no comando, como um líder político. Os autores citam o modelo cubano e chinês de guerrilhas como “essencialmente ambivalentes no que diz respeito à liberdade e à democracia”.

Em comum, ambos os movimentos têm a ideia de “povo” como forma de soberania que substitui a autoridade vigente. Hardt e Negri (2004) esclarecem que o povo, com frequência, serve de meio-termo entre o desejo da população e o comando exercido pelo poder. No entanto, “a ambiguidade do conceito de povo soberano revela-se uma espécie de duplicidade, já que a relação legitimadora tende sempre a privilegiar a autoridade, e não a população como um todo” (p.116).

Os autores destacam que, após 1968, a forma dos movimentos de libertação e resistência passou por uma mudança radical, uma mudança que correspondia às mudanças na força de trabalho e nas formas de produção social. Da mesma forma que as revoltas camponesas revelavam a transição de um processo de produção rural para o trabalho industrial, as técnicas de guerrilha também se ajustaram à maneira da produção pós-fordista. Nesse sentido, os movimentos de resistência pós-modernos funcionam à semelhança desse novo modelo de produção. “As redes de informação, comunicação e cooperação – eixos fundamentais da produção pós-fordista – começam a definir os novos movimentos guerrilheiros” (p.120).

É assim que a internet passa a ser o terreno onde as batalhas são travadas e criatividade, cooperação e comunicação passam a ser ferramentas fundamentais para as lutas em rede. Os autores esclarecem que “esse novo tipo de força resiste e ataca o inimigo como sempre fizeram as forças militares, mas cada vez mais seu foco é interno – produzir novas subjetividades e novas formas de vida dentro da própria organização”. (p.121)

Apesar da estruturação cronológica dos movimentos, não é intenção dos autores afirmarem uma marcha linear das resistências em direção à democracia absoluta. Ao contrário, eles ressaltam que esses processos são imprevisíveis, uma vez que “a história desdobra-se de maneiras contraditórias e aleatórias” (p.133). Hardt e Negri citam movimentos como a intifada palestina, as lutas contra o *apartheid* na África do Sul e o exército zapatista de libertação nacional como exemplos de organizações que coadunam modelos tradicionais de resistências com as novas estratégias de luta em rede.

Lutas em rede

Em visita ao Brasil para participação no evento “*Fronteiras do Pensamento 2013*”,⁶⁰ realizado em Porto Alegre e São Paulo, o sociólogo espanhol Manuel Castells falou sobre a emergência das manifestações protagonizadas por jovens indignados que tomam o mundo. As revoluções em rede foram o assunto da sua fala na conferência, e tema desenvolvido no seu livro *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Na publicação, lançada recentemente no Brasil, Castells apresentou sua compreensão sobre como esses movimentos se organizam, se estruturam e quais são seus objetivos. Embora reconheça que os contextos sejam diversos, Castells identificou padrões que os unem e os caracterizam. A organização em rede (viabilizada pelas redes sociais), a horizontalidade, o caráter democrático e a ausência de um programa delimitado de ação e reivindicação, foram características citadas pelo sociólogo.

Para Castells, a comunicação em rede rompe com o monopólio da mídia tradicional no fornecimento de informação e formação de opinião. O uso horizontal das ferramentas de comunicação confere autonomia ao sujeito social. Nas manifestações recentes, a rede foi espaço de encontro, negociação e articulação dos movimentos. Castells destacou que não por acaso os governos temem a internet. Na Turquia, após três semanas de protesto, o governo cogitou restringir o uso das redes sociais.⁶¹ Além de servir como espaço de encontro e divulgação de informações, a internet viabiliza a criação de redes de colaboração e suporte. No Rio de Janeiro e São Paulo, depois de algumas prisões aparentemente arbitrárias após as manifestações, diversos advogados disponibilizaram seus telefones e ofereceram suporte jurídico voluntário.

Outra característica dos movimentos é a organização descentralizada e democrática. Castells (2013) observa que, quando descontentes, os grupos precisavam recorrer a sindicatos e partidos para ganhar representatividade. As redes sociais possibilitaram uma auto-organização espontânea, dispensando porta-vozes dos desejos da rua. São recorrentes, nas páginas das manifestações mensagens de recusa de liderança e participação de partidos políticos. Esse aspecto, também evidencia um esgotamento da representação política, destacado pelo sociólogo espanhol. “Os movimentos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade (p.172).

60 <http://www.frenteirasdopensamento.com.br>

61 <http://blogs.estadao.com.br/link/turquia-estuda-restringir-o-uso-das-redes-sociais/>

Para Castells, embora as manifestações tenham motivações próprias, a indignação é força motriz de todos os movimentos. Ele exemplifica com as manifestações na Europa e nos Estados Unidos. Ambas foram motivadas pela crise econômica, no entanto a indignação surgiu quando os governos agiram em favor dos bancos em detrimento da população. Nos países árabes, também houve crise econômica, mas os movimentos surgiram da indignação por imagens de violência divulgadas na web. O sociólogo acredita que as mudanças na sociedade surgem diante do “desespero frente a algo insuportável”. Segundo ele, as manifestações são resultado do momento em que a raiva supera o medo. Depois da raiva provocada pela indignação, vem a emoção da solidariedade e de nos relacionarmos com os outros frente ao perigo da repressão. Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras (2013, p.19).

Indignai-vos: a produção subjetiva dos movimentos

Conforme ressaltado por Castells, os movimentos têm contextos diferentes e reivindicações distintas. O que iremos observar, no entanto, são os pontos de convergência, observando as conquistas dos movimentos do ciclo global de lutas, e atentando para as perspectivas para o futuro. Outro aspecto ao qual estaremos especialmente atentos diz respeito a suas produções subjetivas. Em comum, esses movimentos têm a rede social como ferramenta de articulação e divulgação, organização descentralizada, reivindicação por democracia que se relaciona com contextos sócio-econômicos e, por fim, todos são resultado da produção de uma subjetividade indignada. Castells (2013) explica a natureza dos movimentos:

Os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, dentro ou fora o movimento (...) mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. (p.18)

Primavera Árabe

A Primavera Árabe foi a primeira onda de protestos democráticos do mundo árabe no século XXI. Iniciados na Tunísia, os protestos se espalharam para o Egito, Líbia e Síria. Coletivamente o desejo era por democracia política e direitos humanos, mas cada país teve motivações e reivindicações específicas. Na

Tunísia, o estopim foi o gesto extremo de um jovem tunisiano que ateou fogo ao próprio corpo em protestos às condições de vida no país, marcada por corrupção e autoritarismo. As imagens repercutiram o mundo inteiro, levaram à fuga do presidente Zine El Abidine Ben Ali e desencadeou protestos em diversos países do Oriente Médio e norte da África.

A revolta na Tunísia foi inspiração fundamental para as manifestações no Egito. O país já padecia com desemprego, custo de vida alto, no entanto foi só após os eventos naquele país que a população egípcia foi às ruas pedir melhores condições de vida e liberdade de expressão. A resposta violenta às manifestações redirecionou os protestos ao governo de Mubarak, levando-o a renunciar após 29 anos no poder. Os protestos na Tunísia influenciaram ainda revoltas na Líbia e na Síria. Com ajuda internacional, as manifestações líbias levaram à deposição do ditador Muammar Kadafi e à instauração de uma república parlamentarista. Na Síria, após a onda de protestos, o presidente Bashar Al Assad prometeu reformas no governo. Ambos os países vivem em guerra civil há décadas.

Indignados espanhóis

O movimento dos *indignados* de Madrid, também conhecido como 15M – em referência a data de sua realização, 15 de maio – foi inicialmente idealizado pela plataforma virtual *Democracia Real Ya*.⁶² Os protestos pacíficos organizados pelos espanhóis evidenciaram uma profunda insatisfação com o modelo econômico e político do país, uma crise de representatividade dos partidos e um desencanto com a política. A crise econômica de 2008 e a reação do governo à mesma foram as principais motivações do ato. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), ao final de 2011, o desemprego já atingia 26% da população ativa. Entre a população jovem o impacto foi ainda mais severo, chegando a 55%.

Na página do grupo eles se apresentam como pessoas comuns, jovens, desempregados, trabalhadores precários que desejam uma mudança política e social. Através de um manifesto, os organizadores elencam as reivindicações do grupo, entre elas uma sociedade mais justa e igualitária, com ênfase no bem estar das pessoas.

As convocações nas redes sociais fizeram com que o movimento se espalhasse para outras cidades. No decorrer das manifestações, surgiu uma

⁶² <http://www.democraciarealya.es/>

série de reivindicações políticas, econômicas e sociais heterogêneas, reflexo do desejo de seus participantes de mudanças profundas no modelo democrático e econômico vigente.

Occupy Wall Street

De modo diverso aos movimentos da Primavera Árabe e dos Indignados, o movimento *Occupy Wall Street* não teve na sua concepção reivindicações claras pré-formuladas. As milhares de pessoas que ao longo de dois meses ocuparam com tendas o Zuccotti Park, no distrito de Manhattan, atendiam à convocação feita pela revista canadense *Adbuster*. Na sua edição de julho, a revista publicou uma ilustração⁶³ que trazia uma bailarina dançando sobre a estátua de um touro (símbolo de Wall Street) com uma indagação: “Qual é a nossa demanda?”, logo abaixo o chamado: #occupywallstreet, 17 de setembro, traga barracas”. Assim que a *hashtag* foi lançada no *Twitter*, milhares de pessoas começaram a se manifestar sobre o assunto. A repercussão nas redes sociais fez com que o movimento se tornasse global. A manifestação era divulgada “em tempo real” através de *tweets*, fotos e postagens. Logo, protestos semelhantes se espalharam por diversas outras cidades nos Estados Unidos. A Primavera Árabe serviu como inspiração pela demonstração da força popular diante de forças autoritárias, os acampamentos espanhóis forneceram o modelo de protesto não-violento, com ênfase na ocupação dos espaços urbanos através de encontros festivos. Durante dois meses, milhares de pessoas se reuniram em Wall Street para protestar pacificamente contra a desigualdade social e econômica, a ganância dos setores financeiros e a corrupção. Na página oficial *occupy wall street*⁶⁴ (OWS), o grupo se define como “um movimento de resistência sem liderança, com pessoas de muitas cores, gêneros e crenças políticas. A única coisa que todos nós temos em comum é que nós somos os 99% que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção do 1%. Estamos usando a revolucionária tática da Primavera Árabe para alcançar nossos objetivos e incentivar o uso da não-violência para maximizar a segurança de todos os participantes.”

63 http://ciberatitude.files.wordpress.com/2013/03/adbusters_occupy_wall_street.jpg

64 <http://occupywallst.org/>

O que produz esses movimentos e o que esses movimentos produzem?

É preciso que a sociedade seja capaz de estabelecer agenciamentos coletivos que correspondam à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a transformação. (Deleuze e Guattari, 2003, p.216)

Mesmo após análise dos recentes movimentos, não parece possível afirmar, com exatidão, os processos constituintes desses eventos. Em parte porque, como observamos, eles vêm de muitos lugares. As motivações são diversas e múltiplas. Em comum, todos nascem de uma indignação que quando coletivizada se expressa em formas espontâneas de manifestações. Em outro sentido, a resposta é complexa porque parece haver um caráter reprodutivo nesses movimentos, ou seja, embora tenham razões aparentemente precisas, eles parecem criar novos movimentos. Deste modo, a produção de um movimento seria sua reprodução. De outro modo, nos parece verdadeiro também que o movimento – enquanto acontecimento – produz uma transformação na subjetividade (Lazzarato, 2006).

Hardt e Negri (2000) defendem que as revoluções comunistas de 1917 e 1949, as grandes lutas antifascistas das décadas de 1930 e 1940 e as lutas de libertação da década de 1960 até 1989 foram fundamentais para a formação de uma nova subjetividade política. Parece-nos que o momento atual também é promissor no campo da subjetividade. As mobilizações que se espalham pelo mundo representam uma mudança de paradigma de ação e organização social. Castells observou que as manifestações populares, mais do que as instituições políticas e econômicas são promotoras de mudança. Ele ressaltou que qualquer manifestação política começa em nossas mentes para depois materializar-se na prática. “A forma como pensamos, determina a forma como atuamos. Portanto, o que realmente condiciona o comportamento da sociedade é o que ocorre em nossas mentes”.

Segundo o autor, os movimentos são partes de um mesmo movimento, coletivo e global, que não é político e sim social. “São estes movimentos, sociais e não políticos, que realmente mudam a história, pois realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder”. Para o sociólogo, os movimentos recentes são acionados por pretextos, mas têm como desejo principal a recuperação de uma dignidade perdida.

Movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeado pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança, em função de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada

qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet (Castells, 2013,p.159).

Foucault (2003) defende que o essencial dos movimentos é a sua força criadora, sua capacidade de criar novas formas de vida. Assim, a indignação não paralisa e as conquistas não interrompem o movimento. Porque o movimento quer mais do que suas reivindicações deixam ver. Partindo dos movimentos *gays* da década de 1960 e 1970, Foucault propõe que “em vez de fazer valer que os indivíduos têm direitos fundamentais e naturais, deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional que permitisse que todos os tipos possíveis de relações pudessem existir, não sendo impedidas, bloqueadas ou anuladas por instituições empobrecedoras das relações” (p.310). Deste modo, resistir é mais que dizer “não”, a negativa para Foucault é a menor forma de resistência. “A resistência deve abrir um processo de criação, de transformação e de participação ativa nesse processo” (Lazzarato, 2006, p.21).

A multidão em busca da dignidade que se perdeu

A multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos. (Hardt e Negri, 2004, p.141)

O conceito de multidão, desenvolvido por Hardt e Negri, emerge como contra posição a outro conceito dos autores, o Império. O Império corresponde a uma nova ordem política que não se funda mais no poder centralizado exercido por Estados-nação, mas de modo inverso “é composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica e regra única” (Hardt e Negri, 2000, p.12). Os autores destacam que o Império é uma forma paradigmática do biopoder, pois o objeto do seu governo é a vida social como um todo. O biopoder situa-se acima da sociedade e impõe sua ordem. Dizem os autores, “O Império não só administra um território com a sua população, mas também cria o mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana” (p.15).

A multidão surge no próprio terreno imperial, não só para resistir às forças do Império, mas, sobretudo, para construir um Contra-império. Para tanto, os autores advertem que “a multidão terá de inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do Império” (p.15). Nesse sentido, é através de uma produção biopolítica que a multidão resiste ao Império. Diversamente do biopoder, a

produção biopolítica emerge da sociedade, criando relações, novas formas de sociabilidade, de maneira colaborativa e criativa. A nova ordem traz, portanto, novas formas de resistência.

Nesse trabalho, a resistência da multidão se expressa nos movimentos sociais recentes. A revolta pacífica dos Indignados espanhóis, a onda revolucionária árabe, as ocupações de praças americanas e turcas e as manifestações brasileiras convergem características que as tornam representativas do movimento da multidão. Cada um desses movimentos, com suas reivindicações específicas, mas ao mesmo tempo globais carregam o projeto político da multidão.

A partir desse duplo *locus*, esses movimentos conseguem reunir uma multiplicidade de indivíduos, que se reúnem por um objetivo comum. Essa é uma das características da multidão. Hardt e Negri (2004) definem multidão como um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na diferença), mas naquilo que tem em comum. (p.140). Como observamos, esses movimentos compartilham uma emoção, a reação indignada diante de algo que parece injusto. A produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital global (p.142)

A crise de legitimidade política e a capacidade de se comunicar através da internet e de dispositivos móveis levam à possibilidade de que surjam movimentos sociais espontâneos a qualquer momento e em qualquer lugar. A luta em rede protagonizada por grupos heterogêneos com anseios comuns busca produzir novas subjetividades e novas formas de vida dentro da própria instituição. A organização em rede é outro ponto em comum dos movimentos e também um traço distintivo da multidão. A multidão é “uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios de convergências para que possamos trabalhar e viver em comum” (2004 p.12).

A estrutura em rede permitiu também os movimentos serem descentralizados e auto governados. As manifestações em rede dispensam lideranças, são horizontais e descentralizadas. Do mesmo modo é a multidão. Nesse sentido, os autores esclarecem que a multidão desafia preceitos da filosofia política que afirmam que só a unidade é capaz de se governar. Eles esclarecem que embora a multidão se mantenha múltipla e internamente diferente, é capaz de agir em comum, e, portanto de se governar.

Por fim, os movimentos, embora singulares, se relacionam, na medida em que compartilham o mesmo projeto político, qual seja: o projeto político da multidão. Um projeto político é condição de existência da multidão. É o que lhe alimenta e lhe dá vida. Projeto político é mais abrangente que as reivindicações pontuais. Hardt e Negri (2004) explicam que, embora necessárias, as “listas de exigências” podem obscurecer o fato de que o que é necessário é uma transformação muito mais geral da sociedade e das estruturas de poder. Não se trata de abrir mão de reivindicações concretas, vimos que elas são fundamentais para mobilizar a multidão, mas é o projeto político que garante conquistas globais. Os movimentos nesse sentido são contínuos porque embora as reivindicações pontuais possam ser atendidas, seu projeto de democracia exige mais. Não por acaso, passados mais de dois anos da Primavera Árabe, barracas voltam a ser montadas na Praça Tahrir, no Egito, em protesto ao governo de Mohamed Mursi. A praça Taksim, em Istambul, permanece ocupada mesmo depois do primeiro-ministro Erdogan prometer interromper as obras no parque Gezi e propor um referendo para determinar o futuro do projeto. No Brasil, um dos slogans adotados pelos manifestantes foi “não é pelos 0,20 centavos”, em referência ao valor do aumento das tarifas de ônibus. De fato, revogado o aumento, as manifestações não cessaram. Como em todos os outros movimentos, atendidas as reivindicações que levaram as pessoas às ruas, outras causas entraram em pauta, e o movimento se espalhou por cidades onde a tarifa não era uma questão. Isso ocorre porque a insatisfação é mais ampla, o intolerável que o acontecimento revela produziu uma nova subjetividade, indignada, com anseios democráticos e libertadores. Os movimentos permanecem porque estão em busca de uma dignidade que se perdeu, e é preciso recuperá-la.

VIII

O encontro das lutas: jovens, trabalhadores e precários

Esse foi o texto que determinou o novo foco da tese. Não é exagero afirmar que os acontecimentos de junho de 2013 foram paradigmáticos para a pesquisa. A partir de junho, não só as manifestações brasileiras passaram a compor o cenário da pesquisa, como também o tema dos movimentos sociais entrou definitivamente na pauta da tese. Nesse sentido, a pesquisa ganhou um novo propósito, complementar ao objetivo original, qual seja, buscar uma articulação entre as transformações do trabalho e os levantes populares recentes.

A análise dos movimentos globais, incluindo aí o brasileiro, revelou um significativo protagonismo juvenil. As mobilizações sociais ao redor do mundo – Tunísia, Espanha, Egito, EUA, Turquia – têm em comum a presença massiva e ativa de jovens precários, desempregados, migrantes. Na Tunísia, embora o movimento tenha sido deflagrado pelo ato trágico de imolação do jovem Mohamed Bouazizi, a divulgação do vídeo do suicídio gerou revolta, mas também estimulou a coragem da juventude tunisiana. A mobilização jovem foi letalmente reprimida, mas sua força levou a fuga de Ben Ali e sua família. A saída do ditador encorajou a população a pressionar o afastamento de todo o regime, clamando por liberdade política e de imprensa, mas também por empregos já que uma ampla proporção dos jovens manifestantes era de desempregados que exigiam melhorias na educação. Assim, os jovens desempenharam papel ativo no protesto, principalmente aqueles desempregados com instrução superior. “A mistura de educação com falta de oportunidades foi terreno fértil para a revolta da Tunísia, como em outros países árabes” (Castells, 2013, p.27). Posteriormente, a classe profissional aderiu às manifestações com forte recusa a uniões e sindicatos ligados ao regime. Trabalhadores aproveitaram a oportunidade do levante para verbalizar suas demandas e desencadear uma série de greves que contribuíram para fazer com que as autoridades perdessem o controle do país (p.28).

No Egito a maioria dos manifestantes eram jovens universitários. Entretanto, Castells (2013) adverte que “não se trata de uma representação enviesada da população urbana, uma que vez que 2/3 dos egípcios têm menos de 30 anos e a taxa de desemprego entre os portadores de diploma é dez vezes maior que a dos menos instruídos” (p.58). Assim, o movimento era composto de uma classe

média empobrecida, somada por segmento da classe pobre urbana e trabalhadores de indústria. Como no Brasil, e também na Tunísia, na esteira do movimento, trabalhadores sindicalizados, com ou sem apoio do sindicato, desencadearam greves por todo país. As greves no Egito tiveram relação direta com a deposição de Mubarak. “Relatos indicam que o medo de o movimento se estender para a força de trabalho industrial foi o fator que influenciou os generais do Exército atentos ao mundo dos negócios a sacrificar o ditador no altar dos seus próprios lucros” (p.58).

Assim, a conexão que buscava entre as temáticas do trabalho e dos movimentos sociais se expressou na composição social das manifestações, isto é, na coordenação espontânea entre jovens, trabalhadores, desempregados e precários de todas as idades. Exatamente o que, no texto, Cocco (2013) identifica como a nova composição social do trabalho.

O artigo ficou pronto em aproximadamente um mês. E a demora que vínhamos experimentando com a publicação em outras revistas nos preocupou. Pareceu-nos claro que esse artigo tinha uma temporalidade específica, exigia uma imediatez e que a morosidade dos processos de publicação podia prejudicar. Ao mesmo tempo, a proximidade com a banca de qualificação, marcada para setembro e proximidade com eventos que se ofereciam como espaço de apresentação, troca e debate das ideias desenvolvidas no texto fizeram a gente esperar, pela possibilidade incluir essas contribuições no texto.

Adicionalmente, diversos colóquios e seminários aconteciam pela cidade, com a proposta de trocar observações, interpretar o movimento, ouvir movimentos autônomos que se somaram ao movimento e aqueles que se formaram a partir dele. Os colóquios na Fundação Casa de Rui Barbosa, organizado pela fundação e a Rede Universidade Nômade, em especial, foram fundamentais para contato com uma literatura que auxiliou a estabelecer as conexões entre os dois temas que me preocupavam e que, naquele momento, ainda estavam por fazer.

Em novembro de 2013, o Departamento de Psicologia da UFF realizou seu encontro anual de pós-graduação em um seminário nomeado “Luta dos coletivos: somos todos vândalos”, em clara e oportuna alusão à maneira como os manifestantes eram retratados na mídia. Inscrevemos o trabalho no GT “Ocupação da rua como espaço de resistência”. Na ocasião tivemos a oportunidade de compartilhar as reflexões recentemente desenvolvidas no artigo, ouvir experiências próximas e trocar bibliografia sobre o tema.

Foi interessante perceber como as afinidades teóricas foram sendo estabelecidas ao longo da investigação. Da mesma forma, as literaturas frequentes nos eventos e sugeridas na banca de qualificação ajudaram a construir a ponte entre os movimentos e o universo produtivo contemporâneo.

O conceito de Multidão brevemente esboçado no texto revelou-se elo fundamental entre os textos pelo sentido que carrega: a possibilidade de diferenças singulares, múltiplas, agirem em comum, sem necessidade de uma redução à unidade.

Também em novembro daquele ano, Antonio Negri esteve no Rio para conferência “O poder constituinte” e, embora leiga acerca da obra em questão, sua fala foi permeada de contribuições para a análise dos recentes eventos na cidade e, nesse sentido, ajudou a pensar acerca da produção de subjetividade no âmbito da Multidão. Movimentos como as jornadas de junho são vislumbres da capacidade que as singularidades têm de encontrar um comum e agir em conjunto. Um comum que não é dado, mas que se constitui na luta. O autor falou também sobre o caráter comum do trabalho e da possibilidade da construção de riqueza a partir da cooperação. Nesse sentido, contemplou em sua fala a passagem ao capitalismo cognitivo e do comum como nova norma de valorização.

Em julho, dias antes da final da copa do mundo, uma semana antes das prisões de manifestantes na Praça Saens Pena, na Tijuca, o artigo foi aceito para publicação. O parecer⁶⁵ solicitou apenas a construção de um paralelo entre os conceitos de biopoder e biopolítica mobilizados por Hardt e Negri e aquele formulado por Foucault.

Em setembro de 2014, o artigo foi publicado no vol.4, número 1 da Revista Polis e Psique.

65 Disponível no anexo 12.3 (p.258)

IX

A multidão e a hidra: a composição heterogênea das lutas contemporâneas

Diferentemente das lutas operárias do período fordista, lideradas por um grupo mais ou menos homogêneo de operários e trabalhadores de fábrica, os levantes contemporâneos têm como sujeito das lutas um grupo heterogêneo que tem a cidade e não mais a fábrica como terreno de produção. Observando a composição social das lutas que contemplamos na nossa análise, da Tunísia ao Brasil, identificamos jovens desempregados, trabalhadores precários, mulheres, estudantes, trabalhadores sindicalizados, ou seja, uma pluralidade de sujeitos que não cabem em reduções identitárias simples.

Os teóricos que trabalham com o conceito de multidão empreendem a apresentação desse sujeito social a partir da distinção entre outros conceitos de classe. Em *A gramática da Multidão*, Paolo Virno (2013) afirma a pertinência do conceito de multidão para pensar eventos e fenômenos recentes, ou, como o subtítulo da obra sugere, pensar as formas de vida contemporânea. O autor sustenta que “uma ampla e notável gama de fenômenos – linguísticos, formas de vida, tendências e éticas, características fundamentais do modo de produção material – resulta pouco ou nada compreensível se não é a partir do modo de ser dos muitos” (p.10). O autor sustenta sua análise opondo o conceito hobessiano de povo ao de multidão, de Espinosa. A diferença entre os conceitos é determinada pela relação que estabelecem com o Estado. Enquanto povo, na concepção de Hobbes, é uma multiplicidade que pode se conformar na vontade do Estado e ser por ele representada; a multidão, em Espinosa, representa uma pluralidade que persiste como tal, sem convergir numa unidade.

Na obra de Negri, o conceito é pela primeira vez trabalhado em *Anomalia Selvagem*, de 1981, obra em que o autor se debruça sobre a filosofia de Espinosa. Em linhas gerais, Negri explica que Espinosa recusa a concepção moderna de que o povo precisa da representatividade do Estado para se governar, manter a ordem e administrar conflitos – o que autor chama de concepção jurídica do mundo. A democracia de que fala Espinosa, e é defendida por Negri, se constrói na *práxis*, de forma espontânea e autônoma e nesse sentido, dispensa mediação.

O conceito de multidão, portanto, resiste à fundição em sujeito único. Em *Multidão* (2004), Hardt e Negri esclarecem que multidão é sim um conceito de classe, mas que essa classe é determinada pela luta.

No texto *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica do século XVIII*,⁶⁶ Peter Linebaugh e Marcus Rediker

66 O texto faz parte do livro *A política dos muitos: povo classe e multidão*. Direcionado pela pergunta

(2010) recorrem à figura da hidra, uma serpente de múltiplas cabeças, para ilustrarem a composição plural dos levantes na Europa e nas colônias britânicas da América do Norte.

O texto de Limbaugh e Rediker apresenta uma alegoria que nos parece apropriada para uma ilustração elucidativa da multidão. A partir da figura da hidra, os autores propõem uma análise da constituição plural da classe trabalhadora atlântica do século XVII. O texto faz referência ao segundo trabalho de Hércules, na história grega. Consta da mitologia que Hércules confronta uma serpente de múltiplas cabeças que a cada golpe crescem mais duas.

A argumentação dos autores é que a história contada sobre as atividades revolucionárias do século XVIII negligencia os pontos de contatos e conexões importantes de uma classe trabalhadora plural, resistente e militante que insurgiu contra o império britânico e, em última análise, determinou a revolução. Marinheiros, negros e brancos, escravos e mulheres, formaram uma resistência atlântica ao nascente capitalismo inglês. No texto, os autores observam que ao fazerem referências à nacionalidade, etnias e raças, os historiadores deixam de abordar as conexões e contatos presentes na composição das rebeliões. O levantamento de Linebaugh e Rediker parte da organização material da classe trabalhadora atlântica, composta por trabalhadores assalariados, majoritariamente marinheiros (mas também soldados e jornaleiros) e escravos. Os autores descrevem o propósito de sua investigação como “um esforço para recordar, literalmente lembrar (re-member), para tornar a ligar, como forma de superar alguma da violência, algum do desmembramento por qual passou a classe trabalhadora atlântica” (2010, p.246). A partir da análise de rebeliões, levantamentos populares e greves entre 1747 a 1780 os autores procuram demonstrar a unidade heterogênea de um “estranho bando” – a classe trabalhadora deste século.

Não nos interessa detalhar⁶⁷ cada evento, enunciando suas especificidades; parece-nos interessante, contudo identificar a figura da hidra que se apresenta como da classe trabalhadora da época. Recorrer aos acontecimentos atlânticos é interessante no sentido que esses acontecimentos guardam simi-

“quem faz a política?”, a publicação reúne artigos de diferentes autores em torno do sujeito político coletivo. A compilação de textos procura refletir sobre política a partir de uma perspectiva plural, superando a dicotomia entre individual e coletivo. As denominações povo, classe e massa mostraram-se insuficiente para dar conta do sujeito político coletivo. O livro reúne contribuições de diferentes autores que buscaram identificar e entender os muitos, para além da ideia de uma soma de individualidades. O esforço teórico do livro não é a mera abolição de termos como povo, plebe, massa e classe, mas uma revisão propositiva dos mesmos.

67 Para conhecer em detalhes os movimentos revolucionários atlânticos sugerimos consultar os estudos de Peter Limbaugh e Marcus Radiken, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 440p.

laridades ricas com os levantes recentes, e o ponto crucial dessa convergência (e que nos interessa particularmente) refere-se à composição multifacetada da classe trabalhadora insurgente. Os autores demonstram, a partir dos eventos, as conexões no interior da classe trabalhadora.

Os marinheiros lideraram uma série de lutas militantes contra o recrutamento forçado. Essa resistência, segundo os autores, é o embrião da ideologia revolucionária. Os marinheiros forneceram uma contribuição preciosa à revolução, pois já traziam uma bagagem de resistência e militância apreendidas no próprio terreno portuário: motins, pirataria, rixas, interrupção do trabalho foram táticas amplamente usadas pelos trabalhadores para afirmar seus interesses contra patrões, capitães e oficiais coloniais e reais (p.251). Os marinheiros e os assalariados constituíam a vanguarda revolucionária e foram determinantes para independência. O que a historiografia falha em reconhecer é que junto à luta da classe trabalhadora marítima estavam negros escravos. Da mesma forma que a greve londrina de marinheiros tem inspiração na insurreição dos irlandeses e a ela somaram-se barqueiros, serradores e alfaiates; todos reivindicando melhores salários.

“Houve, portanto uma história de cooperação inter-racial que deu sustentação, durante a era revolucionária, aos protestos comuns de marinheiros e escravos contra o recrutamento forçado e outras medidas” (p.257). Os autores contam que tabernas, adegas e os próprios portos serviam de espaço de interação e convivência, fato que causava pânico às forças imperiais. Os autores descrevem essas organizações como “essencialmente democráticas”, uma vez que qualquer um poderia somar-se aos trabalhadores e alçar status de liderança segundo sua atuação no movimento. Junto ao exército e a milícia, a organização da “turba politizada” era uma das três mais importantes no movimento revolucionário e também a mais difícil de controlar.

Limbaugh e Rediker (2010) concluem que as revoluções do século XVIII, lideradas por trabalhadores negros e brancos, irlandeses e ingleses, livres e escravos, com ou sem salário, foram partes de um ciclo mais amplo de rebeliões. E esclarecem que “um dos temas centrais deste ciclo foi a luta multifacetada contra o confinamento – nos navios, nas oficinas, nas prisões e até no império – e a busca simultânea de autonomia” (p.268). A expectativa dos autores é que seu levantamento seja do interesse daqueles que ignoravam a existência de uma classe trabalhadora no século XVIII e “daqueles cuja concepção de nação, raça e etnicidade obscureceram um campo de força em que se desenvolve toda a história e um mundo popular de cooperação e realização vital” (p.269).

A partir do estudo de Limbaugh e Rediker, é possível estabelecer relação entre a experiência dos trabalhadores atlânticos e as lutas atuais da composição do trabalho contemporâneo. Se no século XVIII, trabalhadores assalariados, marinheiros e escravos compunham as múltiplas cabeças da hidra, hoje, jovens, desempregados, mulheres, precários, migrantes formam a figura contemporânea do mito.

Heterogênea como a hidra, as múltiplas singularidades da multidão se unem e, na luta, se constituem enquanto classe. Assim, a resistência é o primeiro elemento do processo constituinte da composição de classe. Nessa perspectiva, a classe existe porque luta e não luta porque existe. Não existe multidão, enquanto classe, fora da luta.

Metodologicamente, o que se sugere é buscar as lutas para identificar a classe. Merleau Ponty (1999) fala de um método existencial que não procura as causas de uma tomada de classe, mas suas condições de possibilidade. Trata-se de uma compreensão não abstrata de uma tomada de consciência de classe.

Não tenho consciência de ser operário ou burguês porque, de fato, vendo meu trabalho ou porque de fato sou solidário ao aparelho capitalista, e também não me torno operário ou burguês no dia em que me decido a ver a história na perspectiva da luta de classes: mas em primeiro lugar “eu existo operário” ou “existo burguês”, e é este modo de comunicação com o mundo e com a sociedade que motiva ao mesmo tempo meus projetos revolucionários ou conservadores e meus juízos explícitos: “sou operário” ou “sou um burguês”, sem que se possam deduzir os primeiros dos segundos, nem os segundos dos primeiros. Não é a economia ou a sociedade consideradas como sistema de forças impessoais que me qualificam como proletário, é a sociedade ou a economia tais como eu as trago em mim, tais como eu as vivo — e também não é uma operação intelectual sem motivo, é minha maneira de ser no mundo neste quadro institucional. (p.594)

As belas palavras de Ponty tratam da formação de uma classe e não de uma insurgência. No contexto das lutas contemporâneas, podemos pensar nas inúmeras lutas que animam a cidade, como a dos estudantes secundaristas, não basta ser estudante para lutar contra a precarização do ensino, tampouco basta sê-lo para resistir.

Nessa perspectiva, são os atos coletivos de resistência que irão constituir a multidão, simultaneamente plural e singular. Hoje, na França, o movimento Nuit Debout convoca a convergência das lutas.⁶⁸ Desde 31 de março, centenas de franceses se reúnem na Praça da República numa vigília noturna

68 <https://www.convergence-des-luttes.org/>

em protesto às reformas trabalhistas sancionadas por François Hollande. Aos poucos a manifestação passou a convergir protestos com diferentes temáticas. De fato, depois das questões iniciais do protesto, todas as mobilizações recentes expressam o desejo de pensar a política em novos termos que, de fato, é o projeto político da multidão.

X

“Não vai ter copa” e estado de exceção

Rio de Janeiro, novembro de 2013

“Não vai ter copa, não vai ter copa”; foi um pouco embalado por esse coro que o artigo “Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho” foi construído. Nesse contexto e por esse contexto, talvez seja o texto mais polêmico e inflamado da tese. Escrito no final de 2013, ainda sob forte impacto dos eventos de junho e por aqueles animados por ele, o artigo propõe uma análise das pautas do movimento e das reações a elas a partir das contribuições teóricas de Walter Benjamin.

O diálogo com o autor foi agenciado pelas leituras propostas na disciplina “Leituras de Walter Benjamin: para uma compreensão crítica da cultura”⁶⁹ que tinha como objetivo analisar, a partir da leitura de alguns textos selecionados, a fecunda contribuição teórica que a sua obra representa para o pensamento contemporâneo, especialmente para a crítica da cultura e do conhecimento no campo das ciências humanas.

A apresentação e análise dos principais conceitos da obra de Benjamin, tais como progresso, experiência, tempo, verdade e imagens dialéticas foram desenvolvidas a partir de textos clássicos do autor: “O narrador”, “Experiência e Pobreza”, “Doutrina das Semelhanças”, trechos de Rua de Mão Única, “Infância em Berlim por volta de 1900” e as teses “Sobre o conceito de história”.

No entanto, foi o breve ensaio “Experiência” que forneceu o primeiro conceito trabalhado no artigo. A figura do filisteu apresentada no texto de 1913 serviu de chave de análise para as reações que então circulavam sobre os movimentos de junho. Refirimo-nos aos discursos que negligenciam a orientação de Benjamin (1987) em Rua de Mão de Única que adverte que “observar com exatidão o que se cumpre em cada segundo é mais decisivo que saber de antemão o mais distante” (p.63). Entre o entusiasmo, a surpresa e a crítica, um discurso se destacou: articulado, sobretudo pela mídia, mas também por intelectuais, tratava-se de textos e falas de desqualificação e criminalização das manifestações, que impressionaram nem tanto pelo teor, embora este também fosse grave, mas pela pressa em desvendar um acontecimento que em tudo se mostrava novo.

⁶⁹ Disciplina eletiva ministrada pela professora Solange Jobim e Souza, no segundo semestre de 2013, na PUC-Rio.

Enquanto teoricamente Walter Benjamin amparava as reflexões, os acontecimentos do segundo semestre de 2013 forneciam as bases para o diálogo com os conceitos. Como se sabe, após a revogação do aumento das tarifas, o movimento abraçou uma ampla pauta de contestação, tão diversa quanto pertinente. Ao contrário do insistente discurso de dispersão e declínio do movimento veiculado na mídia, o que houve foi uma continuidade pelas problemáticas da violência e do estado de direito; menos massiva se comparada aos atos de junho, mas igualmente potente. Na pauta, a exploração das múltiplas formas de vida na cidade, desmilitarização da polícia e, novamente, a contestação às intervenções na cidade por conta dos megaeventos.

De agosto a outubro, a greve dos professores da rede municipal e estadual do Rio de Janeiro, somada à criminalização do movimento por parte da imprensa e governo, além da repressão violenta nas ruas adicionaram combustível ao movimento. A violenta desocupação da câmara municipal onde o movimento grevista estava acampado gerou revolta e conseqüentemente empatia nos movimentos autônomos que ainda estavam nas ruas com suas pautas. Manifestantes que, desde junho, colocaram em xeque o consenso da pacificação olímpica aderiram à luta dos professores. Em 7 de outubro foram 100 mil nas ruas. Em 15 de outubro, dia do professor, milhares de pessoas voltaram à Cinelândia, e, nessa ocasião, o confronto com a polícia foi ainda mais violento. Setenta e seis pessoas foram presas, entre manifestantes, professores e pessoas que sequer participavam do ato.

A violência na repressão das manifestações colocou em evidência o modo de operar da polícia militar do Estado. Isso porque, a violência e arbitrariedade que os manifestantes experimentavam nos atos, é a realidade ainda mais letal nas periferias e favelas urbanas do Rio de Janeiro. Exatamente como nos alerta Benjamin na tese VIII “Sobre o conceito de história”, “a tradição dos oprimidos, nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso”.

Foi também nas teses “Sobre o conceito de história”, último texto lido na disciplina, que encontramos o referencial para reflexão da concepção crítica do progresso do autor e a relação que estabelecemos entre o conceito e as políticas de Estado empreendidas na cidade e no país, de forma geral. A imposição de uma agenda desenvolvimentista em torno de interesses privados em detrimento de uma política orientada para as reais necessidades da população nos remeteu à crítica à ideologia do progresso de Benjamin, problematizada ao longo de toda a sua obra. Benjamin

opõe-se à concepção do marxismo evolucionista vulgar que vê a revolução como resultado “natural” e “inevitável” do progresso econômico e técnico. De modo inverso, o autor pensa que revolucionário é a interrupção da evolução que conduz à catástrofe. Nesse sentido, a crítica do autor não é a qualquer desenvolvimento, mas sim àquele responsável pelas ameaças que o progresso promovido pelo capitalismo faz pesar sobre a humanidade (Lowy, 2005).

7

Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho⁷⁰

Introdução

O presente artigo busca uma articulação entre as noções de experiência e progresso na obra de Walter Benjamin e as manifestações populares recentes no Brasil. Nesse trabalho, compreendemos as manifestações de junho como parte de um ciclo maior de lutas globais, iniciados em 2010, com a chamada primavera árabe. No Brasil, o movimento teve como estopim o aumento das tarifas de transportes público em diversas capitais do país, mas no decorrer do movimento, novas pautas foram aderidas. As jornadas de junho marcaram um momento paradigmático no país. Sua relativa intempestividade, seus processos constituintes e, sobretudo seus desdobramentos em novos movimentos alteraram a cena política e social, e nesse sentido traz contribuições interessantes para (re) pensar as noções de progresso e experiência em Benjamin. Textos do próprio autor e comentadores fornecem as bases para compreensão dos conceitos, enquanto os eventos de junho – cujas demandas ainda ressoam em novas lutas – servem de pano de fundo para atualização e contextualização dos mesmos.

Experiência é um dos conceitos centrais na obra de Benjamin e passa toda produção do autor. Em diversos escritos, Benjamin desenvolve uma teoria da experiência relacionando-a com a teoria do conhecimento e com as concepções de ética e verdade. O diálogo com pensadores como Kant e Freud contribuiu para formação do conceito que adquire diferentes sentido em sua obra. A esse respeito, Lima e Batista (2013) esclarecem que “o conceito de experiência em Benjamin é menos uma teoria desenvolvida e postulado do que uma busca incessante de definição e retificação crítica”. Nesse sentido, o autor oscila entre a crítica e o elogio a uma determinada experiência que se expressa de diferentes maneiras nos textos – ora como o conceito propriamente dito, ora como uma noção mais sensível de *vivência*.

Em seus primeiros escritos, experiência tem um sentido negativo, opressor, que se manifesta na forma de um saber que tolhe o desenvolvimento de ideais originais e libertadores. Essa concepção aparece no breve ensaio “Experiência”, de 1913. Nele, o jovem Walter Benjamin, com apenas 21 anos,

⁷⁰ Artigo publicado na *Revista Polis e Psique* v.2, n.4, em dezembro de 2014.

fala de uma luta travada contra a figura do filisteu⁷¹ – adulto amargurado que tudo viveu e desencoraja as ações jovens. O filisteu se esconde atrás da máscara da experiência: “ela é inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma”, descreve o autor (p.21). Desprovido de espírito⁷² resta ao filisteu zombar das aspirações da juventude.

Em suas reflexões anos depois, 1930, a noção de experiência é recuperada, agora na forma de um saber tradicional, passado de geração a geração e que se encontra em declínio frente ao progresso da modernidade. Em “Experiência e Pobreza” (1933), um dos textos mais marcantes do autor, Benjamin associa a crítica ao progresso e avanço técnico ao empobrecimento da experiência. Ele defende que a modernidade leva a degradação da possibilidade de transmissão de experiências sensíveis.

No entanto, embora os conceitos expressem sentidos diferentes ao longo dos anos, é equivocado pensar em uma separação entre juventude e maturidade na obra benjaminiana. Ainda que seu pensamento seja pontuado por inflexões e curvas, uma divisão entre esses dois momentos não é pertinente. Michael Lowy (2002) explica que dois erros são muito comuns na interpretação da obra do autor. O primeiro refere-se a uma dissociação entre o Benjamin jovem idealista e o materialista revolucionário. O segundo refere-se a uma compreensão homogênea da obra que ignora o papel fundamental do marxismo no pensamento de Benjamin. Lowy aconselha aquele que deseja compreender o movimento do pensamento de Benjamin, “considerar simultaneamente a continuidade de certos temas essenciais e as diversas curvas e rupturas que pontilham sua trajetória intelectual e política” (p.18).

Esse artigo atentar-se-á a esse movimento, observando as especificidades e contextos que interferem na compreensão dos conceitos. Nossa análise pega emprestada a figura do filisteu para, a partir dela, observar os múltiplos discursos a respeito das manifestações de junho no país. Nosso desejo é perceber as diferentes reações e posicionamentos frente a um evento tão imprevisto quanto potente e quais as implicações políticas dessas posturas.

71 Segundo Kátia Muricy (1999), a crítica de Benjamin à cultura dos pais, retoma um tema clássico na tradição romântica alemã. Na sua acepção primitiva, filisteu era o inimigo da fé verdadeira. Entretanto, o sentido que se popularizou entre os estudantes foi dado por Goethe, ou seja, filisteu era o indivíduo de mentalidade estreita, o burguês utilitarista, aquele que não tem sensibilidade para a poesia, para as artes, por oposição à sensibilidade artística dos poetas e dos amantes das artes. (p. 44)

72 Para Benjamin a dimensão espiritual é de onde emerge a fé e a experiência sensível, cuja manifestação é singular em cada indivíduo. O espírito diz respeito a uma capacidade de autotranscendência que depende de celebrações ou dogmas de determinada estrutura de pensamento religioso.

Em um segundo momento, o artigo se debruça sobre a crítica ao progresso e à técnica desenvolvida por Walter Benjamin. Assim como o conceito de experiência, a noção de progresso também é muito cara ao autor e permeia grande parte de sua obra. Crítico do progresso ligado à lógica do capitalismo, Benjamin associa esse progresso à ideia de catástrofe. Para ele, os avanços do capitalismo não só como modelo econômico, mas como paradigma civilizatório, tem como expressão mais bárbara os regimes totalitários. Dito de outro modo, para Benjamin, o nazismo e o fascismo são a expressão mais dramática da barbárie potencial do capitalismo. Nesse sentido é importante observar que se trata de uma crítica específica à concepção de progresso técnico/econômico e não humano/moral. Avanços técnicos utilizados em prol da violência e da guerra servem de argumentação para o autor. Em “As armas do futuro” (1925) e no já citado “Experiência e Pobreza”, Benjamin discorre sobre o perigo da tecnologia a serviço da guerra. No entanto, é nas teses “Sobre o conceito de história” – texto publicado após a morte do autor, em 1940 – que Benjamin aprofunda sua crítica. Talvez a tese mais citada, entre as 18 formuladas pelo autor, seja a que se refere à tempestade do progresso. Nela, o autor traz a imagem de um quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, que representa, para Benjamin, o anjo da história que vê a catástrofe iminente do nosso tempo. Lowy explica que parte da fama da nona tese de Benjamin, diz respeito ao caráter profético que ela carrega. Ao anunciar a tempestade do progresso, o autor parece antever as tragédias de Auschwitz e Hiroshima, as duas grandes catástrofes da história humana. Na tese, a tempestade do progresso impele o anjo irresistivelmente para o futuro e o futuro é catastrófico.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está desenhado um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa sobre seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É essa tempestade que chamamos de progresso. (Walter Benjamin, 2012, 245-246)

No presente trabalho, a crítica ao progresso de Benjamin é retomada na análise do modelo neodesenvolvimentista adotado pelos governos municipal, estadual e federal. A pretexto dos megaeventos que o país e a cidade do Rio de

Janeiro irão sediar, a lógica do progresso, municida pelo discurso da técnica, tem sido empreendida em favor de interesses imobiliários e econômicos em detrimento das reais e urgentes demandas da cidade. Não por acaso, os eventos e as diretrizes assumidas a favor deles entraram na pauta dos protestos de junho. O modelo de gestão desenvolvimentista e militarizado no Rio de Janeiro foi duramente contestado pelas ruas.

A hipótese defendida nesse trabalho é que o investimento no consumo de massa através da concessão de créditos bancários, a ênfase na construção civil referente aos megaeventos e programas de aceleração do crescimento (PAC), que constituem a agenda desenvolvimentista são os pilares de um governo que concebe progresso no sentido conferido por Benjamin em seus escritos. Ao excluir direitos sociais e negligenciar a promoção da igualdade em sua pauta, o projeto nacional desenvolvimentista, especialmente aquele empreendido no Rio de Janeiro, conduz à catástrofe.

Por fim, esse trabalho recupera a concepção de história em Walter Benjamin. Em diversos textos, Benjamin se opõe a ideia historicista quantitativa do tempo histórico como acumulação. De modo inverso, o autor defende a história na sua dimensão qualitativa, descontinuada. Para Benjamin, a história não pode ser reduzida à sucessão de instantes vazios, homogêneos e quantificáveis, mas deve ser interpretada como tempo de construção e possibilidades. Há sempre na história a chance revolucionária de mudar o curso dos acontecimentos. De modo geral, a interpretação de Benjamin é oportuna e anima as pretensões desse artigo: pensar as manifestações recentes como possibilidade de invenção e afirmação de que não estamos fadados a repetir o passado, na sua violência e injustiças, nem seguir passivamente a marcha inexorável do progresso que aprisiona e destrói.

O levante de junho

As manifestações pegaram a todos desprevenidos. O governo estadual de Sérgio Cabral e municipal de Eduardo Paes sofriam críticas pontuais que eventualmente se convertiam em manifestações pequenas – fundamentais –, mas inofensivas aos planos dos governantes. Foi assim com a remoção das representações indígenas que ocupavam o Museu do Índio na Aldeia Maracanã, o projeto de demolição da escola Municipal Friedenreich para dar lugar à construção de um estacionamento e shopping, e com as diversas remoções – Vila Autódromo, Morro da Providência, Horto – para ficar em poucos exemplos. Todas essas

ações geraram pequenos protestos, entretanto, nada que abalasse a marcha dos mega empreendimentos destinados aos megaeventos dos próximos anos.

Em junho, no entanto, a decisão da prefeitura de São Paulo e do governo estadual de reajustar a tarifa de ônibus e metrô desencadeou uma série de manifestações na capital paulista. Convocadas pelo Movimento Passe Livre, grupo que desde 2006 reivindica a adoção da tarifa zero para os transportes públicos, as manifestações tomaram a Avenida Paulista nas primeiras semanas de junho. Os protestos foram reprimidos com violência pela polícia militar, as imagens se difundiram pelas redes sociais e o movimento se espalhou para outras cidades. No resto do país, o movimento foi abraçado por grupos anônimos, que reunidos pelo *Facebook* convocaram passeatas e novos atos com a mesma pauta.

Após duas semanas de protestos, os prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro revogaram o aumento das passagens; os governos de Recife e Porto Alegre haviam recuado dias antes. Todavia, os protestos não cessaram. As manifestações instauraram questões que ultrapassam a questão da qualidade do transporte público e abriram um campo de reivindicações diversas. Vencida a luta pela redução das tarifas, outras demandas foram elencadas: rigor com crimes de corrupção; esclarecimento sobre os gastos excessivos com eventos esportivos que a cidade e o país irão sediar; investimento de recursos em direitos básico, educação e saúde; entre tantas outras. A promessa “amanhã vai ser maior”, que ecoou nas ruas e nas redes sociais ilustrou a disposição dos manifestantes para novas lutas.

O filisteu e o desserviço da experiência

Os movimentos, no seu caráter intempestivo, pegaram a todos de surpresa. Mesmo aqueles que estudavam fenômenos similares, reconheceram a imprevisibilidade dos eventos. No entanto, se o reconhecimento do ineditismo foi consenso, as interpretações foram bastante plurais. Houve aqueles que se precipitaram em análises e rotulações incorrendo em reducionismo e criminalização; outros tantos que, entusiasmados com o fenômeno, destacaram o que havia de original e promissor no movimento; aqueles que identificaram semelhanças com levantes populares anteriores, os cautelosos, os céticos, enfim, uma variedade de posturas diante de um fato que desafiou intelectualmente a todos. O objetivo desse trabalho não é analisar os erros e acertos de cada postura, mas pensar o conceito de experiência e a figura do “filisteu” descrita por Benjamin a partir de análises e depoimentos que circularam (e continuam circulando) na mídia e nas redes sociais a respeito dos eventos de junho.

Lima e Batista (2013) esclarecem que pouco antes de escrever o ensaio *Experiência*, Benjamin tinha se integrado ao grupo *Estudantes Livres*, em Berlim. Assim, “a atmosfera esclarecida, antiautoritária do movimento jovem do qual participava o grupo incidiu na produção teórica do jovem filósofo” (p.452). É nesse contexto, portanto, que Benjamin escreve o ensaio crítico sobre certo conceito de experiência. Para Benjamin, a experiência – usada como uma máscara – da qual o adulto se vale em seus conselhos e recomendações é opressiva, resignada e desencorajadora. Benjamin (2002) não se conforma e propõe:

Mas vamos tentar agora levantar essa máscara. O que esse adulto experimentou? O que ele nos quer provar? Antes de tudo, um fato: também ele foi jovem um dia, também ele quis outrora o que agora queremos, também ele não acreditou em seus pais: mas a vida também lhe ensinou que eles tinham razão. E então ele sorri com ares de superioridade, pois o mesmo acontecerá conosco – de antemão ele desvaloriza os anos que estamos vivendo, converte-os na época das doces asneiras que se cometem na juventude, ou no êxtase infantil que precede à longa sobriedade da vida séria. Assim são os bem-intencionados, os esclarecidos (p.21).

Observando as diversas declarações e análises sobre os movimentos recentes no país, impressiona a acuidade e atualidade das palavras de Benjamin. Nos dias que se seguiram aos eventos de junho não faltaram bem-intencionados e esclarecidos nos jornais e nas redes sociais analisando o fenômeno. Talvez o exemplo mais evidente de precipitação resida na figura de Arnaldo Jabor. Um dia após a manifestação do dia 11 de junho de 2013, na capital paulista que terminou em confronto entre a polícia e manifestantes, o jornalista utilizou seu espaço no jornal das oito para dar seu parecer sobre o movimento.

Mas afinal o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes é filho de classe-média, isso é visível, ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta na Turquia que é justa e importante contra o islamismo fanático, mas aqui se vingam de que? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isso! Ninguém sabe mais porquê lutar. (...) Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos (JABOR, 2013).

O que leva um jornalista experiente a se apressar numa avaliação prematura?⁷³ A explicação está em Benjamin. Jabor assumiu a postura do filisteu. O autor explica que ao filisteu falta sentido na vida e por isso ele desvalida as iniciativas da juventude. Eles já experimentaram tudo e se apegam à experiência para justificar sua descrença e seu desprezo.

Arnaldo Jabor foi o primeiro, mas não foi o único a identificar o movimento como “asneira da juventude”. A professora e filósofa Marilena Chauí (2013a) encarnou do mesmo modo o filisteu na sua avaliação sobre as manifestações. A professora criticou a falta de liderança e direção do movimento e ironizou as múltiplas reivindicações dos manifestantes.

Uma juvenzinha disse assim: ‘Estamos sim num processo revolucionário. Temos já um programa’. Era o programa mínimo dessa semana. Dá vontade de dar um bom bocado, um sorvete, um café com leite com creme, uma mousse, agradar, afagar... Como é que pode ficar assim tão iludida.

“Nada é mais odioso ao filisteu do que os “sonhos da juventude”. (E, quase sempre, o sentimentalismo é a camuflagem desse ódio)”, assevera Benjamin. Para justificar sua crítica ao que ela chama de ilusão, Chauí recorre, mais uma vez, à sua experiência; evoca o famoso maio de 68 francês e os movimentos dos anos 1970. Esses sim, segundo ela, foram capazes de instaurar novas questões e ressaltar novos sujeitos políticos. Para a professora, os protestos observados no Brasil não configuram uma retomada dos movimentos sociais, tampouco carregam as características libertárias de 1968. “Eles [de maio de 68] valorizavam a política, visavam produzir uma transformação, trouxeram um saldo organizativo para a sociedade e para a política brasileira. Inovaram na forma de fazer política. Eu não vejo isso hoje”.⁷⁴ (CHAUÍb,2013)

Ao apelar a eventos pretéritos para tentar entender o que se passa na atualidade, Chauí anula a força questionadora e negligencia as possíveis potencialidades do novo movimento. Isso ocorre por que, como o filisteu, ela só olha

73 Dias após a declaração no Jornal Nacional, Jabor usou seu espaço diário na Rádio CBN para se retratar e admitir que errou em sua análise sobre as manifestações de junho. O áudio está disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

74 Cabe ressaltar que após a afirmação da filósofa, em agosto de 2013, novos movimentos surgiram alimentados pela efervescência de junho. Em outubro, professores em greve utilizaram táticas próprias das manifestações de junho: ocuparam o palácio Pedro Ernesto, sede da câmara municipal do município e, após repressão violenta pela PM, receberam amplo apoio dos manifestantes e de praticantes da tática *black bloc*. Em fevereiro, a paralisação dos garís, logo após o carnaval, também foi apoiada pela sociedade e por aqueles que em junho manifestavam nas ruas. Em ambos os casos, houve cobertura de mídia alternativa, solidariedade e debate nas redes sociais, convocações de assembléias públicas. Assim, é possível perceber que o levante de junho, ao contrário do afirmado por Chauí, trouxe em si componentes comunicativos e organizacionais originais que inspiraram novas lutas.

para o que falta e nunca para o que excede. Para contestar a compreensão da filósofa, recorro às palavras do próprio Benjamin:

Mas por que então a vida é absurda e desconsolada para o filisteu? Porque ele só conhece a experiência, nada além dela; porque ele próprio se encontra privado de consolo e espírito. E também porque ele só é capaz de manter relação íntima com o vulgar, com aquilo que é o “eternamente ontem”. (2002, p. 22)

No entanto, recorrer ao passado não precisa ser um recurso essencialmente ruim e desencorajador. Em diversas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin confere ao passado um papel fundamental que impele à redenção. Para o autor, os ultrajes do passado são capazes de despertar a esperança e mobilizar esforços que buscam redimi-los. Nas teses número II e VI, Benjamin (2012) defende explicitamente a possibilidade de reparação no presente das injustiças do passado. Na tese II, Benjamin afirma que “o passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção” (p.242), o autor fala de um encontro marcado entre a geração anterior e a nossa onde a primeira dirige um apelo à última: há flagelos que cabe a nós redimir. Na tese VI, ele dá continuidade a essa ideia. Diz o autor “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (p.244).

No Rio de Janeiro a violência policial é esse inimigo que não cessa de vencer. O desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo dá prova disso. As indagações sobre seu paradeiro na forma-slogan “*cadê o Amarildo?*” converteram-se numa luta pelo direito à vida e à justiça. Amarildo tornou-se símbolo de todas as vítimas de violência policial que o antecederam e inaugurou um debate sobre as práticas policiais genocidas do Estado.⁷⁵

Segundo dados do Laboratório da Violência (Lav-UERJ) diariamente são registradas cinco mortes por auto de resistência no estado. Nos últimos 10 anos esse número mais que quadruplicou. Em 1997, eram 300 casos, em 2013 já

⁷⁵ É importante ressaltar que o caso Amarildo não inaugura a violência policial cotidiana, no entanto ele representa um novo marco de visibilidade midiática dado a casos similares. Depois do desaparecimento de Amarildo, em junho, outros casos de violência policial foram noticiados: em outubro de 2013, Douglas Rodrigues foi alvejado no peito, na porta de casa, em Jaçana (Zona Norte de São Paulo); em 16 de março do mesmo ano, Cláudia Silva Ferreira, foi morta por tiros e seu corpo foi arrastado por uma viadutura da PM, em Madureira (subúrbio do Rio); em abril deste ano, Douglas da Silva Pereira, conhecido como DG, foi encontrado morto com sinais de espacamento, no morro do Pavão-Pavãozinho (Zona Sul do Rio). Moradores acusaram a PM de tê-lo confundido com traficante. DG era dançarino no programa Esquenta, da Rede Globo e crime ganhou repercussão nacional. Além de óbitos individuais, houve diversos casos de intervenções policiais que resultaram em mortes, sobretudo em comunidades ditas pacificadas.

contabilizam 1.300. Diante desses dados, torna-se mais grave a fala da filósofa na Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro, em agosto do ano passado. Ainda a propósito das manifestações e da ação dos *black blocs*, Chauí rotulou o grupo como fascista e argumentou que ao se apresentarem com os rostos cobertos, eles estariam se apresentando como autor de violência. Em um contexto de truculência e arbitrariedade por parte das forças policiais tal declaração é, no mínimo, polêmica.

Ao destacar a prática dos *black blocs* como fascista (que cabe ressaltar não representa a maioria dos manifestantes, mas uma das múltiplas singularidades que estão nas ruas) Chauí justifica a repressão truculenta e ignora a violência praticada pelo Estado. Como a professora nega o caráter inovador e revolucionário do processo, só sobra a impressão de que se trata de violência desordenada e fascista. Ela argumenta que existe violência necessária e positiva, mas que esse não é caso da ação dos *black blocs*. “Temos três formas de se colocar. Coloco os ‘blacks’ na fascista. Não é anarquismo, embora se apresentam assim. Porque, no caso anarquista, outro indivíduo nunca é seu alvo. Com os ‘blacks’, as outras pessoas são o alvo, tanto quanto as pessoas” (Chauí, 2013a).

Benjamin finaliza texto dizendo que “o jovem será generoso quando adulto. O filisteu é intolerante”. Assim, o avesso da postura do filisteu pode ser encontrado em declarações que reconhecem com humildade o ineditismo do evento, admitindo sua imprevisibilidade, sem precipitação e julgamentos. Um dia após as manifestações de 20 de junho, que ocorreram em mais de 80 cidades do país, o professor e sociólogo Luiz Eduardo Soares (2013) publicou em sua página pessoal um texto intitulado “o que eu sei e o que não sei sobre as manifestações pelo passe livre”. Diante das afirmações apressadas dos primeiros dias de manifestação, uma declaração que assume que não se sabe alguma coisa já refletia uma mudança de tom.

É preciso saber menos e perguntar mais; julgar menos e escutar mais; prever menos e participar mais, retratando a experiência em curso e a compartilhar, na medida do possível. Criticar a violência de todas as partes, mas evitar os estigmas, as classificações, o vocabulário com que nos acostumamos a pensar e avaliar, como “vândalos”, “desordem”, “desorganizado”, “inorgânico”, “sem objetividade”, “disperso”. Esses são os nomes que damos à distância entre os eventos e nossos esquemas mentais. Vemos o que falta, porque não enxergamos com olhos abertos para ver. O que parece lacunar e negativo na realidade dos novos fenômenos talvez seja apenas o sinal de nossa impotência. Talvez estejamos olhando o espelho. Aposentemos as acusações simplificadoras, as associações precipitadas entre o que está acontecendo e o que já vimos antes. Não, não vimos este filme. Evitemos, por ora, a tentação de explicar.

A capacidade de mobilização autônoma do movimento pôs em xeque estruturas acostumadas à liderança e perenidade. As máquinas representativas dos partidos, a mídia tradicional e até mesmo os teóricos atentos a movimentos similares se viram deslocados, obrigados a aprender na práxis ou arriscar palpites à distância. A surdez das lideranças e a falta de habilidade do governo em dialogar com as ruas agravaram a recusa de representação e, nesse sentido, redesenham o cenário político e a maneira de se manifestar. Há uma aprendizagem a ser feita tanto por aqueles que desejam vida longa ao movimento quanto àqueles que querem que tudo volte a ser como antes de junho. Conforme dito anteriormente, as reivindicações de junho extrapolaram a pauta dos transportes, repercutindo em lutas do trabalho (greves), acesso a espaços urbanos e privados (rolezinhos), moradia (resistência a remoções). Frente à diversidade de pautas e as múltiplas posturas, brevemente analisadas na primeira etapa desse trabalho, cabe perguntar quais as implicações políticas desses discursos? Quais ações elas encorajam e legitimam e o que eles reprimem e criminalizam?

A crítica ao progresso e a técnica: o modelo neodesenvolvimentista, legado pra quem?

Em “Sobre o conceito de história”, Walter Benjamin reúne em breves teses, seu pensamento crítico acerca da guerra e das conjunturas que a possibilitaram. Nesse sentido, Michael Lowy (2005) ressalta a importância de situar o contexto histórico do desenvolvimento das teses. O começo da Segunda Guerra Mundial é o pano de fundo imediato do texto. No entanto, a riqueza das teses reside, em grande parte, do fato de que, embora cronologicamente situado, ele coloca questões relativas a toda história moderna e contemporânea. À luz dos eventos nacionais recentes o texto de 1940 reitera sua atualidade.

Benjamin opõe-se ao automatismo do pensamento que concebe o movimento da história e do progresso, intrinsecamente associados, como inevitáveis e, portanto “garantidos”. A tragédia dos regimes totalitários é demasiadamente contumaz para que se caia nessa armadilha do pensamento. Benjamin endereça as teses a diversos interlocutores: stalinistas, marxistas, materialistas históricos, social-democratas. Mas antes de tudo, Benjamin fala a todos nós.

Nessa etapa do trabalho, buscaremos articular a crítica ao progresso e a técnica de Walter Benjamin às pautas de contestação aos projetos neodesenvolvimentista do governo. Se o aumento das tarifas foi o estopim das manifestações de junho, a revolta com as condições de vida na cidade é o

combustível que mantém o movimento ativo. A precariedade dos serviços de transporte, trabalho e moradia nas metrópoles do país aliada ao desperdício dos recursos públicos em virtude dos megaeventos constituíram a tônica das manifestações seguintes.

Segundo o cientista político Giuseppe Cocco (2013), os movimentos de junho rompem com a conformidade de que tudo ia bem no país, ao menos em termos de governabilidade. A vitória nas urnas do partido do governo (e aliados) somada à estabilidade econômica são os responsáveis pelo que chamou de ilusões neodesenvolvimentistas de consenso. Índices econômicos e eleitorais davam a falsa ideia de que não havia do que se reclamar. “No Brasil já havia inúmeros movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos da Copa e da Olimpíada. Em junho esses movimentos se juntaram confluindo com a multidão”.⁷⁶ Os gastos com Copa e Olimpíadas foram duramente contestados pelas ruas. Somado a isso, as intervenções urbanas concernentes aos eventos – obras, remoções, demolições – agravaram o cenário. Assim, um conjunto de insatisfações que se encontravam antes atomizadas, em junho, convergiram pondo fim ao consenso político que imperava na cidade.

Cocco (2014) observa que nos dois primeiros governos Lula o slogan de campanha federal era “Brasil um país de todos”. No governo Dilma Rousseff o slogan passou a ser “Brasil, país rico é país sem pobreza”. A mudança do slogan parece sutil, mas reflete o deslocamento das prioridades do governo. Cocco destaca que enquanto os dois primeiros mandatos de Lula focaram na inclusão pela educação e recuperação da cidadania dos mais pobres através de políticas de acesso à educação como Prouni, Reuni e expansão do ensino técnico, o slogan atual denota uma preocupação com a pobreza, o que, à primeira vista, pode ser entendido como uma continuação ao projeto inclusivo do governo anterior. Afinal, tirar as pessoas da miséria é incluí-las numa condição de cidadania efetiva, com acesso a bens, direitos e serviços básicos. No entanto, as políticas de governo da presidente Dilma Rousseff parecem ignorar valores sem cifrão. Subsídios para automóveis, ampliação de programa de créditos bancários, investimento em grandes projetos – megabarragens hidrelétricas, submarino nuclear, indústria extrativa – e megaeventos – Jornada Mundial

⁷⁶ Cocco refere-se ao conceito de Multidão de Antonio Negri e Michael Hardt (2004). Os autores distinguem multidão de outras noções de sujeitos sociais. Eles explicam “a multidão é múltipla, é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única. Multidão é uma multiplicidade de todas as diferenças singulares (culturas, raças, etnias, gêneros, etc). Na multidão as diferenças sociais permanecem diferentes, o desafio é fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente”. (p.13)

da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas –, demonstram que os benefícios dessa estratégica economicista são ilusórios. O combate à miséria pela via do desenvolvimentismo mostrou-se catastrófico tanto numa perspectiva econômica quanto humana. As taxas de inflação e juros atestaram a ineficácia no plano econômico. No Rio de Janeiro, o “combate” à pobreza converteu-se num genocídio dos pobres.

A retórica do progresso foi amplamente utilizada pelos governantes para justificar exceções e inconstitucionalidades postas em prática a pretexto dos eventos. Remoções violentas, ocupações policiais em favelas, demolições, privatizações de espaços públicos foram arbitrariedades frequentes em nome do desenvolvimento. Nas ruas e nas redes, o grito de “não vai ter copa” é menos um desejo, do que uma constatação. A recusa é também contestação da dita herança que o evento deixa. Castro e Cassian (2002) observam que:

Enquanto os efeitos negativos dessas intervenções (sociais, ambientais, forte endividamento público) estão sendo minimizados, os efeitos positivos sobre crescimento econômico têm sido superestimados, sob o argumento de que os mesmo conseguirão beneficiar a todos os segmentos sociais através da geração de renda e emprego e da melhoria do espaço urbano, beneficiando de forma indireta toda cidade.

O verniz do progresso não colou: a mudança de prioridades econômicas, o status de “cidade global”, a reurbanização e especulação imobiliária excludente evidenciam que, se há um legado, ele não é para população. Deste modo, o “não vai ter copa” assemelhasse ao pessimismo benjaminiano que é a oposição ao “otimismo sem consciência”. Trata-se de um “pessimismo ativo, prático, voltado inteiramente para o objetivo de impedir, por todos os meios possíveis, o advento do pior”.(Lowy, 2012, p. 24) Embora marxista, Benjamin é contrário a sua perspectiva evolucionista vulgar que acredita que a revolução será um resultado natural, lógico e inevitável do progresso econômico e técnico. De modo inverso, Benjamin pensa a revolução como um modo de frear a marcha rumo à catástrofe. Lowy (2002) define o autor como “um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do “progressismo”, um nostálgico do passado que sonha com o futuro”.

O “portal popular da copa e das olimpíadas” é exemplo do pessimismo ativo ao estilo de Benjamin. Organizados na/em rede, um conjunto de organizações e lideranças populares atua mapeando e denunciando irregularidades referentes aos eventos. Em oposição ao discurso triunfalista, esses comitês populares pensam estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana

implementado nas cidades sedes da Copa. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) redigiu o documento “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil”, entregue a autoridades de todas as esferas públicas.

Ermínia Maricato (2013) ressalta que a cidade é um terreno de disputa entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que desejam explorá-la. O modelo de gestão desenvolvimentista favorece esses últimos. A arquiteta explica que o investimento em obras de infraestrutura, através de projetos como Programa de Aceleração do Crescimento, Minha casa, Minha vida, com o objetivo de alavancar o emprego na indústria da construção geraram um crescimento imobiliário nas grandes cidades. O aumento do PIB e a diminuição do desemprego em algumas regiões metropolitanas podem sugerir decisão acertada, no entanto, Maricato ressalta que essa estratégia trouxe consequências drásticas para a qualidade de vida na cidade. Ações prioritárias e urgentes como a reforma fundiária/imobiliária foram esquecidas e, “sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos como progresso e desenvolvimento” (p.14). Do tipo que conduz à barbárie, completaria Benjamin.

Em paralelo às ações urbanas nos centros, nas periferias a lógica desenvolvimentista impõe teleférico no lugar de saneamento básico, constrói barreiras de som, remove, interna compulsoriamente, ocupa e “pacífica” com violência militar. Tudo em nome do progresso e a favor do capital. Carlos Vainer (2013) fala de “uma democracia direta do capital” que funda uma cidade de exceção onde os interesses dos cartéis internacionais e empresas privadas se sobrepõem às demandas da cidade. A Lei Geral da Copa é exemplo explícito dessa dinâmica. Sancionada em 2012, ela cria um conjunto de leis de exceção que desestruturam o Estatuto do Torcedor e coloca o Estado em posição de submissão em relação à FIFA.

Nesse contexto de violações de direitos, o pensamento de Benjamin mostra mais uma vez sua pertinência. No prefácio de “Capitalismo como religião”, texto de Benjamin de 1921, que também intitula uma coletânea de textos críticos do autor, Lowy (2013) destaca a potência das críticas radicais à civilização capitalista industrial-moderna presentes nos textos que compõe a coletânea. Para o autor, nesse início de século, “em face de uma civilização industrial-capitalista, cujos “progresso”, “desenvolvimento” e “crescimento” conduzem numa velocidade crescente a uma catástrofe ecológica sem precedentes na história da humanidade,” o pensamento benjaminiano constitui “precioso arsenal de armas críticas e uma janela aberta para as paisagens-do-desejo da utopia.” (p.47). Nesse sentido, pensar os movimentos de junho e todos aqueles

que junho reanimou à luz dos escritos de Benjamin é concebê-los como verdadeiros processos revolucionários: possibilidade anunciada por Benjamin de puxar o freio de emergência do trem desenvolvimentista rumo à catástrofe.

Os movimentos e o tempo-agora

Benjamin retoma a crítica ao mito do progresso e à noção de futuro como consequência da marcha inexorável da história da humanidade, reiterando a necessidade de se salvar o presente. Na concepção de história desenvolvida por Benjamin, o presente não pode ser encarado como passagem efêmera entre o passado e o futuro. Nesta compreensão se faz necessário contrapor ao instante vazio e quantificável a ideia de “tempo-agora”, que, preenchido pelas significações do passado, torna-se denso, visível, descontínuo por sua qualidade de interpolar passado e presente, criando um desvio no curso da história, provocando um salto para fora do tempo e da história. As metáforas de salto e desvio servem para exorcizar a história tanto do seu positivismo fatalista como da doutrina do progresso. O salto para “fora da história” permite a emancipação absoluta do presente, que desamarrado da implacável repetição historicista, coloca os homens na condição de liberdade para buscar um sentido totalmente novo para o futuro. Se a história é aberta, se o “novo” é possível, é porque o futuro não é conhecido antecipadamente. O futuro não é o resultado inevitável de uma evolução histórica dada, nem o prolongamento, sob formas cada vez mais aperfeiçoadas, do mesmo, do que já existe, das estruturas econômicas em vigor. Para Benjamin, o futuro decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural. Ainda que condicionada pelas estruturas sociais e econômicas existentes, a ação dos homens pode ser direcionada para a transformação dos rumos da história.

Para Benjamin (2012), “a história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” (p.249). À medida que o presente, vazio e efêmero, é substituído pelo presente denso, a questão da ética se impõe, pois a cada momento os homens são convocados a agir no mundo, fazer escolhas e definir os rumos da história. Nesta concepção, compreendemos que o sentido da história vem sempre da ação dos homens e não pode ser pensado como dado antes de os sujeitos agirem. O “tempo do agora” afirma a potência dos homens em reverter a ordem estabelecida e institucionalizada, de exercitar sua capacidade de surpreender, de interferir nos caminhos da história do seu tempo, escovar a história a contrapelo. Com base em uma política do tempo e da história, Benjamin reivindica para os

historiadores clássicos o rompimento com o historicismo vulgar e afirma que a tarefa do historiador materialista é cultivar uma consciência mais ampla de que todo o passado está carregado de possibilidades de futuro, cuja significação é decisiva no encaminhamento da história atual. Para Benjamin, recordar algo vivido não basta, pois o acontecimento, enquanto permanece encerrado na esfera do vivido, é finito, limitado. Só quando o vivido elucida, de algum modo, o que ocorreu antes e o que acontecerá depois é que ele pode se tornar ilimitado, pois é nesta dimensão em que o agir humano se faz presente nos destinos da história coletiva.

O “agora” benjaminiano não é apenas o momento da duração da consciência, mas também o momento do engajamento em uma decisão, da busca de um ideal. Um novo sentido para a história de uma época torna-se, então, possível, a partir de uma concepção de temporalidade que compreende a qualidade do tempo vivido, ou seja, a trajetória de vida desamarrada do tempo vazio e homogêneo.

Os movimentos sociais deflagrados recentemente em diversas partes do Brasil e do mundo estão a exigir uma nova história. Clamam pela interrupção do conservadorismo sem imaginação das instituições político-partidárias e apostam, talvez, em um novo começo. A capacidade de agir é a mais perigosa das atitudes. O que se percebe nas palavras de ordem que se espalham pelos cartazes e pelas vozes dos manifestantes na cidade é a intenção de lutar contra as condições sociais em que o ser humano é um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezado. Existe em Benjamin a expressão da dialética do material e do espiritual. O que está em jogo na luta pelas conquistas sociais é da ordem material, mas a motivação dos atores sociais, quando legítima, é espiritual. Se não forem estimuladas por questões éticas, as classes dominadas não conseguirão lutar por sua libertação (Löwy, 2005). A memória da injustiça, reencenada no presente, motiva o engajamento dos jovens, independentemente das chances de vitória. O desamparo dos dias de hoje, longe de conduzir à passividade e a resignação tem se configurado em forte motivação para a explosão dos movimentos sociais pelo mundo afora.

Mas o que nos reserva o século XXI? Ao contrário dos cálculos matemáticos que confirmam a regularidade dos acontecimentos na natureza, o resultado da ação histórica dos indivíduos e dos grupos sociais continua consideravelmente imprevisível. Isto não resulta propriamente das limitações dos métodos de conhecimento das ciências humanas e sociais, mas da própria natureza da práxis humana. No curso dos acontecimentos históricos há algo que sempre escapa ao mais rigoroso “cálculo das probabilidades”. O futuro será o que dele

fizemos hoje. A esperança da possibilidade de escrever a história a contrapelo, eis o tarefa das recentes lutas ao redor do mundo, que visa interromper o curso da história como repetição das injustiças sociais.

Passados nove meses⁷⁷ dos eventos que inauguraram as jornadas de junho, o movimento não cessa. Embora as manifestações maciças tenham diminuído, as mobilizações em rede permanecem e assembleias e plenárias são propostas semanalmente. Trata-se de um momento paradigmático cujo futuro e consequências ainda não podem ser apreendidos integralmente. Há conquistas claramente adquiridas, possivelmente a mais importante delas é a retomada da esperança e a possibilidade de reatualização do conceito de democracia e participação política. As manifestações são a oportunidade de uma geração que cresceu no consenso de que as coisas são como são, de conhecer uma nova experiência – diferente e oposta à experiência do filisteu – adquirida no terreno das lutas, reivindicativa de dignidade e democracia real.

⁷⁷ Data da submissão do texto para publicação.

XI

O discurso do pesquisador como ato responsável⁷⁸

Em maio de 2014, submetemos o artigo para a Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ). Entretanto, normas de formatação inviabilizaram a publicação do artigo, depois de duas tentativas fracassadas decidimos submeter para outro periódico. Em setembro, submetemos o artigo para revista Polis e Psique. No mesmo mês recebemos um único parecer⁷⁹ bastante interessante que nos mobilizou na defesa dos pontos expostos no texto e a esclarecer argumentações e conceitos que pediam mais aprofundamento. O parecer exaltou a relevância do tema e elogiou a escrita “inteligente e clara”, mas viu como problemática as reflexões baseadas no campo empírico da análise. As principais ressalvas do texto podem ser sistematizadas em torno de dois pontos: falta de foco e o rigor da nossa crítica – aos filisteus, ao governo, ao projeto neodesenvolvimentista. A compreensão do parecerista é que “o manuscrito poderia ganhar em precisão se explorasse apenas um tema empírico e definindo melhor com qual corpus trabalharia”, em termos de fontes, métodos e “alvos”.

Respondemos o parecer, ponto a ponto, esclarecendo nosso ponto de vista, aprofundando nossos argumentos e adicionando informações que as limitações de espaço da revista não permitiam. Trata-se de fato de um texto inflamado, com posicionamentos veementes e bastante explícitos nas suas críticas. Em nossa defesa, argumentamos que o artigo é fruto de uma observação de um evento relativamente recente, cujos desdobramentos e análises ainda estavam sendo consolidados em produções. Construir um pensamento nesse contexto implica fazer uma análise conjunta, concordando ou rechaçando posturas apresentadas em diferentes meios, mas também assumindo uma postura própria, admitindo a não-neutralidade do olhar do pesquisador.

O esforço de responder ao parecer evidenciou como a dinâmica da construção de um pensamento e sua divulgação envolve uma negociação, onde é preciso fazer escolhas. Cabe-nos decidir onde é possível fazer concessões e onde é necessário afirmar nosso

78 Fazemos aqui uma referência à filosofia do ato responsável desenvolvida por Bakhtin. As reflexões do autor dão conta da dimensão ética do pensamento. No âmbito da pesquisa, o ato responsável diz respeito à “responsabilidade do pesquisador por aquilo que pensa em um dado momento, ou seja, a assinatura do seu ato de pensar”. (Jobim e Souza e Albuquerque, 2012, p. 117)
Jobim e Souza, S. e Albuquerque, E. D.P. .A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana.” Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso. ISSN 2176-4573 7.2 (2012): Port-109.

79 Disponível no anexo 12.4 (p.260)

ponto de vista, mesmo correndo o risco de inviabilizar a publicação do trabalho. Ciente dos riscos, pontuamos nossas considerações e, em dezembro de 2014, o texto foi publicado no volume 4, número 2 da Revista Polis e Psique.

Hoje, passado pouco mais de um ano da Copa e com a aproximação das Olimpíadas, o texto tem reforçada sua atualidade e pertinência. Assim como na Copa, há notícias de superfaturamento em obras. Como na Copa, há denúncias de trabalho escravo,⁸⁰ há remoções, há violações de direitos e projeto de lei que fere direitos constitucionais. Ao estilo da Lei Geral da Copa, o projeto de lei 1183/2015 aprovado em agosto de 2015, pela Câmara de Vereadores do Rio, concede diversos poderes de atuação à Prefeitura e cria “regras especiais” na cidade durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A palavra “legado” volta aos jornais, ora como nova promessa, quando referente aos jogos olímpicos, frequentemente como questionamento frente às investigações de superfaturamento e problemas estruturais em obras da mundial da FIFA. A operação FairPlay, da Polícia Federal comprova desvios, fraudes, favorecimentos a empreiteiras em licitações para construções de arenas erguidas com financiamento do BNDES. Novos dossiês, além dos mencionados no artigo, confirmam as piores previsões: violação de direitos através de remoção, impedimento do trabalho de camelôs e ambulantes e mercantilização da cidade que se repetem às vésperas dos jogos olímpicos.

O recém lançado dossiê⁸¹ do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro sobre as violações do direito ao esporte e à cidade revela que nem mesmo para o esporte o evento orçado em R\$38,2 bilhões (2008, na candidatura o evento estava orçado em R\$28,8 bi) é proveitoso. Diz o documento que “sob o aparente discurso em torno dos legados sociais e esportivos, e da oportunidade de modernização e ordenação da cidade, estabelece-se um padrão de relação entre o poder público e a cidade, marcado por arbitrariedades e violações de direitos, onde o acesso público ao esporte parece ter muito pouca ou nenhuma prioridade”. Trata-se, nesse sentido, de um legado de violações. Sob o verniz da retórica da modernização e do legado, a cidade vai se tornando cada vez mais insustentável e excludente.

No campo da urbanização, especialistas em arquitetura e planejamento urbano

80 <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-14/mp-resgata-11-trabalhadores-escravos-em-obras-para-as-olimpiadas.html>

81 Disponível para download em: <https://www.copy.com/s/Resps2H1U1rBErLS>

já se referem às Olimpíadas como “oportunidade perdida”,⁸² sobretudo no que se refere às possibilidades em relação à moradia e mobilidade. Ao contrário de jogos olímpicos anteriores, como em Londres, que as acomodações olímpicas deram lugar a moradias acessíveis, no Rio, tão logo o COI libere as acomodações, as unidades se converterão em apartamentos de alto padrão. Assim, enquanto na capital britânica houve o compromisso de ter um percentual da produção imobiliária destinado a garantir a manutenção da população naquele local, aqui, o prefeito Eduardo Paes segue determinado a integrar a Vila Autódromo ao projeto de construção do parque olímpico, ainda que o bairro tenha sua legalidade consolidada há mais de 40 anos. Seu desejo é enxotar de vez os pobres do espaço que será, depois dos eventos olímpicos, condomínio de luxo, onde pobre definitivamente não é bem vindo.⁸³ Desde 2006, Paes forja dados e argumentos para justificar a remoção da comunidade. Os moradores que não aceitaram a compensação financeira seguem resistindo a balas de borracha, gás, cassetetes e tratores.

No âmbito da segurança pública as atualizações tampouco são felizes. A polícia segue mais violenta do que nunca. Em relatório recente, a Anistia Internacional revelou que a polícia brasileira é a que mais mata no mundo. No Rio de Janeiro, em especial, os projetos de “pacificação” são responsáveis pelo extermínio de jovens negros e pobres. Segundo dados do relatório “Você matou meu filho”, lançado pela mesma organização, das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade.⁸⁴

Se em 2013, era a figura do ajudante de pedreiro Amarildo que gritava essa realidade, hoje, são as chacinas⁸⁵ no Cabula, em Salvador, Osasco e Barueri, em São Paulo, a execução sumária de cinco jovens em Costa Barros, que não deixam esquecer que a polícia segue matando muito e impunemente. Nas comunidades pacificadas, não passa um mês sem uma criança ser morta em “confronto”. Em abril foi Eduardo, de 10 anos, no Complexo do Alemão; Jonathan, de 19 anos, foi morto em maio em

82 <http://olimpiadas.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2015/08/15/olimpiada-e-oportunidade-perdida-dizem-urbanistas-sobre-rio-2016.htm>

83 http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp

84 Fazemos referências aos casos mais recentes que ganharam alguma visibilidade na mídia, ainda que muito pequena. A organização Rio de Paz contabilizou só nesse ano (setembro de 2015) 13 mortes por “bala perdida” com vítimas entre 3 e 12 anos.

85 Em fevereiro de 2015 a PM baiana invadiu o bairro do Cabula e vitimou 13 jovens. Em agosto de 2015, em Osasco e Barueri, 18 pessoas foram assassinadas. A autoria do crime está sendo investigada, mas polícias militares e guardas-civis são os principais suspeitos.

Manguinhos; em setembro, Christian, 13 anos, no mesmo bairro e Herinaldo, 11 anos, no Caju.

Benjamin nos lembra do compromisso de não esquecer esses nomes, de não negar essa história, como “o historiador convencido de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso”. Trata-se de preservar a história sem deixar que ela se transforme em instrumento dos vencedores. Nessa convocação o autor nos convida a abandonar qualquer pretensa neutralidade e “a visão confortável e preguiçosa da história como progresso interrompido”. (Lowy, 2005, p.65) O conceito de catástrofe, na filosofia de história de Benjamin, está intimamente ligado à ideia de progresso, conforme a tese IX bem representa.

Os filisteus de antes e hoje parecem a serviço desse progresso. Como dito, teve de tudo. Antropóloga culpando os Black blocs pelo fracasso das UPPs,⁸⁶ intelectual governista chamando manifestante de vira-lata⁸⁷ em defesa de construção de estádio para a “copa das copas”; incitando torcida organizada a atuar como milícia contra representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que contestavam o investimento na construção da arena Itaquera (segundo estádio mais caro do mundial, perdendo apenas para o Mané Garrincha, em Brasília, uma cidade quem nem campeonato estadual tem).⁸⁸ E assim, enquanto os manifestantes eram chamados de fascistas, o verdadeiro fascismo mostrava e ainda mostra sua face em defesas irrestritas e acríicas de um governo que para tocar seu projeto de cidade-negócio mobiliza repressão das forças oficiais do Estado brasileiro. Segundo o Ministério da Defesa, movimentos sociais e manifestação de contestação à copa e olimpíadas são “forças oponentes” e estão sujeitas à repressão militar. Nesse sentido, a violência é “legalmente” empreendida em favor do desenvolvimento.

Em agosto de 2015, com objetivo de retomar o crescimento da economia, o presidente do Senado, Renan Calheiros apresentou um conjunto de propostas intitulado Agenda Brasil.⁸⁹ As medidas apresentadas por Calheiros, acordada com o então ministro da fazenda Joaquim Levy, tinham como pretexto modernizar o país e retomar o

86 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/138524-taticas-fora-de-lugar.shtml>

87 <http://oglobo.globo.com/brasil/pelo-twitter-intelectual-do-pt-chama-manifestantes-de-vira-latas-12500265>

88 Informação segundo Matriz de Responsabilidade divulgada pelo governo ao final da Copa. Disponível em: <http://transparencia.gov.br/copa2014/saibamais.seam?textoldTexto=24>

89 <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>

crescimento econômico como via de superação da crise. De fato, se analisada ponto a ponto, as 43 propostas (eram originalmente 27) têm como objetivo melhorar o ambiente de negócios facilitando a vida do setor privado. Dividida em três eixos: Melhoria do Ambiente de Negócios, Equilíbrio Fiscal e Proteção Social, a Agenda apresenta diversas proposições polêmicas que ferem diretamente os mais pobres, as minorias étnicas e o meio ambiente. Na área de infraestrutura, o pacote propõe a “revisão dos marcos jurídicos que regulam áreas indígenas”, com o objetivo de “compatibilizá-las com as atividades produtivas”. Além disso, a legislação sobre “investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas” será reavaliada para “incentivar novos investimentos produtivos”. Há também intenção de simplificar os procedimentos para licenciamento ambiental.

Frente à possibilidade de impedimento da presidente Dilma Rousseff, o programa Ponte para o futuro⁹⁰ lançado pelo PMDB em outubro de 2015, volta ser discutido. O programa reúne um conjunto de propostas para um eventual governo do vice-presidente Michel Temer. As propostas prevêm supressão de direitos trabalhistas, corte em investimentos em educação, como limitação de empréstimos estudantis pelo FIES e redução de políticas sociais.

Assim, as propostas do programa Ponte para o futuro, assim como os da Agenda Brasil, apontam para aquele projeto de progresso que conduz à catástrofe. Numa carta ao seu amigo e correspondente Gershom Scholem, Benjamin reflete: “Marx havia dito que as revoluções são locomotivas da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de uma maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, pela humanidade que viaja nesse trem, de puxar os freios de emergência” (in Lowy, 2005, p.93-94). Nesse sentido, deter a tempestade que o anjo da história aponta é o efetivo ato revolucionário que cabe a nós operar.

⁹⁰ http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

XII

Desvio: uma demanda oportuna

Rio de Janeiro, dezembro de 2014.

Em agosto de 2014, fui contatada por uma empresa de comunicação e entretenimento para participar de uma etapa de um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de uma série. O trabalho consistia em desenvolver e aplicar uma metodologia para conhecer brevemente o “perfil do jovem brasileiro”. A tarefa consistia em realizar uma pesquisa breve cujo os dados pudessem pautar o desenvolvimento de uma série para jovens. De fato a afinidade do trabalho com o tema da pesquisa foi fundamental para eu aceitar contribuir com o projeto. Além disso, aceitar um freela num contexto de discussão sobre trabalho precário me pareceu ironicamente oportuno.

Assim, se razões econômicas e afinidades temáticas contribuíram para aceitar o convite, o compromisso metodológico⁹¹ assumido na metade do doutorado foi fundamental para o esforço em incluir os resultados do trabalho na tese. No capítulo N do livro das Passagens, Walter Benjamin convida-nos a “dizer algo sobre o próprio método da composição: como tudo que estamos pensando durante um trabalho no qual estamos imersos deve ser-lhe incorporado a qualquer preço”. Seu conselho deriva da percepção que os pensamentos carregam “um tólos em relação a esse trabalho”. Como dito, o acolhimento do desvio fez com que a pesquisa tivesse como compromisso e desafio metodológico encontrar um modo de acolher e apresentar os resultados do encontro dos temas da pesquisa com as questões sociais presentes no contexto histórico e político do momento... No caso das reflexões presente em “O que será o amanhã: expectativas jovens sobre futuro, política e trabalho” nem foi preciso muito esforço para absorver as reflexões do texto.

Produzido a partir dos resultados da experiência de pesquisa, o artigo mantém bastante afinidade com a temática da tese. Seja na presença dos jovens como sujeitos da pesquisa, seja nas preocupações concernentes ao futuro profissional, nas incertezas do futuro e a questão da fé na política e nas instituições. Os resultados da pesquisa foram divididos e apresentados em dois eixos: perfil identitário e perfil de consumo.

⁹¹ Refiro-me à decisão de acolher os desvios de percurso da pesquisa incorporando-os como objetos da investigação mais ampla da tese.

Como dito, a ideia é que esse relatório servisse de diretriz para os roteiristas construírem uma história que pudesse ser representada de forma original e interessante. Os resultados sistematizados no que chamamos de perfil identitário foi o elo entre a pesquisa para o freela que foi realizado para empresa de comunicação e as reflexões da tese.

Depoimentos e dados que giram em torno das temáticas do trabalho e da política levantaram questões interessantes para serem trabalhados em interface com as questões da tese, ainda que de modo sucinto.

Da realidade à representação: construir uma série para jovens brasileiros

Em agosto de 2014, uma empresa nos encomendou uma pesquisa para o desenvolvimento de uma série⁹³ destinada ao público jovem. O trabalho consistia em desenvolver e conduzir uma metodologia que permitisse traçar um perfil breve, porém consistente do jovem brasileiro entre 15 e 25 anos. A intenção é que o mapeamento do comportamento⁹⁴ mais geral desse grupo etário permitisse identificar conflitos que pudessem ser representados de forma realista e interessante. Assim, o relatório consolidado da pesquisa serviria de diretriz para orientar roteiristas para o desenvolvimento de uma série que explore conflitos e causas identificadas como pertinentes para o público dessa faixa etária.

A investigação teve dois grandes focos, o primeiro referia-se a um perfil identitário que privilegia informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos típicos dos jovens pesquisados. O segundo teve seu foco nas relações dos jovens com séries e perfil de consumo de conteúdos. Este texto tem como objetivo descrever brevemente o processo da investigação – estratégias metodológicas e enfoques de análise – e apresentar algumas conclusões sobre esses jovens no que se refere a suas expectativas e receios em relação ao futuro. Embora a pesquisa tenha compreendido outros temas, sobretudo os referentes a séries e conteúdos, esse texto se debruça sobre os dados e narrativas relativas a trabalho, política e futuro. Essa opção decorre da percepção da centralidade desses temas nos discursos dos jovens representada na forma de mal estares e controvérsias ligados ao viver o presente e pensar o futuro.

Deste modo, convergindo estatísticas e depoimentos este artigo pretende apresentar as expectativas e receios que os jovens nutrem em relação ao futuro e o modo que expressam as angústias que elas geram. Esse trabalho conta também com uma interlocução bibliográfica que nos auxilia a identificar e compreender as possíveis razões dos desconfortos e, por fim, pensar formas de interpretação desse contexto.

92 Artigo publicado na *Revista Desidades Desidades*, v. 8, p. 19-29, 2015.

93 Conteúdo seriado, ficcional ou documental, veiculado na TV ou web.

94 Trata-se da construção de perfil identitário que privilegia informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos típicos dos jovens pesquisados.

Como conhecê-los? Sobre a metodologia

Pesquisas sobre juventude não são difíceis de encontrar. Instituições públicas, na forma de secretarias dedicadas ao tema, organizações especializadas, fundações e agências privadas lançam periodicamente relatórios sobre o universo jovem. Frequentemente essas investigações convergem dados estatísticos com análises especializadas sobre os temas contemplados na pesquisa. Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a Unesco, lançou a *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira*. O levantamento identifica temas de interesse e preocupação dos jovens, níveis de participação política e relação com pais e sociedade. No mesmo ano, a PUC-RS, através do seu Núcleo de Tendências e Pesquisa do Espaço Experiência da Faculdade de Comunicação Social (Famecos), desenvolveu o Projeto 18/34. A pesquisa realizada com 1.350 jovens, com idades entre 18 e 34 anos, em 16 cidades brasileiras teve como foco de investigação os hábitos de lazer e consumo; e sonhos dos jovens brasileiros. Também em 2013, a agência Box 1824 lançou a pesquisa “O sonho brasileiro da política”; trata-se de uma ampla investigação sobre atuação política pela ótica dos jovens. Compreendendo o levante de junho de 2013 como momento paradigmático para o tema, a pesquisa busca entender e ilustrar os sentidos construídos a partir do evento. Os dados mobilizados no levantamento questionam o estigma apolítico dos jovens e a aparente apatia em torno do assunto. As pesquisas citadas ilustram o universo de estudos que são produzidos periodicamente sobre o assunto.

Para traçar um perfil preliminar dos jovens, recorreremos a pesquisas realizadas em 2013, incluindo as citadas, que tiveram como objetivo compreender o universo jovem contemporâneo no que se refere aos seus interesses, medos e aspirações. Além de servir como aproximação inicial ao tema, esse levantamento auxiliou-nos a identificar as lacunas temáticas nas pesquisas existentes e indicaram os pontos que precisaríamos investigar no questionário. Deste modo, a ideia é que esse levantamento permitisse traçar uma compreensão breve sobre esse grupo etário, identificar pontos de interesse e, por fim, que servisse de base para identificar lacunas que precisariam ser exploradas na nossa investigação.

A opção por recorrer a essas fontes baseou-se na hipótese de que muito dos dados que julgávamos relevantes conhecer já haviam sido levantados por pesquisas mais amplas, de âmbito nacional, com alta amostragem. Informações sobre ambições, medos, sexualidade e hábitos referentes a consumo, uso de mídias eletrônicas e sociais já haviam sido explorados por levantamentos anteriores.

O conjunto dessas informações constituiu parte significativa do perfil que desejávamos traçar. Assim, acessar esses dados a partir dessas pesquisas,

nos permitiu manter nossa pesquisa mais focada e enxuta. Sabíamos que um questionário extenso poderia ser exaustivo e isso poderia comprometer a qualidade das respostas, além do risco de reduzir o universo de questionados. O número excessivo de perguntas e o tom demasiado genérico poderiam desestimular possíveis respondentes. Assim, utilizamos o questionário para aprofundar questões concernentes a três esferas que percebemos pouco exploradas nas pesquisas consultadas. Sexualidade, motivações e angústias e preferências relacionada às séries (temas, universos, mídias utilizadas).

Na segunda etapa metodológica, utilizamos a ferramenta do Google, *google docs*, para criar um questionário com quinze perguntas que procuravam aprofundar as pistas que os levantamentos anteriores tinham fornecidos, conferindo às perguntas especificidades que nos interessavam. Intitulado apenas de “Quem é você?”,⁹⁵ o questionário convidava os jovens a responder perguntas referentes ao seu universo íntimo (sexualidade, relações afetivas e angústias) e suas preferências em relação a séries e temas. Nessa etapa, 409 jovens nos ajudaram a construir uma ideia acerca do que angustia e o que deseja em termos de conteúdos, a juventude entre 15 e 25 anos. O único critério para responder o questionário é fazer parte da faixa etária estipulada. O link foi encaminhado por e-mail pelas pesquisadoras (e equipe). Utilizamos nossa rede de contato pessoal e pedimos para que compartilhassem o link entre amigos. Além disso, pedimos para que os jovens das rodas de conversa respondessem e compartilhassem o questionário. Alguns jovens disponibilizaram o link em suas páginas do facebook.

Por fim, em um terceiro momento da pesquisa, realizamos rodas de conversas⁹⁶ com três grupos distintos de jovens. O objetivo desses encontros foi conferir uma discursividade às informações coletadas nas etapas anteriores. Para tanto, reunimos notícias⁹⁷ que ilustravam os dados expostos pelas pesquisas e propusemos um debate acerca dos temas mais pertinentes à pesquisa.

95 O questionário foi aplicado online e está disponível no link: bit.do/quemehvoce

96 A primeira roda foi realizada em um colégio público na zona oeste da cidade, com 20 adolescentes entre 15 e 19 anos. O segundo encontro ocorreu numa universidade pública na zona sul do Rio e contou com a presença de 17 jovens entre 18 e 25 anos. A última roda foi composta por cinco jovens entre 22 e 25 anos numa instituição particular, no centro da cidade. Ao todo conversamos com 42 jovens com perfis etários e socioeconômicos distintos.

97 <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/11/pesquisa-mostra-que-jovens-brasileiros-querem-viajar-e-ser-feliz.html>
<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/09/1517327-friends-20-imortalizou-uma-juventude-que-nao-existe-mais.shtml>
<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/empresas-terao-que-se-adaptar-para-reter-jovens-profissionais-da-geracao-z-13904611>
<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2014/09/1524208-a-sexualidade-e-um-assunto-que-desafia-diz-marcelo-tas-sobre-filho-transsexual.shtml>

Selecionamos quatro: sonhos e medos; mercado de trabalho, sexualidade e seriados. Dessa forma, apresentamos notícias com essas temáticas para desencadear a conversa com os jovens. É importante ressaltar que as notícias tinham como único propósito incitar o debate. Nesse sentido, embora o conteúdo da matéria fosse relevante, a abordagem dos temas era superficial. Por essa razão, optamos por reportagens breves que pudessem ser compreendidas e debatidas em poucos minutos. Em todas as dinâmicas, dividimos os jovens em pequenos grupos e pedimos que lessem e discutissem o tema explicitado na notícia. Posteriormente, cada grupo apresentava sua notícia e a conversa com os demais participantes seguia a partir daí.

Uma observação importante sobre essas dinâmicas é o fato das rodas terem “vida própria”, no sentido de que embora a gente propusesse os temas a partir das notícias gatilhos, quem escolhia o que ia ser ressaltado ou negligenciado no debate são os próprios participantes. Cada grupo, e em última análise, cada participante, elegeu o assunto que desejava debater a partir da notícia. Além disso, a natureza polifônica das rodas de conversa permitiu que as convergências e dissonâncias das preferências, posicionamentos e discursos fossem expostas, confrontadas e defendidas em grupo.

A consolidação das três etapas metodológicas nos permitiu conhecer os jovens pesquisados em dois aspectos que nomeamos identitário e de consumo. O primeiro identificou os motivos de angústias, e causas que mobilizam os jovens. No segundo, o foco foi preferências em relação a conteúdos e temas relacionados ao universo das séries (temas, gêneros, títulos) de modo específico.

Nesse texto, iremos privilegiar a análise dos aspectos identitários revelados na pesquisa, com foco especial nos principais anseios, medos e posicionamentos dos jovens frente a temas que julgamos relevantes nesse universo e para a pesquisa. A compreensão sobre a identidade desses jovens foi sistematizada em torno de três eixos temáticos: sonhos, trabalho e política. A observação das narrativas em torno desses temas revelou angústias em relação ao futuro profissional e o sentimento ambíguo entre a descrença e esperança no futuro.

O que será o amanhã?

Sonhos

O desejo de conhecer o mundo e realização profissional lideram os sonhos dos jovens consultados pelo projeto 18/34, elaborado pelo Núcleo de Tendências e Pesquisa do Espaço Experiência da Faculdade de Comunicação Social

(Famecos) da PUC-RS. Segundo o levantamento, 66% dos jovens desejam conhecer o mundo e quase metade, 47,9%, almeja ser feliz no trabalho. A realização profissional e financeira é representada em outras formas de resposta como “trabalhar e ganhar bem”, “ganhar muito dinheiro e acumular patrimônio” e em formulações mais nobres como “ser capaz de ajudar os outros”.

Nas rodas de conversa, além do sucesso profissional, constituir família e viver confortavelmente apareceram como desejos recorrentes. A maioria dos jovens contestou a afirmação de que conhecer o mundo seja um dos principais desejos dos jovens. Alexandra, 22 anos, explica que os jovens viajam porque adquirir o que realmente desejam é muito caro e, portanto, distante da realidade.

Eu prefiro ter meu apartamento e depois viajar, prefiro juntar dinheiro para ter uma coisa própria, pra depois sim viajar. Mas o que acontece muito também é, tipo eu, eu não tenho dinheiro para ter uma casa própria, mas eu tenho dinheiro pra viajar, aí eu viajo.

Nesse grupo, os jovens não falaram em riqueza, mas em conforto. Mais do que ganhar dinheiro, eles desejam gostar do que irão fazer. Nos encontros, alguns jovens relataram ambicionarem mais uma atividade prazerosa e boa relação interpessoal com seus pares do que uma boa remuneração. No entanto, esse pensamento não é geral. Muitos ponderaram que o desejo de ter casa e posteriormente família “obriga” à submissão a trabalhos pouco prazerosos. Júlia, 23 anos, fala do equilíbrio entre identificação e necessidade:

Eu acho importante trabalhar num lugar que você se identifica com os valores, com as pessoas, com a forma de trabalhar, o que a empresa representa e se você seria feliz trabalhando lá por um bom tempo (...) mas ao mesmo tempo ninguém tá podendo recusar um emprego.

Ponderações como a de Júlia, deixam claro que embora o levantamento indique viagem e lazer como principais sonhos dos jovens, a questão do trabalho precede estas, uma vez que é ele quem viabiliza a realização dos demais desejos.

Trabalho

Além de ser uma das maiores ambições da juventude, ou talvez por isso, o trabalho é também fonte de preocupação. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Juventude, 34% dos jovens preocupam-se com seu futuro profissional. No questionário, incertezas em relação à carreira e medo do desemprego são os problemas que tiram o sono dos jovens consultados.

Korman e Castro (2010) observam como a construção de um projeto profissional e o momento de inserção no mercado de trabalho têm se configurado como um período de crise na trajetória dos jovens. O ingresso no universo profissional é acompanhado de tensões, inquietações e questionamentos. As autoras observam, balizadas em estudos focados no universo do trabalho, que as profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas das últimas décadas alteraram profundamente a forma como os indivíduos se relacionam com futuro, trabalho e o tempo. Diante disso, “as condições de construção de um projeto para a vida pessoal/profissional vêm se modificando substancialmente” (p.4). Nesse contexto, os jovens, enquanto aqueles que estão no momento de tomar decisões e fazer planos, são os mais afetados.

Segundo dados da SNJ, educação e futuro profissional são os temas que os jovens mais gostariam de debater com seus pais e responsáveis. Em uma das rodas, Guilherme ressalta a dificuldade que as gerações anteriores têm de entender o atual contexto.

Nossos pais têm até dificuldade de entender isso, a gente se forma na melhor faculdade, na dita melhor faculdade da área no Brasil e tem dificuldade de conseguir emprego. Ter um curso bom já não é suficiente, já tem que ter pós, correr atrás de estar se atualizando sempre e saber que nunca vai ter a estabilidade que as gerações anteriores tinham.

Korman e Castro (2009) observam que “o alto investimento direcionado aos jovens de classe média e média alta como cursos de idiomas, prática de esportes, curso superior, intercâmbios, viagens etc. coloca-os em situação aparentemente privilegiada em relação aos demais”. No entanto diante dos depoimentos de dificuldades e crises “cabe questionar se os privilégios, traduzidos em facilidades no acesso a recursos e informações, estariam sendo confundidos com efetivas oportunidades de inclusão e desenvolvimento profissional” (p.5). O depoimento de Julia corrobora a análise das autoras.

Eu fiz 3 estágios em publicidade e larguei o que eu estava porque pensei: - “não quero ser efetivada nesse lugar que eu tô”. Viajei, fui fazer um curso (fora do país), voltei. Quando voltei pensei vou procurar uma vaga num lugar que eu goste, eu sou qualificada o suficiente para conseguir uma vaga legal, né? Não! Não que eu não seja qualificada, mas ta f... Eles têm uma vaga pra marketing, mas você também tem que ser designer, tem que ter web e ser também redator e eles querem pagar mil reais trabalhando sábado também. É só vaga assim.

Além das exigências absurdas por flexibilidade e baixas remunerações, os jovens depoentes queixaram-se da insegurança do vínculo com a empresa. Embora trabalhe numa empresa que considera sólida e com um bom plano de carreira, Pedro, 25 anos, acredita que não há estabilidade no ambiente de trabalho. Ele argumenta que:

Acho que sua estabilidade hoje está ligada a você matar um leão por dia, sua estabilidade de fato não é estabilidade, é uma ascensão, enquanto você estiver subindo, seu emprego tá seguro.

Às incertezas do futuro e às tensões e dúvidas que marcam o momento da inserção profissional somam-se um contexto socioeconômico que agrava os desconfortos e um sentimento generalizado de descrença na política e nas instituições.

Política

Dos jovens consultados pela SNJ, **54%** consideram a política muito importante, no entanto apenas **9%** se consideram politicamente atuantes. **34%** se dizem interessados, mas sem atuação e **38%** declaram a falta de interesse e o não envolvimento. No questionário, menos da metade dos jovens, **44%**, tem a política como tema de mobilização e interesse.

Esses dados vão ao encontro dos depoimentos coletados nas rodas de conversa. Em todos os encontros, os jovens reconheceram a atuação política como principal via para promoção de mudanças. No entanto, há um descrédito generalizado com as organizações e partidos. Ainda segundo dados da SNJ, apenas **17%** dos jovens acreditam que os partidos políticos são a melhor forma de organização. Esses dados podem revelar uma crise de representatividade política, uma vez que o baixo engajamento político não revela desesperança ou pessimismo. De modo contrário, **91%** dos jovens acreditam que a juventude pode mudar o mundo. Os jovens parecem apostar em ações mais autônomas, sem mediação. As mobilizações na rua, organizações coletivas e ação direta aparecem como principais maneiras de atuação política para melhorias. Engana-se também quem acha que o jovem acha suficiente reclamar pela internet. Embora, **34%** dos jovens utilizem esse meio para opinar e cobrar os políticos, a maioria aposta nas organizações coletivas: assembleias, fóruns, audiências públicas – como melhores espaços de atuação política. Os dados fornecidos pela SNJ nesse tópico mostram que os jovens não relacionam política

representacional com engajamento político. Embora, eles não reconheçam partidos e instituições como representantes de seus anseios, eles nomeiam diversas formas de atuação política.

Contudo, quando colocado em perspectiva com dados de outras pesquisas e depoimentos dos jovens, os números sobre atuação política, protagonismo juvenil e expectativa de melhorias revelam-se contraditórios. Nas rodas de conversa, a proximidade com as eleições presidenciais de 2014 desencadeou um discurso crítico e descrente nos políticos. No que se refere à política, o tom foi majoritariamente de descrença. Alexandre, 19 anos, não acredita que os meios existentes de mudança são suficientemente potentes e propõe a criação de novos, sem, no entanto, citá-los.

Eu acho que o jovem vai ser mudado, mas não vai mudar. Não dá para mudar (o mundo) com os meios próprios daqui, tem que subverter esses meios e arrumar outros.

Nesse mesmo grupo, diante do consenso da impossibilidade de mudança os jovens falaram em fugir para o campo, morar no interior, fundar uma “outra sociedade”. A tendência por soluções individualista revelada pelos jovens se coaduna com os dados sobre expectativas de melhorias fornecidos pela *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira*.

Os dados da SNJ expõem uma tendência individualista. Apesar da descrença na melhoria do mundo – apenas **36%** dos jovens acreditam que o mundo vai melhorar nos próximos cinco anos – **94%** dos jovens confiam na melhoria de sua vida pessoal. É interessante perceber que à medida que o universo se individualiza o nível de esperança aumenta: as expectativas em relação ao país são um pouco mais otimistas, **44%** dos jovens confiam na melhoria do Brasil nos próximos cinco anos, e **53%** acreditam na melhoria do seu bairro. Ainda segundo o estudo, **68%** dos jovens acreditam no esforço pessoal e no apoio da família como condições fundamentais para melhorar a própria vida. Para **47%**, as políticas de governo são responsáveis por garantir seus direitos.

No entanto, embora o discurso descrente e de aparente passividade tenha sido amplamente enunciado houve ponderações a esse respeito. Rodrigo, 16 anos, acredita que é preciso fazer escolhas e identificar possibilidades.

Hoje, o cidadão brasileiro não se importa com a política. “Nessas eleições – “ah vou votar em qualquer um, vou botar branco, nulo” – tá difícil escolher candidato. Mas se a gente não tentar ver algum ponto positivo em alguém aí, nunca vai mudar.

No mesmo grupo, Daniel, 16 anos, argumentou que a política pode ser uma via, mas acha que não precisa “entrar para a política para fazer alguma coisa”. Ele acredita que a mobilização pode ser anterior e começar em espaços como a escola, por exemplo. Encontro e mutirões para promover melhorias nos espaços comuns e caros a eles, como a escola ou seu bairro, são atuações que Daniel considera uma forma de atuação política. Ele acredita que esses movimentos podem crescer e incentivar iniciativas parecidas em outros espaços.

A pesquisa “O sonho brasileiro da política” (2014) realizada pela agência Box 1824 revelou um grupo de jovens que o estudo nomeia “hackers da política”. Eles entendem os códigos do sistema e constroem uma nova lógica para transformá-los. Eles são apenas 16% do universo contemplado pela pesquisa, mas a sua atuação tem grande potencial. Assim como os demais jovens, os hackers atuam por causas e não se relacionam com partidos, embora não exclua o diálogo com instituições como forma de ação.

Considerações finais

A partir da convergência de informações das três etapas metodológicas foi possível afirmar que estamos diante de um grupo heterogêneo. Os jovens ouvidos na pesquisa equilibram descrença no futuro com confiança em dias melhores para si. Entretanto, divergem nos meios para alcançá-la. Pensam em política, mas a atuação ainda é tímida.

O ano eleitoral suscitou narrativas de descrença com o sistema político. No questionário e nas pesquisas nacionais, menos da metade dos jovens se interessam pelo tema da política, ainda que o julguem importante. Embora se reconheçam num contexto democrático, os jovens pesquisados não se sentem representados por pessoas ou instituições. Embora citem outras formas de organização como possibilidades de ação, poucos afirmam participar de movimentos nesse sentido. As mobilizações sociais que marcaram o ano de 2013⁹⁸ também não pareceram representar uma forma de manifestação política ou de exercício da cidadania na qual eles se reconheçam. Apenas um grupo citou as manifestações de junho como exemplo de atitude política ativa. Nos demais grupos houve silêncio ou desdém em torno das possibilidades e razões do evento. O cenário político, econômico e social do país os desagrada, mas há uma aparente passividade em relação ao tema e uma evidente desesperança.

⁹⁸ As jornadas de junho referem-se à onda de protestos que tomou o país em junho de 2013. O movimento teve como estopim o aumento das tarifas dos transportes públicos em diversas capitais do país, mas converteu-se numa ampla revolta contra as péssimas condições de vida nas cidades, contestação às arbitrariedades do governo e violações de direito pelo Estado.

Nesse sentido, a partir dos depoimentos dos jovens dessa pesquisa, foi possível perceber que não são as questões de cunho coletivo e social que estão mobilizando os jovens, mas, de modo inverso, é o seu universo pessoal que os angustiam e mobilizam. A maioria dos jovens consultados revela uma profunda preocupação com seu futuro profissional e financeiro. O desemprego, o alto custo de vida e a dependência financeira dos pais ou responsáveis despontam como principais fatores de inquietação e angústia. Os jovens se preocupam com o porvir, mas têm dificuldades de nomear os meios para interferir em suas realidades. Nesse sentido, narram-se quase como que fadados a uma realidade desconfortável ou precária. No entanto, paradoxalmente, eles acreditam no futuro melhor para as suas vidas, mas não para as esferas coletivas. Parece haver uma esperança individual baseada nas próprias qualificações e esforço pessoal, demonstrando como o discurso da meritocracia está presente na ideologia amplamente difundida no campo social e revelada na fala dos jovens.

Nesse ponto, é possível afirmar que o contexto sociopolítico do Brasil e do mundo, na esfera mais ampla, dialoga de forma direta com esses mal estares. Desde 2008, o mundo passa por crises econômicas severas. A Europa, que foi sempre modelo de conforto e prosperidade, se recupera com dificuldade das sucessivas crises e ainda experimenta altas taxas de desemprego entre os jovens. Itália, Portugal e França vêm seus governantes⁹⁹ alterarem seus estatutos trabalhistas impondo perdas de seguridades sociais históricas. Na América Latina não é diferente. Ainda que o Brasil tenha experimentado um contexto de aumento do emprego formal, os jovens ainda constituem a faixa etária mais vulnerável ao desemprego, à desocupação e a vínculos de trabalhos precários. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged),¹⁰⁰ 2014 fechou com decréscimo, 64% em relação ao ano anterior, na criação de empregos formais. Deste modo, é possível afirmar que existe um desconforto sentido e expressado pelos jovens, e um contexto socioeconômico que o favorece e justifica.

Assim, encontrar meios para solucionar problemas que são comuns a essa faixa etária é o desafio que está posto para o poder público, mas também para os próprios jovens. Os discursos apresentados nas rodas de conversa mostraram uma aparente solidão. A angústia deriva de um sentimento de isolamento e ausência de horizontes. Nesse sentido, nos parece claro, que o primeiro passo é a compreensão por parte dos jovens de tratar-se de uma questão global.

99 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/34638-europa-mexe-na-lei-trabalhista-contracrise.shtml>

100 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/pais-criou-396993-vagas-de-emprego-formais-em-2014.html>

Sendo o segundo, o reconhecimento por parte dos mesmos do seu potencial enquanto agentes de mudança. Como evidenciou o estudo “o sonho brasileiro da política”, da agência Box 1824, há um grupo ainda minoritário, mas com grande potencial de mobilização que vê na crise, brechas para o encontro e a inovação. O levante de junho mostrou que a comunicação em rede é capaz de promover pequenos, mas significativos abalos nos consensos. A prática de reuniões em assembleias e atos indicou que uma vez identificadas as demandas, os jovens são capazes de se reunir e mobilizar-se por causas que julgam importantes. Os movimentos globais têm demonstrando o papel central da juventude nesses processos. As acampadas desde Wall Street, passando por Madrid, Istambul e, mais recentemente, Hong Kong embora sem lideranças têm em comum um forte protagonismo da juventude dessas cidades.

Assim, se por um lado esses movimentos evidenciam uma crise de representatividade aguda, eles também lançam luz sobre outras formas de organização e novas possibilidades de atuação política. A autonomia dos participantes, a horizontalidade e as construções coletivas próprias das manifestações globais pró-democracia são evidências de uma nova forma de se organizar. Identificar no problema as possibilidades de ressignificar a política é o desafio que está posto a esses jovens.

XIII

A importância do senso de vitória

Em março de 2015, o artigo foi submetido para revista Desidades, da UFRJ. Conforme explicita em seu site, Desidades propõe-se a ser uma revista científica acessível para o público não especialista com foco nas temáticas concernentes à infância e juventude. Para tanto solicita aos autores interessados em contribuir com a publicação textos breves, escritos com clareza e simplicidade. Por essa razão e também por tratar do tema da juventude, o relatório, convertido em ensaio, nos pareceu adequado ao perfil da revista. Em julho o artigo foi aprovado. O parecer¹⁰¹ solicitou esclarecimentos sobre as estratégias metodológicas do questionário e rodas de conversa, além de sugerir algumas poucas modificações estruturais e narrativas. A maioria das sugestões foi resolvida com pequenas alterações no texto e notas de rodapé. Em setembro o artigo foi publicado no número 8, ano 3, da revista.

Trata-se, como visto, de um texto curto com características mesmo de um relatório e, portanto com limitações analíticas. De qualquer forma, é possível tecer algumas considerações sobre os resultados encontrados. De fato, a conclusão é a parte mais elaborada do texto, visto que naquele espaço buscou-se interpretar os dados e depoimentos coletados. Em perspectiva com a pesquisa mais ampla da tese, os dados e fala dos jovens evidenciaram uma relação conflituosa com a política.

As conclusões da pesquisa podem parecer, à primeira vista, contraditórias com o perfil jovem que até então aparecia na tese. Por ter como foco os movimentos sociais recentes, a tese vinha até aquele momento contemplando uma relação diferente entre juventude e política. O que, de fato, vínhamos destacando eram os jovens como protagonistas de microrrevoluções ao redor do mundo. Há, portanto, um aparente abismo entre esses e aqueles ouvidos nas rodas de conversa e representados nas pesquisas consultadas.

Em comum, ambos os grupos evidenciam uma descrença na política, tal como ela se estrutura. Trata-se, conforme abordado ao longo do texto e referendado por analistas do tema¹⁰² (Cocco e Cava, 2013; Castells, 2013; Ortellado, 2013), de esgotamento

¹⁰¹ Disponível no anexo 12.5 (p.269)

¹⁰² Cocco, G e Cava, B. (org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2013.

Castells, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*.

Ortellado, et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

da representação política. É possível observar nas falas e nos dados das pesquisas um desgaste da política representacional e uma esperança em formas de organizações autônomas e práticas coletivas cidadãs.

Ainda no âmbito da pesquisa, junho de 2013, embora brevemente citado, por si só não foi capaz de dissolver o discurso persistente de que “jovem (e/ou brasileiro) não liga pra política”. No entanto, todos reconhecem uma potência na juventude, quando engajada. A esperança esmorece quando esse desejo esbarra nas esferas representacionais a quem cabe viabilizar esse desejo. A descrença na possibilidade de mudanças no “sistema” pode explicar o fato que, embora, todos os grupos considerem a política importante, apenas uma pequena, quase irrisória parte, se assume atuante. Além disso, a impressão de que as manifestações “não dão em nada”, isto é, não resultam vitoriosas, contribuem para a desesperança.

A esse respeito, Castells (2013) observa que manifestações como junho de 2013, não podem ser avaliadas em termos como vitoriosas ou derrotadas. Segundo o autor “o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com a sua ação (p.175)”. Nesse sentido, para o autor, o êxito de um movimento está mais na consciência e no aprendizado que ele produz do que nos resultados imediatos que ele gera.

É nesse sentido que a mobilização dos jovens secundaristas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro pode ser interpretada, conforme propõe Pablo Ortellado,¹⁰³ como “desdobramento daquele espírito de junho original, de defesa dos direitos sociais por meio de um antagonismo com o Estado”.

Em outubro, a secretaria estadual de São Paulo divulgou o projeto de reorganização escolar do ensino estadual. O projeto entraria em vigor já no ano letivo de 2016. A reorganização previa, em longo prazo, a municipalização de todo ensino fundamental e, já a partir de 2016, a ideia é que cada unidade escolar passasse a receber apenas um ciclo de ensino.¹⁰⁴ Para tanto, 93 escolas seriam fechadas.

As principais queixas em relação ao projeto referem-se à falta de transparência acerca da ação e a ausência de diálogo com as partes afetadas: alunos, pais de alunos,

103 <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/12/09/pablo-ortellado-movimento-dos-secundaristas-deve-ser-visto-como-desdobramento-espírito-de-junho-de-2013/> Acessado em 26 de fevereiro de 2016.

104 Divisão prevê a separação dos primeiros anos do ensino fundamental, 1^a ao 5^a ano; últimos anos do 6^o ao 9^o ano e alunos do ensino.

professores, trabalhadores terceirizados. Segundo dados da própria secretaria, a mudança afeta 311 mil alunos e 74 mil professores. Enquanto o governo afirma que o projeto irá melhorar o ensino e facilitar a gestão, especialistas¹⁰⁵ temem superlotação de sala de aulas e privatização do ensino, uma vez que a municipalização abre a possibilidade para parcerias público-privada. Pais e alunos argumentam o aumento de distância e tempo de deslocamento para as escolas. Pais com filhos em ciclos diferentes teriam o problema do deslocamento, que já é severo em São Paulo, agravado.

Em resposta e resistência ao projeto, alunos passaram a ocupar as escolas previstas de fechamento. A primeira ocupação aconteceu em 9 de novembro de 2015, na escola Estadual Diadema, no ABC. No dia seguinte, a escola Fernão Dias, na capital, foi ocupada. Escolas não previstas no projeto de reorganização foram ocupadas em apoio ao movimento, algo que pode ser interpretado como uma demanda por expressões de insatisfações que não se limitam ao caso específico do risco de fechamento das unidades de ensino. Nos meses seguintes, mais de 200 escolas foram ocupadas.

As primeiras coberturas sobre o movimento insistiam no termo “invasão”. E enquanto a mídia tradicional mantinha o foco na “polêmica” do projeto e no impasse entre alunos e governo, pelas redes sociais e pela página dos próprios secundaristas, o que se via era uma organização em torno da própria infraestrutura das escolas. Fotos de alunos pintando as paredes, limpando banheiros e cozinhando viralizaram nas redes. A página “Não fechem minha escola”,¹⁰⁶ no facebook, tem quase 200 mil participantes.

Atos contrários à reorganização aconteciam em simultaneidade às ocupações. Sempre marcados por violência policial. Como já havia acontecido em outros movimentos, as ocupações escolares contaram com uma rede de apoio e solidariedade que ampliou e potencializou o movimento. Artistas e intelectuais visitaram as escolas ocupadas promovendo, junto com os alunos, shows, debates e oficinas.

Em 17 de dezembro de 2015, a Justiça de São Paulo decidiu pela suspensão do projeto de reorganização escolar do ensino. Não há dúvida que os protestos e as ocupações

105 <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2015-11/especialistas-criticam-reorganizacao-da-rede-de-ensino-de-sao-paulo-0>

106 <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/?fref=ts>; Depois da suspensão da reorganização, o espaço dedicou-se a cobertura, divulgação e apoio à luta contra o aumento das passagens em São Paulo e ao movimento de ocupação dos secundaristas goianos.

desempenharam papel fundamental na decisão. O governador Geraldo Alckmin disse que 2016, ao invés de ser o ano de implantação do projeto, será o ano de diálogo.

Embora não seja possível afirmar a relação direta entre um evento e outro, o fato é que, em meio à luta dos estudantes paulistas, em dezembro, jovens secundaristas da rede estadual de Goiás começaram a ocupar escolas em protesto ao edital de chamamento de OS (Organizações Sociais) para administração das escolas públicas do estado. Os alunos reivindicam diálogo e decisão em plebiscito sobre o futuro do projeto. Em fevereiro de 2016, 28 escolas tinham sido ocupadas na capital e cidades do interior do estado, além da secretaria estadual de educação, cultura e esporte. Como em São Paulo, houve repressão policial e 18 estudantes chegaram a ser presos depois da desocupação violenta da sede da Secretaria.

Ambas as lutas permanecem em aberto.¹⁰⁷ Em São Paulo, depois da revogação do projeto de reorganização, o sindicato dos professores do estado denuncia o fechamento de centenas de classe, numa manobra de “reorganização disfarçada.”¹⁰⁸ Pela página do facebook, os alunos mantêm a mobilização, convocando para assembleias em apoio à greve de professores municipais, denunciando e cobrando investigação para o esquema de desvios de dinheiro da merenda escolar. Em maio de 2016, estudantes ocuparam a Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) para exigir a instauração de CPI para investigar os desvios.

Em Goiás, a proposta de terceirização da gestão das escolas da rede estadual continua em curso. Dez organizações sociais foram selecionadas e a documentação está sendo avaliada.¹⁰⁹ Apesar da desocupação das escolas, nas redes sociais, os alunos mantêm a mobilização, questionam a habilitação das empresas e oferecem apoio às lutas mútuas.

No Rio, estudantes e docentes criaram uma luta unificada contra a precarização do ensino público do estado. Em março de 2016, os professores da rede estadual iniciaram uma greve enquanto jovens secundaristas ocuparam unidades de ensino em diversas regiões da cidade.

107 Em fevereiro de 2016.

108 <http://www.revistaforum.com.br/2016/02/04/apeoesp-denuncia-reorganizacao-escolar-disfarcada-de-alckmin/> Acessado em 26 de fevereiro de 2016.

109 <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/radiografia-oss-goias-938045.shtml> Acessado em 26 de fevereiro

Como é próprio das lutas contemporâneas, o horizonte do movimento dos secundaristas é ainda imprevisível. Embora, como já dito, a análise do êxito dos movimentos resida mais nos processos, do que propriamente nos resultados objetivos, Pablo Ortellado (2013) observa que “algumas vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política”. Para o autor, o futuro do movimento dos secundaristas, depende da capacidade dos alunos de “encerrar bem a luta”. O autor destaca que, com frequência, os resultados das mobilizações não são reconhecidos e perde-se o senso de vitória.

Para que os movimentos possam ter desdobramentos positivos, eles precisam reconhecer os seus resultados. Muitas vezes, eles não veem e a leitura retrospectiva é a de que foi um equívoco ou de que a luta, no final das contas, não serve para nada. (...). Agora, os estudantes repeliram um processo de fechamento de escolas dado como certo (por quanto tempo, é uma questão em aberto). É importante encerrar a luta com um sentido de vitória. Isso fortalece o ânimo e a convicção de que se organizar, reivindicar e, às vezes, colocar a integridade física em risco vale a pena. A consciência desse acúmulo de vitórias nos coloca como protagonistas das conquistas sociais. Muda nosso lugar no mundo e na história.

Assim, retornando aos dados estatísticos e depoimentos da pesquisa, é possível que o adensamento dos movimentos, seus efeitos solidários e, sobretudo suas vitórias, possam alterar os dados sobre mobilização política de pesquisas futuras e revitalizar nos jovens o interesse pela política.

XIV

O exercício da crítica no diálogo entre o autor e parecerista

O ensaio “*Análise dos pareceres: um olhar a partir das Afinidades Eletivas de Goethe*” foi o último texto produzido no contexto da tese. Nosso esforço nesse breve ensaio é de traçar um saldo dos desafios e contribuições do método de concretização da tese em artigos, com ênfase na interlocução estabelecida com as revistas e seus pareceristas ao longo do processo.

O texto retoma as questões de método desenvolvidas originalmente no artigo sobre o problema do texto da escrita acadêmica. Nesse ensaio, vamos um pouco além se debruçando sobre as noções de comentário e crítica desenvolvidos por Benjamin no texto “*As afinidades eletivas de Goethe*”. Trata-se de um esforço teórico em torno dos conceitos e de um investimento empírico que tem a própria tese e os pareceres como campo de análise, isto é, todo o processo de produção, submissão e diálogo com os pareceristas são pensados à luz dos conceitos de comentário e crítica de Benjamin.

No contexto da tese, os pareceristas são concebidos como *o outro* da pesquisa e são, nesse sentido, simultaneamente, interlocutores e objetos de pesquisa. O exercício dialógico na construção do conhecimento com os pareceristas coloca em cena a tensão que existe entre a construção do pensamento e a validação do mesmo pelos seus interlocutores. Abrir-se à contestação implica disposição para rever posturas e pontos de vista, mas também, e principalmente, convicção nos nossos posicionamentos.

Trata-se de reconhecer o ato de pesquisar como gesto político e, nesse sentido, portador de intenções. Nessa perspectiva, qualquer ideia de neutralidade é falsa e, portanto indesejada. A atividade crítica, conforme destaca Benjamin, pressupõe autoria do pensamento, e a autoria, por sua vez, convoca nossa responsabilidade. Isto é, o pesquisador é responsável pelas realidades que sua narrativa constrói. Por essa razão, na negociação com os pareceristas, há que se encontrar o limite onde é possível ceder e consentir alterações, e quando, de modo inverso, temos que reafirmar nossas convicções assinando nosso gesto crítico, sob pena de empobrecer a própria crítica.

Análise dos pareceres: um olhar a partir das “Afinidades Eletivas do Goethe”

Introdução

Em artigo para a *Revista Cult*, Márcio Seligmann-Silva (2010) disserta sobre a tarefa da crítica no pensamento de Walter Benjamin. O professor conta-nos que, em carta a Scholem, Benjamin confessa o desejo de tornar-se o primeiro crítico da literatura alemã. Preocupava o autor algo que ele constatava como uma “crise da crítica”. Sua concepção é de que essa tarefa vinha sendo desprezada em virtude de uma “ditadura da resenha como forma crítica”. Assim, para tornar-se o primeiro crítico da literatura alemão era preciso, antes de tudo, reinventar a tarefa crítica.

Em “*As afinidades eletivas de Goethe*”, Benjamin constrói, conforme nos apresenta Cláudia Castro (2011), seu “conceito de crítica estética” (p.12). As reflexões desenvolvidas nesse ensaio de 1922 amparam a análise que propomos dos pareceres recebidos ao longo do processo de construção e submissão dos artigos que compõe esta tese. Nesse trabalho, propomos uma análise dos pareceres à luz dos conceitos de comentário e crítica, observando de que modo as contribuições de Benjamin ajudam a entender o papel da atividade crítica e a sua relação indissociável com a tarefa do comentador.

Nossa intenção é propor, com a apresentação dos conceitos benjaminianos, uma possível chave de análise para interpretação do diálogo estabelecido na tese entre a pesquisadora e pareceristas. Assim, em um primeiro momento, apresentamos os desafios envolvidos na opção metodológica de concretização da tese em formas de artigos. Nessa etapa, buscamos mostrar como o trabalho de resposta aos pareceres – enquanto exercício crítico – se oferece como possibilidade de superação desses desafios. Posteriormente, com base nos textos de Walter Benjamin e comentadores (Gagnebin, 1989; Castro, 2011; Pereira, 2012), nos dedicamos propriamente aos conceitos de crítica e comentário, expondo o papel de um e outro na teoria do autor. Nesse momento, as experiências com os pareceres recebidos mostram como esse diálogo incita-nos ora a atividade crítica, ora ao trabalho de comentário, evidenciando o papel fundamental que cada um desempenha na construção e socialização de um pensamento. Finalmente, o texto sugere a ampliação de espaços de trocas para além das editoriais acadêmicas; mais dinâmicos e abertos que favoreçam o diálogo e a circulação do pensamento.

Comentário e crítica: uma análise a partir dos pareceres

Em “*As afinidades eletivas de Goethe*”,¹¹⁰ Benjamin (2009) ocupa-se de uma análise da literatura compreendendo-a como teoria crítica. E já nas primeiras linhas do ensaio ele deixa clara sua intenção. Sua urgência nesse esclarecimento decorre da percepção de que com frequência a investigação sobre as obras literárias restringem-se a um interesse filológico, isto é, uma investigação a partir das suas dimensões históricas e linguísticas. No entanto, Benjamin esclarece que, embora sua interpretação da obra de Goethe não seja desprovida de interesse nos elementos particulares, sua intenção é a crítica. Para o autor, uma das saídas para a crise da crítica era aproximar da análise filológica uma autêntica reflexão crítica. Tanto no sentido de uma teoria das formas, como de uma teoria da história (Selligman-Silva, 2010).

Deste modo, a crítica, na concepção benjaminiana, se opõe ao comentário. A partir de uma análise do texto *Afinidades Eletivas* de Goethe, Benjamin defende o papel ético que orienta a tarefa da crítica literária e faz uma distinção entre o crítico e comentador. Benjamin ilustra a ideia e o papel de cada atividade a partir da imagem de uma fogueira em chamas:

Se, por força de um símile, quiser-se contemplar a obra em expansão como uma fogueira em chamas vívidas, pode-se dizer então que o comentador se encontra diante dela como o químico, e o crítico semelhantemente ao alquimista. Onde para aquele apenas madeira e cinzas restam como objetos de sua análise, para este tão somente a própria chama preserva um enigma: o enigma daquilo que está vivo. Assim, o crítico levanta indagações quanto à verdade cuja chama viva continua a arder sobre as pesadas achas do que foi e sobre a leve cinza do vivenciado (Benjamin, 2009, 13-14).

Conforma a imagem nos deixa ver, Benjamin descreve a distinção entre comentário e crítica a partir das suas intenções, enquanto o comentador busca o *teor coisal* da obra, o segundo, o crítico, revela o seu *teor verdade*. As imagens da citação acima, madeiras, cinzas e chama são elementos constituintes da obra. Cláudia Castro, a partir da metáfora da fogueira, explica: “madeira e cinza estão

110 Em *Afinidades Eletivas*, Goethe conta a história de Eduard e Charlotte, um casal elegante e aristocrático que vive numa propriedade rural idílica, porém perigosamente próxima do fastio. A chegada de dois visitantes - o Capitão e Otília - faz despertar reservas magnéticas de atração sexual e amor proibido e põe à prova a relativa paz do casal. Na química o termo *Afinidades Eletivas* refere-se às improváveis ligações que determinados elementos estabelecem com outros. Conforme defende Cláudia Castro (2011), a obra de Goethe transpõe, portanto, o termo emprestado da química para construir uma equação com os quatro personagens “que reagem uns sobre os outros à maneira de compostos instáveis, num jogo cruzado de simpatias magnéticas” (p.15).
GOETHE, J.W.V. *Afinidades eletivas*. Introdução de R.J Hollingdale; tradução de Tercio Redondo. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2014.

para o *teor coisal* assim como a chama que sobre eles continua a arder está para o *teor verdade*” (p.18).

Assim, tanto *teor coisal* quanto *teor verdade* são elementos constituintes da obra, mas seu acesso e revelação ocorrem por movimentos de apreciação e análise distintos. Benjamin formula da seguinte forma logo nas primeiras páginas do ensaio sobre Goethe, “A crítica busca o teor de verdade de uma obra de arte; o comentário, o seu teor factual” (p.12).¹¹¹ Benjamin continua sua explanação imagética a partir das figuras do químico e do alquimista. O primeiro é um sujeito ligado a uma ciência e o outro é um sujeito ligado a uma ciência que admite o ocultismo, um enigma. O químico, analisando as cinzas de uma fogueira apagada, sabe identificar os elementos envolvidos na combustão. O alquimista procura nas cinzas o que ainda poderia conter das chamas. Na análise do alquimista tem algo que ainda está para se revelar, enquanto o químico consegue nomear todos os elementos. O alquimista vê mais do que os elementos, ele procura a relação com o todo.

Claudia Castro (2011) nos diz que “a tese radical de Benjamin é a seguinte: toda crítica literária que se limite a um interesse meramente filológico se coloca de saída, como comentário do texto, e jamais pode alcançar sua verdade”. (p.18)

Assim, com base nessa distinção podemos afirmar que ao realizar um comentário sobre um tema nossa tarefa se aproxima da atividade realizada pelo químico, identificando e nomeando os elementos que compõe um texto. Trata-se de uma descrição do que existe. A crítica pressupõe algo além do comentário, exige outra atitude do leitor/pesquisador, o seu envolvimento com a criação de um novo texto.

A crítica tem sempre como fundamento explicitar a particularidade que se insere no todo, mostrando o modo como ela altera a configuração da totalidade, transformando-a. Ela não se limita a descrever, mas empenha-se numa investigação mais ampla que relaciona a obra com o contexto em que ela se insere. O comentador é reconhecido pela fidelidade à obra, enquanto o crítico vai em busca de sua interpretação e, nesse sentido, confere uma autoria.

No entanto, Benjamin, fazendo justiça ao seu pensamento dialético, afirma que não se deve fazer hierarquia entre a atividade do crítico e a do comentador. Na verdade, para uma crítica adequada é imprescindível um comentário bem feito. Rita Ribes Pereira (2012) fala do desafio que tanto a crítica quanto o comentário ensejam:

111 No ensaio está *teor factual*, os comentadores utilizam *teor coisal* para se referir ao mesmo termo.

Isso nos coloca por desafio aprender a observar, detalhar, expor pormenorizadamente os fragmentos do cotidiano de modo a que permitam uma análise material exaustiva do fenômeno social tomado para estudo, sem perder de vista tratar-se de um fenômeno em permanente movimento. Isso implica ao pesquisador, dar a conhecer um pensamento que ainda permanece em exercício, expor-se em processo, ser autor de uma perspectiva ainda não conclusiva. Aí reside o tênue limite entre o comentário e a crítica e que nos leva a compreender que a formulação de um bom comentário – uma apresentação bem feita dos extratos empíricos – é uma contribuição relevante para o estudo de temas contemporâneos. (p.22-23)

Isso é fundamental na produção de uma dissertação ou tese, uma vez que o leitor só conseguirá acompanhar e participar das reflexões críticas que se pretende, se for capaz de comentar os seus detalhes: processo de construção do pensamento, tema que aborda, o que privilegia. Fornecer os elementos da tese é condição fundamental para construção posterior de uma crítica, seja por parte do próprio autor, seja pelo leitor/interlocutor do trabalho. Nesse sentido, o comentário é uma etapa da crítica. A ênfase na necessidade do trabalho do comentador relaciona-se com a preocupação de Benjamin em não perder a história das coisas. Um texto que já começa na crítica, sem apresentação prévia do que se pretende criticar sonega uma história que, conforme já dito, é crucial para apreciação da crítica.

Em uma tese referenciada nas questões contemporâneas o alerta de Benjamin é ainda mais pertinente. Uma tese que se debruce sobre acontecimentos atuais, não pode dispensar uma recuperação histórica – em termos pragmáticos, uma contextualização teórica – que ampara a reflexão crítica que se deseja fazer a partir dela. Do mesmo modo, o uso de conceitos e bibliografias requer antes de tudo uma apresentação dos autores e dos conceitos que lhes são próprios. Antes de aderir ou refutar a um pensamento teórico é fundamental apresentá-lo. Toda questão traz consigo um léxico próprio referente aos temas e conceitos do seu tempo, nesse sentido, não se pode prescindir de apresentá-los adequadamente, num comentário, para empreender posteriormente uma crítica.

Através de outra metáfora, Benjamin (2009) expõe a importância do exercício do comentário que antecede a crítica.

Pode-se comparar esse crítico ao paleógrafo perante um pergaminho cujo o texto desbotado recobre-se de com os traços de uma escrita mais visível, que se refere ao próprio texto. Do mesmo modo como o paleógrafo deveria começar pela leitura desta, também o crítico deveria fazê-lo pelo comentário (p.13).

O diálogo entre autor e comentadores envolvido no processo de submissão e publicação dos textos é extremamente pródigo na medida em que o parecer, enquanto leitura crítica do nosso trabalho, permite-nos ampliar nossa reflexão, rever (ou defender) nosso ponto de vista, numa continuidade enriquecedora do pensamento.

Benjamin resgata o conceito de crítica do lugar comum que, em geral, este conceito ocupa, ou seja, sempre associado a uma enunciação negativa. A crítica é a formulação de um juízo. Neste contexto, a analogia com o alquimista é esclarecedora, pois este não se contenta em estabelecer apenas relações entre os elementos químicos. O crítico, assim como o alquimista, pretende ir além do que o comentador se propõe.

O parecer cobra certo acabamento e um enquadramento dentro de formas e métodos. Para traçar um paralelo com os conceitos de comentário e crítica, poderíamos colocar da seguinte forma: o parecer cobra do autor o rigor do comentário e ao respondê-lo possibilita em nossa resposta um detalhamento próprio do comentário, mas também permite um prolongamento da reflexão, evidenciando as inúmeras possibilidades de desdobramento do tema. Dito de outro modo, o parecer cobra o comentário, mas também incita a crítica. Isso porque como coloca Castro (2011) “o trabalho do comentário, justamente esse trabalho incansável de decifração, é, portanto absolutamente necessário em seu papel de ato preliminar da crítica” (p.21).

Na tese, os textos oscilam entre críticas e comentários e os pareceres nos cobram um e ou outro. De modo geral, em relatos construídos em torno de experiências de campo e, portanto, mais críticos e opinativos, os pareceres cobraram comentários que se expressam na forma de explicitações de conceitos, apresentação de autores. Nesses casos, as respostas ao parecer são a oportunidade de estender a ideia a partir de um comentário, isto é, explicitando nossas intenções, defendendo nosso ponto de vista, esclarecendo conceitos.

Deste modo, o exercício do comentário ou da crítica nas respostas às avaliações do texto depende da demanda do leitor em relação ao texto. Revistas mais afinadas com nossa compreensão metodológica tenderam a solicitar uma formulação crítica, uma vez que a compreensão dos conceitos, autores e estratégias metodológicas são compartilhadas. Nesses casos, as avaliações pediram acréscimos, distinções entre conceitos, enfim, solicitaram uma ampliação do pensamento. No entanto, nos periódicos que pensam numa perspectiva metodológica ou conceitual diferente da presente no texto, frequentemente, requisitaram um detalhamento metodológico, apresentação das obras, acréscimos de bibliografia.

Entretanto, essa distinção é apenas superficial, de modo geral, um texto não é unicamente uma crítica ou um simplesmente comentário. A resposta ao parecer é sempre oportunidade de ampliação das ideias do artigo, seja em forma de comentário ou crítica. Como esclarece Castro (2011):

O comentário não se reduz a uma simples reescritura da obra, ele já é crítica em exercício (...), que ao interrogar os elementos reais, impede a simples identificação dos planos. Mas o comentador tem de se duplicar em crítico, como o químico, ele decompõe o texto, zelando para o que os estratos não se misturem; como alquimista, dos restos ele reacende a chama, fazendo surgir o ouro que com o vil metal se encontrava misturado até indiscernibilidade (p.22).

A elaboração de uma crítica, no entanto, tem como objetivo a ampliação das possibilidades de apreensão e pesquisa de um determinado assunto. Por essa razão pressupõe uma ousadia. Enquanto o comentário ampara-se nas minúcias da obra/tema, a crítica as contempla mais aspira além. Nesse sentido, os pareceres nos deram a oportunidade de, por meio da crítica, transcender a obra da condição de mero relato.

E, a partir do comentário, detalhar ideias e conceitos ampliando a possibilidade de compreensão. Conforme formula Jean Marie Gagnebin, “o objetivo da atividade crítica é constituição e desdobramento, a partir da obra e para além dela de uma ordem que lhe seria inerente” (1980, p. 219). Nesse sentido, a abertura e o inacabamento para Benjamin longe de ser um problema, constitui mesmo a característica da obra artística. Benjamin tem uma preocupação com a verdade de uma obra. Vale ressaltar que o conceito de verdade em Benjamin não se revela num acabamento único e irrevogável, mas diz respeito a algo que transcende a finitude histórica da obra e, nesse sentido, é o contrário de um acabamento.

A autora observa também que a potência e relevância da crítica e do comentário têm relação com seu posicionamento na história. A autora coloca que “se a verdade da obra, por um lado, ultrapassa seu caráter historicamente limitado, está, por outro, indissociavelmente ligada à obra; ela só pode descobrir-se no seio da organização do texto compreendido como uma produção histórica” (1990, p.220).

A observação da autora mostra-se fundamental para a construção do trabalho em questão, uma vez que parte dos textos que compõe a tese foi produzida quase simultaneamente aos acontecimentos que os inspiraram e, sendo assim, situar o tempo da construção do pensamento é imprescindível para sua compreensão.

A obra, tal como define Benjamin tem um componente material, seu “*teor coisal*”. Gagnebin define o material da obra, “como histórico e filológico,

portanto datado e efêmero”, logo cabe à atividade crítica desdobrar o fato localizado temporalmente em material. O autor defende que o texto fala do tempo em que foi escrito. Assim, tanto mais rica será a contribuição do parecerista quanto mais ciente ele estiver do contexto histórico que envolve a produção do texto, assim como do caráter instável da realidade que ele relata e da precariedade do conceito de verdade nessa perspectiva.

Para autora, portanto, o contexto histórico da produção da obra é fundamental para sua compreensão posterior. A observação da autora é fundamental no contexto de uma tese produzida no campo movediço dos acontecimentos contemporâneos. A autora defende que “o crítico deve ser primeiro um comentar, tal o monge medieval que se aferra ao que ele não compreende no texto, aos elementos carregados de historicidade que reduz a nada toda pretensão de compreensão imediata” (p.220).

Sobre produzir em artigos: vantagens e desafios

Como já se sabe a essa altura, a presente tese foi construída e consolidada em artigos. Nesse sentido, a opção metodológica por construir a tese em artigos e publicá-los ao longo da pesquisa fez com que a interlocução com as revistas constituísse não apenas o método da produção da tese, mas também colocou o processo de publicação como uma das questões da tese. Isto é, trata-se de uma discussão não apenas metodológica, mas também epistemológica uma vez que fala da própria produção do conhecimento que se estabelece no diálogo entre autor(res) e a editoria da revista em questão. Esse modo de disposição do pensamento envolve vantagens e desafios que procurei pontuar ao longo da tese. Nessa análise nos interessam três aspectos que, à luz dos conceitos de comentário e crítica, ajudam-nos a pensar nossa produção em perspectiva com o diálogo com os pareceres.

O primeiro refere-se às normas de publicação, sobretudo, no que se refere ao tamanho dos textos. Dito de outro modo, escrever em formato de artigo pressupõe produzir com constrangimento de espaço. Os artigos, diferentemente de capítulos, frequentemente não podem ultrapassar um determinado número de laudas ou caracteres. Nesse sentido, ainda que se escreva com liberdade reflexiva e analítica, para a submissão, frequentemente, é preciso editar o texto para atender exigências de formato. Com isso, há risco de uma incipiência na abordagem, isto é, de um trabalho de pensamento excessivamente superficial ou com lacunas reflexivas. Também com frequência, o parecer cobra esse

aprofundamento da questão. Se por um lado essa demanda fornece a oportunidade de esclarecer dúvidas e problematizar as restrições do formato, por outro lado, e com mais frequência, envolve a tarefa de editar o texto, elegendo as análises mais relevantes para a totalidade do texto.

Uma segunda questão que se apresenta como desafio numa tese construída em artigos é a temporalidade envolvida no processo de produção do texto até a sua publicação definitiva. Entre a escritura do artigo e sua disponibilização para o público mais amplo existem etapas que podem levar meses. Na tese, a média foi de nove meses entre a submissão e publicação ou recusa. Assim, quando estamos tratando de questões muito urgentes e contemporâneas, ou quando o campo empírico é demasiadamente movediço, como é o caso do contexto sócio político brasileiro, o tempo entre a produção e publicação é suficiente para reafirmar ou desconstruir afirmações e análises propostas no texto. Nesse sentido, a resposta aos pareceres é oportunidade de “atualizar” o texto, contemplando os desdobramentos dos eventos que o artigo narra.

Por fim, o diálogo com as revistas possibilita, no âmbito de um trabalho mais amplo de tese, um exercício argumentativo que, num contexto de produção de tese, cumpre o papel de uma “antecipação” da defesa a partir da resposta aos pareceres. Conforme exposto acima, os pareceres – enquanto leituras críticas – apontam lacunas, sugerem caminhos inexplorados ou possíveis; solicitam esclarecimentos e compelem ao aprofundamento das questões. Esse processo permite identificarmos as fragilidades da nossa argumentação, as possibilidades de desdobramentos do tema e possíveis abordagens.

No entanto, nem sempre o comentário se refere ou se restringe a uma avaliação formal do texto. Na avaliação, o parecerista mobiliza também seus posicionamentos ideológicos, suas filiações literárias, suas inclinações metodológicas. Nesse sentido, nem sempre o que os comentários destacam são falhas argumentativas ou indicação de caminhos. Nesses casos, a resposta converte-se em espaço de negociação que impele à defesa dos nossos argumentos e pontos de vista. No diálogo com o avaliador pode-se encontrar uma via de conciliação entre as demandas do parecer e as intenções do texto, ou de modo inverso, pode-se optar por refutar as sugestões, reafirmando e substanciando as opções teóricas e metodológicas. Por vezes, ater-se às nossas convicções pode inviabilizar a publicação.

Assim, responder aos comentários implica, invariavelmente, uma revisão das nossas colocações, nosso ponto de vista. As respostas aos pareceres – aceitando ou refutando as colocações dos comentadores – abrangem simulta-

neamente o trabalho de comentário e crítica e, nesse sentido, suscitam novas questões que são ricas e podem, eventualmente, serem absorvidas na tese.

Considerações finais

Desse modo, abrir-se à interlocução com outros se mostrou não apenas vantajoso como fundamental. O diálogo enriquece o texto, possibilita sua reelaboração através de uma reavaliação das reflexões ou fortalecimento das convicções defendidas.

Dito isso, ficou claro também que nesse sentido é preciso pensar e ampliar os espaços para troca.

Os imperativos de produtividade acadêmica, ao mesmo tempo em que demandam produção, restringem a validação do conhecimento produzido a determinados espaços, sendo as revistas acadêmicas um deles, cujo o tempo de produção é anacrônico aos acontecimentos e o acesso é restrito aos pares. Assim, a produção acadêmica tende a ficar demasiadamente enclausurada nesses espaços. O que ocorre, amiúde é que o pensamento produzido não circula. E quando circula fica restrito a um grupo pequeno.

Se, como vimos, o comentário e a crítica são valiosos recursos no sentido de enriquecer e aprimorar o texto, o que me parece necessário é ampliar os espaços onde essa troca possa acontecer. É preciso, portanto, pensar novos espaços para além dos ambientes estritamente acadêmicos. Não se trata de dispensar os espaços consolidados, tampouco menosprezar a leitura qualificada que pareceristas de periódicos científicos produzem. Essas contribuições são extremamente importantes dadas suas capacidades analíticas e seus referenciais teóricos. Nossa compreensão é de somar a esse espaço outros mais dinâmicos e acessíveis. E isso passa por contemplar novos ambientes de circulação do pensamento e tornar os existentes mais eficazes e abertos. Uma possibilidade é a indexação¹¹² de textos já publicados em plataformas abertas, mais afinadas com o modo de busca e navegação atual.

Outra possibilidade são as redes sociais que hoje já se oferecem como espaços de divulgação do conhecimento onde o exercício do comentário e da crítica acontecem quase que imediatamente. Nos acontecimentos recentes brasileiros, as redes sociais e sites independentes, assim como laboratórios de

112 A plataforma Academia.edu é um exemplo que permite a ampliação das possibilidades de transmissão dos textos para além dos espaços das revistas acadêmicas. Essa plataforma viabiliza ainda a interação e construção coletiva de textos.

análise e pesquisa revelaram-se preciosas fontes de pesquisa, não só fornecendo informações, mas contexto e análise crítica “em tempo real”. Pode-se argumentar que há uma distinção entre informação e conhecimento e que, nesse sentido o que se expressa nesses espaços são impressões e fatos – *teor coisal* dos acontecimentos – entretanto é exatamente a abertura ao diálogo e a contestação imediata que plataformas mais abertas e de interação instantânea impõem, que permite o texto transitar de comentário à crítica. Nas redes, a transmissão do pensamento prescinde qualquer validação anterior, mas por isso mesmo se lança ao escrutínio que permite a reelaboração e aprimoramento do pensamento. Dito de outro modo, no espaço livre das redes, não é a validação externa que garante a sobrevivência da obra, mas o próprio processo de destruição e reconstrução da mesma.

Benjamin defende, e Jean Marie Gagnebin (1980) sublinha, que é a transmissão da obra que a liberta da sua falsa totalidade. Assim, não é o conteúdo propriamente dito que é falso ou limitado, mas a própria concepção da obra como acabada. A crítica de Benjamin é ao embalsamento que a história da literatura promove nas obras, classificando-as como essenciais e únicas, e privando-os do movimento de construção do pensamento. “Ora, a verdade de uma obra consiste, ao contrário, em sublinhar a fragilidade dessas categorias e em fazer romper-se a sua sistemática” (p.221). Trata-se, portanto, de fomentar e legitimar outros espaços de produção, divulgação e circulação do pensamento, garantindo ao conhecimento a possibilidade de transcender os limites que os constroem e cerceiam.

10

Conclusões do que permanece inconcluso

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, tese VI, “Sobre o conceito de história”)

Esse trabalho buscou dar conta da natureza impermanente de seu objeto. Natural, portanto, que o momento de cravar o ponto final que encerra a escrita, mas que naturalmente não limita o trabalho do pensamento, seja vivenciado com grande dificuldade. A sensação é que o horizonte dá um passo à frente e nos escapa. Como concluir o que se apresentou o tempo todo como movediço? Talvez seja melhor compreender como sugere Benjamin; isto é, pensar a tese como uma formulação do passado que não tem pretensões de “verdade” – no sentido positivista que supõe acabamento e neutralidade – mas que carrega intenções e desejos.

Ao longo do seu processo de desenvolvimento a presente pesquisa ambicionou relacionar as transformações no universo do trabalho na passagem ao pós-fordismo com as manifestações populares recentes, ou conforme explícita o título da tese, a articulação entre produção e política no contemporâneo. Nesse esforço reflexivo, “nos despimos de qualquer pretensão de neutralidade, deixando nos afetar pelas circunstâncias e pelo contexto em que a cena da pesquisa se desenrola” (Jobim e Souza e Albuquerque, 2012, p.112). Essa postura se expressa de forma mais contundente no acolhimento do que, com auxílio de Benjamin, nomeamos os desvios da tese.

Nesse contexto, os eventos brasileiros iniciados em junho de 2013 foram o momento inaugural desse projeto. Articulado aos movimentos globais, o levante brasileiro converte-se em campo de análise para o encontro das reflexões acerca das temáticas do trabalho e da ação política.

Retomando a imagem da viagem sugerida no início do trajeto, podemos agora, tendo trilhado essa rota de pesquisa, estacionar e mirar a paisagem desenhada por esses *desvios*. Talvez seja preciso admitir a angústia que permeia esse momento pretensamente conclusivo. Três anos depois dos eventos de junho que despertaram no âmbito da pesquisa o desejo de perseguir essa trilha de investigação, o cenário é pouco animador.

Essa conclusão é, portanto, uma proposta de construir um balanço que seja capaz de “atear ao passado a centelha da esperança” e nesse movimento reafirmar nosso compromisso com a história dos vencidos. Para onde devemos olhar se quisermos encontrar o mínimo senso de vitória? Minha hipótese é que devemos direcionar nosso olhar para as lutas que persistem e para as experiências bem sucedidas, porque elas existem. Enquanto a política nas esferas do poder desmorona, ainda que seus atores acreditem que se encastelam; por todos os lados movimentos autônomos acenam como alternativas embrionárias à falsa democracia representativa.

No Brasil, as jornadas de junho gritaram a crise de representação e também a potência da articulação entre as redes e as ruas. De fato, todos os levantes do ciclo global de lutas expressaram uma recusa radical aos governos e ao modo autorreferencial de fazer política. Em comum, todos os movimentos recusaram as falsas representações. Nossa compreensão é que essa crise de representação pode ser experimentada, pelo menos, de duas maneiras.

Primeiro como desesperança e vazio que deriva da sensação de que as instituições não abarcam as aspirações e interesses da maioria, pelo contrário, torna barganha o que é direito de todos. Ou, de outro modo, a constatação do terrível pode se expressar como os movimentos recentes têm mostrado, nas múltiplas possibilidades de pensar e por em práticas outras formas políticas: autônomas, horizontais, que falam por si mesmas. Isto é, como a multidão que recusa falsas governanças. As mobilizações globais são, nesse sentido, laboratórios de alternativas, que buscam ressignificar a ação política.

Na Espanha, o movimento dos indignados do 15M desdobrou-se em plataformas municipalistas elegendo duas prefeitas oriundas do movimento em Barcelona e Madri. Ada Colau e Manuela Carmera integram, respectivamente, as coalizões cidadãos Barcelona em Comum e Agora Madri, expressões eleitorais do ciclo de lutas que começam em 2010, com as revoluções árabes e se intensifica na Espanha a partir do movimento de maio de 2011. As experiências municipalistas são o vislumbre de uma cidade pensada de baixo para cima a partir das lutas constituintes.

No Brasil, o movimento de junho e todos aqueles que se estendem até hoje têm como uma de suas dimensões constitutivas as condições de vida e trabalho na metrópole. De fato, a cidade é o epicentro da problemática das lutas sociais, porque é simultaneamente espaço e razão dos levantes. A luta por transporte público, no Brasil, em defesa de um parque em Istambul, condições de trabalho na França revelam, pelo mundo a fora, o desejo de repensar não só a política, mas outras formas de vida na cidade. O modo de organização e resistência na forma de ocupações e acampadas já são simbolicamente um processo de reapropriação da cidade. Ocupar palácios e assembleias legislativas, montar tendas em praças compõem um discurso que reivindica a posse desses espaços.

Nesse sentido, os movimentos são simultaneamente críticos da supremacia dos interesses privados, isto é, das determinações neoliberais de privatização dos espaços públicos e também das imposições do Estado que age autoritariamente sem consultar a população. A resistência dos estudantes secundaristas, em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, e a luta contra as remoções de comunidades como Vila Autódromo são emblemáticas da resistência frente ao autoritarismo do Estado e da relação promíscua entre poder público e interesses privados.

Por fim, esses movimentos evidenciaram a potência da articulação entre as redes e as ruas. As redes legaram uma autonomia aos movimentos, de organização de convocação e construção de narrativas. A mídia aliada dos poderes constituídos tentou e ainda tenta insistentemente aderir uma imagem redutora e enviesada aos movimentos, representações de uma horda ora perigosa e agenciada, ora pueril e pacífica. Nessas narrativas, manifestantes viram vândalos, ocupações são invasões, a violência noticiada é sempre unilateral. Todos os movimentos tiveram uma imagem que a mídia tentou fixar a ele: de gigantes a fascistas. Nesse contexto, a autonomia da comunicação não é ferramenta apenas de organização, mas também de defesa. Se antes a mídia tradicional tinha o monopólio da informação (e nesse contexto também da manipulação), hoje, as redes colocam essas narrativas em disputa.

Buscando uma aproximação com a pesquisa, podemos pensar o ato de pesquisar como resistência. O pesquisador – enquanto aquele que narra o mundo – tem compromisso com a história e com as realidades que sua narrativa contempla ou silencia. Dito de outro modo, “narrar uma pesquisa não é só registrar os acontecimentos, mas consiste em um trabalho político de afirmação de algumas verdades em detrimento de outras” (Jobim e Souza e Carvalho, 2016, p.98). Assim, esse que narra pode ser refém das referências, da tradição, dos imperativos de produtividade que o obriga a renunciar aos seus posicionamentos e críticas, ou de modo inverso, pode reivindicar e assumir a autoria do seu pensamento.

Metodologicamente, esse trabalho de tese optou por uma abertura ao diálogo e aos encontros, partindo da compreensão que a pesquisa se constitui na relação com o outro.

Na medida em que este fato é inevitável, a questão para o pesquisador não é mais controlar a sua performance para minimizar ao máximo as consequências de suas atitudes no campo, mas, ao contrário, faz-se mister tornar explícito no seu relato o modo como as circunstâncias o afetam. Em outros termos, o pesquisador se indaga sobre a especificidade do conhecimento que é produzido de forma compartilhada, na tensão entre o eu e o outro, por meio de uma cumplicidade consentida entre ambos (Jobim e Souza e Albuquerque, p.112).

Assim, os artigos que compõem a tese pretendem dar conta de um tempo a partir dos eventos que narram e das relações e afetos que estabelecem. Nesse sentido, são textos que empreendem o esforço de “narrar o passado não propriamente como ele foi”, mas “apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”. (Benjamin, 2012 p.243). Benjamin se refere ao perigo da apropriação da história pelos vencedores (classes dominantes). Como já foi dito, não há pretensão de apreensões de “verdades”, o que cada artigo desejou oferecer foi um ponto de vista, uma perspectiva. No entanto, tampouco ambicionou neutralidade. Nossa compreensão é de que, em todos os tempos, mas especialmente em tempos como o nosso, o pesquisador deve aceitar à convocação de falar do lugar que ocupa, sem renunciar seu papel político sob pena de testemunhar a falsificação e o esquecimento de seus combates (Lowy, 2005, p.66).

O que está em jogo na releitura permanente da história é moldar uma cultura moral e política que impeça que as atrocidades dos poderes ilegítimos, o desrespeito à democracia e aos direitos humanos tomem conta do cenário político e social, transformando o estado de exceção em regra.

Está em curso a reescrita da história dos atuais rearranjos do capitalismo mundial integrado e esta tese é testemunha, junto com a sociedade brasileira, dos acontecimentos que desembocaram no “*impeachment*” pelo Congresso Nacional, da Presidente eleita Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, poucos dias antes da apresentação deste trabalho para a banca avaliadora. Nesse contexto, para finalizar o que permanece inconcluso, vale lembrar as palavras de Hannah Arendt.

“Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um efeito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um

meio para atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Isso ocorre sempre que deixa de existir convivência, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os outros, como ocorre, por exemplo, na guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos para alcançar determinados objetivos em proveito do seu lado e contra o inimigo. Nestas circunstâncias, que naturalmente sempre existiram, o discurso transforma-se, de fato, em mera “conversa”, apenas mais um meio de alcançar um fim, quer iludindo o inimigo, quer ofuscando a todos com propaganda (Arendt, 2004, p. 193).

11

Referências Bibliográficas

ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ALBUQUERQUE, E.D.P.; SOUZA, S. J. *Wittgenstein e Walter Benjamin: inquietações éticas e filosóficas como formas de viver e de pensar*. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, p. 113-133, 2008.

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1958.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Livraria Martins Fontes, 2011.

_____. *Metodologia das ciências humanas*. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.393-410.

BENJAMIN, W. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Teses sobre o conceito de história*. In: *Obras Escolhidas vol 1, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 241-252.

_____. *Livros infantis antigos e esquecidos*. *Obras Escolhidas vol 1, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 254-262.

_____. *Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador*. In: *Obras Escolhidas vol 2, Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.227-235.

_____. *Comércio de selos*. In: *Obras Escolhidas vol 2, Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987, 57-60.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras Escolhidas vol 2, Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Passagens**. Minas Gerais: UFMG, 2006.

_____. Experiência. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. As armas do futuro. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

_____. *Afinidades eletivas em Goethe*. In: *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Duas cidades, Ed. 34, 2009.

BOFF, L. *Para onde irão os indignados e os occupiers?*, 2012. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/02/12/para-onde-irao-os-indignados-e-os-occupiers/>

BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BOLLE, W. “Um painel com milhares de lâmpadas: Metrópole & Megacidade”. In: Benjamin, Walter. *Passagens*. 2006, pp.1141-1167;

BOLOGNA, S. *Workerism Beyond Fordism: On the Lineage of Italian Workerism*. *Viewpoint Magazine*, 2015. Disponível em: <https://viewpoint-mag.com/2014/12/15/workerism-beyond-fordism-on-the-lineage-of-italian-workerism/> Acessado em: 25 de abril de 2016.

BOUTANG, Yann. Moulrier. *Le capitalisme cognitif*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

BOX 1824. *O sonho brasileiro da política*. Disponível em: <http://sonhobrasileiro-dapolitica.com.br/> acessado em: 8 de outubro de 2014.

BRAGA, Ruy. *Marx está de volta*. 2009. Entrevista Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1015113-marx-esta-de-volta-diz-professor-ruy-braga-sobre-crise-economica.shtml>

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista*. Revista Galileu, 12 de junho de 2013. Disponível em: <http://colunas.revista-galileu.globo.com/colunistas/2013/06/12/o-ponto-em-comum-entre-a-praca-taksim-e-avenida-paulista/> Acessado em: 22 de junho de 2013.

CASTRO, C. *A alquimia da crítica. Benjamin e as afinidades eletivas de Goethe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, M e CASSIÁN, N. (2012) “Do sonho olímpico ao projeto Porto Maravilha: legado para quem?” In Cocco, G e Albagli, S. (orgs.) *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond – e-book.

CAVA, B.R. *Copesquisa no operáismo autonomista*. Disponível em: <http://unino-made.net/tenda/a-copesquisa-no-operaismo-autonomista/> Acessado em: 25 de abril de 2016.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. (2013a) Black blocs agem com inspiração fascista, dia a filósofa a PMs do Rio. Jornal Folha de S. Paulo, 27 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1332434-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>

CHAUÍ, Marilena. (2013b) Marilena Chauí no espaço CULT. *Revista Cult*, 28 de agosto de 2013. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/marilena-chau-no-espaco-cult-2/>

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção de direitos na crise do capitalismo global*. – 3.ed – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Korpobraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. Introdução de: LAZZARATO, M e NEGRI, A. *Trabalho Imaterial. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. DP & A, 2001.

_____. *Não existe amor no Brasil Maior. Le Monde Diplomatique Brasil. Maio/2013*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1413>

_____. *A esquerda não deve ter medo do conflito social. Março/2014*. Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/liv/giuseppe-cocco-esquerda-n-deve-ter-medo-conflito-social/pag/-1>

_____. *Revolução 2.0: Sul, sol, sal*. In: *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521331-mobilizacao-reflete-nova-composicao-tecnica-do-trabalho-imaterial-das-metropoles-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco> Acessado em 25 de junho de 2013.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

CORSANI, Antonela e LAZZARATO, Maurizio. *Intermittents e Precaires*. Paris: Éditions Amsterdam, 2008.

CORRÊA, C. Salomão; SOUZA, S. J. *Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia*. Revista Polis e Psique, v. 4, n. 1, p. 21, 2014.

_____. *Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho*. Revista Polis e Psique, v. 4, n. 2, p. 106-125, 2014.

_____. *O que será o amanhã? Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho*. Desidades, v. 8, p. 19-29, 2015.

Corrêa, C.S. *Sobre transformações as do trabalho: da passagem do fordismo ao capitalismo cognitivo*. Laboratório Território e Comunicação – UFRJ. Disponível em: <http://labtecufRJ.net/atualidades/2016/04/26/sobre-as-transformacoes-do-trabalho-da-passagem-do-fordismo-ao-capitalismo-cognitivo/>

COSTA, L. B. *Imagem dialética e imagem crítica: fotografia e percepção na metrópole moderna e contemporânea*. 2010. Tese (Doutorado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18062010-090811/>>. Acesso em: 03/12/2015

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: editora 34, 1992.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Deux regimes de fous*. Paris: Ed. De Minuit, 2003.

DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José. *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora Senac, 2001.

ESPIN, L.M e GARCIA, M.F. *Devir mulher do trabalho e precarização da existência: a centralidade dos componentes afetivos e relacionais na análise das transformações do trabalho*. Revista Lugar Comum, n. 29, p.81-98, 2009. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111102120447lugarcomum_29_completa.pdf

FAMECOS/PUC-RS. *Perfil do Jovem Brasileiro*. Disponível em: <http://portal.eu-soufamecos.net/estudo-da-famecos-revela-comportamento-do-jovem-brasileiro/> acessado em: 1 de setembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FRANCO, A.L.V. *Walter Benjamin: a verdade em imagens*. Tese (doutorado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2010.

FUMAGALLI, A. e MEZZADRA, S. (Orgs.). *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FUMAGALLI, Andrea. Cognitive, Relational (Creative) Labor and the Precarious Movement for “Commonfare”. *Creative Capitalism, Multitudinous Creativity: Radicalities and Alterities*. London: Lexington books. p. 3, 2015.

FUMAGALLI, Andrea e MORINI, Cristina. *Life put to work: towards a theory of life-value*. Ephemera, vol.10, 234-252.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Perfil da Juventude Brasileira*. Disponível: http://www.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf

GAGNEBIN, J. M. *A propósito do conceito de crítica em Walter Benjamin*. Discurso, n. 13, p. 219-230, 1980.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, M e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JABOR, A. *Revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos*. Jornal Nacional, em 12 de junho de 2013. Vídeo disponível em: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protetos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>

KONDER, L. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Editora Record, 1999.

KORMAN DIB, S. *Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2006.

KORMAN DIB, S.; CASTRO, L. R. de. “O trabalho é projeto de vida para os jovens?” In *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, vol. 13, n. 1, pp. 1-15, 2010.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, J.G e BATISTA, L.A. *Itinerário do conceito de experiência*. Princípios – Revista de Filosofia. Natal, v.20, n. 33, Janeiro/Junho. p.449-484.

LIPIETZ, A e LEBORGNE, D. *Flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva: duas estratégias sociais na produção dos novos espaços econômicos. As regiões ganhadoras Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, p. 223-243, 1994.

Linebaugh, P. e Rediker, M. “A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII”. In: *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010, pp.245-281.

LOWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. Estud. av. [online]. 2002, vol.16, n.45, pp. 199-206. ISSN 0103-4014, 2013.

- LOWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAFESSOLI, M. “Vejo esses movimentos como Maios de 68 pós-modernos”. O Globo, 22 de junho de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/michel-maffesolivejo-esses-movimentos-como-maios-de-68-pos-modernos-8786658#ixzz2Xi3yZ7RA>
- MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARICATO, E. “É a questão urbana, estúpido!” In *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEZZADRA, S. *Italy, operaism and post-operaism*. International encyclopedia of revolution and protest. Oxford: Blackwell, 2009.
- MORINI, C.A. *Feminização do trabalho no capitalismo cognitivo*. Lugar Comum nº23-24, pp.247-265, 2008.
- MURICY, K. *Benjamin, alegorias da dialética*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- NEGRI, A e LAZZARATO, M. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NICOLAS- NICOLAS- LE STRAT, Pascal. *La constitution intermittente de l'activité*. 2004. Disponível em: <http://www.le-commun.fr/index.php?page=la-constitution-intermittente-de-l-activite>
- NOGUEIRA, A.S.A. *O desvio como método a partir da ideia de infância: uma conversa com a infância em Berlim por volta de 1900 de Walter Benjamin*. 139f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza (CE), 2004.
- OTTE, G. e VOLPE, M.L. *Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin*. Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, n. 18, p. 35/47. Florianópolis/ jan - jun/ 2000.
- PELBART, Peter.Pal. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. Iluminuras, 2000.

PELBART, P.P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. Editora Iluminuras Ltda, 2011.

PEREIRA, R.R. “Um pequeno mundo próprio inserido num mundo maior”. In: PEREIRA, R.R. e MACEDO, N.M. *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

PENIDO, S. *Walter Benjamin: a história como construção e alegoria*. Cadernos do Departamento de Filosofia, nº 1, p. 61-70, jun., PUC-RJ, 1989.

PIORE, M e SABEL, C. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Basic Books, New York, 1984.

ROUANET, S.P. “Apresentação.” In: *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> acessado em 1 de setembro de 2014.

RULLANI, E. “Le capitalisme cognitif: du déjà vu?” In *Multitudes* nº 2, p. 87-97, 2000.

SELLIGMAN-SILVA, M. *Walter Benjamin e a tarefa crítica*. Revista Cult. Edição 106, 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/walter-benjamin-e-a-tarefa-da-critica/> Acessado em: 15 de março de 2016.

SENNETT, R. *A corrosão caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Juntos agora*. Londres: 2012. Valor, Rio de Janeiro, volume xx, n. XX. Entrevista concedida a Giovanna Bartucci.

SOARES, L. E. *O que eu sei e o que eu não sei sobre as manifestações pelo passe livre*. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=1098> Acessado em 17 de junho de 2013.

SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. “Produzir subjetividades: o que significa?” In *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2009.

SUPLICY, E. M. *O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1623-1628, 2007.

SZANIECKI, B. “De São Precário a Serpica Naro: arte, cultura e multidão” In *Por uma política menor: arte, comum e multidão*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

UNIVERSIDADE NÔMADE. *O comum e a exploração 2.0*. 2012. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/o-comum-e-a-exploracao-2-0/>

VAINER, C. “Quando a cidade vai às ruas” In *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIRNO, P. *Virtuosismo e revolução: A ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIRNO, P. *A gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.

12

Anexos

Parecer de “Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett”

Revista Caderno de psicologia social do trabalho - USP

Artigo submetido em 16 de julho de 2013.

Pareceres recebidos em 16 de abril de 2014.

Artigo recusado em: 16 de abril de 2014.

Parecer 1

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo

Título do artigo: Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett

Data da solicitação: 20/02/2014

Data da devolução: 15/04/2014

Critérios: originalidade, coerência, clareza de objetivos e argumentos, atualidade e consonância com o conhecimento já construído sobre a temática abordada. O parecer pode ser enviado por e-mail.

Parecer:

O manuscrito discute a realidade contemporânea do mundo do trabalho, tendo como base teórica as ideias de Richard Sennett e como base empírica, conversas sobre práticas profissionais, cotidiano e percepções sobre o ambiente

de trabalho de um grupo não definido de jovens.

A priori, a proposta do manuscrito se mostra interessante, entretanto ele apresenta problemas de ordem estrutural, que impedem sua aprovação como um artigo.

Em termos de formatação, o manuscrito apresenta espaçamento inadequado (simples, quando o correto é 1,5) e tamanho excessivo (62.766 caracteres com espaço, quando o limite é 55.000 caracteres com espaço).

Ajustamos a formatação referente ao espaçamento. Em comunicação com o editor, fomos informadas que existia flexibilidade em relação ao tamanho e que os caracteres excedentes não eram impeditivos à submissão.

Em termos de narrativa, o texto apresenta **uma linguagem jornalística** em vários de seus trechos e parece ter mais o formato de um **capítulo de livro livremente elaborado do que de um artigo científico**.

Em termos estruturais, a **descrição do método de pesquisa** é muito simples e pouco detalhada, inviabilizando a compreensão de quem são, onde trabalham e de onde vieram os participantes da pesquisa, não ficando claro o que teriam em comum e o que teriam de diferente. Além disso, “foram formuladas algumas questões que permitissem iniciar uma narrativa a respeito do tema”, não explicitadas, o que impossibilitou a compreensão do que e como foram feitas as entrevistas (ou conversas?). Os procedimentos adotados são muito vagos (“as conversas foram quase sempre ocasionais, favorecidas pela proximidade e convivência estreita com as pessoas”), e o método de análise utilizado não é apresentado, transparecendo muito mais uma análise com caráter de impressões pessoais do pesquisador do que algum tipo de sistemática de análise das “conversas”: qual foi o **método de análise utilizado?**

A identidade dos depoentes foi preservada através de nomes fictícios e, embora, não se tenha citado nominalmente suas empresas e empreendimentos, informamos o segmento em que trabalham – numa editora, numa empresa privada de assessoria de comunicação, numa multinacional, numa estatal, num coletivo de arte etc.) – e isso nos pareceu suficiente para compreensão do contexto de suas falas.

Quanto aos procedimentos adotados, nosso desejo foi transparecer que a metodologia foi mesmo contingencial, no sentido que não foi elaborada antecipadamente, mas desenvolvida no próprio campo de investigação. Por essa razão optamos por deixar clara a estrutura fluída dos encontros. No entanto, não é verdadeiro dizer que tratasse de um grupo não definido de jovens, mas sim de um grupo não definido a priori. Conforme afirmamos no texto, depois de reunidos os depoimentos, foi “possível afirmar que eles pertencem a faixa etária entre 26 e 33 anos, todos têm ensino superior, são residentes da cidade do Rio de Janeiro e estão inseridos no mercado de trabalho há, pelo menos, 5 anos”. Assim, eles têm em comum a faixa etária, o nível de qualificação e a cidade em que habitam. No entanto, as afinidades e diferenças que a nosso ver importam, quais sejam, aquelas referentes às dinâmicas laborais estão presente exatamente em suas falas. Deixamos que essas diferenças aparecessem nos discursos. conforme explicitado no início do texto, adotamos como metodologia a realização de entrevistas no formato de conversas com estrutura livre, permitindo que os entrevistados elegessem os aspectos que julgassem relevantes para descrever suas atividades profissionais. No entanto, incluímos em nota de rodapé as perguntas gatilhos que permitiram iniciar uma conversa sobre o assunto. Onde você trabalha?Quais as atividades mais cotidianas do seu dia? Alguém trabalha com você nisso (há uma equipe?); para você o que é um bom dia de trabalho? O que pra você funciona ou não funciona no seu ambiente de trabalho?; e demais perguntas que possam surgir das respostas as anteriores.

Nossa estratégia metodológica caracteriza-se pelo compromisso que firma com as questões da pesquisa e que, por essa razão, deve estar atrelado às intenções do pesquisador. Uma metodologia que é, portanto, construída em simultaneidade com a pesquisa.

Ainda em termos estruturais, da forma como foi construída e apresentada a narrativa do manuscrito, a teoria vem em primeiro lugar e os trechos das conversas serviram apenas para ilustrar a teoria. Neste sentido, o manuscrito parece menos atender o objetivo postulado de conhecer práticas profissionais, cotidiano e percepções sobre o ambiente de trabalho de jovens, e mais fornecer exemplos para apresentar as ideias de Sennett.

Acreditamos que o texto desempenha os dois papéis: apresenta a perspectiva teórica de Sennett e debruça-se sobre a prática profissional de um grupo de jovens. O texto parte das publicações mais recentes do autor e, posteriormente, apresenta algumas experiências profissionais contemporâneas, nessa construção, a intenção é unicamente mostrar como os conceitos teorizados pelo autor ganham ressonâncias na fala dos depoentes e como, em alguns momentos, a experiência dos jovens diverge (sem, no entanto invalidar) da compreensão do autor. Conforme a introdução explícita, o propósito dos depoimentos é conferir uma materialidade aos conceitos, sem, no entanto ter a pretensão de servir como definição ou ilustração da teoria; o que se objetivou foi colocá-la em perspectiva com as experiências narradas, acreditando que, do mesmo modo, que a teoria nos ajuda a entender as questões da vida, a experiência material é capaz de iluminar os conceitos.

Considera-se a proposta formulada muito interessante, entretanto, principalmente em função dos problemas de ordem estrutural descritos, o manuscrito não pode ser aprovado para publicação da maneira que foi enviado. Com base nos apontamentos realizados, recomenda-se uma extensa reformulação do manuscrito e a resubmissão para nova avaliação.

Recomendação: (x) Reprovado.

Parecer 2

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia -
Universidade de São Paulo

Título do artigo: Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett

Data da solicitação: 06/03/2014

Data da devolução: 31/03/2014

Crerios: originalidade, coerência, clareza de objetivos e argumentos, atualidade e consonância com o conhecimento já construído sobre a temática abordada. O parecer pode ser enviado por e-mail.

Parecer:

O artigo demonstra originalidade, e a temática está adequada aos parâmetros da revista, privilegiando a questão do trabalho. Apresenta coerência e clareza de objetivos e argumentos relacionados com a psicologia social. Ao mesmo tempo é um artigo da atualidade em que a questão do tempo e espaço na era da produção flexível é questionada.

Porém, o ponto fraco do artigo é que o mesmo não descreve se este trabalho de diálogo entre a bibliografia do sociólogo Richard Sennett e as experiências narradas de jovens profissionais de diferentes esferas produtivas é **produto de um processo de pesquisa científica** ou mera **curiosidade intelectual do autor**.

Não entendemos de que modo essa distinção é relevante para avaliação da qualidade e pertinência do texto, de qualquer modo, informamos em nota de rodapé que se trata de uma etapa de uma pesquisa mais ampla, parte da tese de doutorado de uma das autoras

O trabalho está completo, faltam algumas fontes a serem referenciadas como no caso da citação abaixo descrita. O artigo é inédito trabalha bem com os conceitos de flexibilidade, perícia e colaboração. Nessa discussão, no entanto, os depoimentos coletados não forma submetidos a nenhum tipo de critério ético na pesquisa com seres humanos o que pode ser questionado para a revista em termos de diretrizes e parâmetros da pesquisa e da publicação científica.

Recomendação:

() Aprovado sem restrições;

(x) Aprovado com restrições;

() Reprovado.

Se aprovado com restrições, informar quais modificações deverão ser efetuadas:

Adequar a citação entre parênteses as normas da revista, fonte, data e página de onde o autor retirou o texto: O autor pondera: “hoje, eu diria que a ideia de encontrar uma alternativa não é um projeto utópico, mas algo que precisamos fazer porque esse sistema não funciona.” Explicitar a metodologia de coleta e análise dos dados bem como os procedimentos éticos utilizados na pesquisa com seres humanos.

Parecer 3

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia -
Universidade de São Paulo

Título do artigo: Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett

Data da solicitação: 24/03/2014

Data da devolução: 26/03/2014

Crerios: originalidade, coerência, clareza de objetivos e argumentos, atualidade e consonância com o conhecimento já construído sobre a temática abordada. O parecer pode ser enviado por e-mail.

Parecer:

Considero que a proposta do estudo é pertinente e instigante. O texto está bem escrito e organizado. Tomar como objeto de estudo as “dinâmicas profissionais contemporâneas” mostra-se relevante ao conjunto dos estudos que miram as transformações relativas ao mundo do trabalho e as consequências humanas. Richard Sennett mostra-se um autor legítimo para empreender a análise. Entretanto, o artigo **limita-se a uma compilação de escritos de Sennett, seguidos de uma sobreposição de fragmentos de falas de alguns trabalhadores tomados sem**. Nesse sentido, carece de uma análise crítica e qualificada que realmente coloque em discussão as dinâmicas profissionais contemporâneas, a partir do conjunto dos resultados. **Para tanto, seria imprescindível oferecer uma articulação teórica-empírica robusta que, ao mesmo tempo em que problematizasse a teoria, oferecesse sugestões para futuras agendas de pesquisa, e apontasse avanços do conhecimento.**

Julgamos o aprofundamento das questões teóricas e empíricas que o parecer propõe fundamental. Não obstante, acreditamos que tal empreendimento só é possível em um estudo mais abrangente, com menos ou nenhuma limitação de laudas e caracteres. Por essa razão, o artigo constitui apenas uma etapa de uma pesquisa mais ampla que compõe uma tese de doutorado em desenvolvimento, conforme informado em nota de rodapé. O artigo tem como pretensão tão somente instaurar um diálogo entre a bibliografia mais recente do autor e depoimentos de jovens profissionais, e – nesse sentido – entendemos que cumpre o objetivo a que se propõe. Não trata de mera sobreposição de fragmentos de falas e citações do autor, mas da possibilidade de encontrar nas asserções do autor, ao longo de toda a sua obra, referências teóricas que nos ajudem a problematizar as situações narradas pelos depoentes.

Deste modo, o breve exercício teórico-empírico que o artigo intenta foi, na nossa compreensão, profícuo ao mostrar como as realidades apresentadas pelos jovens depoentes ora confirmam a teoria do autor, ora desmentem; evidenciando que a compreensão do contexto laboral contemporâneo é mesmo complexa. No entanto, mesmo com um universo empírico restrito foi possível identificar semelhanças entre as narrativas e, ao mesmo tempo, perceber como as instituições e o perfil dos profissionais conferem diferentes sentidos aos conceitos. Assim, as noções de colaboração, flexibilidade, precariedade são apreendidas e vivenciadas de modos distintos. Ainda que o artigo não esgote todas as questões que as novas dinâmicas profissionais suscitam, ele permite tecer algumas conclusões sobre o tema a que se dedica e aponta para pontos a serem explorados e, nesse sentido, promove avanços no conhecimento. As investigações da tese que se desdobram a partir desse artigo buscam dar conta da diversidade apontada pelo artigo.

Recomendação:

- () Aprovado sem restrições;
- () Aprovado com restrições;
- (x) Reprovado.

Parecer Revista Interseções

Revista interseções – UERJ

Artigo submetido em 22 de maio de 2014.

Pareceres recebidos em 23 de março de 2015.

Artigo recusado em 2 de julho de 2015.

Parecer 1:

Comentários do consultor

O texto discute as relações de trabalho contemporâneas e seus impactos sobre a subjetividade, tomando como suporte teórico a obra de Richard Sennett. Sua estrutura busca colocar em diálogo o diagnóstico do autor quanto às relações “flexíveis” de trabalho com a experiência profissional de jovens de diversas profissões, em uma construção que enfatiza a importância da atenção para com o sentido que categorias como “flexibilização” ou “cooperação” ganham em ambientes profissionais particulares.

O trabalho trata de tema extremamente relevante e sua estrutura, além de interessante, tem um ótimo rendimento analítico. Recomendo sua publicação com duas sugestões:

A – Embora o foco do texto esteja claramente definido como uma exploração das teses de Sennett às formas do trabalho no mundo capitalista e seus efeitos sobre a subjetividade, causa uma certa estranheza a absoluta ausência de qualquer menção àquela que é possivelmente a obra de maior visibilidade do autor – *O Declínio do Homem Público*. Embora essa obra não se debruce especificamente sobre questões ligadas ao mundo do trabalho, apresenta o mesmo desenho teórico que o autor identifica como sendo típico de Sennett, ou seja, a articulação entre as configurações de nível “macro” e a formação da subjetividade. Creio que valeria um esforço para posicionar as reflexões sobre o trabalho em articulação com as questões, talvez mais amplas, da relação com o mundo público, o que talvez possa ser feito na conclusão sem prejuízo da construção do texto;

Reconhecemos a importância das reflexões desenvolvidas por Sennett em “O declínio do homem público”, embora acredite que, passados 41 anos da publicação original, alguns pontos precisem ser recontextualizados. As formas de sociabilidade, comunicação e relação entre as pessoas na metrópole (tema central da obra) passaram por transformações significativas nas últimas décadas. O advento da globalização nas esferas políticas, econômicas, e, sobretudo comunicacional somado às revoluções tecnológicas alteraram profundamente a maneira como as pessoas se relacionam. Nesse sentido, a intimidade, o retraimento social e o silêncio apontados por Sennett como evidências desse declínio do homem na esfera pública precisam ser pensados nos contextos atuais. Isso não significa dizer que não há mais individualismo e reserva nas relações humanas, mas é preciso reconhecer que enquanto algumas formas de relações de sociabilidade permanecem em crise, outros modos de interagir e se relacionar tornaram-se corriqueiros no contemporâneo, alterando assim as concepções intimistas mobilizadas pelo autor. Assim, diante das restrições de tamanho do texto (30 laudas) não achamos apropriado mencionar a obra uma vez que ela não se relaciona diretamente com o tema e sua menção não poderia prescindir de uma contextualização.

B – Na seção sobre cooperação, valeria uma menção à clássica discussão de Georg Simmel sobre as tensões entre cooperação e competição.

Sem dúvida outros autores poderiam enriquecer o debate, mas diante da já mencionada restrição de tamanho (30 laudas) e em virtude do objetivo principal do texto optamos por utilizar apenas a bibliografia do Sennett. Adicionalmente, acreditamos que a obra do autor dá conta das reflexões dos conceitos (colaboração e competição) de forma satisfatória.

O texto precisa também passar por um cuidadoso processo de revisão, em particular na pontuação, que apresenta vários problemas.

AVALIAÇÃO DE TEXTO:

() Aceitável

(x) Necessita revisão

AVALIAÇÃO FINAL:

(x) Aceitável se reformulado

() Aceito sem ressalvas

() Inaceitável

Parecer 2:

Comentários do consultor:

O artigo faz uma extensa discussão da obra de Sennett sobre as mudanças recentes na estrutura do trabalho, buscando contrapor esta análise com dados de pesquisa com jovens profissionais brasileiros. É bem escrito e mostra domínio da bibliografia de Sennett.

Entretanto, há problemas sérios na análise. Primeiro, os conceitos utilizados por Sennett – cooperação, flexitempo, etc – são comparados aos conceitos e categorias usadas pelos entrevistados, passando-se assim de um registro teórico ao da fala nativa como se fossem equiparáveis.

Os dados são usados para confirmar ou contrapor o que Sennett afirma de forma muito literal, não havendo uma análise mais profunda do que os dados oferecem em termos de questões teóricas para debater a visão do autor. Isto é evidente no próprio objetivo afirmado na p. 4: “Assim, este artigo percorre esses dois momentos da bibliografia de Sennett buscando identificar consonâncias e divergências das argumentações do autor com realidades profissionais específicas. Para tanto, as reflexões bibliográficas são postas em diálogo com depoimentos de jovens profissionais de diferentes esferas produtivas”.

Resposta: Os conceitos não são comparados, mas colocados em perspectiva com as experiências narradas. Conforme a introdução explícita, o propósito dos depoimentos é conferir uma materialidade aos conceitos, sem, no entanto ter a pretensão de servir como definição. A intenção do texto é unicamente mostrar como os conceitos teorizados pelo autor ganham ressonâncias na fala dos depoentes e como, em alguns momentos, a experiência dos jovens diverge (sem, no entanto invalidar) da compreensão do autor. Vale ressaltar, que o próprio Sennett desenvolve sua teoria a partir de observação e do relato de experiências, permitindo que a descrição dos comportamentos de seus personagens explicitem os conceitos teóricos empiricamente. Por fim, o que nosso texto pretende mostrar é exatamente como os conceitos ganham sentidos que podem expressar uma determinada aproximação com a experiência de jovens entrevistados em ambientes e contextos distintos.

De forma relacionada, os dados são muito rasos e faltam informações importantes para análise. Onde moram os pesquisadores – em um grande centro urbano? A questão da flexibilidade também parece articulada ao momento familiar do entrevistado, elemento que pode ser mais debatido no artigo – as pessoas são solteiras? Casadas?

Resposta: Apenas uma depoente é casada. A mudança de um trabalho autônomo para uma empresa que oferece benefícios e seguranças sociais ocorreu antes do casamento. Para preencher esta lacuna apontada pelo avaliador acrescentamos no texto a informação de que a entrevistada é casada e desejava filhos na época da entrevista. Incluímos também a informação de que todos trabalham e residem na cidade do Rio de Janeiro.

Há entrevistados que trabalham em empresas privadas e outros em repartições públicas. Esta é uma diferença significativa na questão da colaboração e da competição, em geral mais acentuada nas empresas privadas. A questão da estabilidade em uma empresa pública brasileira também deve ser levada em conta ao se pensar a construção de narrativas pessoais de identidade no trabalho.

Antes de apresentar a fala dos entrevistados, nos limitamos a informar onde ele trabalha (numa editora, numa empresa privada de assessoria de comunicação, numa multinacional, numa estatal etc.). As demais informações são fornecidas pelos próprios depoentes em seus discursos. Conforme explicitado no início do texto, adotamos como metodologia a realização de entrevistas no formato de conversas com estrutura livre, permitindo que os entrevistados elessem os aspectos que julgassem relevantes para descrever suas atividades profissionais. Assim, embora possamos concordar que há diferença entre a sensação de estabilidade em empresas privadas e públicas, os dois entrevistados empregados em repartições públicas não destacaram estes aspectos - segurança e estabilidade - em suas falas. Em seus discursos, eles destacaram o desejo de reconhecimento de suas potencialidades, narraram a frustração em serem subaproveitados em suas funções e discorreram sobre o desejo de fazerem a diferença. Na verdade, ambos os depoentes não se sentem seduzidos pela suposta perenidade do cargo público e cogitam prestar novos concursos e até abrir seus próprios negócios em busca da realização profissional que almejam.

O mesmo ocorreu com a expectativa de competitividade entre pares de empresas privadas. Embora, haja depoimentos que confirmem essa expectativa, houve depoimentos em que essa ideia foi desconstruída; Suzana e Eliza narraram experiências de cooperação; enquanto Marcelo fala de uma competição entre áreas e sócios, mas não entre colegas de trabalho.

Nesse sentido, a opção por esta estratégia metodológica de escuta desinteressada dos depoimentos nos permitiu evitar conclusões a priori. Os depoimentos cumpriram sua função: demonstraram que o campo traz surpresas, desarmam nossas convicções e expectativas e desmontam o senso comum, por isso ele é rico e justamente por essa razão é preciso ouvi-lo.

Por fim, há diferenças consideráveis entre sociedade brasileira e sociedade americana, objeto do Sennett, em termos de valores e visões de mundo, como a distinção entre mundo público e privado e a valorização da amizade em espaços públicos e no trabalho, que desaparecem completamente da análise.

Embora, “A corrosão do caráter” tenha como campo de análise as experiências de trabalhadores norte-americanos, o autor não se restringe a análises exclusivamente do norte global. Com frequência ele cita ambientes asiáticos, latino-americanos e, nas publicações mais recentes (conforme mostramos no texto, p.29), ele nem mesmo se restringe ao comportamento humano, mas expande sua análise para a biologia, investigando inclusive comportamentos próprios do reino animal. De qualquer forma, a maioria dos entrevistados, em maior ou menor grau, tem no cotidiano do seu trabalho interlocução com realidades internacionais. Laura trabalha em uma multinacional e com escritórios em 120 países e com frequência se relaciona com colegas de outras filiais. Marcelo e Cecília trabalham em escritórios brasileiros com filiais norte-americanas. A editora de Cláudia compra títulos internacionais. Como assistente de edição, cabe a Cláudia negociar a compra desses títulos e realizar a produção editorial desses títulos, função que implica interação com a editora original dos títulos. A globalização e o uso das redes sociais (que não existia nas análises mais antigas do autor) diminuíram as distâncias e contribuíram para um intercâmbio de experiências que acabam por atenuar essas diferenças. Assim, ainda que possa haver diferenças culturais, o mercado de trabalho hoje é global, em rede e desterritorializado, tornando as diferenças irrisórias quando postas em perspectiva com as aproximações.

Por fim, ainda que não seja o objeto do artigo, acredito que a utilização de outros autores que discutem a obra de Sennett pode ser útil para dar maior densidade teórica ao artigo.

De fato, não é objetivo do texto a interlocução com outros autores. Acreditamos que a obra do Sennett é suficientemente rica para a construção de um artigo com essas ambições. Concordamos, contudo, que é possível e interessante buscar a contribuição teórica de outros autores, no entanto, além de não ser o objetivo do texto, as limitações de espaço (30 laudas) não permitem acréscimos.

Ele foi criticado apenas por seu pessimismo? Há outras questões apontadas como problemáticas entre outros estudiosos do tema do trabalho?

A análise de outros autores não faz parte do objetivo desse texto, ainda que em um contexto mais amplo outros autores tenham sido contemplados para o estudo das dinâmicas de trabalho contemporânea. Conforme descrito em nota de rodapé, esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla e, deste modo a análise da bibliografia do Sennett constitui apenas uma etapa do processo investigativo. Pensar as dinâmicas produtivas a partir da sociologia de Richard Sennett permitiu-nos identificar as contribuições do autor, mas também possibilitou traçar os limites da sua tese. Ficou claro que recorrer a outros autores é fundamental para uma compreensão mais ampla do universo do trabalho contemporâneo. Novas investigações estão sendo desenvolvidas tendo como referenciais teóricos outros autores. Entretanto, voltamos a sublinhar que a intenção deste texto é justamente colocar em destaque as contribuições e os limites da perspectiva de Sennett. A percepção de um pessimismo na fala de Sennett não é uma acusação ou crítica. O adjetivo é usado apenas para marcar uma mudança paradigmática dos seus esforços teóricos mais recentes, representados pelo projeto “homo faber”.

Mudança essa admitia pelo autor na entrevista citada no texto; nela o autor desabafa sobre “um cansaço em só apontar o que não funciona”. Em outro trecho ele afirma que encontrar uma alternativa é urgente “porque nosso sistema não funciona”. A mudança de postura do autor é evidenciada também no prefácio de “O artifício”, quando admite ter se tornado mais esperançoso. Nesse sentido, o pessimismo de Sennett é analisado em perspectiva com seu trabalho mais recente, sem nenhum juízo de valor. Pelo contrário, seus trabalhos críticos são enfaticamente elogiados e amplamente utilizados em nosso texto.

AVALIAÇÃO DE TEXTO:

- () Aceitável
- (x) Necessita revisão

AVALIAÇÃO FINAL:

- (x) Aceitável se reformulado
- () Aceito sem ressalvas
- () Inaceitável

Parecer de “Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia”

Revista Polis e Psique

Artigo submetido em 18 de março de 2014

Pareceres recebido em 3 de julho de 2014

Artigo publicado em 5 de setembro de 2014.

Parecer:

O artigo aborda uma temática bastante atual e relevante, faz uma análise bem fundamentada em autores clássicos somada a autores contemporâneos que também tem analisado o mesmo fenômeno. O artigo apresenta boa qualidade de escrita e atinge o objetivo a que se propôs. Desta forma considero o artigo aprovado, destaco apenas duas sugestões.

– A primeira delas refere-se a necessidade de uma revisão cuidadosa das referências citadas ao longo do texto, pois como uma mesma obra é referida várias vezes em parágrafos diferentes é preciso ter cuidado para que o autor e ano da obra estejam presentes em todos os parágrafos, um exemplo disso ocorre com a obra de Castells (2013) referenciada em diferentes parágrafos na página 16, entendo que é importante ter o ano da obra referida em todos os parágrafos, pois muitas vezes um mesmo autor trabalha uma mesma temática em obras diferentes. O mesmo ocorre com outros autores/obras ao longo do texto. Sugere-se a revisão para ficar mais claro ao leitor a que obra a análise se refere.

– A segunda sugestão refere-se à página 20 quando os autores trazem as análises de Hardt e Negri sobre os conceitos de biopoder e biopolítica, acredito que é importante fazer um paralelo com os conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, pois me parece que existem diferenças importantes entre eles, acredito que um ou dois parágrafos seriam suficientes.

As alterações sugeridas pelo avaliador já foram realizadas. Incluímos nas páginas 13-14, a observação sobre a distinção do conceito de biopolítica em Foucault, Hardt e Negri.

O uso do prefixo bio para referir-se ao poder imperial e a potência da multidão deriva das reflexões iniciadas por Michel Foucault, no entanto os conceitos apresentam distinções que cabem ser destacadas. Na obra de Foucault, o termo biopolítica surge na periodização que autor faz entre a passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com privilégio de se apoderar-se da vida para suprimi-la (Foucault, 2009, p.148)”. Com a passagem para as sociedades disciplinares, a morte perde sua centralidade e o interesse do poder passa ser o de gerir a vida através dos corpos. Nesse novo regime, o poder é destinado a produzir forças e as fazer crescer e ordená-las, mais do que barrá-las ou destruí-las. Nesse sentido, ele situa-se na estratégia mais ampla do biopoder e dele faz parte. Esse poder sobre a vida desenvolve-se em duas formas principais: a primeira centrou-se no seu caráter produtivo. No seu adestramento, nas suas aptidões, na sua utilidade e docilidade, transformando o corpo em máquina. Na segunda, “centrou-se no controle da manutenção e reprodução da vida – taxas de mortalidade, nascimento, longevidade e saúde. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (Foucault, 2009,p.152).

Em Hardt e Negri (2004), o conceito de biopolítica é mobilizado para caracterizar a produção da multidão e, nesse sentido, tem um

viés essencialmente positivo. Os autores explicam que “o biopoder situa-se acima sociedade, transcendente, como autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho” (Hardt e Negri, 2004, p.135)

Parecer de “Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho”

Revista Polis e Psique

Artigo submetido em 3 de setembro de 2014

Parecer recebido em 23 de setembro de 2014

Artigo publicado em 19 de dezembro de 2014

Parecer:

O manuscrito discute um tema contemporâneo relevante, as manifestações de junho de 2013, com base em Benjamin. O texto tem uma discussão sobre o conceito de experiência na obra desse autor, escrita com clareza e inteligência. As dificuldades se apresentam ao se abordar o campo empírico. Aí o autor perde o foco e passa a comentar temas variados de modo superficial e sem aprofundamento analítico. Aborda desde análises feitas em jornais (Jabor e Chauí), a violência e o comportamento dos policiais no Rio de Janeiro, críticas à gestão atual do governo Dilma, além de aspectos das manifestações. Faz uma crítica do “neodesenvolvimentismo” sem definir com precisão do que se trata. No meu entender, o manuscrito poderia ganhar em precisão se explorasse apenas um tema empírico e definindo melhor com qual corpus trabalharia. Se as jornadas de junho, qual seria seu material de trabalho. Dados da imprensa? Artigos já publicados sobre o tema? Pesquisas de levantamento feitas por institutos à época? É necessário definir melhor qual será o foco e o material a ser trabalhado. Trabalhará tendo por horizonte o Rio ou as questões federais?

Aponto a seguir algumas das imprecisões presentes no texto:

1 – “As manifestações de junho como parte maior de lutas globais iniciadas e, 2010”, p. 4. Essa é uma leitura possível, desde que se explore as diferenças e especificidades. Há pontos de convergência, mas também muitas diferenças entre essas lutas.

2 – Jabor escreveu sua crítica nos dias iniciais das manifestações e depois se retratou (como vemos na nota de rodapé). O mesmo ocorreu com vários outros jornalistas. Como aponta no texto citando Soares era preciso

“esperar mais”. Contudo, esse tempo de espera é próprio do pesquisador e não do jornalista que deve comentar “a quente”, com o risco de ter que se retratar depois. Já a crítica de Chauí é sobre a última etapa das manifestações, em agosto, já em declínio de apoio popular e com forte lideranças dos black blocs, que é sim um movimento muito contestado. Portanto a classificação de filisteu dada a ambos me parece excessiva.

3 – “O combate à miséria pela via do desenvolvimentismo mostrou-se catastrófico tanto numa perspectiva econômica, quanto humana”, p. 17. E “Tudo em nome do progresso e a favor do capital”. Afirmativas peremptórias porem altamente questionáveis. Uma análise dicotômica que cria uma equação de que o desenvolvimento prejudica as pessoas e só favorece o capital, desconsidera que é exatamente o sem desenvolvimento não é possível combater a pobreza. O *welfare state* europeu foi estruturado com o desenvolvimento da Europa, com o forte crescimento econômico entre o pós guerra e 1970. Essa é uma discussão econômica que não me parece fundamental para a argumentação do texto, mas que se for feita, precisa ser mais bem sustentada por outros argumentos bem costurados e não palavras de ordem. Gostei das ideias colocadas na conclusão. Aliás, as melhores passagens são as discussões assentadas em Benjamim. Entretanto, acho que elas precisariam ser melhor desenvolvidas no corpo do manuscrito. Por tudo isso, entendo que o manuscrito precisaria de revisão antes de ser publicado.

1) Sobre o campo empírico do texto.

O autor perde o foco e passa a comentar temas variados de modo superficial e sem aprofundamento analítico. Aborda desde análises feitas em jornais (Jabour e Chauí), a violência e o comportamento dos policiais no Rio de Janeiro, críticas à gestão atual do governo Dilma, **além de aspectos das manifestações.**

Conforme explicitado no título do manuscrito e na introdução do trabalho, o texto busca uma articulação entre os conceitos de experiência e progresso na obra de Walter Benjamin e as manifestações populares recentes no Brasil. Nesse sentido, o campo empírico da pesquisa é a própria manifestação e suas pautas. Assim, não há nada além dos aspectos das manifestações. A aparente falta de foco revela a multiplicidade de temas que as jornadas de junho levaram às ruas. Acreditamos que esse campo está bem definido na introdução do texto. “No Brasil, o movimento teve como estopim o aumento das tarifa dos transportes públicos em diversas capitais do país, mas no decorrer do movimento novas pautas foram aderidas” (p.1). Nesse sentido, embora variados – truculência

policial, contestação dos investimentos nos megaeventos e críticas à gestão do governo federal – os temas convergem nas pautas da manifestação e por isso fazem parte do mesmo campo empírico.

2) Sobre o material do trabalho

O manuscrito poderia ganhar em precisão se explorasse apenas um tema empírico e definindo melhor com qual corpus trabalharia. Se as jornadas de junho, qual seria seu material de trabalho. Dados da imprensa? Artigos já publicados sobre o tema? Pesquisas de levantamento feitas por institutos à época?

O parecer contesta as fontes consultadas e sugere definir um corpus de trabalho. Reiteramos que o trabalho propõe uma análise dos conceitos de Benjamin a partir das pautas apresentadas nas ruas em junho. Para tanto, recorre a depoimentos nas redes sociais, a artigos publicados nos jornais e em sites pessoais, como no caso de Luiz Eduardo Soares, a publicações disponíveis, como nos casos das citações de Ermina Maricato e Carlos Vainer. É importante destacar que estamos falando de um evento bastante recente, cujos desdobramentos e análises ainda estão sendo consolidados em produções. Hoje já existe uma razoável bibliografia¹¹²sobre o tema, composta majoritariamente de artigos como o nosso, analíticos, propositivos: desenvolvidos no terreno movediço do acontecimento. Acreditamos que produzir nesse contexto implica fazer uma análise conjunta, concordando ou rechaçando posturas apresentadas em diferentes meios, mas também assumindo uma postura própria, admitindo a não-neutralidade do olhar do pesquisador.

3) Faz uma crítica do “neodesenvolvimentismo” sem definir com precisão do que se trata.

“O combate à miséria pela via do desenvolvimentismo mostrou-se catastrófico tanto numa perspectiva econômica, quanto humana”, p. 17. E “Tudo em nome do progresso e a favor do capital”. Afirmativas peremptórias, porém altamente questionáveis. Uma análise dicotômica que cria uma equação de que

112 [1] Ortelado, et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

Cocco, G e Cava, B. (org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2013.

Harvey, D., Maricato, E.; Žižek, S; Davis, M. et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Castells, C. Pós-fácio à edição brasileira. In: *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Jennings, A; Rolnik, R, Lassance, A. et al. *Brasil em Jogo: o que fica da copa e das olimpíadas*. São Paulo: Boitempo, 2014.

o desenvolvimento prejudica as pessoas e só favorece o capital, desconsidera que é exatamente sem o desenvolvimento não é possível combater a pobreza.

As afirmações destacadas no parecer se referem a projetos destinados ao mundial de futebol e as olimpíadas, nesse sentido, subservientes aos padrões impostos pela FIFA e COI e de maneira alguma promotores de igualdade. Dentro e fora dos estádios, o que se viu foi um aburguesamento dos espaços. Segundo Carlos Vainer (2014), “estima-se entre 200 e 250 mil pessoas o número de pessoas que foram removidas, quase sempre reassentadas em conjuntos precários, em zonas carentes de urbanização, distantes da antiga moradia e do mercado de trabalho”. Deste modo, é possível afirmar que há o desenvolvimento que promove igualdade e desenvolvimento que aprofunda as desigualdades. Essa argumentação dialoga com a crítica do progresso de Walter Benjamin, interlocutor do debate proposto no artigo. O autor desconfia do progresso e suspeita do seu potencial catastrófico. Benjamin identifica a barbárie moderna, “barbárie industrial, dinâmica, instalada no coração mesmo do progresso técnico e científico” (Lowy, 2002).

O parecer argumenta que “O welfare state europeu foi estruturado com o desenvolvimento da Europa, com o forte crescimento econômico entre o pós guerra e 1970”. Não achamos que o estado de bem estar social empreendido entre o pós-guerra seja boa analogia com o desenvolvimento apresentado no artigo. Como dito anteriormente, nossa contestação não é a todo e qualquer tipo de desenvolvimento, mas àquele que conduz à catástrofe. No entanto, concordamos que não se trata de fazer uma análise econômica do governo federal. O artigo se refere e é claro quanto a isso a um determinado tipo de desenvolvimento comprometido com interesses capitalistas. Desenvolvimento este que “faz emergir cidades cada vez mais desiguais, socialmente mais segregadas, nas quais os eventuais benefícios dos investimentos realizados são apropriados pelas camadas de renda média e alta, mas sobretudo pelos detentores da propriedade fundiária e pelos capitais da promoção imobiliária” (Vainer, 2014).

4) É necessário definir melhor qual será o foco e o material a ser trabalhado. Trabalhará tendo por horizonte o Rio ou as questões federais?

- Conforme exposto anteriormente e em diversos trechos do manuscrito, o foco e material de análise são as pautas das manifestações. Por isso os âmbitos federal, municipal e estadual se misturam. Restringir as pautas para um único contexto implicaria reduzir o movimento a uma realidade específica, de âmbito nacional, estadual ou municipal e discordamos dessa divisão. Uma vez que defendemos que o movimento se insere num ciclo global, seria contraditório, reduzi-lo no país, a um único estado ou cidade. Vale lembrar que, embora o movimento tenha sido mais forte e duradouro no Rio, ele se constituiu inicialmente em São Paulo, a partir da convocação do Movimento Passe Livre, mas depois dos primeiros atos se espalhou por diversas capitais do país. Após a revogação do aumento, o movimento se contraiu em São Paulo, mas por ocasião da copa das confederações, as cidades-sedes também viraram palco de manifestações. Assim, não cabe reduzir o horizonte da luta ao Rio ou a qualquer outra capital ou ainda deslocá-lo para o âmbito federal, ignorando o papel das prefeituras e governos nas pautas e na repressão. Do mesmo modo, a crítica à gestão desenvolvimentista do governo federal se expressa em ações pontuadas em diversas capitais, sobretudo porque essa crítica se relaciona com a contestação das ruas ao emprego de recursos públicos nas obras da Copa e Olimpíadas. As casas “condenadas” à remoção no Morro da Providência e Vila Autódromo são pichadas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação). As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) são um projeto da Secretaria Estado. É o Instituto Pereira Passos, autarquia municipal, que impõe teleférico nas comunidades sem consultá-las sobre o desejo desse investimento milionário. É o governo federal que assina decreto que permite uso de tropas federais para garantia da Lei e da Ordem (GLO). Segundo o Ministério da Defesa, movimentos sociais e manifestação de contestação à copa são “forças oponentes” e estão sujeitas à repressão militar. Com esses exemplos queremos mostrar que as ações podem ser capitaneadas por esferas distintas, mas servem ao mesmo projeto e propósito desenvolvimentista.

5) Ciclo global

– “As manifestações de junho como parte maior de lutas globais iniciadas e, 2010”, p. 4. Essa é uma leitura possível, desde que se explore as diferenças e especificidades. Há pontos de convergência, mas também muitas diferenças entre essas lutas

Não concordamos que seja necessário explorar as diferenças e especificidades, mas de modo inverso, afirmar os pontos de convergência das lutas. Nossa compreensão vai ao encontro de uma ampla literatura que faz a aproximação entre os movimentos e os insere em um ciclo global (Maffesoli, 2013; Cocco, 2012; Castells, 2013; Gutierrez, 2014). Citamos três aspectos que aproximam os movimentos e ampara a inserção do movimento brasileiro em um ciclo mais amplo, apesar das especificidades de cada movimento.

O primeiro refere-se à relação entre redes e rua representada pelas convocações pelas redes sociais, organizações em assembléias e ocupações de espaços públicos. Em todos os movimentos, as redes sociais tiveram um papel central na convocação e organização das ações fora do espaço virtual. Uma vez nas ruas, as formas de debate, em assembléias, e organização nos espaços, as ocupações, foram semelhantes a outros movimentos. Gutierrez (2014) observa que “uma novidade interessante dos protestos do Brasil foram as ocupações e acampamentos em frente a palácios de Governo ou residências de Governadores (Ocupa Cabral e Ocupa Alckmin) Também as ocupações de Câmaras Municipais são redes influentes, como o Ocupa Câmara.”

O segundo aspecto diz respeito ao esgotamento da representação. Cocco (2013) argumenta que “os levantes da multidão no Egito, na Tunísia, na Espanha, na Turquia e no Brasil são a expressão, entre outras coisas, de uma recusa radical dessa maneira autorreferencial de pensar por parte dos governos e dos partidos políticos”. A crise de representação é geral. Castells (2013) ressalta que apesar do caráter político dos movimentos, sua intenção é não funcionar por meio do sistema institucional, já que a ampla maioria dos participantes desconfia da maneira de operar dos partidos.

“Em um terceiro nível há a nova composição social do trabalho como base social da produção de subjetividade. Cocco afirma que “as redes que protestam e se constituem nas ruas de Madri, Lisboa, Roma, Atenas, Istambul, Nova York e agora de todas as cidades brasileiras são formadas pelo trabalho imaterial: estudantes, universitários, jovens precários, imigrantes, pobres, índios, ou seja a composição heterogênea do

trabalho metropolitano.”

Diante dessas aproximações, as diferenças nos parecem menos relevantes, embora concordamos que elas existam. As lutas da Tunísia e do Egito, por exemplo, são levantes contra tiranias de décadas. Na Espanha e nos Estados Unidos, a pauta se refere às contradições do capitalismo. O movimento dos indignados espanhóis se constitui a partir da crise financeira europeia e suas principais críticas se referem à má administração da crise por um sistema político que age a favor de si mesmo e de banqueiros. O movimento turco tem como estopim o risco de um parque urbano virar shopping, mas sua pauta se estende para críticas ao governo islâmico liderado pelo primeiro-ministro Erdogan. Evidentemente, há diferenças entre os levantes, mas em última análise há a luta em torno da proteção dos bens comuns, o direito à cidade, à mobilidade, à moradia.

6) Sobre as críticas ao posicionamento de Arnaldo Jabor e Marilena Chauí.

O parecer julga excessiva a classificação de filisteu dada a Arnaldo Jabor e Marilena Chauí. Segundo o parecer, Jabor escreveu sua crítica nos dias iniciais das manifestações e depois se retratou (como vemos na nota de rodapé). O mesmo ocorreu com vários outros jornalistas. Como aponta no texto citando Soares era preciso “esperar mais”. Contudo, esse tempo de espera é próprio do pesquisador e não do jornalista que deve comentar “a quente”, com o risco de ter que se retratar depois. Já a crítica de Chauí é sobre a última etapa das manifestações, em agosto, já em declínio de apoio popular e com forte lideranças dos black blocs, que é sim um movimento muito contestado.

- Concordamos parcialmente com a crítica. De fato, o jornalista não tem tempo de pensar e apurar sua fala e corre o risco de equívocos, como foi o caso de Jabor. Para este caso, o manuscrito apresenta uma nota de rodapé que explica que o jornalista se retratou de sua declaração. O mesmo âlibi, entretanto não pode ser aplicado à fala de Marilena Chauí já que suas declarações ocorrem meses depois das primeiras manifestações. Concordamos com o parecerista que o papel do intelectual é expor

suas ideias elaboradas em um tempo diferente do jornalista. Assim, mantemos a análise de posturas que julgamos precipitadas uma vez que acreditamos que o artigo perde em conteúdo ao prescindir de exemplos claros. Abrir mão das falas de Arnaldo Jabor e Marilena Chauí inviabilizaria o diálogo com Walter Benjamin, uma vez que a proposta do texto é exatamente analisar os conceitos a partir de posturas concretas apresentadas na mídia.

O emprego da tática black bloc nas manifestações é polêmico e passível de contestação, mas as opiniões sobre sua legitimidade e relevância estão distantes de um consenso. A mídia tradicional abraçou o discurso da criminalização. Nas primeiras coberturas, o discurso era de uma passividade majoritária, quebrada por um vandalismo minoritário e sempre reprovável. Nessas ocasiões, atuação da polícia militar nunca era contestada. À medida que os protestos se adensaram e não foi mais possível fazer a distinção, os black blocs tornaram-se os protagonistas das coberturas e toda sorte de adjetivos foi mobilizada para defini-los: fascistas, anárquicos, cooptados, marginais. No entanto, na manifestação de 15 de outubro, a atuação dos Black blocs foi heróica, segundo os próprios manifestantes. De acordo com os professores presentes na manifestação da Cinelândia – que terminou com 76 pessoas presas, algumas por estar sentada na escadaria da câmara, outras voltando pra casa – “os mascarados forneceram proteção aos professores contra excessos cometidos pelos policiais e, além disso, eles teriam feito os primeiros socorros de pessoas feridas durante as confusões nos arredores da Câmara Municipal2”.¹¹⁴

O coordenador geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, Alex Trentino, declarou apoio aos Black blocs. “As manifestações dos profissionais de educação continuarão a ser organizadas pelo Sepe, mas os Black Blocs serão sempre bem-vindos. O Sepe não pode se responsabilizar por atos anteriores, mas nos protestos dos professores os causadores dos conflitos não foram os Black Blocs e sim a polícia”.

Diante disso, discordamos da compreensão de que agosto é a última etapa das manifestações e que a presença dos Black blocs conduz ao declínio do apoio popular ao movimento. A divisão do movimento por etapa é próprio de quem só vê junho como junho, quando na verdade, a compreensão do texto é que se trata de um movimento mais extenso, um levante que altera completamente a paisagem política do país e que alimenta novos levantes. Na cidade do Rio, o movimento de junho somou-se às lutas do trabalho e os manifestantes apoiaram além das greves dos professores, as paralisações

dos garis, no carnaval (2014), e dos rodoviários, em maio (2014).

Com esses esclarecimentos, acreditamos que o artigo faz justiça às questões que ele propõe apesar das limitações de espaço. Concordamos que algumas reflexões pedem mais leituras e por isso, indicamos nas notas de rodapé as referências bibliográficas que embasam nossa discussão. Esperamos que com esses esclarecimentos o artigo possa ser publicado.

Parecer de “O que será o amanhã: expectativas jovens sobre futuro, política e trabalho”

Artigo submetido em 15 março de 2015

Parecer recebido em 10 de junho de 2015

Artigo publicado em 18 de outubro de 2015



Formulário de avaliação de artigo por consultor ad-hoc

Título do artigo: O que será o amanhã..Expectativas jovens sobre futuro, política e trabalho

1 – Responda às perguntas e, se for o caso, as contemple com as observações necessárias:

O artigo obedece às normas editoriais quanto à:

I. Formatação sim não

II. Número de palavras sim não

III. Apresentação de palavras chave sim não

IV. Apresentação das referências sim não

2 – O título reflete o conteúdo do artigo? sim não

Observações:

Sugiro incluir “de” entre as palavras Expectativas e jovens...

Alterado

3)A redação do artigo é clara e se dirige também a um público não especialista?
(x) sim () não

Observações:

Sugiro revisão ortográfica e gramatical, de modo a evitar a proximidade de termos repetidos, o excesso de uso da palavra “expressadas” e também a revisão de concordância verbal e uso do tempo verbal no passado.

Realizamos a revisão gramatical e reduzimos as repetições de palavras.

O resumo dá conta das principais contribuições do artigo?
(x) sim () não

Observações:

Sugiro substituir a palavra “dados” (na terceira linha) por “documentos”.

Não se trata de documentos, mas de dados estatísticos mesmo. Recolhidos em pesquisas.

I - O tema discutido é relevante na área de estudos da infância e/ou juventude?
(x) sim () não

Observações:

O artigo apresenta um encadeamento lógico dos seus argumentos?
(x) sim () não

Observações:

O artigo apresenta evidências claras que fundamentem a discussão do tema?
() sim (x) não

Observações:

Mas carece de aprofundamento em alguns itens que serão detalhados ao final desse parecer

O artigo está subdividido em subtítulos de forma adequada?

sim não

Observações:

As conclusões (ou considerações finais) estão coerentes com o que foi discutido e apresentado?

sim não

Observações:

II - Este artigo deverá, a seu ver:

1. Ser aceito para publicação nesta forma
2. Ser reformulado e aceito para publicação
3. Ser rejeitado para publicação

III – No caso de ter respondido a pergunta acima pelo item 2, relacione quais aspectos do artigo devem ser reformulados e apresente suas sugestões:

– Na introdução faz-se menção ao “mapeamento de comportamento”, mas não fica claro o que isso quer dizer.

<p><i>Incluimos uma nota de rodapé que esclarece que o mapeamento geral diz respeito “à construção de perfil identitário que privilegia informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos típicos dos jovens pesquisados”.</i></p>

– Na 4^a. página, segundo parágrafo, uma das frases começa com referência numérica – sugiro que a frase seja reformulada para evitar esse tipo de construção. Ainda nessa frase faz-se menção a aplicação do questionário com 409 jovens,

mas não fica claro a escolha dessa amostra... quem são esses jovens...

Conforme explicitada no próprio texto (2º parágrafo da página 4), o questionário foi aplicado online através da ferramenta do Google, Google doc. Essa ferramenta permite que as pessoas respondam garantindo o anonimato. O único critério adotado para responder o questionário foi fazer parte da faixa etária estipulada (15 a 25 anos). O link foi encaminhado inicialmente por e-mail para a rede de contato pessoal das pesquisadoras. Pedimos aos jovens que compartilhassem o link entre amigos. Além disso, solicitamos aos participantes das rodas de conversa que respondessem e compartilhassem o questionário. Assim, não houve uma escolha da amostra, ela se deu pela disseminação do questionário em rede.

No parágrafo seguinte menciona a utilização de “rodas de conversa”, justo assim entre aspas, de modo que o leitor não entendendo o que essas aspas representam, além do que não há nenhuma tematização da metodologia das rodas...

Retiramos as aspas. Trata-se de uma metodologia já utilizada pelas pesquisadoras em outras pesquisas. Consideramos que a descrição da dinâmica que dá continuidade ao parágrafo, na página 5, apresenta a estratégia metodológica utilizada.

– Na nota de rodapé 3 os-as autores-as referem que as rodas foram realizadas em dois contextos distintos, escola pública, universidade pública e instituição particular. Penso ser importante problematizar as diferenças de adolescentes-jovens e jovens-jovens. A amostra é diversa e isso pode ter impactado nos posicionamentos dos sujeitos.

A diversidade da amostra foi proposital. A pesquisa desejava conhecer os jovens entre 15 e 25 anos, público alvo da série que irá ser produzida. Por esta razão, as rodas de conversa contemplaram faixas etárias distintas e contextos sociais diversos, esperando de fato encontrar diversidade de posicionamentos.

– Fico preocupada com a afirmação do segundo parágrafo da página 5 que afirma: “A consolidação das três etapas metodológicas nos permitiu conhecer o jovem brasileiro contemporâneo (...)”. Veja, são três tipos diferentes de fonte de

dados, com amostras também distintas e eu penso que esse tipo de afirmação se torna grosseira, pois precisa considerar de modo mais cuidadoso o que de cada juventude (amostra mais geral e amostras mais específicas) cada fonte de dado (documentos, questionário, roda de conversa) utilizada permitiu conhecer.

Concordamos e alteramos a afirmação: “A consolidação das três etapas metodológicas nos permitiu conhecer os jovens pesquisados em dois aspectos que nomeamos identitário e de consumo”.

– Na discussão dos dados sugiro colocar após o nome do-a jovem a idade e vinculação institucional; Penso que é importante localizar e debater os diferentes posicionamentos dos jovens sobre os temas, nos diferentes grupos.

Acordo de confidencialidade não permite explicitar a vinculação institucional. O nome dos jovens antecede o depoimento de cada um. Acrescentamos a idade.

– Retirar a numeração 3 do tópico trabalho e 4 do tópico política (ficou estranho, pois os tópicos anteriores não estão numerados).

Ok.

Topico política – evitar começar a frase com numeração (54%). No segundo parágrafo desse tópico faz-se referencia a 17% dos jovens, entendi que se refere a amostra de 42 que participaram das rodas de conversa. Caso seja isso, como não é uma amostra grande sugiro colocar o numero preciso e não em porcentagem.

Os 17% fazem parte da amostragem fornecida pela pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude. Acrescentamos essa informação no texto.

No parágrafo seguinte não fica claro se as porcentagens são em referencia ao quantitativo de jovens das rodas de conversa, do levantamento da SNJ ou dos questionários aplicados... Penso que esse tópico merece uma teorização sobre participação política, deixando mais clara a distinção entre política representacional e engajamento político.

Os dados fornecidos pela SNJ nesse tópico mostram que os jovens não relacionam política representacional com engajamento político. Embora, eles não reconheçam partidos e instituições como representantes de seus anseios, eles nomeiam diversas formas de atuação política: “mobilizações na rua, organizações coletivas e ação direta aparecem como principais maneiras de atuação política para melhorias”. Essas informações foram incluídas no texto.

– Na página 10 sugiro colocar o ano das eleições presidenciais.

Adicionado.

No tópico Conclusão, sugiro rever a quarta linha “Possuem um enorme (retirar!) senso critico (com relação a quem...) aliado a um desejo de mudança (de que...)”

Retiramos.

Continuando

“Pensam em política, mas a atuação ainda é tímida” – qual seu parâmetro de avaliação para qualificar a atuação política...

O parâmetro de avaliação foi construído a partir da convergência dos dados da pesquisa a respeito do tema com os depoimentos sobre participação em qualquer ação nesse sentido. Além de depoimentos descrentes na possibilidade de mudanças pela via da mobilização política, há depoimentos que expressam um desejo de fuga e a constatação da inexistência de meios de mudança. O primeiro parágrafo do tópico política explicita as fontes que referendam a nossa compreensão: “apenas 9% se consideram politicamente atuantes. 34% se dizem interessados, mas sem atuação e 38% declaram a falta de interesse e o não envolvimento. No questionário, menos da metade dos jovens, 44%, tem a política como tema de mobilização e interesse”.

– primeiro parágrafo da p.12 a autora refere “Menos da metade dos jovens...” considerando qual amostra...das rodas de conversa, dos questionários, ou os dois juntos...

Adicionamos a informação no texto.

– continuando nesse parágrafo, “apenas um grupo citou as manifestações de junho...” Especificar qual grupo e fazer nota de rodapé explicativa das jornadas de junho, dando mais relevo a essas manifestações.

Concordamos e adicionamos a informação em nota de rodapé.

– último parágrafo p. 12 – A análise aqui esta superficial, sugiro aprofundar e reconsiderar a relação público-privado. Há uma despolitização o universo pessoal indo na contramão das transformações no campo da política. O que angustia e mobiliza os jovens mostra a interface do pessoal com o político e não uma cisão! Sugiro que a interpretação do autor do texto seja revisto nesse sentido para evitar dicotomias e dualismos.

Concordamos que, de fato, é o contexto sociopolítico que desencadeia as percepções de solidão e desesperança pelos jovens. Entretanto, não consideramos que o texto apresenta uma cisão entre o universo pessoal e o político. O que se enfatiza no texto são as contradições que se evidenciam na fala dos jovens.

Esse tema merece um desenvolvimento, mas a limitação de espaço não permite o aprofundamento dessa questão no texto.

Pareceres de “Inventar novos direitos: sobre precariedade o reconhecimento da dimensão produtiva da vida”

Artigo submetido em: 24 de novembro de 2015

Parecer recebido em: 15 de abril de 2016

Artigo publicado/recusado em: ____/____/____

Carolina Salomão Corrêa & Solange Jobim e Souza

Reviewer 1

It seems to me that the article should be published with major revisions. Besides some language problems which make the understanding sometimes difficult (observations in the annexed file*).

The article deals with an innovative subject in **an ambitious way**, but sometimes the level of generalization and lack of empirical evidence may not convince the reader of the rightness of the alleged theory about what has been called “cognitive capitalism”.

Indeed, the author tries starts from the premise that cognitive capitalism is its dominant form nowadays, trying to show in the different sections of the text on the **one hand** the new “nature” of precarious work in this context (considered hegemonious) and **on the other hand** forms of resistance and alternative conceptions of civil rights and forms of legislation.

Incluimos no texto uma consideração da hegemonia em termos qualitativos, como realidade de alguns setores e tendência que se impõe a todas realidades laborais.

The author alleges a great importance to relational, affective and creative labour, as well as to women’s labour which is considered as a “paradigmatic expression of contemporary labour” (p. 9).

Even if the text points out some interesting tendencies of contemporary capitalism, the **scope of the theorization**, besides being poor in examples, and there is no empirical evidence presented (field studies), **seems to be very high**. Even if these tendencies may occur in some specific sectors (creative work,

information technologies, etc.) and may be more accentuated within particular groups of workers (women, youngsters, etc.) the very general initial approach to “cognitive capitalism” prejudices the possibilities to **convince the reader**.

The few concrete examples of social movements in favour of the promotion of new rights which will no more be restricted to the professional life come from **specific sectors** and in this way make it difficult to acknowledge the very generalizing interpretation.

Os exemplos de resistência citados, de fato são mais específicos de setores da cultura e tecnologia porque este grupo de trabalhadores experimenta essa realidade laboral há mais tempo.

Entretanto, o que o artigo buscou apontar foi que o que antes era paradigmático desses setores, hoje se estende para todas as esferas de trabalho. Elementos de precariedade como indistinção entre tempo de trabalho e tempo de vida e fragilização dos vínculos e contratos são realidades crescentes até nos setores mais tradicionais. “A tendência a tornar o escritório parte da casa com alimentação gratuita, “áreas de lazer”, programas de exercício cumprem a função de tornar mais tolerável (ou imperceptíveis) as horas excedentes passadas no local de trabalho (Hardt e Negri, 2012, p.194). Da mesma forma, o recurso ao home Office cumpre a finalidade de tornar a casa extensão do escritório.

Do mesmo modo, as contratações por projetos e precarização dos vínculos de trabalho que antes eram específicas de alguns setores, passam a ser tendência, mesmo em profissões mais tradicionais. Por essa razão, uma das argumentações do artigo é a da necessidade de criação de militâncias trabalhistas fora do contexto tradicional dos sindicatos.

Podemos citar como exemplos operários de fabricas são constrangidos a abrir mão de seus direitos para garantir seus postos de trabalho, como na planta industrial de Mirafiori, na Itália.

No Brasil, as obras para os megaeventos mostraram que as condições de trabalho de operários da construção civil podem ser tão precárias quanto de qualquer outro setor. O recurso à terceirização, típico na contratação dessas obras, é marcado por desamparos, abusos e ilegalidades. Os dossiês da articulação nacional dos Comitês Populares da Copa denunciam superexploração e sobrecarga dos trabalhadores em função dos cronogramas irrealistas impostos pela Fifa. O documento dá conta também de condições de trabalho análogo à escravidão, sub-remuneração e insalubridade relativa à alimentação e alojamento.

– Whatsoever, the theoretical approach and way of construction of these forms of labour, based on a higher “commitment” of the workers, abolishing the frontiers in between the different spheres of live and affecting therefore the subjectivity of the workers (biopolitical construction and governance of work) is interesting (there is no explicit reference in the text to the work of Foucault, why this?).

Incluimos uma referência à apropriação que Hardt e Negri fazem do termo biopolítico de Foucault.

I suggest the re-organization of the text according to this approach, and **choosing some specific sector** to show the empirical “embasement” of these tendencies, contextualising in its **national, regional, historical and social context** (which lacks completely in the actual version). By this procedure, even if there may be some indicators of a new paradigm of work and its “nature”, these tendencies and dynamics could be better circumscribed in their respective context.

(this reviewer would like to take a look at the revised article)

A realidade que o artigo busca apontar é exatamente que a condição precária – representada em vínculos de trabalho frágeis, indistinção do tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, ausência de representação e legislação apropriada – não é mais específica de determinados setores. Embora, de fato, alguns setores experimentem de forma mais agravada e há mais tempo, nossa compreensão que essa realidade é hoje condição existencial do trabalho.

Tampouco, é uma realidade brasileira. Circunscrever a análise em termos regionais vai à contramão da argumentação do artigo, qual seja, a precariedade como tendência geral e global do trabalho contemporâneo.

Na Itália, entre 2014 e 2015, o governo do primeiro-ministro Matteo Renzi promoveu um reforma em diversos temas do direito do trabalho. As alterações do Job Act italiano (como foi denominada as políticas relativas à legislação trabalhista) incidem diretamente na estabilidade dos vínculos empregatícios e nas relações de proteção social do trabalhador. O economista italiano Andrea Fumagalli (2014) constata que

as reformas de Renzi institucionalizam a precariedade, tornando-a o status quo das condições de laborais no país. Antes da Itália, Grécia e Espanha, diante da crise, já haviam adotados medidas de flexibilizaçãodos direitos trabalhistas.

Nesse cenário, estatisticamente, o Brasil experimentava períodos de estabilidade, formalização do emprego e crescimento de ofertas de trabalho. Os direitos trabalhistas pareciam assegurados com a reeleição da presidente Dilma Rousseff, que em campanha garantiu que não faria reforma que reduzissem direitos dos trabalhadores. No entanto, em dezembro de 2014, recém reeleita, a presidente anunciou as Medidas Provisórias 664 e 665 que, entre outros assuntos, determinam novas regras para acesso a benefícios previdenciários como, por exemplo, Abono Salarial, Seguro Desemprego e Auxílio Doença. Em maio de 2015, as medidas provisórias foram votadas e aprovadas na câmara dos deputados. As MPs fazem parte de um ajuste fiscal que envolveu ainda aumento de juros e cortes de investimentos em programas de governo. Segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a aprovação da MP 665 que regula o acesso ao seguro-desemprego privará 4,8 milhões de brasileiros por ano do auxílio. Ao aumentar para 12 meses o tempo para solicitação do auxílio, a medida impacta os setores com maior rotatividade, ou seja, agrava a condição daqueles que já vivem em condição de muita vulnerabilidade.

Na França, desde março de 2016 uma composição heterogênea de pessoas, entre jovens, migrantes, precários, idosos, se reúnem, na Place de la Republique, em protesto à reforma trabalhista do presidente François Hollande. O movimento Nuit Debout, como foi intitulado, tem como ponto central da mobilização a nova lei sobre o trabalho que, entre outras medidas, prevê maior flexibilidade nos contratos.

Assim, embora a gente possa a partir de experiências individuais fazer análises localizadas, o que o artigo pretendeu observar foi a precariedade não como exceção à esfera do trabalho ou condição localizada de um país ou contexto, mas como condição global do trabalho.

Reviewer 2

My recommendation is that the piece be published with major revisions.

The manuscript should be published because it is fluent in a contemporary conversation relevant to the theme of the special issue, and because of the journal's commitments in both subject areas and internationalism in publishing. The article's engagement with current events in Brazil and proposals from activists and social policy reformers is also **laudable and important**. That said, I do not think the article should be published in its current form, as I don't think the essay succeeds currently. **I do think it could be revised into a successful essay.**

Over all I suggest that the author(s) consider **who their audience** is, and perhaps state this explicitly. **It's not clear to me currently who the author is writing for, disciplinarily or geographically.** Making this clearer would help to bring out more of the author(s)' **original contributions**. Currently the article does not make clear what its original insights are. It does seem to me that a reader gets something from this article that the reader would not get if the reader just read all the scholarship the author(s) cite, but that something is not stated as directly as it should be.

As reflexões do texto se inserem no contexto de uma pesquisa mais ampla de doutorado situada no campo da Psicologia Política e Social, endereçando nossas análises para o campo da produção da subjetividade no contexto das condições de trabalho da juventude contemporânea.

Is this essay directed at people familiar with Brazil but unfamiliar with the scholarship surveyed? In that case, then I suggest the author consider the following revisions. Currently the essay has a relatively in-depth literature review of contemporary Italian autonomist/post-operaist marxist and other work inflected by and/or resonant with that scholarship, and it has some reference to current events in Brazil. The references to Brazil are relatively short and relatively under-emphasized in their placement in the article and their treatment by the author(s). If the article is **for people familiar with Brazil**, then I would suggest that the recent developments in Brazil such as the law recognizing domestic labor be emphasized more heavily early on in the paper.

If the author(s) were so inclined, this change could take the form of introducing the recent developments in Brazil early in the essay, describing them

in more detail and explaining their significance broadly (ie, to an audience not already convinced of the tenets of contemporary autonomist/post-operaist marxism). The essay could then turn to the scholarly literature it talks about in order to say ‘we shall understand these current events best if we draw on the following literature). In that case, the essay’s contributions to scholarship would be to take a particular situation in Brazil that readers are relatively familiar with, and explain it using a body scholarship, and in doing so, introduce more readers to that scholarship.

Alternatively, if the audience is people unfamiliar with Brazil, the author(s) might follow a similar line of revision by going into more detail about contemporary Brazilian developments. In that case, the essay’s contributions to scholarship would be to educate readers about those developments, then to say that they are best explained via the body of scholarship the author(s) draw upon.

If the audience is people already familiar with the scholarship the author draws on, then I think the author(s) should make a more far-reaching kind of revisions. The autonomist/post-operaist account of precarity and post-fordism goes something as follows: economic production has changed in the current era and so has society -- work is different in the tasks performed, in its relationship to the rest of society, and in the form of increased of insecurity of access to income and means of subsistence. That article largely restates this analysis and the proposals scholars and activists have made based on this analysis, and says that this analysis is also true in Brazil. What would, Lazzarato, Marazzi, Boutang, Negri, et al learn if they read this article? Primarily that what they say is the case is also the case in Brazil, but without much detail. If the point is to show that the analysis obtains in Brazil, then here too the essay would be improved by more in-depth treatment of events in Brazil. If this is the direction the author(s) choose to follow, then I urge the author(s) to consider what their article contributes to help innovate the body of work the article draws on. Currently the article reads largely as a summary and an application of scholarship by more famous academics. That is a valid scholarly activity, but I think **the authors could reach farther here** and suggest some of their own innovations in the scholarship the authors draw on.

Before closing, I would like to voice some general skepticism about some of the tenets of the scholarship the authors draw on. Before I do so, I want to qualify my comments here -- I do not intend these following remarks as reasons to reject the article. The article makes claims that are respectable and

uncontroversial among the scholars the article discusses. I think these claims are mistaken in important ways, but I want to be clear: I am not asking the author(s) to change their minds on these points. Rather, I am suggesting that the essay would be stronger if they included a little more material intended to support these claims to audiences not already convinced. The author(s) say that the article is intended to defend a hypothesis shared within the scholarship the article summarizes. It seems to me that this scholarship has less of a hypothesis (something like 'perhaps work is more precarious and immaterial, as part of an ensemble of changes in post-fordism' and so on) than an axiom (something like 'we presume these changes have all occurred and our writing follows from this presumption') that is not really supported with much evidence or with any consideration of alternative hypotheses.

In my view, many of the tenets of the autonomist/post-operaist presumptions about post-fordist society are harder to sustain when rephrased and considered in relation to the past. These tenets are often phrased as positive claims about post-fordist society. For example, consider the notion that in cognitive capitalism, subjectivity is both produced and a productive resource. The implication here is that in Fordist production and the society supposedly characterized by Fordist society subjectivity was neither produced nor a productive resource. That implication is never stated directly, and when stated directly and examined it seems to me that it falls apart. In a theoretical register, the factory was one of the sites of disciplinary power productive of subjectivity that Foucault and Deleuze identified. In more historical terms, work in business history has demonstrated that early 20th century manufacturers sought to produce loyal, docile employees of good moral character -- this was much of the point of the innovations that came to be called Fordism. Thus the difference is not 'subjectivity is important in post-fordism' but rather **'post-fordism and fordism produced and relied upon different subjectivities.'** Along similar lines, the claim that post-fordist labor is biopolitical (in **Hardt and Negri's sense of the term**) implies that fordist labor was not biopolitical. I'm skeptical that this claim would bear scrutiny if defended in its own right. To my knowledge, no one has sought to defend the claim, just presuming it to be true without any evidence

O taylorismo/fordismo buscava hierarquizar a produção de subjetividade e, fundamentalmente, separar o trabalho intelectual de concepção com o trabalho de execução do chá da fábrica. Então a produção de subjetividade, nesse modo de

produção, era primeiro hierarquizado na separação entre concepção e execução de tarefas cada vez mais simples para, justamente, fazer com que a subjetividade pudesse ser facilmente eliminada e hierarquizada no escritório de tempos e métodos. Então é verdadeiro que existia subjetividade, mas ela era constantemente atravessada pelas tentativas de sua supressão.

No capitalismo contemporâneo, não há hierarquização ou tentativa de eliminação, pelo contrario, ele se organiza tendo como base essa subjetividade. Então se antes o esforço era no sentido de eliminar, hoje ele tenta suscitá-la para explorar. Essa exploração da subjetividade aparece nas dinâmicas de colaboração.

Todo debate contemporâneo sobre a propriedade intelectual dá provas de que é a dimensão colaborativa, isto é, da produção comum, que está no cerne da questão sobre a produção compartilhado do saber. O que a literatura pós-operáista destaca, portanto, é que a produção pós-fordista, mobiliza a subjetividade desarticulando-a da dicotomia entre tempo de trabalho e tempo de vida (ou não trabalho); entre momento de produção e momento de circulação.

Virno observa que “no pós-fordismo, existe um afastamento permanente entre “tempo de trabalho” e um mais amplo “tempo de produção”. Com esta afirmação o autor deseja observar que

No pós-fordismo o “tempo de produção” compreende ao tempo de não-trabalho, à cooperação social que se enraíza nele (tese 4). Denomino por isso “tempo de produção” à unidade indissolúvel de vida paga e vida não-paga, trabalho e não-trabalho, cooperação social visível e cooperação social invisível. O “tempo de trabalho” é só um componente, e não necessariamente o mais relevante, do “tempo de produção” assim acordado (p. 83).

Com essa asserção, o autor expõe a papel fundamental da cooperação e da circulação que ocorre fora do tempo de trabalho tradicional, porém e exatamente nesse sentido, converte o tempo de não-trabalho em “tempo de produção”. O autor refere-se as interações e trocas que estabelecemos consciente ou inconscientemente que não são reconhecidas (tampouco remuneradas) mas que contribuem e alimentam a produção. Yann Moulier Boutang fala de uma exploração de segundo grau. Se a metáfora do trabalho árduo da formiga em oposição ao “lazer” ocioso da cigarra foi de alguma forma ilustrativa da dinâmica produtiva de outrora, hoje é a imagem da colméia que representa apropriadamente o trabalho imaterial pós fordista.

As considerações de Virno (2003) encontram na imagem da colméia, desenvolvida por Yann Moulier Boutang (2007) sua melhor materialização. É o autor francês que oferece, talvez, a melhor metáfora para compreensão do trabalho imaterial e da importância desse trabalho que nem sempre se converte em um bem material, mas que é o principal gerador de valor. O autor utiliza a imagem do trabalho das abelhas na colméia para representar o que ele nomeia sociedade pólen. Trata-se de um trabalho que não é mensurável como mel, mas inestimável como a polinização.

A partir da metáfora da colméia, o autor apresenta uma contraposição à interpretação da economia política tradicional, que vê a produção de mel e cera como principal trabalho das abelhas e a polinização como uma externalidade (um trabalho colateral e de menor importância). O que Moulier-Boutang (2003) deseja mostrar a partir do trabalho de polinização da abelha é que as “externalidades – identificadas pela economia política neoclássica e heterodoxa como tendo um papel marginal – desempenham um papel cada vez mais central” (p. ebook). Dito de outro modo, no capitalismo cognitivo, a exploração não está restrita ao produto desenvolvido no espaço e tempo restritamente trabalhado, mas extrapola o tempo de trabalho formal capturando os valores produzidos na rede complexa das trocas de informação, de conhecimento, de saberes, a cooperação e interação social, afetiva, coletiva. Um trabalho que é de fato incomensurável e, no entanto, fundamental para a produção e a reprodução social.

Pelbart (2013) esclarece que “uma sociedade pólen é precisamente aquela que repousa sobre essa circulação, propagação, contaminação, atividade em princípio gratuita, mas que, à contrapelo do modo de produção e de mensuração e apropriação fordista, requereria outros mecanismos de remuneração e de repartição dos bens, inclusive da propriedade intelectual” (p.333).

Nos domínios dessa lógica, é difícil encontrar a medida de valor para esse trabalho. O exemplo das abelhas intenta, portanto, apreender o valor econômico das externalidades. No caso específico da colméia, para tentar dimensionar a importância do papel da polinização, Moulier-Boutang (2003) traz um dado sobre o efeito econômico global agrícola calculado sob a hipótese de extinção das abelhas. O investimento para substituir seu trabalho de polinização é estimado em 790 bilhões de dólares anuais, enquanto a produção comercial de mel é avaliada em um bilhão de dólares por-ano.

No âmbito mais amplo, para além do trabalho das abelhas, Moulier Boutang refere-se à economia das externalidades nas proporções de um iceberg. “Se quisermos quantificar,

corresponderiam precisamente à proporção ¼ visível, ¾ invisível do iceberg” (p.). Por essa razão o trabalho da abelha é tão emblemático dessa economia. O que é visível é o mel e a cera, enquanto a polinização aparece como “mera” externalidade, um benefício colateral do trabalho de fabricação de mel e cera. No entanto, comparando os valores do trabalho material e imaterial das abelhas, “podemos estimar algo como mil a 5 mil vezes o valor da atividade das abelhas em relação à estimativa de mercado decorrente da venda de seus produtos” (p.). O trabalho de polinização é tão valioso que “muitos apicultores norte-americanos sequer recolhem o mel produzido pelas abelhas, contentando-se em alugar o serviço de polinização que elas realizam” (p.). Dito de outro modo, há apicultores que já investem apenas nas externalidades.

Uma externalidade, explica o autor, “aparece assim que uma transação, seja ela comercial ou não (daí sua dimensão simbólica e não monetária) tenha como consequência produzir um efeito positivo (aumento do benefício) ou negativo sobre um terceiro (2003).

Numa sociedade pólen a geração de valor acontece no contexto de suas dinâmicas de produção e circulação de modo integrado. Precisamente na indistinção que Virno (2003) aponta entre tempo de trabalho, não-trabalho e tempo de produção.

A fonte da riqueza deslocou-se do quadro estrito do trabalho, desbordando para o tempo da vida como um todo, inclusive para o do lazer, do entretenimento, da criação artística, das relações afetivas, até mesmo para o do sonho. Trata-se da força invenção disseminada por toda parte e por todo o tempo, não só nos laboratórios ou nas universidades, mas também entre os desempregados, os artistas, os intermitentes, o cognitariado e o precariado de toda ordem (Pelbart, 2013, p.332).

Por essa razão, a participação anônima, aleatória, voluntária e, com frequência, gratuita torna-se fundamental numa economia que baseia-se na criação, nas relações e trocas.

Again, I am saying the author(s) need to change their minds on these points. Rather, the author(s) article would be stronger if the article defends these points for an audience not already convinced.

Lastly, I want to point out two difference of perspective that become apparent in some of the article's discussion of some of the literature reviewed. These differences could be brought out further, as another contribution to scho-

larship, arguing that the scholars in question should discuss these matters. The Negri et al claims about postfordist labor as biopolitical (in Negri and Hardt's sense) include the idea that post-fordist labor relies upon social life outside the immediate workplace in some new way. This reliance of immaterial and affective labor on the totality of society ('the common') is used rhetorically to support claims for new social rights. There is also an implication that the type of task performed - the immaterial and affective character of labor - is a cause of precarity. Feminist accounts of domestic and care work like those the author(s) discuss, tend to similarly emphasize the importance of feminized labor to society, in order to rhetorically support rights claims. These accounts differ, however, in that they tend not to suggest that there is anything about the nature of the task that produces precarity. This means there is some room to interrogate the sources of precarity and the relevance of the labor process as explaining precarity. **Is precarity a result of the specific nature of the kinds of tasks performed, as some autonomists suggest? Or is precarity a status unrelated to the specific nature of the tasks?**

A precariedade deve ser pensada na clivagem entre a hegemonia e heterogeneidade. Dito de outro modo, a condição é hegemônica em termos tendenciais, mas é vivida de forma heterogênea. O contexto que o artigo tentou partilhar é da passagem de uma condição massificada, em que majoritariamente as pessoas compartilham o mesmo estatuto de trabalho, isto é, uma condição homogeneizada, para uma situação mais heterogênea. No artigo, essa passagem é destacada na mudança tendencial da dinâmica do emprego para o da empregabilidade.

No entanto, naturalmente, há modulações nesse estatuto. Há aqueles que estão, de fato, dentro da dinâmica da empregabilidade, na medida em que não são empregados contratados, mas prestadores de serviço, informais, freelancers e que tem essa condição reforçada na transformação fictícia da pessoa física para pessoa jurídica. E há aqueles que estão em condições mais formais de emprego, mas que tem seu emprego constantemente atravessado por avaliações, métricas e dinâmicas que fazem com que ele tenha que ser continuamente conquistado.

In addition, in the discussion of Gorz the author(s) note that Gorz argues for a right to an existence income that is not remunerative of any productive capacity. The argument goes something like this: in capitalist society we need

money to get means of subsistence, we demand a right to exist, so in order to meet that right we must be given money in order to buy means of subsistence. That is a quite different way to rhetorically support a claim to a right to income. The autonomist and feminist argument is often ‘we are in fact making an economic contribution to society, so we should be remunerated’ while Gorz’s claim as quoted in the article is more along the lines of ‘whether contributing to society or not, we should be given money so we can live.’ That difference seems to me important and worth discussing further. Bringing out this difference could be another contribution the author(s) could make, both to scholars and activists.

O parecerista tem razão. Há diferenças entre programas de “renda mínima” e programas de “remuneração da existência”. A renda da existência reconhece explicitamente como critério social e produtivo a própria vida (a existência), ao passo que a “renda mínima” responde a um critério moral que pode ser conquistado diante de situações sociais de exclusão de produção (do emprego) (Fummagalli, 2011,p.338).

No artigo temos uma frase que enfatiza essa distinção: “Embora, sua defesa baseie-se no combate à pobreza e na igualdade de direitos e acesso, o projeto da Renda Básica da Cidadania (RBC) vai ao encontro, senão na intenção, mas no efeito, do reconhecimento da dimensão produtiva de toda população”. No entanto, para reforçar, incluímos novo parágrafo explicando que a proposta do commonfare do Fummagalli, os programas de renda básica da cidadania, renda mínima e renda da existência guardam diferenças que são importantes salientar.

– O Commonfare sugerido por Fummagalli é uma proposta de ajustar as políticas de welfare às novas características do trabalho, sobretudo, no que se refere as suas dinâmicas de produção de valor.

– O programa de renda básica da cidadania, proposta pelo ex-senador Eduardo Suplicy pretende ser uma evolução dos programas de renda mínima, desatrelando-os das condicionalidades. A argumentação de Suplicy tem um viés moral na defesa de que todos têm direito de participar da riqueza da nação. Os programas de renda mínima e de transferência direta de renda como o “bolsa família” e o RSA¹¹⁵ francês têm como propósito remunerar o trabalhador nos períodos de intermitência do trabalho e, nesse sentido, funciona como um auxílio-desemprego durante o tempo de ausência de renda.

Por fim, a proposta da renda da existência refere-se a uma remuneração que reconhece

a dimensão produtiva da vida. Nesse sentido é como formula Gorz, “todos nós temos direito a uma existência social que não se esgota nessa relação e não coincide com ela; significa que nós contribuimos todos para a produtividade da economia de modo indireto e invisível, mesmo quando das interrupções e descontinuidades da relação de trabalho”. Isto é, defende que todos, empregados ou não, contribuem para a produção de valor e, portanto, devem ser remunerados por essa condição.

In sum, the article in its current form is a good foundation that could be revised into a publishable essay. The authors should make more explicit **who the audience is** and what the article is teaching that audience. I suggest that the authors speak back more to the scholarship they draw on and try to innovate within the body of ideas within that scholarship. I further suggest that trying to defend or persuade the unconvinced is one possible way to make more of a clear contribution, and another would be to draw out more of the differences among the scholarship the author(s) draw upon.

115 *Revenu de Solidarité Active* é um benefício que o governo francês concede ao cidadão desempregado como forma de ajudá-lo a se reinserir no mercado. Funciona também como um complemento de renda àqueles que ganham menos que o benefício para que eles não ganhem mais quando desempregados do que quando empregados.